Plataforma de Sustentabilidade do Litoral Norte

Produto 1-Diagnóstico de Sustentabilidade do Litoral Norte

20 de setembro de 2012

Ficha de Controle

Nº do Documento	Nome do Arquivo	Elaborado por	Revisado por	Data de envio
GEO-PSLN -05-2012	Produto 1 - Diagnóstico de Sustentabilidade do Litoral Norte - Consubstanciado	Juceline Durigam	José Roberto	20/09/2012

Plataforma de Sustentabilidade do Litoral Norte

Ao CEDS – Centro de Experimentação em Desenvolvimento Sustentável

A/C Sra. Fernanda Britto

Referência: Produto 1 da Plataforma de Sustentabilidade do Litoral Norte

Prezados, boa tarde.

Vimos por meio desta, apresentar o Produto 1 da Plataforma de Sustentabilidade do Litoral Norte, na forma de relatório consubstanciado, incluindo o diagnóstico das dimensões geral e local para os cinco eixos estratégicos definidos no trabalho:

- Conservação Ambiental;
- Turismo Sustentável;
- Planejamento e Infraestrutura Urbana;
- Qualidade de Vida e Diversidade Cultural; e
- Desenvolvimento Econômico Sustentável;

Este relatório é composto por:

- Diagnóstico elaborado;
- Análises pertinentes a cada eixo estratégico;
- Análise integrada da região;
- Mapas elaborados;
- Consolidação do Produto 1 com as contribuições do COMDIAL para divulgação no site do CEDS, de modo a captar outras contribuições da sociedade civil e interessados da região.

Atenciosamente,

José Roberto dos Santos
Diretor
Geo Brasilis

SUMÁRIO

1. Sumário Executivo

1.1. Apresentação

1.2. Construção Metodológica

1.3. Análise Integrada

2. Diagnóstico por Eixos Estratégicos

2.1. Demografia

2.2. Eixo 1: Conservação Ambiental

2.3. Eixo 2: Turismo Sustentável

2.4. Eixo 3: Planejamento e Infraestrutura Urbana

2.5. Eixo 4: Qualidade de Vida e Diversidade Cultural

2.6. Eixo 5: Desenvolvimento Econômico Sustentável

1. Sumário Executivo

1.1. Apresentação

A consolidação do Diagnóstico de Sustentabilidade do Litoral Norte, que corresponde ao Produto 1 da Plataforma de Sustentabilidade do Litoral Norte, tem como ponto de partida o conjuntos dos trabalhos submetidos anteriormente e compostos pelo fichamento dos documentos de leitura definidos no Plano de Trabalho do projeto e na realização das entrevistas e reuniões com gestores públicos acordadas com o CEDS – Centro de Experimentação em Desenvolvimento Sustentável e com o COMDIAL - Comitê de Promoção do Diálogo para a Sustentabilidade do Litoral Norte.

A partir de tais resultados e da discussão ocorrida na reunião do COMDIAL do dia 10 de agosto de 2012, a Geo Brasilis preparou relatório consubstanciado, que se inicia com uma avaliação dos movimentos demográficos na região.

As tendências demográficas peculiares se refletem em todos os eixos estratégicos propostos, cujos diagnósticos serão abordados a seguir.

A metodologia proposta de avaliar as dimensões geral e local foi mantida neste relatório, como forma de proporcionar uma visão regional e avaliação de cada localidade, focada em seus pontos de destaque, tanto negativos quanto positivos.

Todos os diagnósticos são apresentados, inicialmente, através de um quadro sintético, que proporciona acesso rápido às conclusões que serão verificadas nos textos que seguem.

A releitura e consubstanciação do Produto 1 se encerram com uma análise integrada, destacando os pontos comuns entre os eixos estratégicos e pontos de destaque a serem considerados nas etapas posteriores da Plataforma de Sustentabilidade do Litoral Norte.

Por seu caráter sintético, que permite uma rápida compreensão dos principais aspectos que caracterizam o Litoral Norte, a Análise Integrada será anteposta ao diagnóstico por eixos estratégicos, compondo este Sumário Executivo.

1.2. Construção Metodológica

O diagnóstico apresentado neste Relatório e sumarizado em apresentação realizada ao COMDIAL em 10 de agosto de 2012 foi elaborado a partir da leitura de diversos documentos, planos e estudos produzidos que têm como objeto o Litoral Norte e se relacionam com a temática desta Plataforma de Sustentabilidade, além da realização de entrevistas com gestores públicos de diferentes esferas de governo e coleta de dados e indicadores secundários da região.

A leitura dos estudos, planos e análises foi estruturada através de um fichamento, que destaca:

- Principais sinergias entre o documento e a PSLN;
- Dados e informações que devem ser atualizados;
- Principais ações indicadas, com prazos e metas de implantação;
- Grau de relevância do documento, em relação à PSLN.

De modo articulado com a metodologia proposta, os documentos foram separados em função do seu caráter regional ou local, conforme a dimensão do estudo, sendo que os documentos da Dimensão Local foram organizados em função dos eixos estratégicos nos quais se inserem:

- Eixo 1: Conservação Ambiental;
- Eixo 2: Turismo Sustentável;
- Eixo 3: Infraestrutura e Planejamento Urbano;
- Eixo 4: Qualidade de Vida; e
- Eixo 5: Desenvolvimento Econômico Sustentável.

Ao todo, foram lidos 30 (trinta) documentos, planos e estudos para a composição do diagnóstico regional.

Quadro 1.2-1. Documentos da Dimensão Geral localizados e lidos para o diagnóstico da PSLN.

Dimensão Geral		
Documentos localizados	21	100%
Documentos lidos	18	85%

Elaboração: Geo Brasilis. 2012.

Quadro 1.2-2. Documentos da Dimensão Local localizados e lidos para o diagnóstico da PSLN.

Dimensão Local		
Documentos localizados	18	100%
Documentos lidos	12	67%

Elaboração: Geo Brasilis. 2012.

No que se refere à relevância dos documentos avaliados, tem-se a preponderância dos documentos de média relevância, o que se explica pelo caráter local ou temático de grande parte do documento.

Os documentos de alta relevância identificados são:

- AAI Litoral Norte;
- AAE PINO;
- Agenda 21 Regional; e
- Plano de Manejo do PESM.

Quadro 1.2-3. Documentos da Dimensão Geral classificados quanto à sua relevância, em relação à PSLN.

Dimensão Geral			
Relevância	**Baixa**	**Média**	**Alta**
Documentos lidos	3	11	4

Elaboração: Geo Brasilis. 2012.

Quadro 1.2-3. Documentos da Dimensão Local classificados quanto à sua relevância, em relação à PSLN.

Dimensão Local			
	Baixa	**Média**	**Alta**
Documentos lidos	2	10	0

Elaboração: Geo Brasilis. 2012.

Além da leitura dos documentos, o diagnóstico se apropria de dados e informações coletados em entrevistas com gestores públicos federais, estaduais e municipais que atuam na região.

Em tais entrevistas, foi apresentada a PSLN, o CEDS, COMDIAL e foi conduzido diálogo relacionado aos principais desafios da região, focando na área de atuação de cada um.

Para o diagnóstico, foram realizadas 24 entrevistas, distribuídas da seguinte forma:

Quadro 1.2-4. Entrevistas realizadas com gestores públicos, classificadas em função da esfera de governo.

Reuniões Realizadas - por Esfera de Governo	
Municipal - Caraguatatuba	4
Municipal – Ilhabela	3
Municipal – São Sebastião	3
Municipal - Ubatuba	3
Estadual	10
Federal	1

Elaboração: Geo Brasilis. 2012.

Além destas 24 reuniões, foram previstas outras 15, das quais 7 foram descartadas, em função principalmente pela duplicidade de indicados do mesmo órgão.

As entrevistas restantes serão agendadas de modo a acompanhar a evolução dos trabalhos.

1.3. Análise Integrada

A definição de uma visão regional abrangente para o Litoral Norte foi realizada, pela Geo Brasilis, a partir de duas frentes:

- Análise dos principais desafios de gestão identificados;
- Realização de análise das inter-relações entre os principais aspectos dos diferentes eixos estratégicos nos quais se estrutura a PSLN.

Entre os desafios de gestão se destaca a dificuldade de implantar os planos elaborados, sejam estes de caráter setorial ou estratégico.

Foram identificadas diversas iniciativas relacionadas a projetos estruturantes, equipamentos públicos regionais, estudos e projetos específicos que não superaram e etapa de planejamento.

Este comportamento recorrente implica em três consequências relevantes:

- Vocações regionais como o turismo são pouco desenvolvidas;
- Novas iniciativas são muitas vezes encaradas com descrédito; e

- Projetos que prosperam são empreendidos por empresas de grande porte, na maioria dos casos estatais, cuja capacidade de transformação do Litoral Norte supera a capacidade de articulação de soluções na região.

Nesse sentido, a dificuldade dos municípios de formular projetos e propostas de políticas setoriais contribui para o quadro identificado.

Além disso, as gestões locais utilizam de forma incipiente metas, indicadores e métodos de avaliação de desempenho, o que colabora para a existência de projetos iniciados e não finalizados.

Somam-se a estes fatores os baixos recursos orçamentários disponíveis, seja para as prefeituras municipais ou para as unidades de conservação e a reduzida disponibilidade de recursos humanos qualificados para a condução de atividades fins das instituições de governo.

Outro fator merece destaque neste cenário, pois revela uma deficiência regional identificada em todos os eixos estratégicos, é a dificuldade na articulação e implantação de planejamento e soluções regionais, mesmo em setores em que tais iniciativas são comuns, discutidas e previstas, como no caso de consórcio regional voltado para Saneamento Básico, que é referenciado em Leis Orgânicas e planos diversos, mas as tentativas de implantação esbarraram em dificuldades políticas.

A Geo Brasilis relaciona ainda o reduzido número de projetos envolvendo órgãos e entidades, com ou sem fins lucrativos, o que desperdiça o potencial de parcerias entre o poder público e um setor social de forte atuação na região.

A reação à desigualdade na distribuição de *royalties* da exploração de Petróleo e Gás é tema que gera desconforto na região, em razão do benefício concentrado em Ilhabela, por questões geográficas, e Caraguatatuba, em virtude da existência da UTGCA e Gastau.

No que se refere à análise conjunta dos eixos estratégicos, esta foi realizada a partir de uma matriz, que permite a visualização rápida das inter-relações entre os diferentes eixos temáticos e suas sinergias e conflitos no Litoral Norte.

Quadro 1.3-1. Matriz de Inter-relações entre Eixos Estratégicos – Síntese Setorial do Diagnóstico da PSLN.

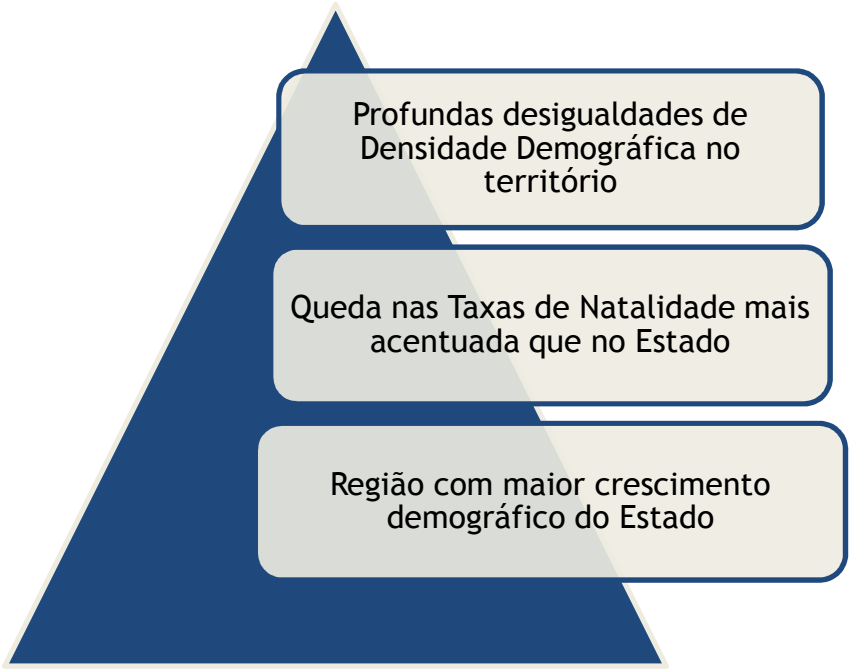
	Eixo 1 Conservação Ambiental	Eixo 2 Turismo Sustentável	Eixo 3 Infraestrutura e Planejamento	Eixo 4 Qualidade de Vida e Diversidade Cultural	Eixo 5 Desenvolvimento Econômico Sustentável
Eixo 1 Conservação Ambiental	• Instrumentalização da gestão das UCs • Criação do Mosaico do LN	• Desenvolvimento do Ecoturismo • Melhorar a infraestrutura para visitação	• Controlar a pressão urbana sobre as UCs • Investimentos em Saneamento Básico	• Regularização da situação das Comunidades Tradicionais	• Geração de emprego e renda a partir das UCs
Eixo 2 Turismo Sustentável	• Desenvolvimento do Ecoturismo e abertura das UCs para visitação • Qualificação dos atrativos para visitantes	• Ausência de governança regional e capacidade de planejamento para o setor	• Expansão urbana motivada pelo turismo de veraneio • Ausência de área para expansão	• Qualificação profissional voltada para o setor do turismo • Controle dos casos de Dengue	• Estímulo para o desenvolvimento de atividades e setores compatíveis com o turismo
Eixo 3 Infraestrutura e Planejamento	• Falta de áreas disponíveis para expansão urbana • Melhoria do Saneamento Básico	• Melhorar infraestrutura disponível e qualidade dos serviços • Sobrecarga na infraestrutura em períodos de alta temporada	• Ausência de soluções regionais	• Investimentos em Saneamento Básico	• Estimular desenvolvimento econômico para reduzir a dependência do sub-setor da Construção Civil
Eixo 4 Qualidade de Vida e Diversidade Cultural	• Fortalecer e articular iniciativas e programas de Educação Ambiental	• Melhorar a Segurança Pública • Utilizar identidade e riqueza cultural como atrativo turístico	• Ampliar oferta e qualidade de equipamentos públicos de Cultura, Esporte e Lazer • Análise de alternativas de processos de regularização fundiária para áreas ocupadas nas UCs, inclusive por comunidades tradicionais e quilombolas	• Fortalecer a identidade cultural regional • Melhoria da oferta de equipamentos e serviços de saúde	• Buscar alternativas de desenvolvimento econômico sustentável e geração de renda para Comunidades Tradicionais • Investimentos em qualificação profissional
Eixo 5 Desenvolvimento Econômico Sustentável	• Estimular a criação de emprego e renda nas UCs • Adequação do processo de Licenciamento Ambiental de modo a garantir análise célere, profunda e focada no meio ambiente	• Desenvolvimento de planejamento regional e captação de dados específicos para mensurar a atividade turística na região	• Escassez de áreas de expansão urbana	• Melhorar a oferta de formação profissional • Oportunidades de negócios relacionados à cultura regional e comunidades tradicionais	• Alavancar oportunidades associadas aos grandes empreendimentos • Redução da sazonalidade na economia

Elaboração: Geo Brasilis. 2012.

2. Diagnóstico por Eixos Estratégicos

2.1. Demografia

2.1.1. Quadro Síntese



Elaboração: Geo Brasilis. 2012.

2.1.2. Crescimento Demográfico

A região do Litoral Norte está localizada ao norte da faixa litorânea do Estado de São Paulo e apresenta área de 1.944,084 km².

Sua população é de 281.779 habitantes, distribuídos nos municípios de Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba, que compõem a Região de Governo de Caraguatatuba, atual Sub-Região 5 da recentemente criada Região Metropolitana do Vale do Paraíba.

Caraguatatuba, a localidade mais populosa, apresenta 100.840 habitantes distribuídos em 485,377 km², o que equivale à densidade demográfica de 207,76 hab/km². Como nos demais municípios, a densidade demográfica é bastante desigual no território, em função da forte presença de unidades de conservação, que se configuram em significativas extensões de terra não habitadas, concentradas na área de serra do município.

Assim, a população se concentra nas regiões de planície litorânea e às margens da BR 101 - Rodovia Rio – Santos.

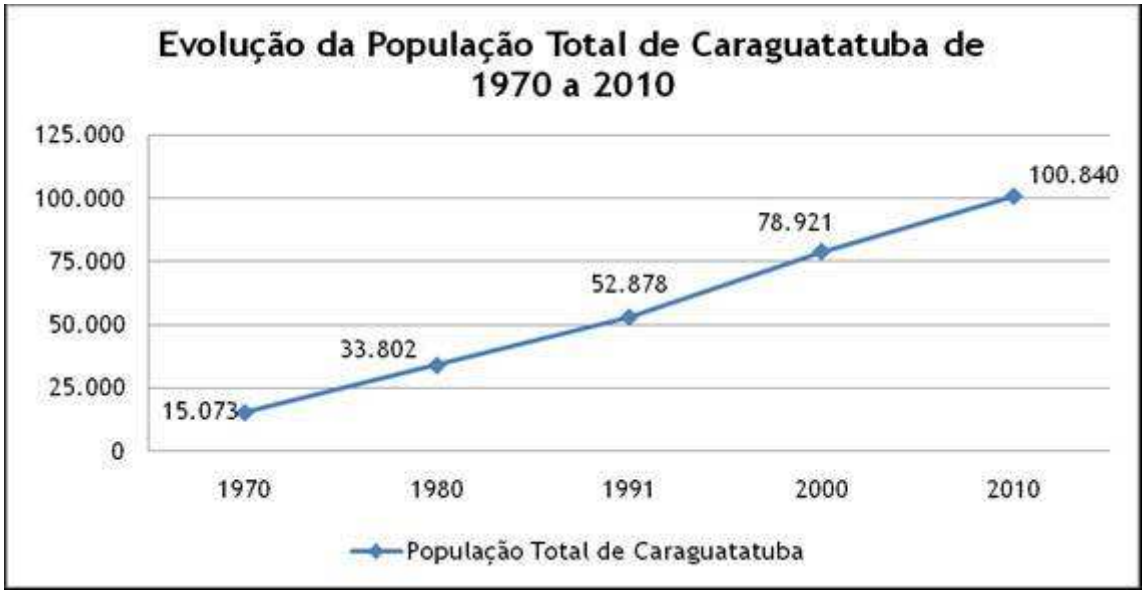
Figura 2.1.2-1. Distribuição das Densidades Demográficas em Caraguatatuba, em 2010.

Fonte: Censo IBGE 2010. 2012. Elaboração: Geo Brasilis. 2012.

Esta realidade de densidades demográficas desequilibradas, com concentração de habitantes na planície,se repete nos demais municípios da região.

É possível notar evolução linear acentuada de crescimento da população do município, no período entre 1980 e 2010, em função da construção da BR 101.

Figura 2.1.2-2. Evolução da População Total de Caraguatatuba entre 1970 e 2010.



Fonte: IBGE.2012. Elaboração: Geo Brasilis. 2012.

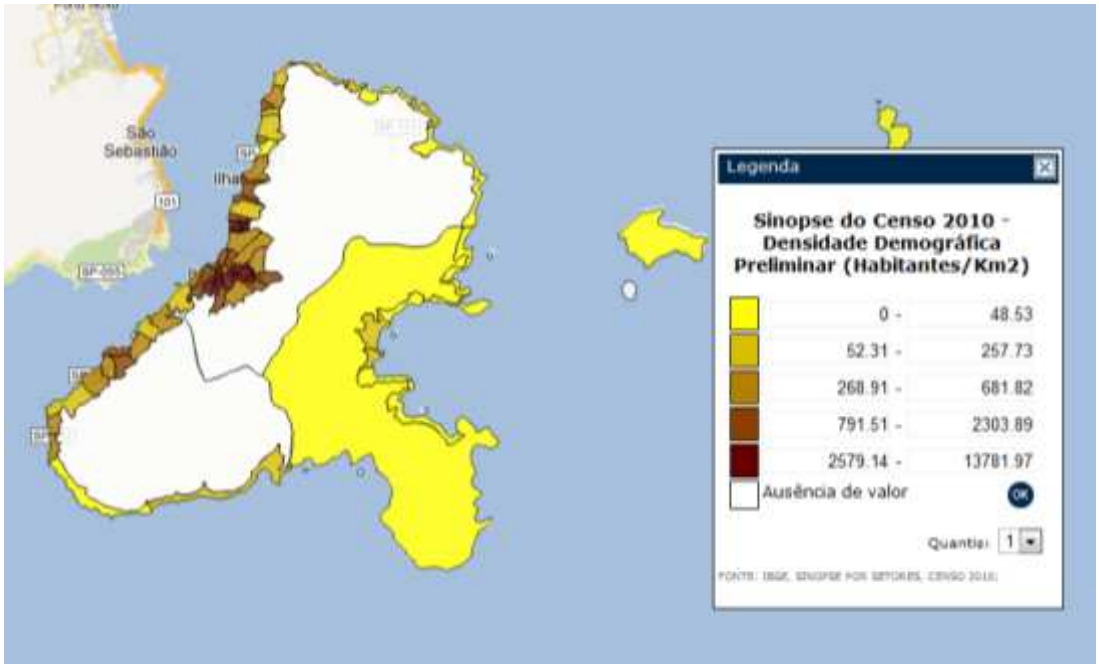
A tendência de evolução demográfica acompanha o comportamento de evolução do Estado de São Paulo e do Brasil, que apresentam crescimento linear acentuado em meados da década de 1990.

Figura 2.1.2-3. Evolução Populacional de Caraguatatuba, em comparação com o Estado de São Paulo e com o Brasil

Fonte: IBGE.2012.

Ilhabela possui 28.196 habitantes, distribuídos em 347,537km², o que equivale à densidade demográfica de 81,13 hab./km².

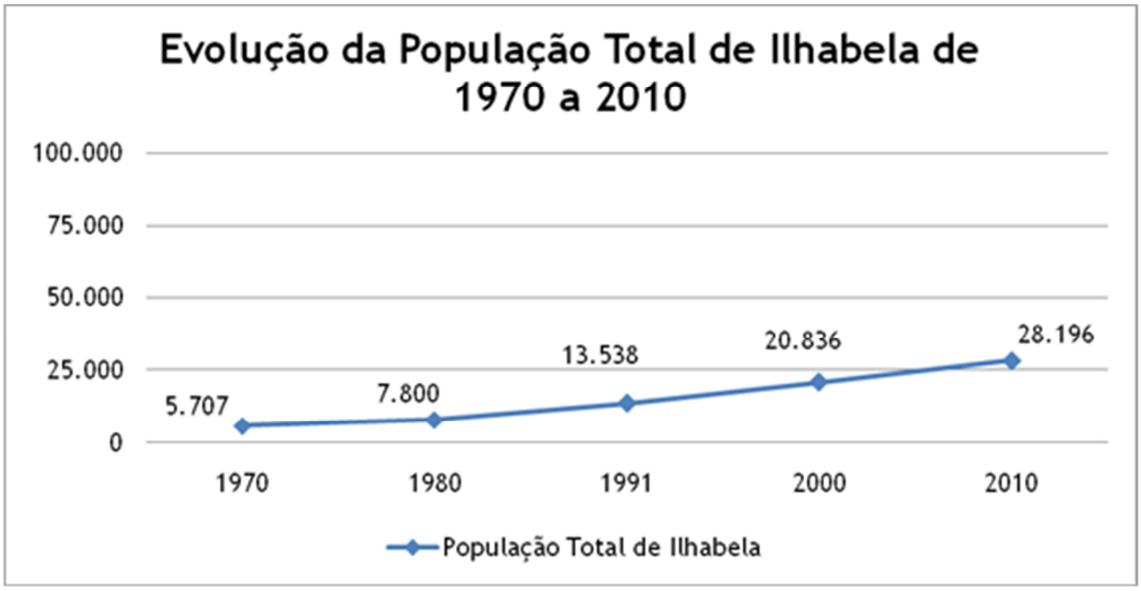
Figura 2.1.2-4. Distribuição das Densidades Demográficas em Ilhabela, em 2010.



Fonte: Censo IBGE 2010. 2012. Elaboração: Geo Brasilis. 2012.

A evolução da população é linear e acentua-se a parir do final do século XX.

Figura 2.1.2-5. Evolução da População Total de Ilhabela de 1970 a 2010.



Fonte: IBGE.2012. Elaboração: Geo Brasilis. 2012.

A tendência de evolução demográfica apresenta ligeira queda na metade da década de 1990 e a partir desse período ocorre um crescimento acentuado até os anos 2000,

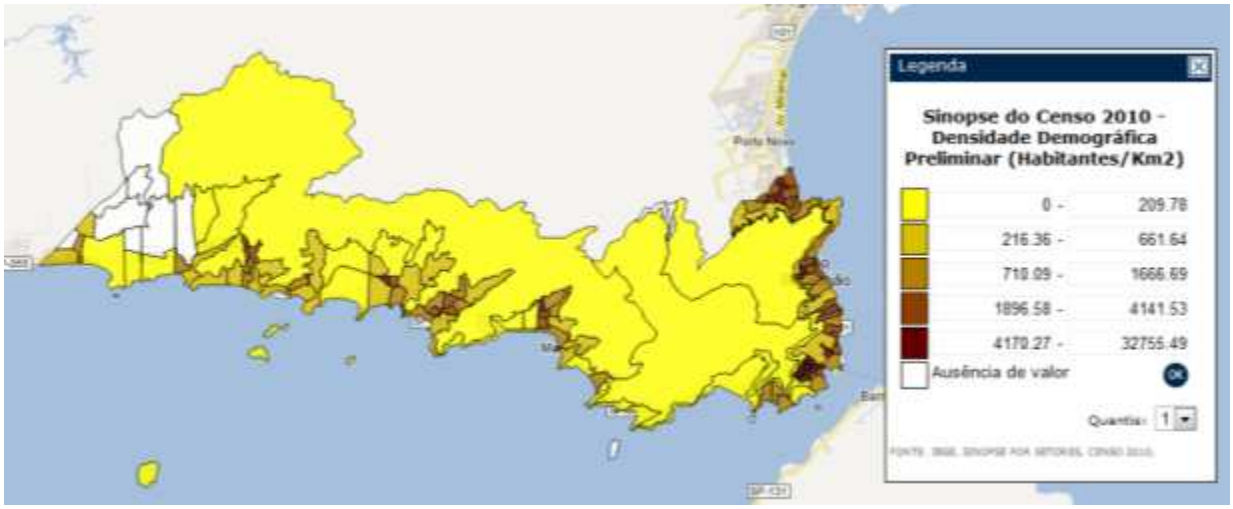
o que corresponde à ampliação da importância do Turismo como atividade econômica e implantação de novos empreendimentos associados.

Figura 2.1.2-6. Evolução Populacional de Ilhabela, em comparação com o Estado de São Paulo e com o Brasil

Fonte: IBGE.2012.

São Sebastião apresenta 73.942 habitantes distribuídos em 400,387 km², o que equivale à densidade demográfica de 184,68 hab./km².

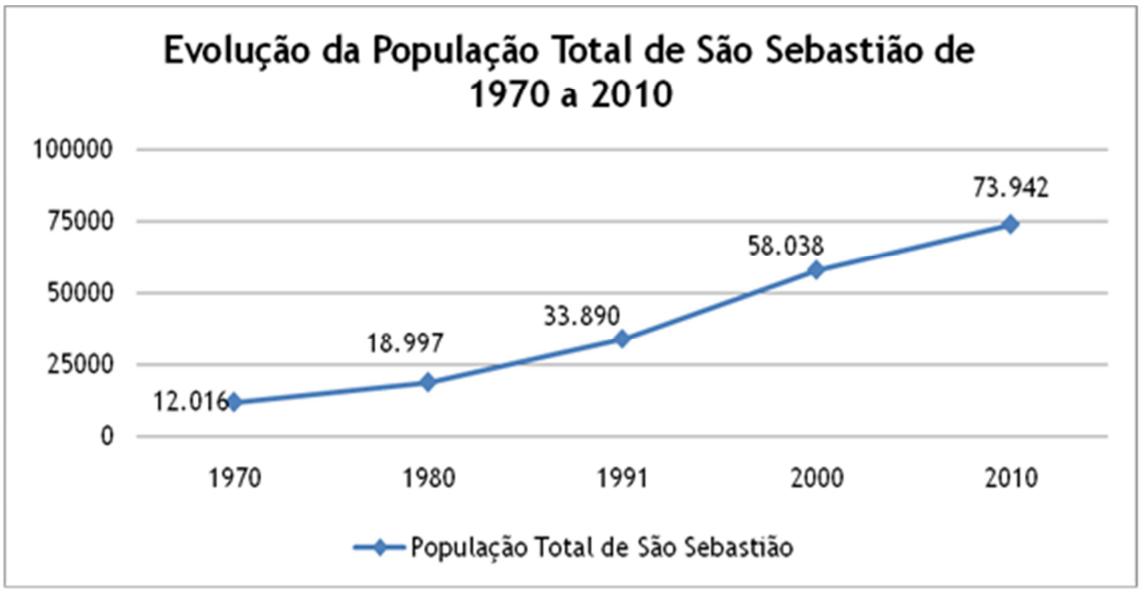
Figura 2.1.2-7. Distribuição das Densidades Demográficas em São Sebastião, em 2010.



Fonte: Censo IBGE 2010. 2012. Elaboração: Geo Brasilis. 2012.

A evolução populacional é acentuada, principalmente a partir da década de 1990.

Figura 2.1.2-8. Evolução da População Total de São Sebastião de 1970 a 2010.



Fonte: IBGE.2012. Elaboração: Geo Brasilis. 2012.

A tendência de evolução demográfica acompanha o comportamento do Estado de São Paulo e do Brasil, embora com crescimentos mais expressivos nas últimas duas décadas.

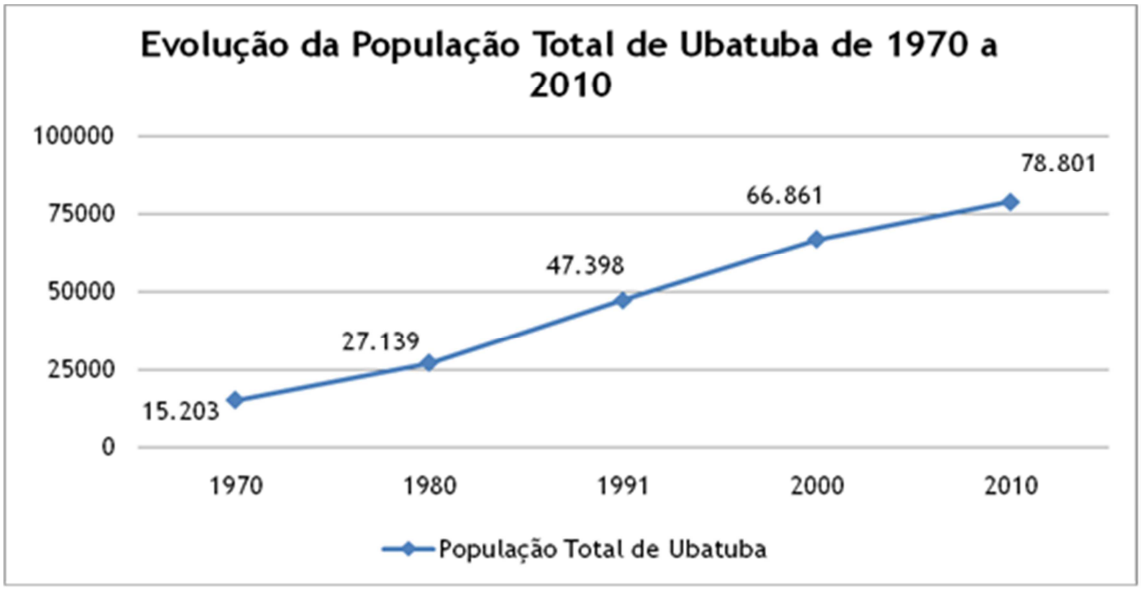
Figura 2.1.2-9. Evolução Populacional de São Sebastião, em comparação com o Estado de São Paulo e com o Brasil.

Fonte: IBGE.2012.

Já Ubatuba possui 78.801 habitantes, distribuídos em 710,783 km², o que corresponde à densidade demográfica de 110,87 hab./km².

A evolução da população apresenta crescimento linear.

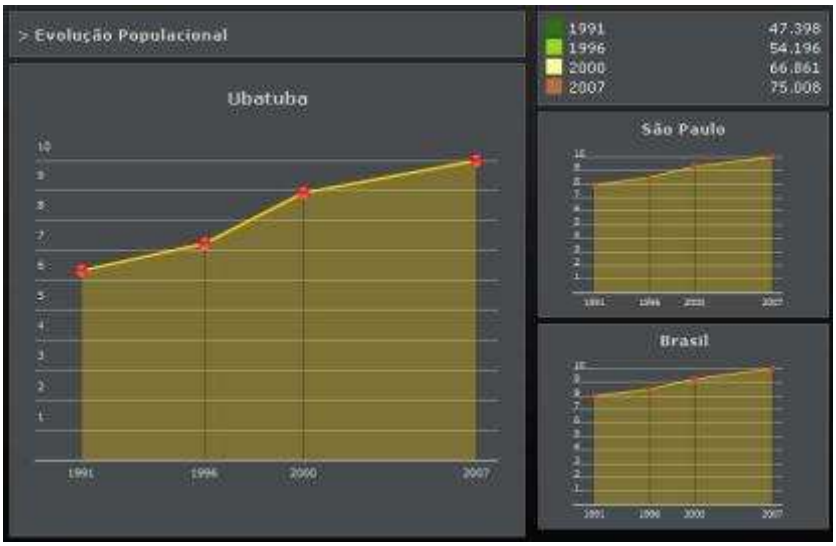
Figura 2.1.2-10. Evolução da População Total de Ubatuba de 1970 a 2010.



Fonte: IBGE.2012. Elaboração: Geo Brasilis. 2012.

A evolução demográfica apresenta tendência semelhante à do Estado de São Paulo e à do Brasil, quando comparadas.

Figura 2.1.2-11. Evolução Populacional de Ubatuba, em comparação com o Estado de São Paulo e com o Brasil.



Fonte: IBGE.2012.

A comparação do comportamento da Taxa Geométrica de Crescimento Demográfico dos quatro municípios do Litoral Norte com o Estado de São Paulo revela que a região cresceu acima do Estado, o que vem acontecendo desde a década anterior.

De um período analisado (1991-2000) para o outro (2000-2010) existe uma diminuição comum a todos os municípios na Taxa de Crescimento Populacional, assim como no Estado de São Paulo. A queda mais significativa é nos municípios de São Sebastião e Ubatuba.

É importante observar ainda, que apesar de decrescentes, ainda há forte aumento da população nesses municípios.

Nesse sentido, deve-se destacar que a região composta pelos municípios do Litoral Norte é a que mais cresce demograficamente, no Estado de São Paulo, desde a década de 90, conforme indicado no **Quadro 2.1.2-2.**

Quadro 2.1.2-1. Evolução da Taxa Geométrica Anual de Crescimento Populacional de Caraguatatuba e Estado de São Paulo, nos períodos de 1991-2000 e 2000-2010 (em %).

	1991-2000	**2000-2010**	**Variação entre Décadas**
Caraguatatuba	4,56	2,5	-45,18%
Ilhabela	4,95	3,09	-37,58%
São Sebastião	6,26	2,48	-60,38%
Ubatuba	3,97	1,68	-57,68%
Estado de SP	**1,82%**	**1,09%**	**-40,11%**

Fonte: IBGE.2012. Elaboração: Geo Brasilis. 2012.

Quadro 2.1.2-2. Evolução da Taxa Geométrica Anual de Crescimento Populacional das Regiões de Governo do Estado de São Paulo (em %).

Evolução da Taxa Geométrica de Crescimento da População nas Regiões de Governo do ESP (em %)			
Região de Governo	**1991**	**2000**	**2010**
Caraguatatuba	4,84	4,83	2,31
Jundiaí	2,68	2,55	1,93
Itapetininga	2,85	2,66	1,76
Campinas	3,39	2,53	1,7
Ribeirão Preto	2,86	1,91	1,64

Evolução da Taxa Geométrica de Crescimento da População nas Regiões de Governo do ESP (em %)			
Região de Governo	1991	2000	2010
Sorocaba	3,3	2,82	1,52
Botucatu	2,56	1,96	1,4
Bragança Paulista	2,54	2,39	1,38
São José dos Campos	3,48	2,1	1,36
São José do Rio Preto	2,52	2,33	1,35
Rio Claro	2,11	2,55	1,29
Taubaté	2,24	2,02	1,25
Santos	2,19	2,17	1,21
Piracicaba	2,7	2	1,2
São Joaquim da Barra	1,75	1,71	1,2
Limeira	2,93	2,03	1,18
São Carlos	2,54	2,13	1,14
Jaú	2,3	1,8	1,11
Araraquara	2,81	1,63	1,06
Araçatuba	1,7	1,25	1
RMSP	1,86	1,68	0,97
Bauru	2,23	1,8	0,95
Catanduva	1,42	1,29	0,95
Franca	2,73	1,98	0,94
Votuporanga	0,87	0,91	0,88
Avaré	1,43	1,67	0,85
Lins	0,91	1,14	0,81
Dracena	0,09	0,05	0,72
Ourinhos	1,49	1,61	0,72
Guaratinguetá	1,58	1,26	0,66
Assis	2,04	1,4	0,66
Marília	1,35	1,51	0,65
Andradina	0,81	0,47	0,62
Cruzeiro	1,23	1	0,61
Barretos	2,64	1,13	0,6

Evolução da Taxa Geométrica de Crescimento da População nas Regiões de Governo do ESP (em %)			
Região de Governo	**1991**	**2000**	**2010**
Adamantina	-0,47	-0,05	0,57
Presidente Prudente	1,57	1,17	0,53
São João da Boa Vista	1,86	1,26	0,49
Fernandópolis	0,41	0,55	0,38
Jales	0,27	0,5	0,2
Registro	1,86	1,77	0,15
Tupã	0,27	0,53	0,15
Itapeva	1,56	0,9	0,02

Fonte: Fundação Seade.2012. Elaboração: Geo Brasilis. 2012.

A diminuição do crescimento demográfico no Litoral Norte e no Estado de São Paulo é reflexo também da diminuição da Taxa de Natalidade registrada nos últimos anos.

Nota-se que a queda da natalidade na região foi ainda mais acentuada que a média estadual, o que configura a relevância do processo de migração no Litoral Norte.

Quadro 2.1.2-3. Evolução da Taxa de Natalidade no Litoral Norte de São Paulo, entre 1991 e 2010.

Evolução da Taxa de Natalidade (nascimentos/1.000 habitantes) no Litoral Norte de SP, entre 1991 e 2010						
Município	**1991**	**1995**	**2000**	**2005**	**2010**	**Variação Entre 1991 e 2010**
Caraguatatuba	23,17	22,92	20,16	16,29	15,14	-34,66%
Ilhabela	25,68	20,49	22,41	20,07	17,35	-32,44%
São Sebastião	24,14	24,6	22,39	19,72	16,72	-30,74%
Ubatuba	24,5	22	23,38	18,41	14,13	-42,33%

Evolução da Taxa de Natalidade (nascimentos/1.000 habitantes) no Litoral Norte de SP, entre 1991 e 2010						
Município	1991	1995	2000	2005	2010	Variação Entre 1991 e 2010
Estado de SP	20,76	20,11	18,92	15,79	14,59	-29,72%

Fonte: SEADE.2012. Elaboração: Geo Brasilis. 2012.

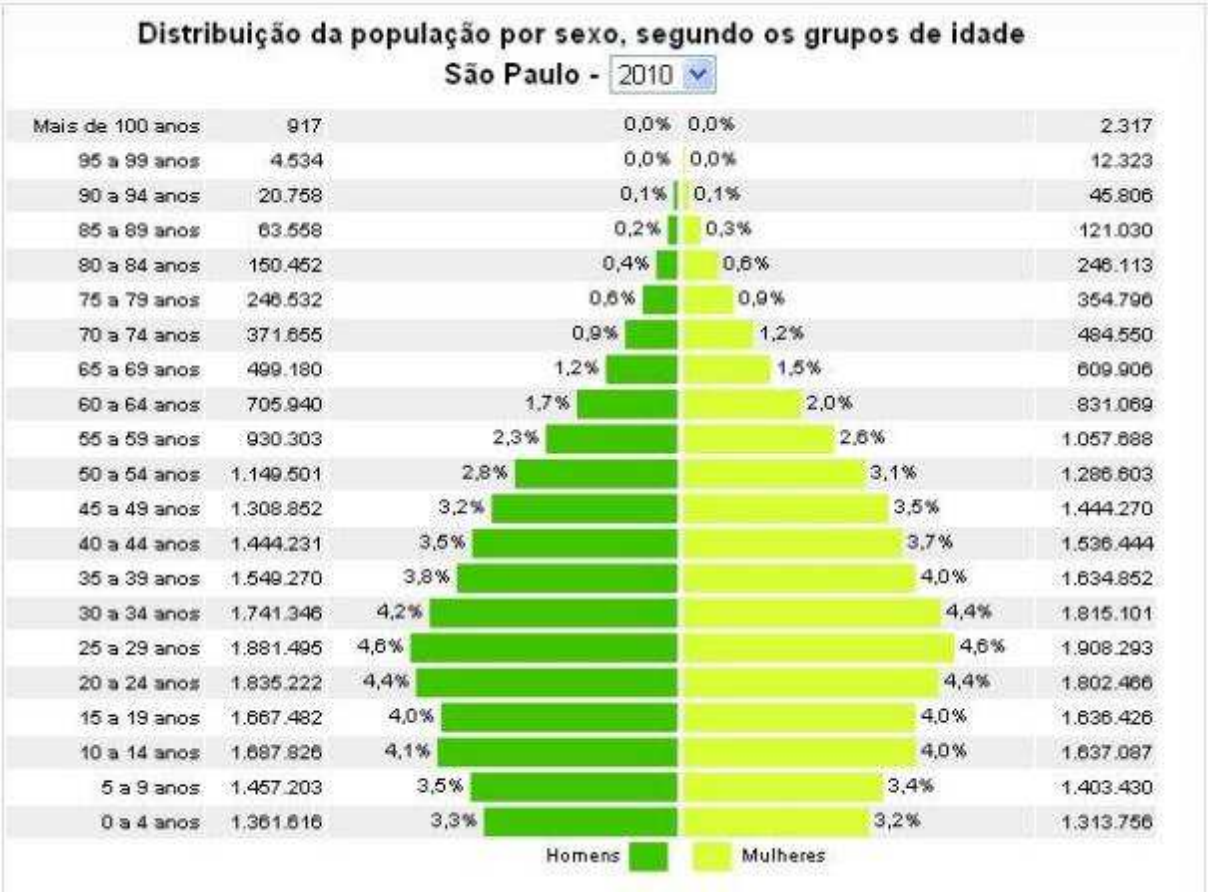
2.1.3. Distribuição Etária da População

Os municípios do Litoral Norte Paulista apresentam comportamento similar ao do Estado de São Paulo no que diz respeito à distribuição etária, embora a faixa de 10 a 14 apresente percentual superior ao do Estado.

O maior número de crianças na faixa de 10 a 14 anos em relação à primeira infância, pode ser explicado pela queda mais significativa das taxas de natalidade a partir do ano 2000.

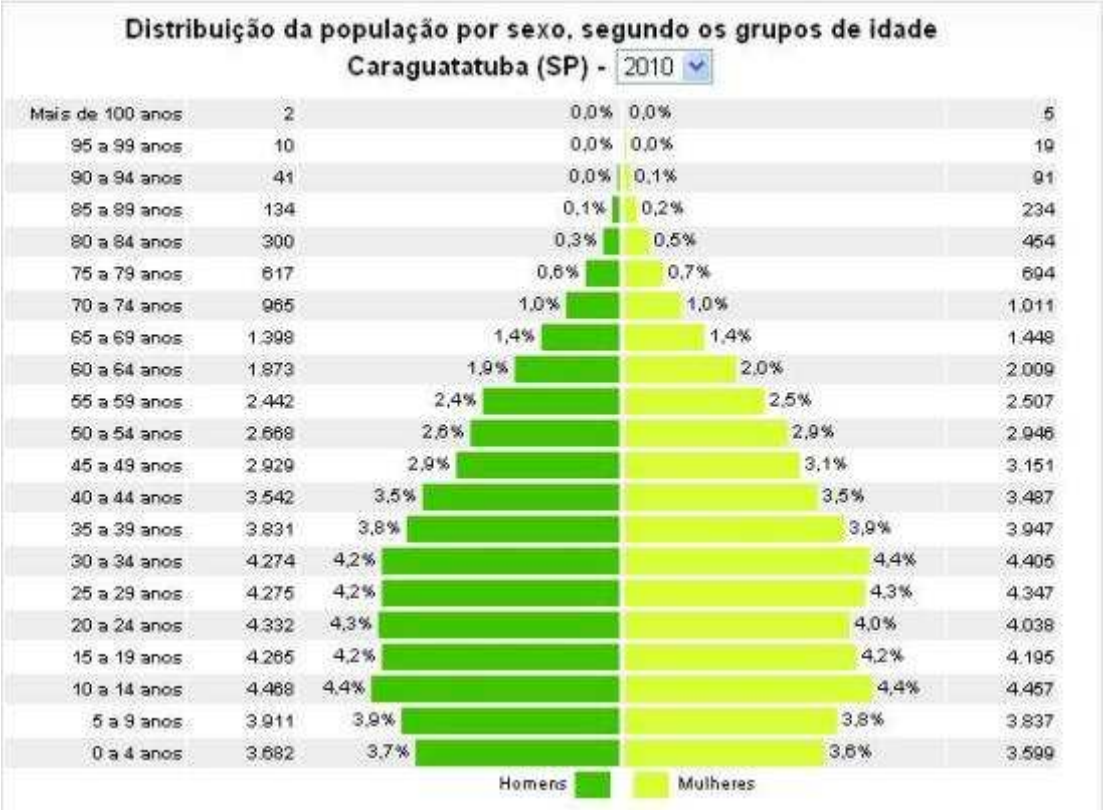
A predominância de população entre 20 e 30 anos é notada em todos os município, o que pode indicar migração de jovens atraídos pelo crescimento da região.

Figura 2.1.3-1. Distribuição da População do Estado de São Paulo por sexo e faixas de idade – 2010.



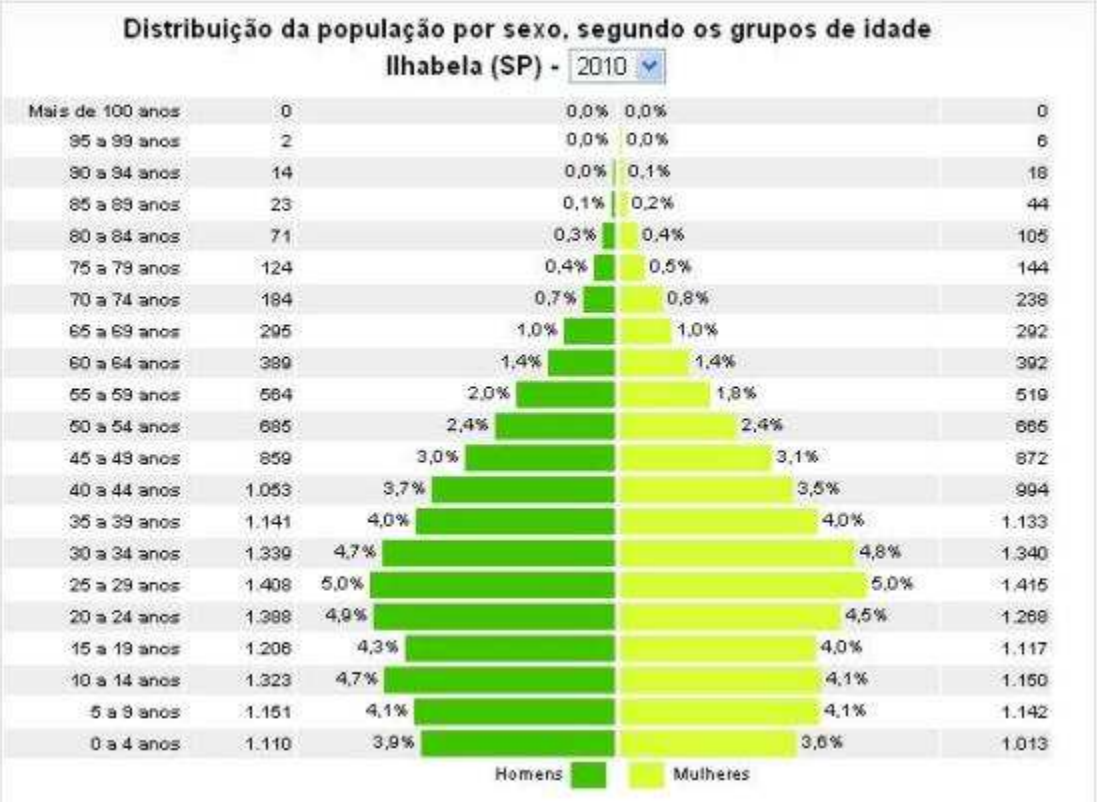
Fonte: Censo 2010 IBGE.2012.

Figura 2.1.3-2. Distribuição da População de Caraguatatuba por sexo e faixas de idade – 2010.



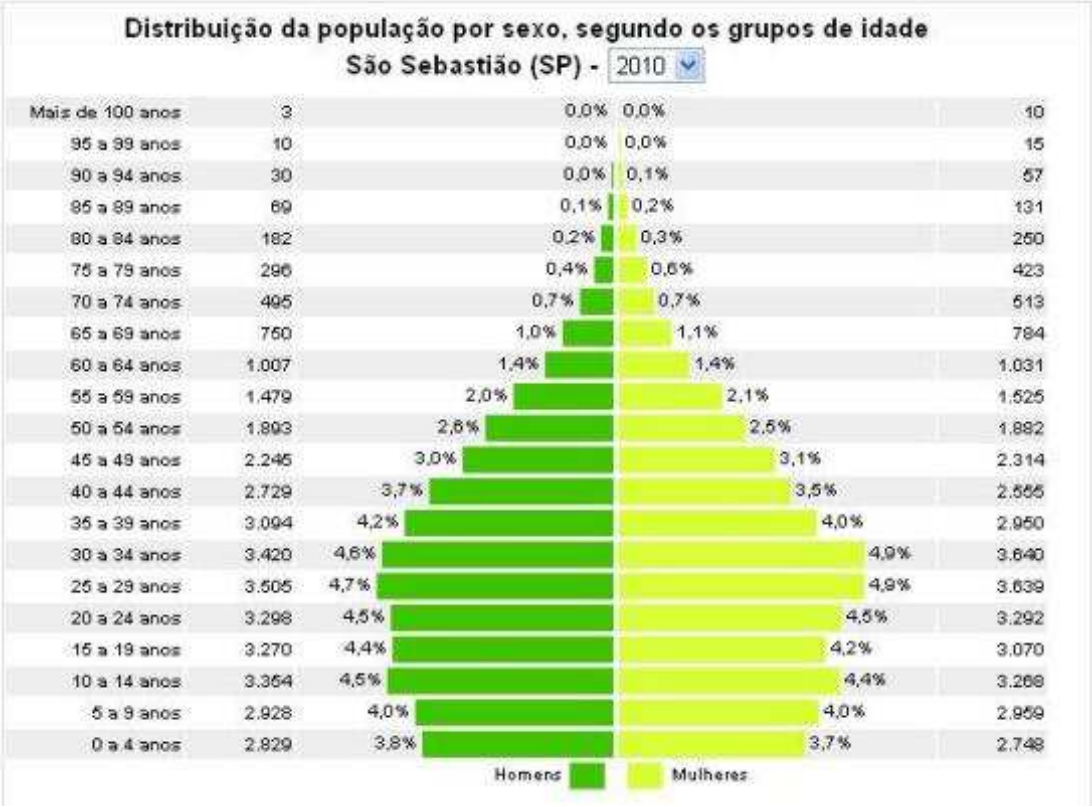
Fonte: Censo 2010 IBGE.2012.

Figura 2.1.3-3. Distribuição da População de Ilhabela por sexo e faixas de idade – 2010.



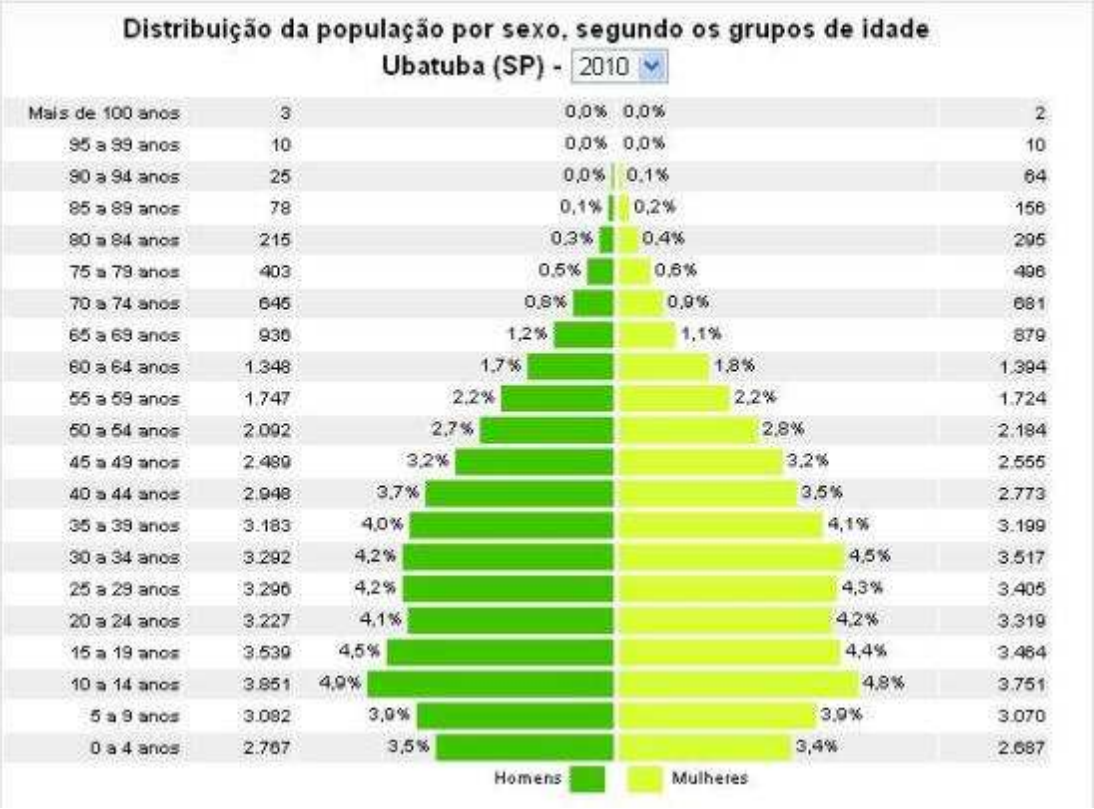
Fonte: Censo 2010 IBGE.2012.

Figura 2.1.3-4. Distribuição da População de São Sebastião por sexo e faixas de idade – 2010.



Fonte: Censo 2010 IBGE.2012.

Figura 2.1.3-5. Distribuição da População de Ubatuba por sexo e faixas de idade – 2010.



Fonte: Censo 2010 IBGE.2012.

2.1.4. População Rural e Urbana

Com relação à distribuição espacial da população, existe predomínio da população urbana, que apresenta ligeiro crescimento desde 2000.

Quadro 2.1.4 -1. População Rural e Urbana do Litoral Norte e do Estado de São Paulo, em 2000 e 2010.

Evolução da População Urbana e Rural, de 2000 a 2010				
Município	2000	2010	2000	2010
	Urbana		Rural	
Caraguatatuba	74.972	96.673	3.656	4.167
Ilhabela	20.506	28.002	246	194
São Sebastião	57.162	73.109	583	833
Ubatuba	64.983	76.907	1.661	1.894
Estado de SP	**34.538.004**	**39.585.251**	**2.436.374**	**1.676.948**

Fonte: SEADE. Censo 2010 IBGE.2012.

Quando observados, os percentuais de representação das populações rural e urbana variam para cada município. Caraguatatuba, apesar da redução da população rural, ainda apresenta o mais significativo percentual de população rural do litoral paulista. Essa representação é similar à do Estado de São Paulo, embora o comportamento deste apresente queda mais acentuada na porcentagem de pessoas habitando o campo no mesmo período.

Deve-se destacar a predominância absoluta da população urbana, vista a escassez das áreas rurais entre os espaços já urbanizados e ocupados por Unidades de Conservação.

Quadro 2.1.4 -2. Evolução da População Rural e Urbana do Litoral Norte e do Estado de São Paulo, em 2000 e 2010, em %.

Evolução da População Urbana e Rural, de 2000 a 2010 (%)				
Município	**2000**	**2010**	**2000**	**2010**
	Urbana		**Rural**	
Caraguatatuba	95,4	95,9	4,6	4,1
Ilhabela	98,8	99,3	1,2	0,7
São Sebastião	99,0	98,9	1,0	1,1
Ubatuba	97,5	97,6	2,5	2,4
Estado de SP	**93,4**	**95,9**	**6,6**	**4,1**

Fonte: SEADE. Censo 2010 IBGE.2012.

2.1.5. Migração

A taxa de migração anual corresponde à razão entre o saldo migratório anual e a população média anual de determinada área. As taxas de migração são utilizadas para dimensionar o impacto do saldo migratório no volume da população dessa área.

O Litoral Norte é a região do Estado de São Paulo com os maiores índices de migração, desde 1991, conforme destacado no **Quadro 2.1.5-1**.

12 Regiões de Governo do Estado de São Paulo com Maiores Taxas de Migração (em %)			
Regiões de Governo	**1991**	**2000**	**2010**

12 Regiões de Governo do Estado de São Paulo com Maiores Taxas de Migração (em %)			
Regiões de Governo	**1991**	**2000**	**2010**
Caraguatatuba	24,27	29,27	10,54
Jundiaí	7,62	11,92	9,46
Campinas	15,45	12,2	8,13
Itapetininga	8,91	12,2	7,87
Ribeirão Preto	9,36	6,45	7,58
São José do Rio Preto	10,11	13,42	7,39
Rio Claro	6,51	15,31	6,31
Bragança Paulista	8,86	11,93	6,3
Sorocaba	13,26	13,51	5,76
Botucatu	8,49	7,2	5,56
Votuporanga	-6,55	0,99	4,73
Catanduva	-1,22	2,95	4,41

Fonte: Fundação Seade.2012. Elaboração: Geo Brasilis. 2012.

Nota-se que existe diminuição geral das taxas de migração dos municípios no Litoral Norte Paulista, com maior expressão de São Sebastião e Ubatuba, que apresenta resultados inferiores aos da média regional, em função também da maior distância dos investimentos de grande porte realizados na região.

Quadro 2.1.5-2. Evolução da Taxa Anual de Migração dos municípios do Litoral Norte de São Paulo, em 2000 e 2010.

Evolução da Taxa Anual de Migração (por mil habitantes)		
Município	**2000**	**2010**
Caraguatatuba	28,45	14,32
Ilhabela	31,06	15,56
São Sebastião	41,28	10,4
Ubatuba	20,04	4,31

Fonte: Fundação Seade.2012. Elaboração: Geo Brasilis. 2012.

O resultado das taxas de migração reflete diretamente no crescimento anual da população, analisado anteriormente.

2.1.6. Projeção Populacional para o Litoral Norte

A avaliação das projeções populacionais para os municípios do Litoral Norte permite uma análise necessária da intensidade da pressão demográfica que deve atingir a região nos próximos anos.

Considerando que o Litoral Norte é a região de governo do Estado de São Paulo com maior crescimento demográfico nas últimas três décadas e a sobreposição de investimentos de grande porte nesta região, tal análise se faz necessária como passo preliminar para avaliar as consequências derivadas da ocupação populacional e urbana sobre o território, incluindo as Unidades de Conservação e as limitações de infraestruturas existentes.

Assim, utilizaram-se os resultados das projeções oficiais realizadas pela Fundação Seade, bem como a metodologia proposta pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de modo a estimar, em função do comportamento demográfico histórico e tendencial a população do Litoral Norte e cada um de seus municípios para os anos de 2015, 2020 e 2030.

Deve-se salientar que os resultados a seguir não incluem a análise de fatores exógenos, como investimentos econômicos anunciados, na indução do crescimento demográfico.

Quadro 2.1.6-1. Projeção Demográfica para o Litoral Norte e seus Municípios, para os anos de 2015 e 2020, segundo a Fundação Seade.

Projeção de População Residente em 1º de julho			
Município	***2010***	***2015***	***2020***
Caraguatatuba	100.634	106.286	111.605
São Sebastião	73.793	80.095	86.481
Ilhabela	28.125	31.869	35.198
Ubatuba	78.693	86.733	93.712
TOTAL DA REGIÃO	281.245	304.983	326.996

Fonte: Fundação Seade. 2012.

Quadro 2.1.6-2. Projeção Demográfica para o Litoral Norte e seus Municípios, para os anos de 2015, 2020 e 2030, calculada segundo metodologia do IBGE.

Localidade	2010	*2015*	*2020*	*2030**	Variação entre 2010 e 2015	Variação entre 2015 e 2020	Variação entre 2020 e 2030	Variação entre 2010 e 2030
Estado de SP	**41.223.683**	**43.213.026**	**44.890.501**	**45.569.349**	4,83%	3,88%	1,51%	10,54%
Caraguatatuba	100.840	111.039,48	119.813,70	123.364,49	10,34%	7,90%	2,96%	22,59%
São Sebastião	73.942	81.390,59	87.797,10	90.389,72	10,30%	7,87%	2,95%	22,49%
Ilhabela	28.196	31.623,25	34.573,08	35.766,83	12,44%	9,33%	3,45%	27,17%
Ubatuba	78.801	84.322,00	89.068,54	90.989,39	7,15%	5,63%	2,16%	15,63%
TOTAL DA REGIÃO	281.779	308.375	331.252	340.510	9,65%	7,42%	2,79%	21,07%

Fonte: IBGE. Elaborado por: Geo Brasilis. 2012.

Deve-se notar que ambas as metodologias preveem que o Litoral Norte continue apresentando crescimento demográfico acima da média estadual. O comportamento tendencial mostra queda contínua das taxas de crescimento no estado e na região.

Cabe destacar que o município que tende a apresentar menor crescimento é Ubatuba e o maior é Ilhabela.

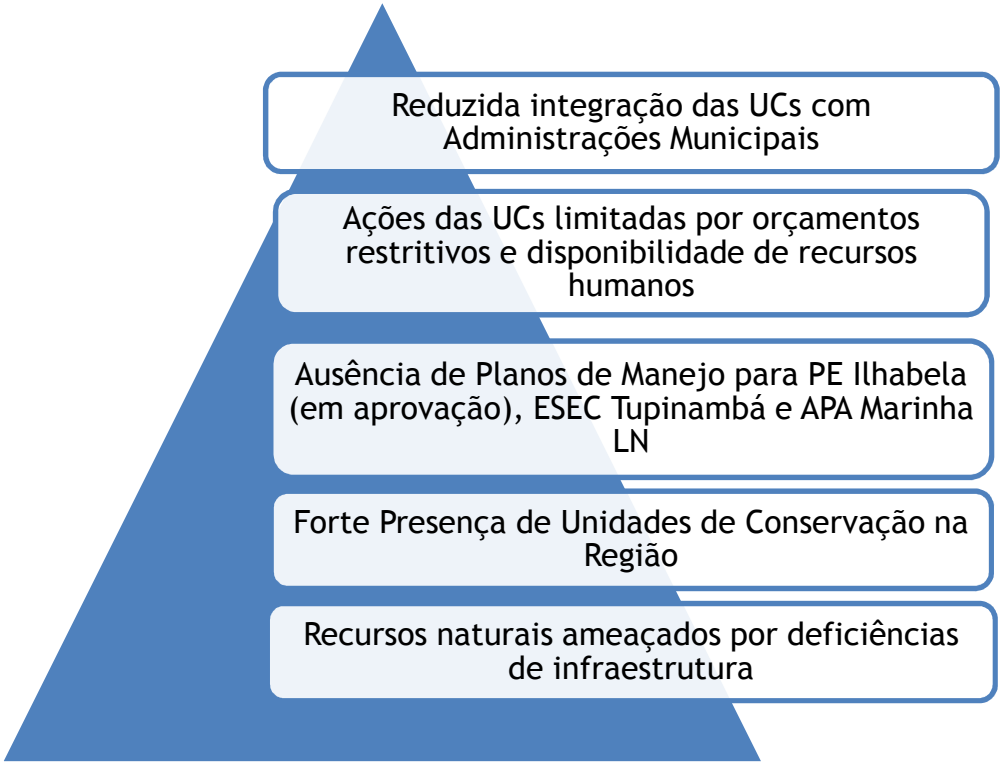
Avaliando o número de habitantes previsto para 2030, tem-se o acrescimento de aproximadamente 60.000 novos moradores do Litoral Norte.

Gerar habitação, empregos, infraestrutura de saneamento básico, mobilidade, acesso a equipamentos públicos de saúde e educação para esse contingente é o desafio a ser considerado.

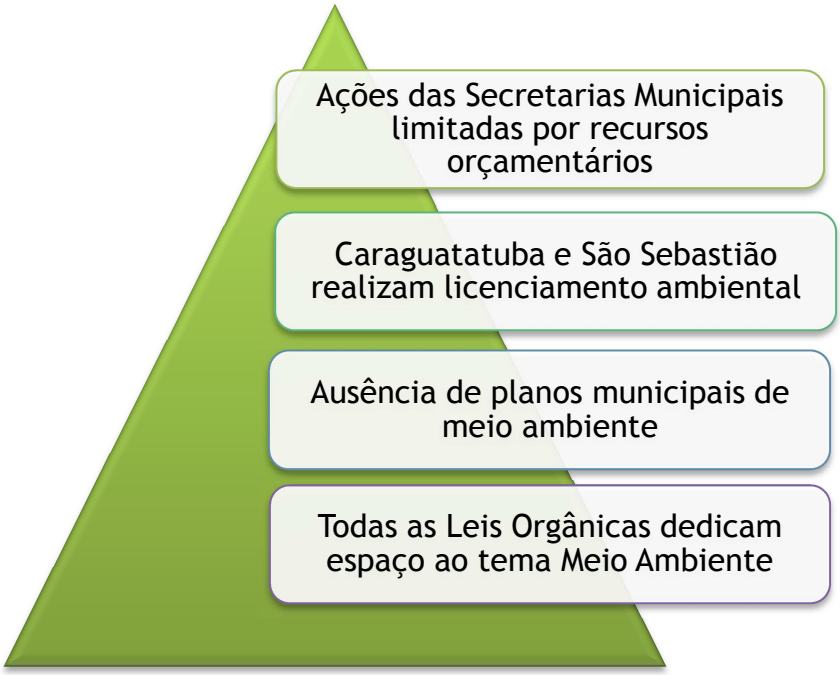
2.2. Eixo Estratégico 1: Conservação Ambiental

2.2.1. Quadro Síntese

Dimensão Geral



Dimensão Local



2.2.2. Unidades de Conservação

A presença de Unidades de Conservação no Litoral Norte é fator determinante para a compreensão do território e das dinâmicas populacionais, urbanas e econômicas nele inseridas.

A importância das UCs no Litoral Norte se manifesta na sua forte presença no território, ocupando mais de 80% das áreas municipais de Caraguatatuba e Ubatuba, e na sua localização, que limita as áreas urbanizáveis, essencialmente, à planície litorânea, imprimindo ao restante da região forte caráter de conservação ambiental.

Quadro 2.2.2-1. Participação das Unidades de Conservação e áreas com vegetação nativa no território dos municípios do Litoral Norte.

	Área Total (ha) (2009)	Área com Vegetação Natural (ha) (2009)	% de Área com Vegetação Natural (2001)	% de Área com Vegetação Natural (2009)	% de Área com UC (2001)
Caraguatatuba	48.395	38.285	74,6	79,1	80,4
Ilhabela	34.830	30.866	88,4	88,6	78,3
S. Sebastião	40.334	35.780	71,3	88,7	59,3
Ubatuba	71.212	63.984	91	89,9	81,0
TOTAL	194.000	168.915	82%	88,6	75

Fonte: IBGE. Instituto Florestal. Elaboração: Geo Brasilis, 2012.

A região conta com onze Unidades de Conservação (UC) nacionais, estaduais e municipais:

- Parque Nacional Serra da Bocaina;
- Parque Estadual da Serra do Mar;
- Parque Estadual da Ilha Anchieta;
- Parque Estadual de Ilhabela;
- Estação Ecológica Tupinambás;
- APA - Área de Proteção Ambiental Alcatrazes;
- APA Marinha Litoral Norte;
- APA Ilha de Itaçucé;
- RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural) Morro do Curussú-Mirim;
- RPPN Sítio do Jacu;
- RPPN Toque-Toque Pequeno; e
- RPPN Rizzieri.

As UCs acima relacionadas estão em diferentes situações, quanto a projetos existentes, existência e implantação do Plano de Manejo e integração com as administrações municipais e governanças relevantes nas localidades e na região.

A movimentação comum às UC estaduais é o fortalecimento de seus Conselhos gestores ou consultivos, com a atração de representantes de prefeituras, entidades da sociedade civil organizada de atuação destacadas e interessados de diversos setores.

Esse processo envolve maior organização das reuniões periódicas, discussão objetiva de projetos e questões relevantes e foco na apresentação de resultados, que envolvem programas como os de educação ambiental.

Outra oportunidade para as UCs estaduais é o Decreto No 57.401, de 06 de outubro de 2011, que estabelece um programa de parcerias, com foco em "assegurar a sustentabilidade econômica e autonomia administrativa das Unidades de Conservação", entre outros objetivos.

O decreto permite a formalização de parcerias através de diversos instrumentos, como convênios, permissões, concessões e uso de bem público ou de serviço público, além de PPPs (parcerias público-privadas). Embora ainda não haja regulamentação através de resolução da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, espera-se que as parcerias sejam fontes de recursos para as UCs, contribuindo também para a melhoria de sua infraestrutura de apoio e atratividade de mais visitantes, com instalação de meios de hospedagem, restaurantes entre, outros.

2.2.2.1. Parque Nacional Serra da Bocaina

O Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB) foi criado pelo Decreto Federal n° 68.172, de 04 de fevereiro de 1.971, com área de 134.000 ha, sendo posteriormente modificado pelo Decreto Federal n° 70.694, de 08 de junho de 1.972, totalizando uma área de 104.000 ha.

Dessa área, 38,1% se situa no Estado de São Paulo, incluindo as localidades de Ubatuba (a única do Litoral Norte), Cunha, Areias, São José do Barreiro e Bananal. O restante do território está contido no estado do Rio de Janeiro.

Em Ubatuba, seu limite se sobrepõe ao Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), em seu núcleo Picinguaba, sediando 12,7% do total da área do PNSB.

O Parque apresente um relevante fragmento do Domínio da Mata Atlântica, agrupando Floresta Atlântica, coberto pela Floresta Ombrófila Densa (Submontana, Montana e Alto Montana), Floresta Ombrófila Mista Alto Montana e Campos de Altitude.

Seu Plano de Manejo foi elaborado entre 1997 e 2000 e caracteriza as atividades de educação ambiental então realizadas como incipientes e a fiscalização como precária.

O Plano relata ainda a ocorrência das seguintes atividades, tidas como conflitantes como o caráter de conservação do Parque:

- Extração de madeira de lei (com registro de retirada ilegal de lenha em Ubatuba), espécies comestíveis (como o palmito), espécies ornamentais (como bromélias e orquídeas);

- Queimadas;
- Especulação imobiliária;
- Sítios de lazer;
- Caça;
- Agropecuária;
- Piscicultura, entre outros.

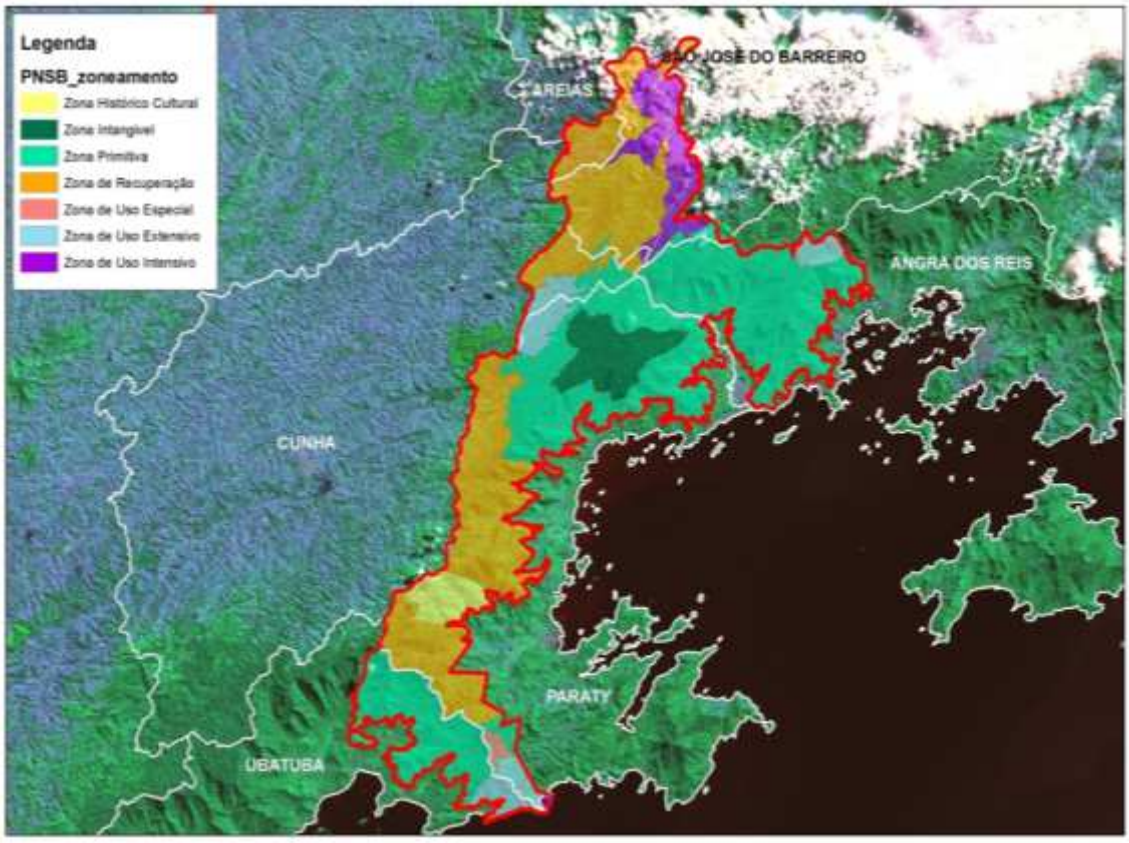
As principais atividades de uso públicos realizadas no PNSB se relacionam a caminhadas (utilizando trilhas como Corisco e Corisquinho, que se iniciam na Praia da Fazenda, em Picinguaba), piqueniques, acampamento selvagem, ciclismo, motociclismo, banho de cachoeira e mergulho.

O acesso ao Parque por Ubatuba se dá pela Rodovia Rio-Santos (BR 101), que cruza o território do PNSB.

Do ponto de vista institucional, o plano de manejo vê oportunidades de parceria com a Prefeitura de Ubatuba e com a Fundação Pró-Tamar, com foco em divulgação do parque e projetos conjuntos de educação ambiental.

Com relação à zona de amortecimento do PNSB, esta é definida por um raio de 10km a partir das divisas da UC, o que inclui o Distrito de Picinguaba (bairros de Puruba, Ubatumirim e Picinguaba), em Ubatuba.

Figura 2.2.2.1-1. Zoneamento do Parque Nacional da Serra da Bocaína.



Fonte: ICMBio - Plano de Manejo do PNSB. 2000.

O segmento do parque inserido em Ubatuba recebe o zoneamento de Zona de Uso Extensivo e de Zona Primitiva, esta última dentro do Segmento Picinguaba e se caracteriza pela alta riqueza de espécies e conservação de vegetação, com interferências de uso e ocupação relacionadas principalmente a deslizamentos causados por fatores naturais e abertura de trilhas, como sintoma da pressão turística na região. Os principais conflitos com o caráter de Conservação do PNSB existentes são:

- Presença de trilhas consolidadas, utilizadas por turistas;
- População esparsa;
- Presença constante de palmiteiros e caçadores;
- Pequenos desmatamentos para a implantação de pastagens ou agricultura de sobrevivência;
- Pressão turística.

Dentro da zona primitiva, são permitidos os seguintes usos e atividades:

- Caminhada, lazer contemplativo e acampamento selvagem em locais pré-definidos;
- Educação voltadas à formação de uma ética ambiental e interpretação do meio ambiente.

Dentro da zona primitiva são proibidos os seguintes usos e atividades:

- Abertura de trilhas e/ou picadas ou uso de fogueiras;
- Construção de infraestrutura, exceto em caso de pesquisa mediante aprovação da Administração do Parque.

No caso da Zona de Uso Extensivo, as principais pressões identificadas são:

- Pressão limítrofe da BR-101;
- Área de circulação da tribo indígena Guarani-Araponga;
- Turismo intensivo ao longo de estradas e trilhas;
- População esparsa e pressão por núcleos populacionais;
- Trilhas e deslocamento de população local;
- Desmatamento;
- Pressão agropecuária;
- Extrativismo e caça.

Os usos permitidos pelo Plano de Manejo dentro da Zona de Uso Extensivo são:

- Atividades de uso público debaixo impacto ao meio físico e biótico;
- Construção de infraestrutura indispensável às atividades de fiscalização e uso público de baixo impacto;
- Uso de veículos motorizados apenas como auxílio à fiscalização, atividades de pesquisa, prestação de socorro e outras situações de caráter especial;
- Se estritamente necessário, será permitida a

- Abertura de trilhas e/ou picadas, com o mínimo impacto ao meio natural, com finalidades de fiscalização, pesquisa e educação;
- Visitas aos pontos culminantes do Parque.

O Plano de Manejo define diversas ações que se inserem no território de Ubatuba. Entre elas se destacam:

- Implantação de posto de vigilância em Picinguaba;
- Monitoramento das áreas de regeneração e recuperação resultantes de ações de manejo no município;
- Assinatura de termo de cooperação com a prefeitura municipal com foco na alfabetização de crianças e adultos que vivem no Parque;
- Promover integração entre o Parque e as Unidades legalmente protegidas com áreas coincidentes ou vizinhas ao Parque, como o PESM e Núcleo Caiçara Picinguaba.

A implantação de tais ações, bem como das demais propostas no Plano de Manejo do PNSB, esbarra nas dificuldades de gestão da UC, que se relacionam à limitação de recursos financeiros e humanos, além da grande extensão do Parque, o que dificulta as atividades de implantação de infraestrutura e fiscalização. A priorização de ações em outras áreas, como Trindade, tidas como críticas, também retarda a atuação da gestão da UC em Ubatuba.

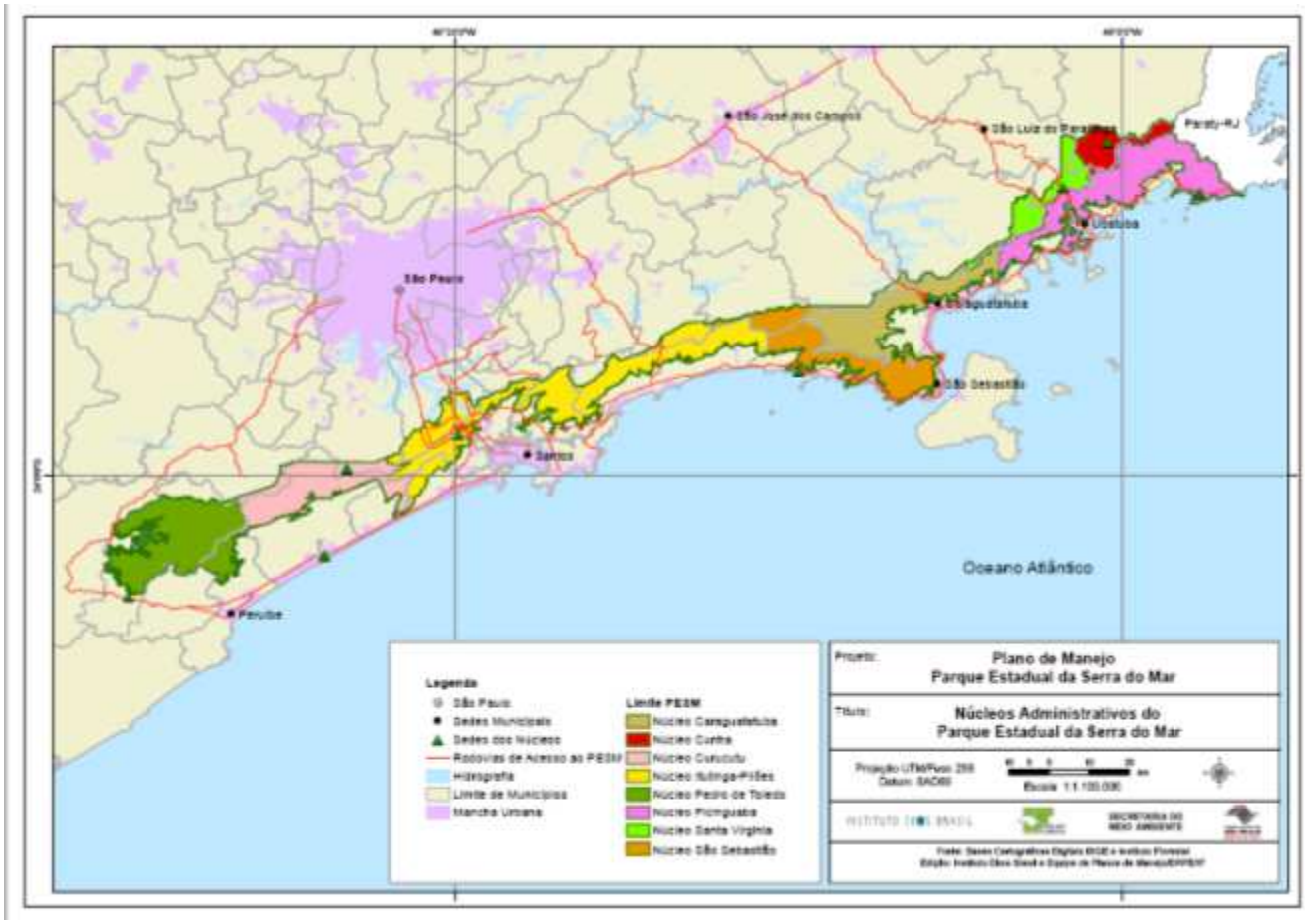
2.2.2.2. Parque Estadual da Serra do Mar

O Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) foi criado pelo Decreto Estadual N°10.251 de 30 de agosto de 1977, totalizando 315.390 hectares que abrangem partes de 23 municípios, incluindo Ubatuba, Caraguatatuba e São Sebastião, no Litoral Norte.

O Parque, que em função de sua localização constitui um corredor ecológico dentro do domínio da Mata Atlântica, está organizado em oito diferentes núcleos, que são:

- Cunha;
- Curucutu;
- Itutinga – Pilões;
- Pedro de Toledo;
- Santa Virgínia;
- São Sebastião;
- Caraguatatuba; e
- Picinguaba.

Figura 2.2.2-1. Núcleos do Parque Estadual Serra do Mar.



Fonte: Plano de Manejo do PESM. Fundação Florestal. 2006.

Entre os núcleos relacionados, deve-se destacar o de Picinguaba, que está contido no território de Ubatuba (com 54.271,29 ha, o que corresponde a 79,58% da área do município), o núcleo de São Sebastião, que ocupa 59,28% ou 28.393,23ha do município de mesmo nome, e o núcleo Caraguatatuba, que ocupa 37.567,4ha, o que corresponde a 78,27% da área de Caraguatatuba.

O Plano de Manejo do PESM data de 2006 e estabelece zoneamento e conjunto de ações de manejo específicas, com foco em reduzir riscos em áreas fragilizadas ou ameaçadas, ampliar programas de visitação sustentável e educação ambiental, além de preservar as áreas com vegetação nativa.

A gestão do Parque é feita pela Fundação Florestal, da Secretaria Estadual do Meio Ambiente de São Paulo, organizada por núcleos, que dispõem de conselhos de gestão consultivos e gestores específicos para cada um.

No geral, os desafios para gestão dos núcleos contidos no Litoral Norte se relacionam à limitação de recursos financeiros e humanos (entre os quais predominam colaboradores com baixa qualificação), à gestão fundiária, em particular das áreas com ocupação humana incompatível como caráter de conservação da UC.

Núcleo Caraguatatuba

No caso do núcleo Caraguatatuba, os maiores atrativos para visitantes são trilhas como a dos Tropeiros, do Jequitibá, do Poção, do Bairro Pouso Alto – Vargem Grande, que recebem, segundo dados do Plano de Manejo do PESM, 5.000 visitantes por ano.

Entre as atividades realizadas no núcleo, destacam as de pesquisa, orientadas para conhecer o perfil dos visitantes, implantar o sistema de trilhas, levantamento de áreas afetadas pela ação de palmiteiros, caçadores e ocupação ilegal no PESM, que são as principais fontes de conflitos de uso neste núcleo do PESM.Também são realizadas pesquisas sobre botânica, inventário de fauna, e outros temas relacionados à biologia e biotecnologia.

No que se refere ao uso público, desenvolvem-se atividades de educação ambiental e ecoturismo junto às escolas de primeiro, segundo e terceiro graus da região, e grupos organizados oriundos de empresas de turismo ecológico.

A infraestrutura disponível no núcleo Caraguatatuba disponível para atender tais grupos inclui: uma hospedaria com 66 m^2, garagem e sanitários.

Núcleo Picinguaba

Com número de visitantes estimado em 150.000 por ano, segundo o Plano de Manejo do PESM, o Núcleo Picinguaba é acessado através da BR 101 – Rodovia Rio Santos, na altura da Praia da Fazenda.

O apoio aos visitantes é realizado através de uma base, situada na Praia da Fazenda, que inclui hospedaria para 40 visitantes, auditório, biblioteca e sala de exposições, bem como estacionamento, lanchonete e vestiário.

Os atrativos do Núcleo Picinguaba se relacionam às praias da Fazenda, Picinguaba e de Camburi, à Cachoeira da Água Branca e diversas trilas, como a dos Três Poços, Picinguaba – Cunha, Camburi – Trindade, ao Pico do Corcovado, Pico do Frade e do Cuscuzeiro, e cachoeira do Macaco, além da antiga sede da Fazenda e áreas de comunidades indígenas e tradicionais quilombola, representada pelas Casas da Farinha e moinho de fubá, e caiçara, com presença de moradas de barro.

As atividades de uso público realizadas no núcleo envolvem recepção de grupos escolares mediante agendamento, a manutenção de sinalização, entre outras.

As ações de proteção, como a fiscalização ostensiva e apreensão de materiais extraídos irregularmente, ganham relevância em função das atividades conflitantes, entre elas caça, ocupação por invasão, especulação imobiliária, visitação desordenada, extração de produtos minerais e florestais (areia, madeira, palmito,etc.), turismo predatório e falta de saneamento básico, que afeta as comunidades instaladas no perímetro da UC principalmente no que se refere ao esgoto sanitário e gestão de resíduos sólidos.

Núcleo São Sebastião

O Núcleo São Sebastião do Parque Estadual da Serra do Mar recebe, segundo dados do Plano de Manejo, 10.000 visitantes por ano e tem como principal acesso a BR 101 – Rodovia Rio Santos, na altura da Praia de Juquehy, onde fica a sede administrativa do núcleo, que também dispõe de uma base em Barra do Una.

Os maiores atrativos do núcleo são a trilha e cachoeiras do Itu, trilha dos Poções, onde existe controle exclusivo e cobrança de ingresso por particulares (Tuim Parque, em Barra do Una), trilha da Praia Brava e trilha do Sertão do Cambury, além do Sítio Arqueológico São Francisco.

Entre as principais atividades conflitantes dentro do perímetro do Núcleo São Sebastião estão:

- Presença de dutos e estradas de serviço da Petrobrás;
- Presença de torres de alta tensão;
- Caça;
- Extrativismo de palmito e madeira, entre outros produtos florestais;
- Pressão urbana junto às divisas do Parque e construções ilegais.

O núcleo é palco de diversas pesquisas científicas, de diferentes temas, como biotecnologia, biologia, inventário de espécies animais, entre outros.

Zoneamento do PESM

O zoneamento proposto no Plano de Manejo para o PESM prevê a existência das seguintes zonas, definidas a partir de Roteiro Metodológico elaborado pelo IBAMA (IBAMA/GTZ, 2002):

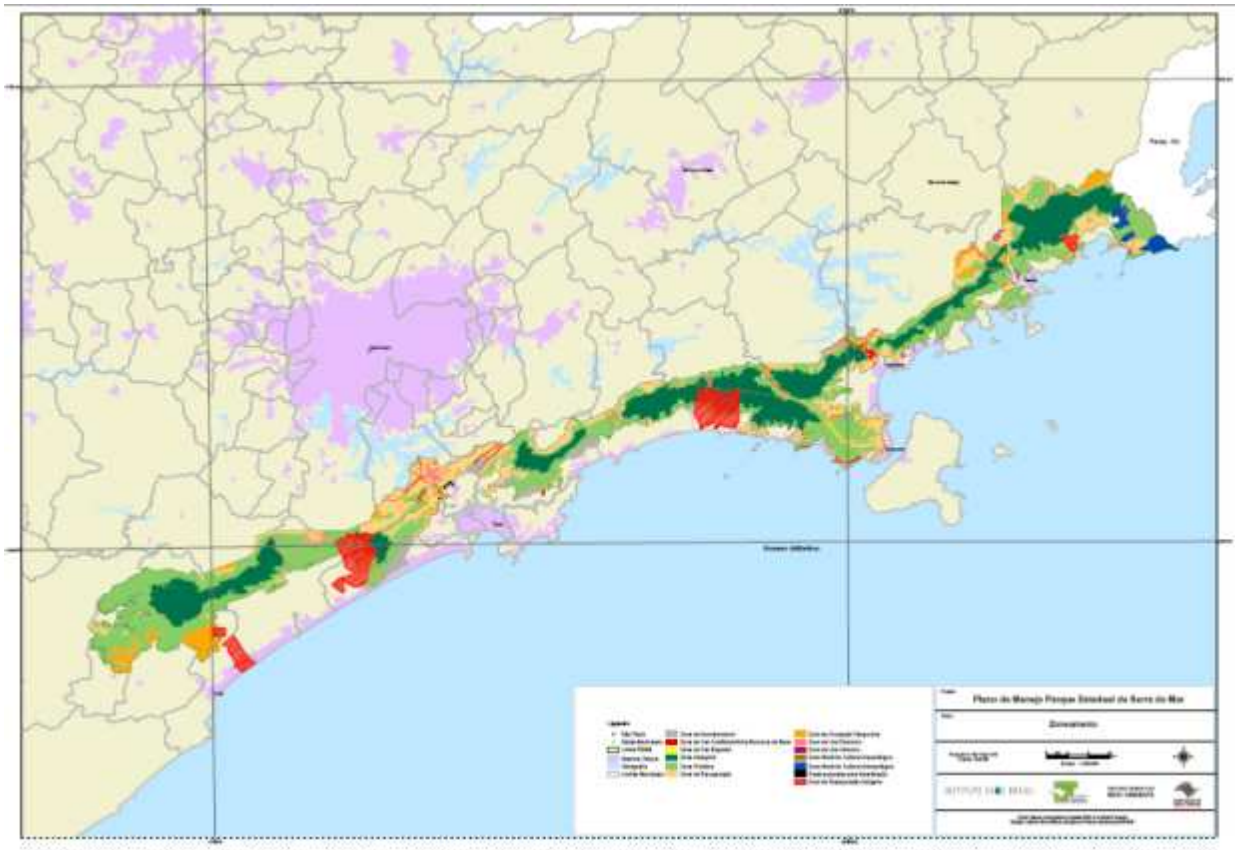
- Zona de Amortecimento, localizada no entorno do parque, em áreas específicas, com total de 7.388ha, dos quais nenhum está presente no Litoral Norte;
- Zona de Uso Conflitante / Infraestrutura de Base, caracterizado pelo alto nível de intervenção humana relacionada à instalação de infraestrutura de utilidade pública, como rodovias, dutos, linhas de transmissão de energia elétrica, ferrovias, antenas, dos quais grande parte foi instalada anteriormente à criação do PESM. Ocupa 2.212ha, o que corresponde a 0,68% da área do PESM, entre os quais no Litoral Norte se destacam: trechos da Rodovia dos Tamoios, da BR 101 e da Rodovia Ubatuba Taubaté;
- Zona de Uso Especial, que ocupa 1.524ha do PESM e contêm a infraestrutura para administração, manutenção e serviços, incluindo habitações e oficinas e vias de acesso e servidão da UC;
- Zona Intangível, caracterizada pela baixa ou inexistente interferência antrópica e distância das vias de acesso, corresponde a 31,43% do território do Parque, ou 101.952ha. Trata-se da área de proteção integral, responsável pelo banco genético e manutenção de biodiversidade da UC, o que inclui as áreas da trilha da Sabesp (núcleo Caraguatatuba), Sertão dos Cambucás

(núcleo Picinguaba) e Barra do Uma (núcleo São Sebastião), destinadas à preservação e pesquisa científica, com proibição de alteração da biota e da vegetação nativa, o que inclui a abertura e alargamento de infraestruturas e trilhas e uso turístico;

- Zona Primitiva, que é a área de circunda e protege a zona intangível, abrigando trechos de mata atlântica em diferentes estágios de regeneração, e ocupa 141.355ha, ou 43,58% do território do PESM.São usos permitidos a pesquisa incluindo a instalação de bases de apoio, a coleta de sementes e projetos de recuperação de vegetação. As proibições de uso coincidem com as da Zona Intangível;
- Zona de Recuperação, que consiste num zoneamento provisório, caracterizado por áreas degradadas que uma vez recuperadas serão incluídas nas zonas permanentes existentes. Segundo o Plano de Manejo, 52.553ha do PESM estão nesta categoria, o que significa 16,2% da área do Parque, que é permeado pela sua presença, principalmente nas bordas e nas áreas vizinhas às urbanizações. Alinhados aos objetivos de deter a degradação de recursos naturais e recuperar a cobertura vegetal e a biota, os usos permitidos nessa área incluem todos aplicáveis às Zonas Intangível, Primitiva, Histórico Cultural Arqueológica e de Uso Extensivo, além de plantio de mudas de espécies nativas e aplicação de técnicas de recuperação adequadas. Entre as proibições estão: os mesmos aplicáveis ás zonas de Uso Extensivo e de Ocupação temporária, bem como o uso de agrotóxicos e plantio de espécies exóticas;
- Zona de Ocupação Temporária, que envolve 17.069ha ou 5,26% da área do Parque e se refere a áreas ocupadas por posseiros ou proprietários de terra regulares que se ainda não foram indenizados ou que estão em processo de regularização fundiária. Com e indenização ou reassentamento desses habitantes, a área será incluída em uma das zonas permanentes, em função de suas características ambientais. No Litoral Norte, as zonas de Ocupação Temporária existem nas encostas de São Sebastião, Caraguatatuba e mais intensamente ao norte de Ubatuba;
- Zona de Uso Extensivo, caracterizada pela presença de trilhas que atravessam a vegetação conservada, permitindo a contemplação, a realização de atividades físicas e de convivência com a natureza. Corresponde a 3.325ha, ou 1% da área do Parque e se apresenta, no Litoral Norte, nas praias do núcleo Picinguaba;
- Zona de Uso Intensivo, que são as já modificadas pela ação humana e vocacionadas à visitação instalação de infraestrutura de apoio ao uso público do Parque, com área de 356 ha, ou 0,12% do seu território, o que engloba pequeno território do núcleo Picinguaba. Nesta zona, os usos são mais permissivos, incluindo atividades de recreação intensiva e implantação de áreas de acampamento. Entre o usos proibidos se destaca o plantio de espécies exóticas à flora local e necessidade de autorização para tráfego de veículos que não sejam da gestão da UC;

- Zona Histórico-Cultural-Arqueológica é aquela que se dedica à proteção do patrimônio histórico, cultural e arqueológico material e imaterial, bem como ao seu estudo, conservação e compreensão, contemplando 346 ha do Parque (ou 0,11% de seu território). No Litoral Norte destacam-se como patrimônio arqueológico inserido no PESM o Sítio Arqueológico São Francisco (núcleo São Sebastião), marcas de polidores de curso de água (núcleo Picinguaba) e fornos para produção de carvão e Trilha dos Tropeiros (núcleo São Sebastião). No caso do patrimônio histórico cultural, existem a Casa da Farinha, na Picinguaba e as Trilhas da Mococa e do Pirassununga (núcleo Caraguatatuba). Esta zona segue as mesmas regras de uso que a zona de uso extensivo à exceção das áreas de maior interesse do público, regidas pelas restrições e permissões da Zona de Uso Intensivo;
- Zona Histórico-Cultural Antropológica, que ocupa 3.733 há, ou 1,15% da área do PESM e é dedicada, entre outros objetivos, à conservação da paisagem natural e cultural desta região, ocupada por comunidades caiçaras e quilombolas há várias gerações. Esta zona se localiza integralmente no município de Ubatuba (núcleo Picinguaba do PESM) e está subdividida em subzonas com objetivos e permissões e restrições de uso específicas, em função das diferentes características apresentadas, que vão desde sediar comunidades tradicionais quilombolas e caiçaras ao uso turístico nas praias que integram o Parque;
- Zona de Superposição Indígena, que corresponde a 20.623ha, incluindo a Aldeia Boa Vista, em Ubatuba (906 ha) e a Aldeia do Ribeirão Silveira (8.500ha, entre Boracéia e Barra do Una, nos municípios de Bertioga e São Sebastião, respectivamente). Nestas áreas ocorre a superposição do PESM com Terras Indígenas definidas pelo governo federal, através de decretos específicos, o eu implica na integração entre o IF e FF com a FUNAI e as lideranças tribais.

Figura 2.2.2-2. Zonas do Parque Estadual Serra do Mar.



Fonte: Plano de Manejo do PESM. Fundação Florestal. 2006.

Áreas Prioritárias de Manejo

Segundo definição do Plano de Manejo do PESM, as áreas prioritárias de manejo (APM) são aquelas que "*foram consideradas as mais críticas do Parque, em termos de implantação e demandas de ação imediata. São áreas estratégicas que necessitam de ações integradas e que podem envolver mais de um programa, abrangendo mais de uma zona.*"

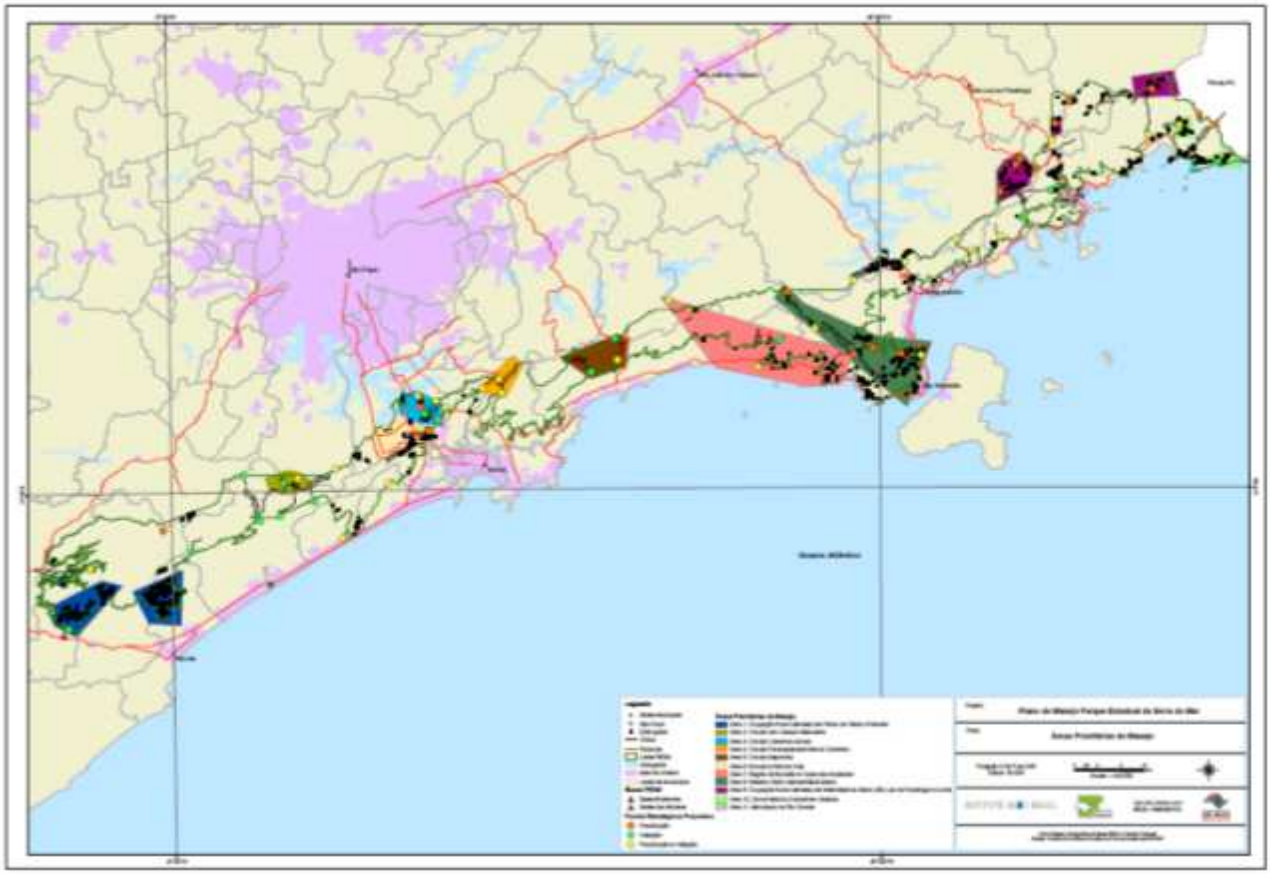
No Litoral Norte, existem quatro áreas prioritárias de Manejo, que são:

- Sistema Viário Intermediária / Limeira, envolvendo os núcleos de São Sebastião e Caraguatatuba, nos municípios de mesmo nome, e compreende 50 km de estradas no entorno das quais se concentra grande parte da pressão urbana sobre a área norte do Parque. As ações contempladas para esta APM incluem a construção de uma nova base de atendimento público, controle permanente de acessos e atividades de caça e extrativismo, além da estruturação do uso público nestas estradas e trilhas existentes, em parceria com a Petrobras e prefeituras municipais;
- Zona Histórico-Cultural, no núcleo Picinguaba, em Ubatuba, que corresponde ao zona histórico cultural antropológica e inclui os bairros de Cambury, vila de Picinguaba, Sertão da Fazenda e Ubatumirim, onde residem famílias caiçaras

ou quilombolas que estão sujeitas a pressões imobiliárias para aquisição destas áreas com foco em empreendimentos para atender veranistas. Entre os objetivos para esta APM estão a elaboração de micro-zoneamento do bairro de Ubatumirim, o ordenamento de trilhas e atividades de turismo e uso sustentável da floresta, incluindo a capacitação da comunidade. O saneamento ambiental também é abordado, bem como melhoria das técnicas tradicionais de cultivo utilizadas. A recategorização destes bairros para desenvolvimento sustentável é apresentada como possível a partir de estudo específico;

- Microbacia do Rio Grande, também no núcleo Picinguaba, que é responsável pelo abastecimento de água em Ubatuba e vem sofrendo processo contínuo de ocupação por migrantes de baixa renda, o que implica na necessidade de ações específicas para proteção e recuperação da área, incluindo acompanhamento e regularização fundiária no chamado "Pé da Serra"; e
- Região de Boracéia e Costa dos Alcatrazes, que inclui áreas do núcleo de São Sebastião,onde as ações prioritárias incluem a estruturação da sede do núcleo São Sebastião no Morro do Caetano, em Juquehy e integração de ações de ecoturismo e educação ambiental do Parque com ONGs, Sabesp, trade turístico local, entre outros, com foco na captação de parte do mercado de novas alternativas de lazer em São Sebastião.

Figura 2.2.2.2-3. Áreas Prioritárias de Manejo do PESM.

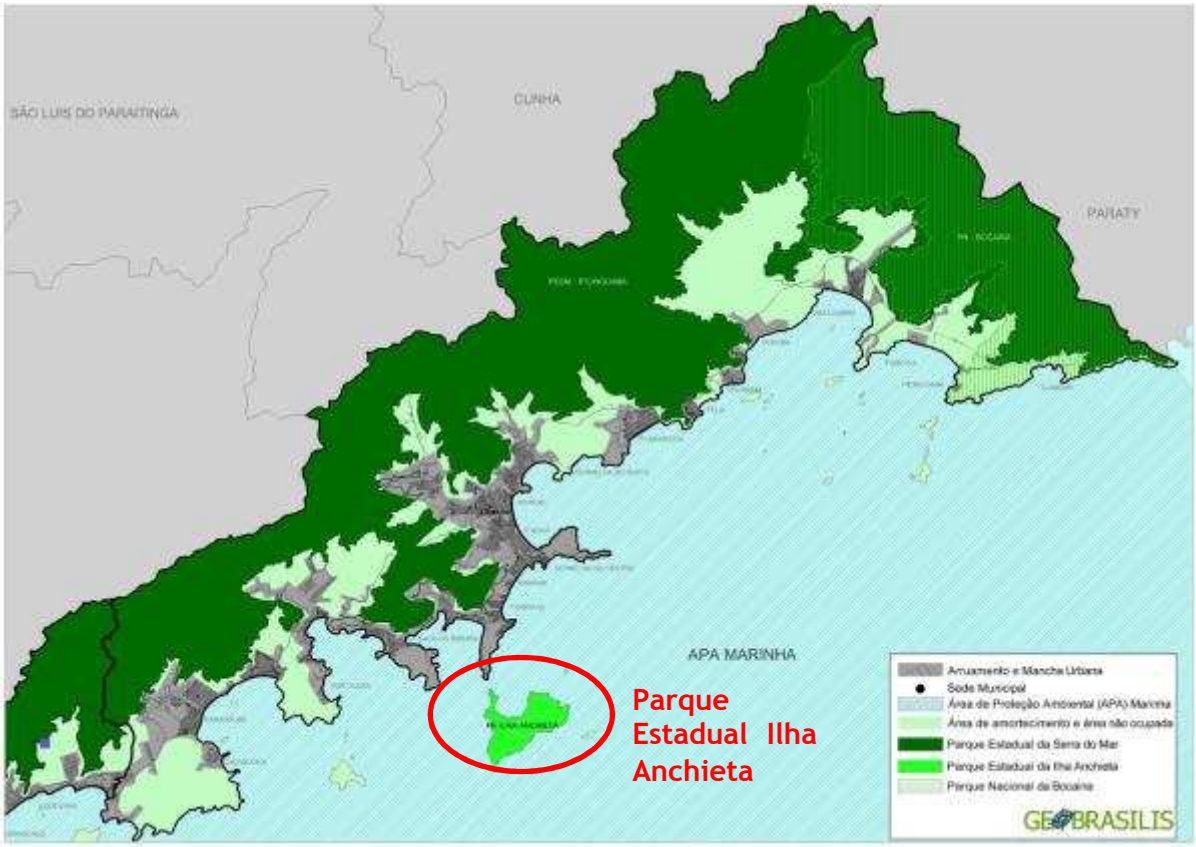


Fonte: Plano de Manejo do PESM. Fundação Florestal. 2006.

2.2.2.3. Parque Estadual Ilha Anchieta

Com 828 ha de área e localizado no município de Ubatuba, dentro do bioma da Mata Atlântica, o Parque Estadual de Ilha Anchieta (PEIA) ocupa toda a ilha que o denomina.

Figura 2.2.2.3-1. Localização do Parque Estadual Ilha Anchieta.



Fonte: CBH – LN; Instituto Florestal. Elaboração: Geo Brasilis. 2012.

Com intenso passado histórico, marcado pela presença dos índios tamoios liderados por Cunhambebe e pela rebelião do presídio da Ilha dos Porcos, como era então conhecida (1952), o Parque é atualmente uma das maiores atrações de ecoturismo de Ubatuba, em função de suas belas praias, como a do Presídio, do Sapateiro, do Engenho e das Palmas, que são abertas ao público.As demais praias requerem guia do Parque.

Além das praias, que oferecem até piscina natural para mergulho, o PEIA oferece aos seus visitantes trilhas e a oportunidade de conhecer parte das antigas instalações do presídio, projetado por Ramos de Azevedo, que estão tombadas pelo CONDEPHAAT e

foram adaptadas para abrigar a sede do Parque, além de sala de exposição, auditório, ambulatório e sanitário aberto ao público.

Figura 2.2.2.3-2. Ruínas do Presídio de Porto das Palmas, em Ilha Anchieta.

Fonte: www. Tonatrilhaturismo.com.br. 2012.

Existe a necessidade de reformas para preservação das edificações do antigo presídio, incluindo a parcela que está com acesso vedado ao público. Todavia, a Unidade não dispõe de recursos para tais investimentos.

O prédio da atual administração está subutilizado e é uma das oportunidades para parceria com organizações privadas interessadas em parcerias com a Fundação Florestal para oferecer serviços ao público visitante, seja na forma de hospedaria ou restaurante.

O acesso ao parque é realizado por barco, a partir do píer do Saco da Ribeira e os visitantes devem pagar a taxa de visitação que colabora com recursos para a manutenção da UC e investimentos em infraestrutura.

A infraestrutura disponível para turistas inclui uma pequena base da Polícia Militar, com um soldado que atua preventivamente,além de um sistema de geração de energia elétrica bastante antiquado, cujas baterias requerem manutenção constante.

O Parque dispõe de um Plano de Manejo, datado de 1989 e que requer revisão. Atualmente, um Diagnóstico do Uso Público está contratado e será base para um Plano de Gerenciamento Ambiental a ser elaborado pela própria equipe de gestão do PEIA. Este plano deve considerar as oportunidades geradas por um programa de parcerias que beneficie a unidade e seus visitantes.

Uma das ações que focam no resgate do passado histórico da Ilha e na sua divulgação aos turistas é o projeto Filhos da Ilha, que permitiu a qualificação de antigos moradores da Ilha dos Porcos à época da rebelião de 1952 e seus descendentes diretos como guias de visitação ao Parque e às antigas instalações da unidade prisional, incluindo a capela, que era utilizada para casamentos e batizados, as ruínas do quartel, e das vilas militar e civil.

Figura 2.2.2.3-3. Capela de Ilha Anchieta.

Fonte: www. Tonatrilhaturismo.com.br. 2012.

A visitação é intensa, principalmente no verão, em função dos atrativos naturais da Ilha, o que amplia do desafio gerado pela ausência de estrutura de esgotamento sanitário e as dificuldades da gestão do resíduos sólido, que esbarram no descuido dos turista e na necessidade de transbordo de todo o lixo para o continente.

Outras questões a serem equacionadas pela gestão do Parque são:

- Qualificação do pessoal envolvido nas atividades de gestão e manutenção;
- Controle de caça e pesca;
- Necessidade de intensificação da fiscalização do espaço marinho do entorno da UC, o que também é de responsabilidade do ICMBio e do IBAMA e esbarra na falta de pessoal e de barcos;
- Necessidade de maior controle de acesso, para evitar o não pagamento das taxas de ingresso ao PEIA;
- Custos de logística para transporte de insumos, equipamentos e pessoas que prestam serviços ao Parque;
- Limitação do acesso de embarcações que utilizam o entorno do Parque como área de fundeio;

- Dificuldades de controle de população da fauna introduzida, como quatis, capivaras e macacos prego;
- Regularização dos barcos que são de propriedade do Parque.

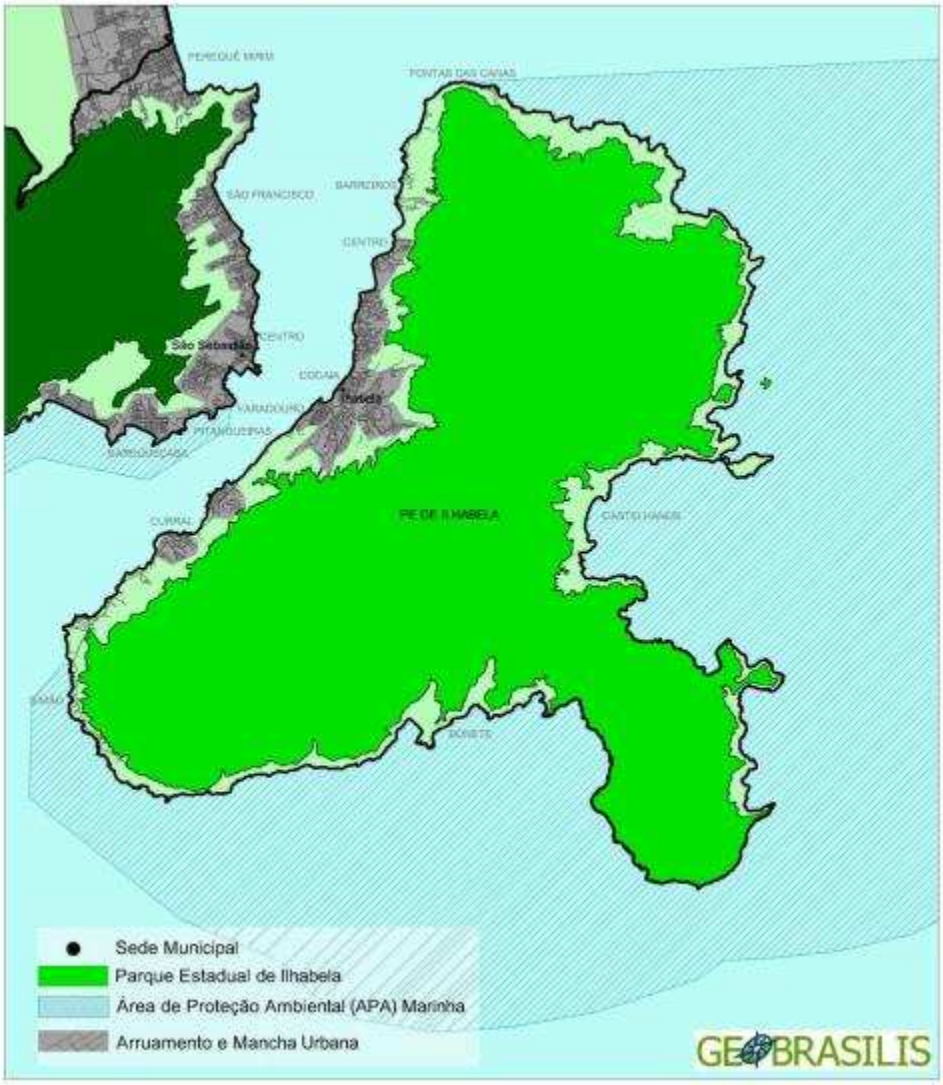
2.2.2.4. Parque Estadual Ilhabela

Inserido no domínio da Mata Atlântica, o Parque Estadual Ilhabela (PEIb) dispõe de área de 27.025ha, o que corresponde a mais de 77% do território do município de mesmo nome.

Em função da configuração geomorfológica e de vegetação a Ilha de São Sebastião, onde se situa o município de Ilhabela, o Parque ocupa sua porção central, composta por morros recobertos por floresta ombrófila característica da Mata Atlântica. As áreas de planície costeira e mesmo as escarpas próximas do mar e do estuário de São Sebastião estão urbanizadas, principalmente na face oeste da ilha.

Essa ocupação acompanha a SP 131, rodovia sem denominação, de gestão do DER, até o início da trilha do Bonete, que permite acesso à praia de mesmo nome, no sudeste de Ilhabela.

Figura 2.2.2.4-1. Localização do Parque Estadual Ilhabela.



Fonte: CBH – LN, Instituto Florestal. Elaboração: Geo Brasilis, 2012.

Criado por decreto estadual em 1977, o Parque teve seu Plano de Manejo elaborado ao longo de 2011, incluindo processo participativo envolvendo instâncias relevantes de atuação social e ambiental em Ilhabela e região. Este Plano aguarda atualmente sua aprovação oficial pelo CONSEMA – Conselho Estadual de Meio Ambiente de São Paulo.

Os documentos preliminares do Plano de Manejo, ainda não divulgado oficialmente, relatam uma séria de pressões sobre a unidade de conservação, grande parte delas derivadas da ocupação antrópica, entre as quais se destacam:

- Geração de esgoto clandestino e deficiência de tratamento do esgoto nas áreas urbanizadas;
- Captação de água clandestina, inclusive em áreas dentro do PEIb;
- Desmatamento da vegetação ciliar e assoreamento de corpos d´água;
- Pesca ilegal e extrativismo florestal;

- Deflagração de processos erosivos causados pela retirada da vegetação e ocupação humana, principalmente nas encostas;
- Ausência de controle do uso turístico de vias internas ao parque, como a Estrada de Castelhanos e a Trilha do Bonete;
- Dependência econômica de Ilhabela do setor de serviços e do turismo, associada ao artesanato predatório;
- Crescimento econômico do setor de turismo, que em função de carências de planejamento e controle tornou-se fator de degradação ambiental;
- Crescimento urbano e demográfico de Ilhabela, que é limitado pelo mar e pelo PEIb.

Deve-se destacar que o Plano incorpora o conceito de serviços ambientais, relatando os potenciais serviços a serem prestados pelo PEIb:

- Colaborar na prevenção de locais de nidificação de aves marinhas, especificamente no caso das Ilhas Vitória e dos Búzios, o que deve incluir recuperação de sua vegetação;
- Proteção de espécies ameaçadas de extinção dos diversos grupos faunísticos;
- Servir como área de descanso e alimentação de espécies de aves migratórias, oriundas das zonas temperadas dos hemisférios Sul e Norte;
- Colaborar para a preservação dos recursos hídricos e seu equilíbrio através da manutenção da cobertura vegetal e controle da ocupação humana.

A expectativa dos cidadãos da ilha é de que o Plano de Manejo colabore com a implantação das ações emergenciais e estruturais que garantam ao PEIb a prestação de tais serviços ambientais, ao mesmo tempo em que apresente propostas viáveis para a situação e comunidades tradicionais inseridas no Parque, em flagrante conflito com o caráter de proteção integral da UC.

O parque é cortado pela Estrada de Castelhanos, frequentemente utilizada para trilhas por jipeiros, além de dar acesso às praias pouco utilizadas do lado leste da ilha. A estrada corta a Ilha de São Sebastião no sentido leste-oeste, fragmentando a conectividade da vegetação e induzindo um vetor de ocupação urbana e atividade turística que transforma o Parque em via de passagem. Associado a isso, deve-se destacar a inadequação geológica do terreno para sediar uma estrada, o que gera a necessidade de manutenções constantes.

A trilha do Bonete, outra via importante, é uma continuação as SP 131 Esta via é fonte de problemas contínuos para o Parque, que é responsável pela manutenção do trecho dentro do seu território, pois permite acesso áreas pouco povoadas e é objeto de discussões sobre a responsabilidade pela sua manutenção, além de ser vetor de pressão de uso urbano e turístico sobre o Parque.

Iniciativas de pavimentação da trilha do Bonete são continuamente discutidas e criticadas, em função do potencial aumento de visitantes e do impacto ambiental causado por eles e pelas obras em si. Ao mesmo tempo, a melhoria da infraestrutura da Ilha prevê a utilização da trilha como via de passagem para o abastecimento de energia elétrica no sudeste de Ilhabela, o que gera forte temor de crescimento da pressão de urbanização nessa setor da ilha e do Parque.

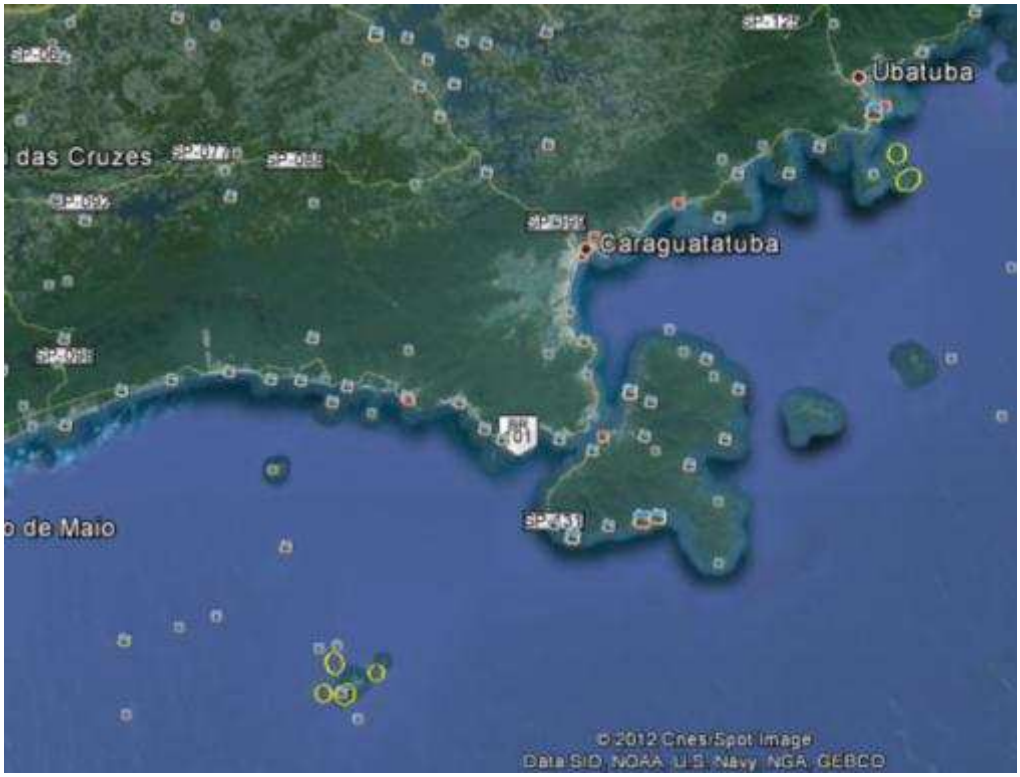
Atualmente, a gestão do PEIb atua para fortalecer o Conselho Consultivo da UC e implementar através de parcerias o maior número de projetos possíveis, que colaborem não só com os programas e ações e manejo propostas como também com o resgate histórico e cultural local e com a integração do Parque ao município de Ilhabela.

2.2.2.5. Estação Ecológica Tupinambás

Sediada nos municípios de São Sebastião e Ubatuba, a Esec Tupinambás foi criada em 1987, pelo Decreto Federal nº 94658, na condição de uma unidade de conservação de proteção integral, dedicada à preservação ambiental e pesquisa e com restrições à visitação.

A Estação abrange diversas ilha, lajes e ilhotas, no total de , com o objetivo de preservar o arquipélago Alcatrazes, em São Sebastião, que é um importante ponto de nidificação de aves marinhas (principalmente atobás e fragatas), além do entorno do Parque Estadual Ilha Anchieta, em Ubatuba e a fauna presente nesses locais, com destaque para cetáceos e quelônios.

Figura 2.2.2.5. Localização da Esec Tupinambás (assinalada em amarelo).



Fonte: GoogleEarth; ICMBio. 2012.

Deve-se destacar que a Ilha de Alcatrazes, que dá nome ao arquipélago, não faz parte da Esec e é protegida por lei municipal de São Sebastião, que criou a APA Alcatrazes.

A administração da Esec é a de responsabilidade do ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade que atua para a reclassificação da UC como um Parque Nacional Marinho, com a ampliação de sua área, incluindo também as ilhas das Cabras e das Palmas.

Outro resultado relevante da atuação da Estação é que a Marinha do Brasil deve deixar de utilizar, no prazo de até dois anos, a Ilha Paredão como local de treino de disparos de suas embarcações.

Atualmente, a Esec não tem Plano de Manejo, que está no início do processo de elaboração.

Sua gestão é apoiada por um Conselho Consultivo existente desde 2006.

2.2.2.6. APA Marinha Litoral Norte

A APA Marinha Litoral Norte foi criada pelo Decreto Estadual 53.525/2008, como o objetivo de "*proteger, ordenar, garantir e disciplinar o uso racional dos recursos ambientais da região, inclusive suas águas, bem como ordenar o turismo recreativo, as atividades de pesquisa e pesca e promover o desenvolvimento sustentável da região*".

Com área 316,2 mil ha, a APA Marinha inclui todas as ilhas do Litoral Norte e São Paulo e está organizada em três diferentes setores:

- Cunhambebe, no litoral de Ubatuba e Caraguatatuba, limítrofe ao Núcleo Picinguaba do PESM e envolvendo o PEIA;
- Maembipe, no litoral de Ilhabela envolvendo o PEIb; e
- Ypautiba, em São Sebastião, limítrofe à área de exclusão de pesca entorno do arquipélago de Alcatrazes.

Com Conselho Gestor estruturado e fortalecido, a gestão da APA é compartilhada por órgãos e representantes das esferas de governo federal, estadual e municipal, além de representantes da sociedade civil organizadas, que têm autoridade para ordenar atividades relacionadas a:

- Implantação ou ampliação de atividades de aquicultura;
- Atividade pesqueira;
- Construção de edificações nas ilhas;
- Retirada e depósito de areia e material rochoso;
- Serviços turísticos, incluídos pesca amadora, mergulho autônomo e acesso às ilhas, entre outros estabelecidos no decreto de criação do conselho.

Atualmente, a APA realiza a tramitação da contratação de seu Plano de Manejo, cujo prazo de elaboração estabelecido no decreto da criação da UC expirou em outubro de 2010,que deverá apresentar um diagnóstico atualizado da Unidade de

Conservação e propor ações de manejo que colaborem no equacionamento das seguintes questões:

- Uso indiscriminado dos recursos marinhos, com efeitos diretos sobre a qualidade das águas e sobre o estoque pesqueiro;
- Ausência da Guarda Costeira, como apoio às ações de fiscalização na região;
- Riscos de invasão por organismos exógenos, como no caso do coral sol;
- Criação de regramento para utilização de espaço marinho e minimização dos conflitos existentes;
- Impacto das deficiências de saneamento básico, notadamente esgotamento sanitário e gestão de resíduos sólidos sobre o bioma marinho.

2.2.3. Licenciamento Ambiental

O licenciamento ambiental, no Litoral Norte, é realizado pelas instâncias federal (IBAMA), estadual (CETESB) e municipal, no caso de São Sebastião e Caraguatatuba, que dispõem de convênios com a CETESB e com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente para este fim.

Segundo levantamento de Setembro de 2012, no site do IBAMA, foram identificados oito diferentes empreendimentos na região sendo licenciados pelo órgão federal, que são;

Quadro 2.2.3-1. Empreendimentos localizados no Litoral Norte em Licenciamento Ambiental.

Empreendimento	Empreendedor	Estágio de Licenciamento
BR 101 –Recuperação de Trecho em Ubatuba	DNIT	Licença Prévia emitida
PIPC – Plano Integrado Porto Cidade (ampliação do Porto de São Sebastião)	Companhia Docas de São Sebastião	EIA em análise
Centro de Tratamento e Disposição de Resíduos Sólidos de Caraguatatuba	Revita Engenharia	Fase inicial
Estrada Vicinal para Aldeia Boa Vista (Ubatuba)	FUNAI	Fase inicial
Prédio Escolar para Aldeia Renascer (Ubatuba)	FUNAI	Fase inicial
Regularização de Recifes	Prefeitura de Ubatuba	Fase inicial

Empreendimento	Empreendedor	Estágio de Licenciamento
Artificiais em Ubatuba		
Sistema de Escoamento Dutoviário de Álcool – SEDA (Trecho 4 liga Terminal Guararema ao Terminal São Sebastião)	Logum Logística	Licença de Instalação Retificada
Gastau (Gasoduto Caraguatatuba – Taubaté)	Petrobras	Licença de Operação Emitida

Fonte: www.ibama.com.br/licenciamento. Setembro/2012. Elaboração: Geo Brasilis. 2012.

Deve-se destacar que o site do IBAMA, porém, deixa de informar empreendimentos relevantes, em licenciamento na região, com a Exploração do Pré-Sal (fases 1 e 2).

Os licenciamentos realizados pelo IBAMA são conduzidos pela DILIC – Diretoria de Licenciamento Ambiental, que dispõe de três diferentes coordenações:

- Coordenação Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica – CGENE;
- Coordenação Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis – CGTMO; e
- Coordenação Geral de Petróleo e Gás – CGPEG.

Além das coordenações que atuam nacionalmente, o IBAMA dispõe de um Escritório Regional, localizado em Caraguatatuba.

No âmbito estadual, os principais empreendimentos que afetam o Litoral Norte atualmente em licenciamento ambiental são:

- Contornos Norte e Sul;
- Duplicação da SP 99 (Rodovia Tamoios), com processo independentes para os trechos de planalto e serra;
- Novo píer do terminal de São Sebastião, da Transpetro.

O sistema ambiental do Estado de São Paulo está presente no Litoral Norte na forma da Agência Ambiental Regional, localizada em São Sebastião.

Em nível municipal, Caraguatatuba dispõe de dois convênios para a realização de licenciamento ambiental, sendo um com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e outro com CETESB – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (autorizado pela Lei Nº 1.807, de 08 de março de 2010).

Pelos convênios, a Prefeitura Municipal de Caraguatatuba, através de sua Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca, fica autorizada a realizar o licenciamento de atividades e empreendimentos industriais, empresariais, sociais ou recreativos sediados apenas no município, podendo emitir Licenças Prévia, de Instalação e de Operação ou a Licença Única, aplicada para empreendimentos de pequeno porte.

O licenciamento é realizado mediante a cobrança de taxa do empreendedor, que é estipulada a partir da natureza da atividade e pode variar em função da área do empreendimento, do seu potencial poluidor (no caso de atividades industriais) ou do valor das obras (equipamentos sociais e obras de infraestrutura viária, elétrica ou de saneamento).

Os recursos captados pela cobrança de taxa de licenciamento ambiental são aportados no Fundo Municipal do Meio Ambiente de Caraguatatuba – FMMAC, cujo objetivo, definido pela Lei Nº 1.891, de 02 de dezembro de 2010 é "*implementar ações destinadas a uma adequada gestão dos recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, de forma a garantir um desenvolvimento integrado e sustentável e a elevação da qualidade de vida da população local*".

2.2.4. Gestões Municipais

A gestão ambiental em nível municipal é realizada, em todas as localidades do Litoral Norte, através de Secretarias Municipais de Meio Ambiente.

Em algumas delas, há o agrupamento de outras temáticas relacionadas. Um exemplo é a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca, de Caraguatatuba.

Todos os municípios da região dispõem de Conselho Municipal de Meio Ambiente e de Fundo Municipal de Meio Ambiente, à exceção de Ubatuba.

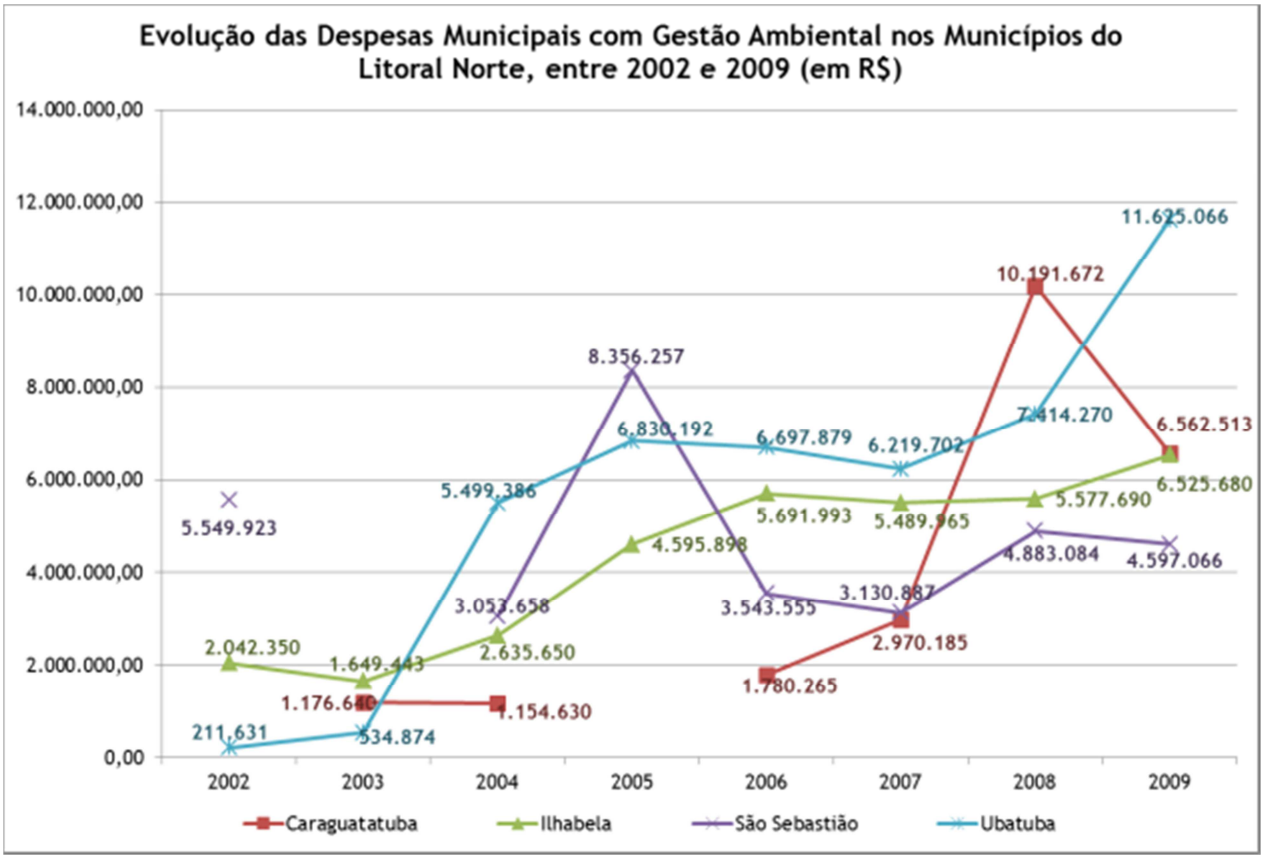
O histórico regional mostra que tais conselhos são atuantes e sua composição tende ao equilíbrio entre membros da sociedade civil e da administração municipal. Apenas em Ilhabela há maioria de membros da Sociedade Civil.

Ao mesmo tempo, a crescente participação de gestores municipais junto aos conselhos das Unidades de Conservação colabora para integração entre as partes e o fortalecimento dos conselhos, além de ampliar a divulgação das ações e projetos que ocorrem na região.

A realidade das secretarias está associada à limitação orçamentária e, consequentemente, de mão de obra, principalmente técnica e à dificuldade de cobertura de todo o território, que se espalha linearmente em torno de rodovias (SP 55, no caso de São Sebastião e Caraguatatuba, BR 101 no caso de Ubatuba e SP 131 em Ilhabela).

Com relação às despesas municipais associadas à pasta de Meio Ambiente, tem-se um tendência regional de alta à exceção de São Sebastião, onde nota-se forte oscilação nos recursos efetivamente aplicados na área ambiental. A alta nas despesas se manifesta com maior intensidade no caso de Ubatuba e Caraguatatuba.

Figura 2.2.4-1. Evolução das Despesas Municipais com Gestão Ambiental nos Municípios do Litoral Norte, entre 2002 e 2009 (em R$)



Fonte: Fundação Seade. 2012. Elaboração: Geo Brasilis. 2012.

Quadro 2.2.4-1. Comparação da evolução das despesas municipais com Meio Ambiente e receitas municipais dos municípios do Litoral Norte, entre 2002 e 2009.

	Variação nas Despesas Municipais de Meio Ambiente entre 2002 e 2009	Variação no Total das Receitas Municipais, entre 2002 e 2009
Caraguatatuba*	457,7%	52,7%
Ilhabela	219,5%	47,1%
São Sebastião	-17,2%	19,0%
Ubatuba	5393,1%	24,5%

Fonte: Fundação Seade. 2012. Elaboração: Geo Brasilis. 2012.

Cabe salientar que, à exceção de São Sebastião, o aumento do aporte de recursos na gestão pública de meio ambiente foi muito mais intensiva que o crescimento das receitas municipais, o que ilustra a movimentação de valorização do recurso natural como um bem público, na região, conforme é possível visualizar no **Quadro 2.2.4-1**.

A aplicação de tais recursos se realiza na criação e gestão de Unidades de Conservação municipais, na implantação de programas relacionados à educação

ambiental, ações para o Município VerdeAzul, manutenção de viveiro municipal, ações de envolvimento de veranistas, entre outras.

Quanto ao programa Município VerdeAzul, lançado e gerido pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente com o objetivo de descentralizar a gestão ambiental e capacitar as prefeituras na implantação de políticas públicas ambientais e construção de agenda ambiental, houve adesão de todos os municípios do Litoral Norte, que

O programa de fundamenta partir de dez diretivas relacionadas à vida urbana:

- Esgoto Tratado;
- Lixo Mínimo;
- Recuperação da Mata Ciliar;
- Arborização Urbana;
- Educação Ambiental;
- Habitação Sustentável;
- Uso da Água;
- Poluição do Ar;
- Estrutura Ambiental; e
- Conselho de Meio Ambiente.

Ubatuba é o município da região com melhor desempenho no programa, tendo recebido sua certificação, com resultado de 81,22 pontos (de 100 possíveis) e 142ª colocação no ranking estadual.

As demais localidades do Litoral Norte não foram certificadas, uma vez que obtiveram nota inferior a 80.

Os resultados refletem as dificuldades regionais quanto a saneamento básico, principalmente esgotamento sanitário e gestão racional da água, arborização urbana e controle de origem de madeira.

Quadro 2.2.4-2. Desempenho dos Municípios do Litoral Norte no Programa Município VerdeAzul, em 2011.

Município	Pontuação	Posição no Ranking Estadual
Caraguatatuba	70,26	205
Ilhabela	56,89	279
São Sebastião	75,33	177
Ubatuba	81,22	142

Fonte: Site do Programa Município VerdeAzul (SMA). 2012. Elaboração: Geo Brasilis. 2012.

2.2.5. Principais Indicadores Ambientais da Região

De modo a permitir a completa compreensão da situação ambiental do Litoral Norte do Estado de São Paulo, soma-se ao conteúdo deste relatório a análise de alguns indicadores relevantes relacionados a recursos hídricos e solo.

Registra-se a ausência de estação de monitoramento oficial de Qualidade do Ar na região e a inclusão dos indicadores relativos à Saneamento Básico na análise temática constante do Eixo Estratégico 3.

2.2.5.1. Recursos Hídricos

Entre os indicadores relacionados à qualidade dos Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, merecem destaque:

- Índice de Qualidade de Água (IQA);
- Índice de Qualidade de Água para fins de Abastecimento Público (IAP);
- Índice de Estado Trófico (IET).

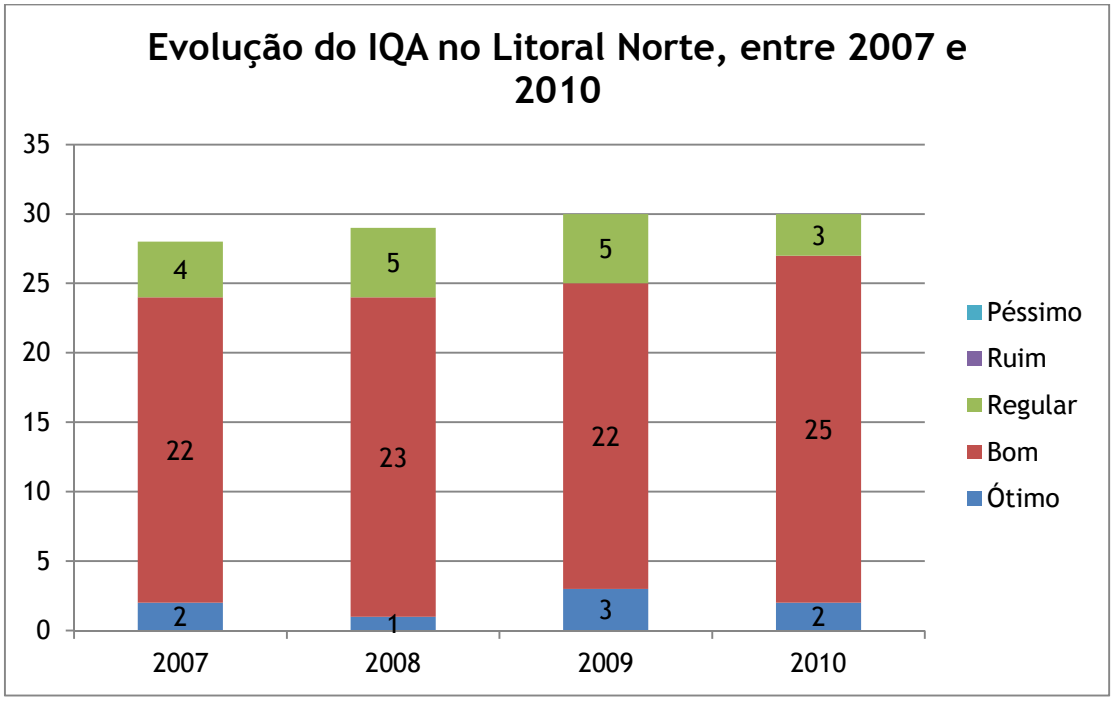
Tais indicadores são calculados periodicamente pela CETESB e seus resultados disponibilizados pela instituição.

Quanto ao IQA, são consideradas variáveis de qualidade que indicam o lançamento de efluentes sanitários nos rios da região. O índice envolve análise de temperatura, pH, oxigênio dissolvido, Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO), Coliformes, entre outros. O índice é calculado através de uma fórmula matemática, podendo variar de zero a 100. A partir do resultado do índice, é atribuída uma classificação para a qualidade das águas superficiais:

- IQA ≤ 19 :Qualidade Péssima;
- 19 < IQA ≤ 36:Qualidade Ruim;
- 36 < IQA ≤ 51: Qualidade Regular;
- 51 < IQA ≤ 79: Qualidade Boa;
- 79 < IQA ≤ 100: Qualidade Ótima.

Os resultados para o Litoral Norte do IQA mostram a ausência de corpos hídricos com qualidade ruim ou péssima, com predominância da qualidade tida como Boa. Entre 2007 e 2010, nota-se ligeira oscilação no número de rios contemplados em cada faixa de classificação.

Figura 2.2.5.1-1. Evolução do IQA no Litoral Norte, entre 2007 e 2010, em corpos hídricos.

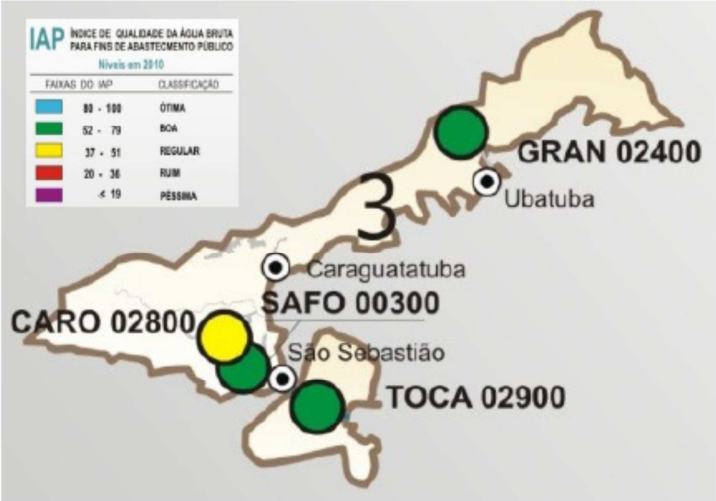


Fonte: Relatório de Situação dos Recursos Hídricos – Litoral Norte 2011.

Os corpos d'água que apresentaram valores do índice de qualidade das águas em estado regular são os seguintes: Rio Acaraú, Rio Quilombo e Rio Lagoa.

No que se refere ao IAP - Índice de Qualidade de Água para fins de Abastecimento Público, este índice avalia, além dos parâmetros inclusos no IAQ, a presença de substâncias tóxicas e as variáveis que afetam a qualidade organoléptica, sendo monitorado trimestralmente nos pontos onde há captação de água para abastecimento, o que no Litoral Norte equivale a quatro locais.

Figura 2.2.5.1-2. Locais de monitoramento do IAP no Litoral Norte.



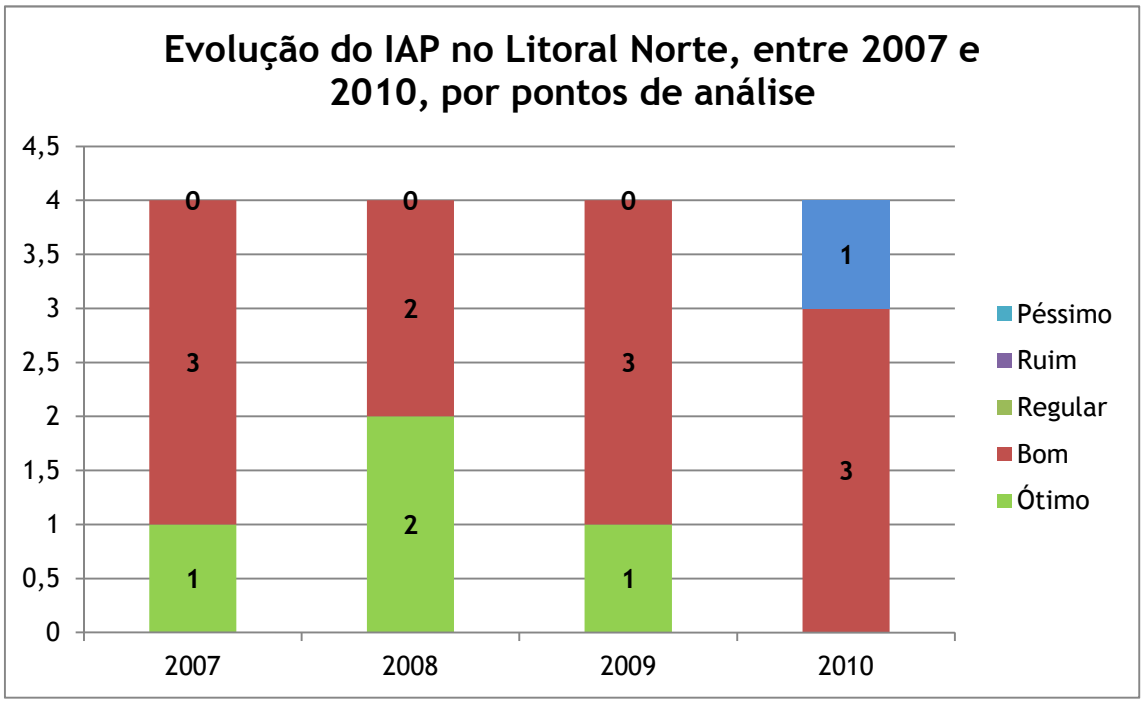
Fonte: Relatório de Situação dos Recursos Hídricos – Litoral Norte 2011.

O IAP pode variar de zero a 100 sendo classificado em cinco classes, definidas pela CETESB:

- IAP ≤ 19: Qualidade Péssima;
- 19 < IAP ≤ 36: Qualidade Ruim;
- 36 <IAP ≤ 51 : Qualidade Regular;
- 51 <IAP ≤ 79 : Qualidade Boa;
- 79 <IAP ≤ 100 : Qualidade Ótima.

Os resultados na região apresentam predominância de pontos de captação com qualidade boa, embora em 2010, um dos locais tenha apresentado qualidade regular, indo contra o histórico da região.

Figura 2.2.5.1-3. Evolução do IAP no Litoral Norte, entre 2007 e 2011, por pontos de análise.



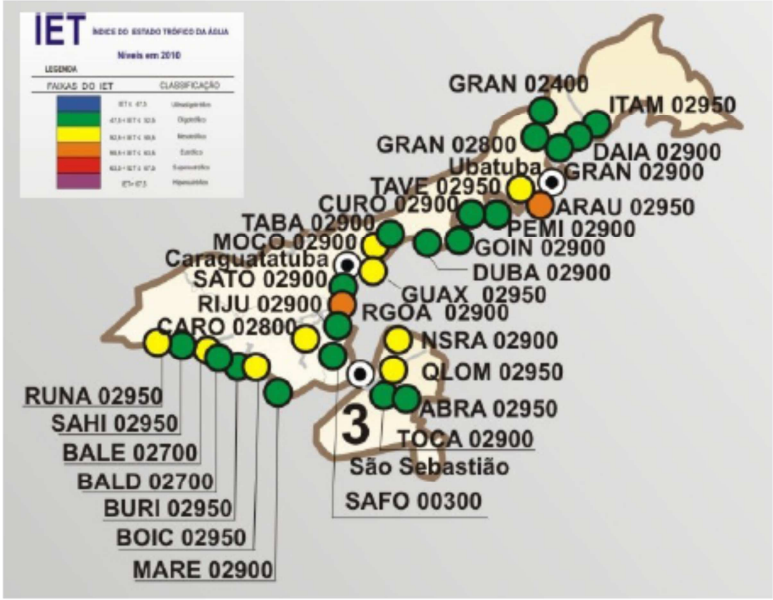
Fonte: Relatório de Situação dos Recursos Hídricos – Litoral Norte 2011.

Este resultado pode ser influenciado pelas deficiências identificadas no saneamento básico.

O Índice de Estado Trófico (IET) permite a classificação dos corpos d'água com relação à presença de excesso de nutrientes, que pode provocar a proliferação de algas ou macrófitas aquáticas. Assim, o índice considera os teores de Clorofila e/ou Fósforo Total na água, cujas amostras são coletadas em diferentes corpos hídricos e têm seus resultados classificados em:

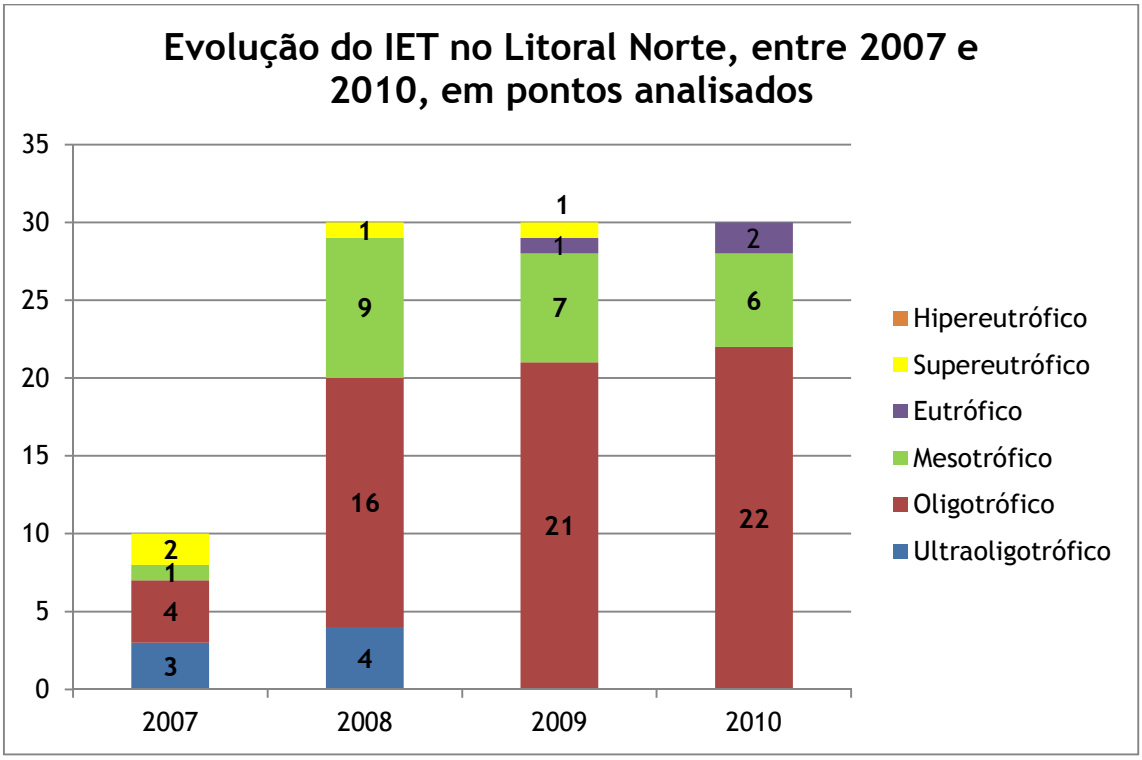
- IET > 67,5: Hipereutrófico;
- 63,5 < IET ≤ 67,5: Supereutrófico;
- 59,5 <IET ≤ 63,5: Eutrófico;
- 52,5 <IET ≤ 59,5: Mesotrófico;
- 47,5 < IET ≤ 52,5: Oligotrófico;
- IET ≤ 47,5: Ultraoligotrófico.

Figura 2.2.5.1-4. Distribuição dos pontos de controle do IET no Litoral Norte, em 2010.



Fonte: Relatório de Situação dos Recursos Hídricos – Litoral Norte 2011.

Figura 2.2.5.1-5. Evolução do resultado do IET no Litoral Norte, entre 2007 e 2010, nos pontos analisados.



Fonte: Relatório de Situação dos Recursos Hídricos – Litoral Norte 2011.

Os resultados indicam o aumento significativo dos pontos de controle do IET a partir de 2008 e a contínua redução do número de pontos considerados mesoeutróficos entre 2008 e 2010. No mesmo período, observa-se a eliminação de pontos tidos como supereutróficos.

Tais resultados mostram os resultados dos investimentos recentes em novas estações de tratamentos de esgotos no Litoral Norte, o que é secundado pelo acréscimo contínuo da ocupação humana.

Segundo o Relatório de Situação do CBH-LN, de 2011 os corpos d'água com os maiores valores de IET são os Rios Acaraú e Lagoa.

Além dos índices apresentados acima, a CETESB avalia também o Índice de Qualidade de Água para proteção da Vida Aquática (IVA) e o Índice de Balneabilidade (IB).

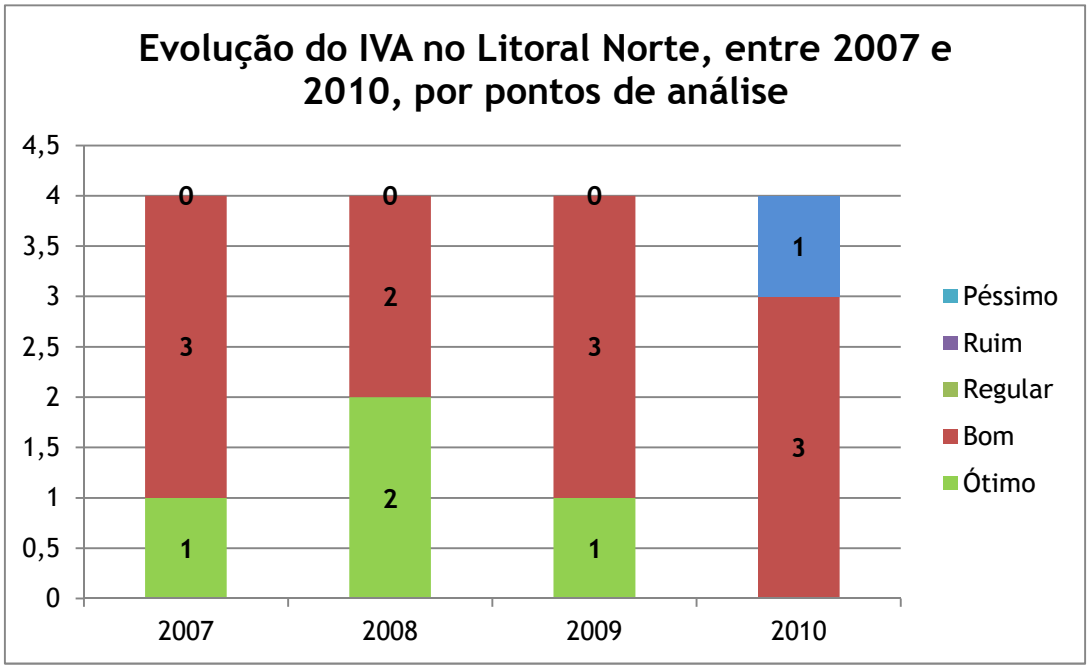
O IB será avaliado juntamente com o Saneamento Básico e apresenta caráter fortemente relevante em uma região com grande apelo do turismo de veraneio praiano.

Quanto ao IVA, trata-se de um índice permite avaliar a qualidade das águas para fins de proteção da fauna e flora em geral, considerando a presença e concentração de contaminantes tóxicos, como metais pesados.

No Litoral Norte, os resultados obtidos apontam predominância da qualidade adequada da água, embora em 2010 tenha sido registrado um ponto considerado regular, em resultado muito similar ao IAP.

Deve-se destacar que, em 2009, foram registradas duas ocorrências de mortandade de peixes na região.

Figura 2.2.5.1-6. Resultados do IVA no Litoral Norte, entre 2007 e 2010, por pontos analisados.



Fonte: Relatório de Situação dos Recursos Hídricos – Litoral Norte 2011.

Ainda no que se refere a recursos hídricos, deve-se destacar a disponibilidade de água na região, avaliada como 39 m^3/s total, dos quais 27 m^3/s são superficiais e 12 m^3/s são subterrâneos.

Analisando separadamente cada município, tem-se que Ilhabela apresenta a maior disponibilidade *per capita*, entre os municípios da região, enquanto Caraguatatuba apresenta os piores resultados

Quadro 2.2.5.1-. Evolução da Disponibilidade *per capita* de Água nos Municípios do Litoral Norte entre 2007 e 2010.

Disponibilidade *per capita* de água nos Municípios do Litoral Norte, entre 2007 e 2010 (em m^3/hab.ano)				
Município	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**
Caraguatatuba	8752	9569	9454	8586
Ilhabela	22598	22736	22072	21730
São Sebastião	9079	10332	10112	9769
Ubatuba	15080	15086	14749	15769

Fonte: Relatório de Situação dos Recursos Hídricos – Litoral Norte 2011.

Comparando-se os resultados de disponibilidade com a demanda regional, tem-se demanda total de 1,82 m^3/s, dos quais 1,64 m^3/s são superficiais. Deve-se destacar que, em 2010, apenas Caraguatatuba apresentou captação subterrânea significativa.

Quadro 2.2.5.1-2. Evolução da Demanda de Água nos Municípios do Litoral Norte entre 2007 e 2010.

Demanda de Água Total nos Municípios do Litoral Norte (em m^3/s)				
Município	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**
Caraguatatuba	0,55	1,23	1,24	1,26
Ilhabela	0,09	0,02	0,09	0,01
São Sebastião	0,03	0,08	0,08	0,22
Ubatuba	0,01	0,01	0,33	0,33

Fonte: Relatório de Situação dos Recursos Hídricos – Litoral Norte 2011.DAAE.

2.2.5.2. Solo

No que se refere aos indicadores de qualidade ambiental do solo, é relevante avaliar o número de áreas contaminadas por município, cadastradas e acompanhadas pela CETESB.

Quadro 2.2.5.2-1. Áreas contaminadas nos municípios do Litoral Norte em 2009 e 2010.

Áreas Contaminadas nos Municípios do Litoral Norte, em 2009 e 2010		
Município	**2009**	**2010**
Caraguatatuba	20	20
Ilhabela	2	5
São Sebastião	13	18
Ubatuba	17	17
Total	52	60

Fonte: Relatório de Situação dos Recursos Hídricos – Litoral Norte 2011.CETESB.

Nota-se, no Litoral Norte, o aumento do número de áreas contaminadas em Ilhabela e São Sebastião, entre 2009 e 2010.

Deve-se destacar a tendência de aumento do número de áreas no Estado, em função da demora do prazo de remediação e recuperação de tais espaços.

Em função deste cenário, a CETESB criou uma classificação específica para as áreas contaminadas:

- Área contaminada sob investigação (AI);
- Área contaminada (AC);
- Área em processo de monitoramento para reabilitação (AMR); e
- Área reabilitada para o uso declarado (AR).

Segundo esta classificação, em 2009, existiam no Litoral Norte 3 áreas contaminadas sob investigação, 35 áreas contaminadas, 10 áreas em processo de monitoramento para reabilitação e 1 áreas reabilitada.

Na UGRHI, o índice de reabilitação de áreas contaminadas é de 21,2%, o segundo menor do Estado, atrás apenas da bacia hidrográfica do Pontal do Paranapanema.

2.2.6. Análise

A preponderância das Unidades de Conservação na ocupação do espaço geográfico no Litoral Norte define aspectos significativos da região, simbolizados pelo conflito contínuo entre a Unidade de Conservação, que limita o crescimento urbano e o desenvolvimento econômico, e a mancha urbana, que pressiona as UCs, tanto no que se refere ao seu território quanto à sua capacidade de preservação e prestação de serviços ambientais.

Um aspecto relevante deste conflito é a divulgação da Unidade de Conservação entre a comunidade local, que a não a vê como parte de seu meio e não interage de maneira construtiva com o patrimônio ambiental disponível. Esse fator se reflete no reduzido número de visitantes de alguns parques, onde a presença de estudantes predomina.

A integração das UCs, entre si e com os municípios nas quais se inserem, tende a colaborar para a proteção ambiental de forma abrangente e que considere a apropriação do espaço como uma forma de estimular a educação ambiental e a atitude de preservação por parte do cidadão comum, como um passo importante na direção da sustentabilidade.

Paralelamente, a presença de Unidades de Conservação de gestão municipal, estadual e federal, com eventual sobreposição de trechos de território gera a oportunidade de composição de um mosaico, que articule ações e objetivos de manejo, integrando estratégias de gestão e facilitando articulação de parcerias, citadas como fundamentais em todos os Planos de Manejo existentes para a região.

Especificamente no que se refere ao setor de Turismo, a utilização das UCs também abre espaço para novos negócios e geração de atrações e roteiros que se voltem para o uso público sustentável dos parques e áreas protegidas.

No que se refere à gestão ambiental em nível municipal, a qualificação dos colaboradores e divulgação das ações são fatores chave, juntamente com a criação e aplicação de políticas públicas locais, viabilizadas com recursos captados junto ao Ministério do Meio Ambiente ou fundos internacionais.

A integração das ações locais com as das UCs deve ser fomentada.

2.3. Turismo Sustentável

O presente diagnóstico sobre o turismo e seus aspectos de sustentabilidade nos municípios do Litoral Norte (Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba) detalha as características gerais de eventos e atrativos, o planejamento público e empresarial que envolve o tema, os aspectos da governança e as estruturas orçamentárias e de recursos, tanto físicos quanto financeiros dedicados ao fomento do turismo no Litoral Norte.

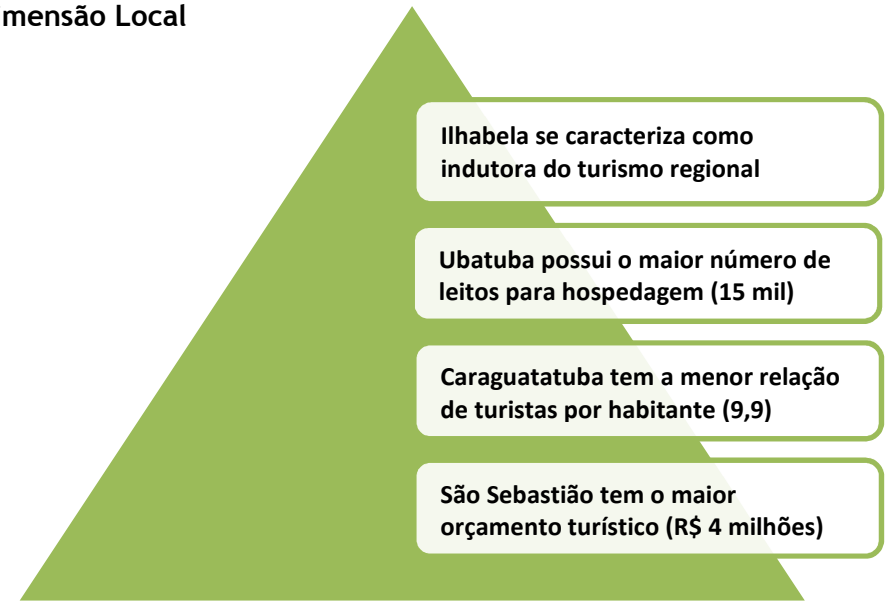
Os trabalhos foram fundamentados na análise e coleta de dados referentes ao tema, em visitas técnicas locais, na leitura e análise dos materiais do COMDIAL/CEDS e nas percepções expostas durante as reuniões com gestores públicos e empresários envolvidos com o turismo.

2.3.1. Quadro Síntese

2.3.1.1. Dimensão Geral

Fonte: Elaboração Geo Brasilis (2012).

2.3.1.2. Dimensão Local



Fonte: Elaboração Geo Brasilis (2012).

2.3.2. Turismo Sustentável

Turismo sustentável, em síntese, é aquele capaz de conservar os recursos naturais em longo prazo e responder às demandas socioeconômicas e culturais da população local e do turista.

Conforme observado em estudos de experiências exitosas na área do turismo, o desenvolvimento turístico de uma determinada região ou município sempre ocorre através de um trabalho realizado por fortes estruturas de planejamento estratégico e de governança regional e/ou local.

Na ausência de tais estruturas, o turismo sustentável não realiza um pleno desenvolvimento capaz de satisfazer as demandas socioeconômicas e culturais da população local, bem como, do turista.

2.3.3. Diagnóstico do Turismo no Litoral Norte

Após análises de dados e informações, reuniões com gestores públicos e contatos com empresários, a primeira constatação é a de que não há uma base de dados sistematiza e confiável sobre sub temas que cercam o turismo, tais como: número total e procedência dos turistas, a motivação da visita (lazer, negócios, compras, serviços de saúde etc.), o perfil e o tempo médio de permanência em cada município, a média de gasto de cada turista ou família, as principais atrações visitadas.

Portanto, utilizou-se aqui de um conjunto de dados e informações, que muitas vezes aborda o tema indiretamente, captação do conhecimentos dos profissionais e gestores públicos envolvidos com turismo e percepções de munícipes, consultores e turistas que visitam e conhecem o Litoral Norte. Estes procedimentos permitem traçar um real diagnóstico do turismo no Litoral Norte.

Exemplo de uma abordagem indireta é a análise da economia gerada pelo turismo, que não tendo categoria própria acaba sendo analisada através do valor agregado do setor de serviços.

2.3.3.1. Dinâmica Econômica do Setor Turístico

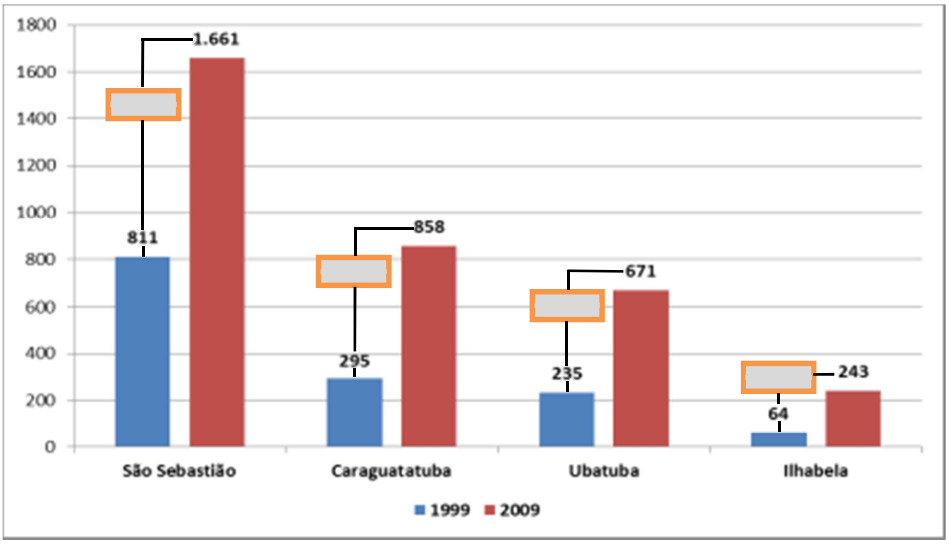
Tema importante para as recomendações finais da Plataforma da Sustentabilidade, que entre outras indicará ações e políticas de fomento ao turismo, destacadamente o sustentável, pois alicerçará os entendimentos dos benefícios sociais e econômicos, tanto diretos quanto indiretos dessa atividade, justificando ações públicas e privadas.

Iremos demonstrar a importância econômica e de geração de empregos e tributos do setor turístico, que se encontra inserido, para efeito de cálculos macroeconômicos, no componente chamado de valor adicionado dos serviços, integrante das matrizes de cálculo do PIB, objeto dos cálculos das contas nacionais.

Portanto, este indicador se configura como um dos mais indicados para analisar a dinâmica econômica do setor turístico.

No gráfico a seguir, descrevemos as variações ocorridas para o componente valor adicionado dos serviços envolvendo os quatro municípios do Litoral Norte:

Figura 2.3.3.1-1. Valor Adicionado dos Serviços nos Municípios do Litoral Norte (1999/2009), em R$ milhões.



Fonte: Fundação Seade. 20121. Elaboração Geo Brasilis. 2012.

A **Figura 2.3.3.1-1** nos traz um panorama econômico do setor de serviços nos municípios do Litoral Norte. Em 2009, o município de São Sebastião apresentou o maior valor adicionado dos serviços, R$ 1,6 bilhão, seguido por Caraguatatuba (R$ 858 milhões), Ubatuba (R$ 671 milhões) e Ilhabela (R$ 243 milhões).

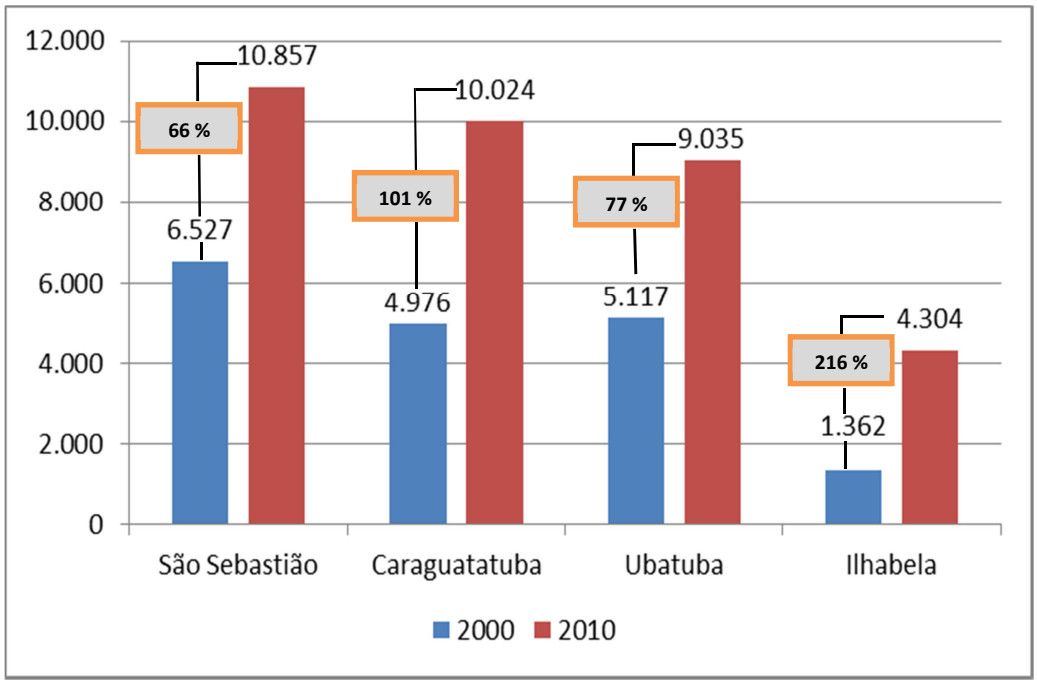
Segundo estudo do IBGE "Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica (2003-2007)", o setor turístico é responsável por 7,1% do valor adicionado dos serviços. Sendo assim os valores estimados da economia do turismo nos municípios do Litoral Norte são os seguintes:

- São Sebastião (R$ 118 milhões);
- Caraguatatuba (R$ 61 milhões);
- Ubatuba (R$ 48 milhões);
- Ilhabela (R$ 17 milhões).

Portanto, temos por estes dados uma estimativa de que o turismo gerou R$ 244 milhões no Litoral Norte em 2009, um valor importante, mas muito abaixo das potencialidades existentes na região.

Para avançar um pouco mais na análise da participação econômica e social do setor, iremos analisar a geração de postos de trabalho pela atividade:

Figura 2.3.3.1-2: Número de Empregos no Setor de Serviços (2000/2010).



Fonte: Seade; Elaboração Geo Brasilis (2012).

Ainda conforme o estudo do IBGE, o setor turístico é responsável em média por 10% dos empregos do setor de serviços. Utilizando-se de informações da **Figura 2.3.3-2**, temos as seguintes estimativas de empregos formais gerados pelo turismo nos municípios do Litoral Norte:

- São Sebastião (1.085 empregos) no turismo;
- Caraguatatuba (1.002 empregos) no turismo;
- Ubatuba (903 empregos) no turismo;
- Ilhabela (430 empregos) no turismo.

Portanto, temos por estes dados uma estimativa de que o turismo gerou 3.422 empregos no Litoral Norte em 2010.

Fica evidente que a geração de postos de trabalho formais não acompanhou as taxas de crescimento do valor adicionado para o setor, sob as mesmas lógicas aplicadas nas avaliações.

Entre as explicações existentes, podemos elencar:

1. existência de um elevado percentual de trabalhadores informais, sem o registro em carteira para todo o setor de serviços, e não apenas para turismo;
2. Forte destaque para Ilhabela, que apresentou índices muito próximos entre o valor adicionado e a geração de postos de trabalho, notadamente pela forte predominância do setor na economia local;

2.3.3.2. Situação do setor de turismo no Litoral Norte

A seguir apresentaremos o diagnóstico da situação do turismo no Litoral Norte. A análise, que considerou diversas fontes de informações, esboça uma boa radiografia do setor.

2.3.3.3. Principais Eventos nos Municípios do Litoral Norte

Fonte importante de atração de turistas para a região, os eventos envolvem festas, campeonatos, atrações e todo o tipo de ação dedicada à mobilização de munícipes e turistas, e se constituem em uma das principais ações utilizadas pelos municípios para promoção turística de seus territórios.

Elaboramos um quadro representativo do perfil de festas e eventos que ocorrem anualmente no Litoral Norte, buscando avaliar criticamente a distribuição temporal existente, a variedade e criatividade propostas, a sobreposição entre eventos parecidos em municípios diferentes e proposição de eventos mais estruturados com alcance estadual ou nacional. A avaliação revela que:

- Existem festas e eventos similares nos municípios do Litoral Norte, que são tradicionais ocorrendo em meses de baixa temporada, o que contribui para a amenização da sazonalidade do turismo na região.
- Há uma série de festas e eventos que são característicos de cada município dando a estes uma dinâmica turística diferenciada.
- Em destaque estão:

- Na cor verde, estão os eventos relacionados com o turismo ligado ao meio ambiente e ecoturismo terrestre;
- Em azul, estão os eventos ligados a praia e mar.

Quadro 2.3.3.3-1: Festas e Eventos no Litoral Norte.

Eventos e Festas 2010 a 2012							
Ubatuba		São Sebastião (apenas 2012)		Caraguatatuba		Ilhabela	
Eventos e festas tradicionais e de maior destaque							
1. Réveillon	Jan.	1. Réveillon	Jan.	1. Réveillon	Jan.	1. Réveillon	Jan.
2. Show de Verão	Jan	2. Show de Verão	Jan.	2. Show de Verão	Jan.	2. Show de Verão	Jan.
3. Carnaval	Fev.	3. Carnaval	Fev.	3. Carnaval	Fev.	3. Carnaval	Fev.
4. Festival da Tainha	Jul.	4. Festival da Tainha	Julho	4. Festival da Tainha	Julho	4. Festival da Tainha	Agosto
5. Campeonato de Vela Oceânica	Abr.	5. Troféu Ventos e Velas	Abril/ Nov.	5. Torneio Municipal de Vela	Junho /Set.	5. Torneio Internacional de Vela	Julho
6. Festival do Camarão	Jul.			6. Festival do Camarão	Junho	6. Festival do Camarão	Agosto
Eventos e festas menos tradicionais							
Esporte		**Esporte**		**Esporte**		**Esporte**	
1. Circuito Municipal de Surf	Março	1. Copa Brasil de Futevôlei Feminino	Jan.	1. Abertura do Torneio de Tênis	Março	1. X Terra Brasil	Abr.
2. Regata do Inverso	Março	2. Etapa Paulista de *Downhill*	Fev.	2. Copa SESC de Futsal	Março	2. AlohaSpirit - Canoa	Abr.
3. Circuito de Águas Abertas	Março	3. Torneio de Pesca	Março	3. Campeonato de Futebol Veterano	Março	3. Campeonato Municipal de Futsal	Maio
4. Taça de Pesca Esportiva	Abr.	4. Campeonato de Futevôlei e Vôlei	Março /Junho	4. Campeonato de Futsal Feminino	Março	4. Campeonato Municipal de Futebol	Maio
5. Regata da Amizade de Vela Oceânica	Abr.	5. Copa São Paulo de *Montain Bike* Amador	Março	5. Torneio de Natação	Março	5. Torneio de vôlei	Maio
6. TRIMAX - Triathlon Olympic Series	Abr.	6. Campeonato de Canoa/Caiaque	Abr.	6. Copa Tiradentes de Futsal	Março	6. Corrida de Canoa Caiçara	Maio
7. Campeonato de Vela Oceânica de Ubatuba	Maio/ Dez.	7. Torneio Aleluia de Canoagem	Abr.	7. Copa Master de Futebol de Campo	Abr.	7. Corrida de Montanha	Maio
8. Circuito Municipal de Surf	Maio/ Agosto	8. Prova Natatória Volta do Parcel	Abr.	8. Maratona Aquática na Cocanha	Abr.	8. Corrida Th5 Eventos	Maio
9. Travessia Cidade de Ubatuba	Maio	9. Campeonato de Judô Taça São Sebastião	Maio	9. Torneio de Vôo Livre	Abr.	9. Regata do Meio Ambiente	Junho
10. Triathlon Short Distance	Junho	10. Maratona de Revezamento Bertioga-Maresias	Maio	10. Campeonato Municipal de Futsal	Abril/ Nov.	10. Circuito Ilhabela de Vela	Junho
11. Super Surf	Julho	11. Maratona Aquática	Maio	11. Campeonato Brasileiro de Canoagem Oceânica	Abr.	11. Torneio de Vôlei Adaptado	Junho
12. Regata de Monotipos Escola de Vela de Ubatuba	Julho	12. Regata Canoa Caiçara Cícero Spirotos	Maio	12. Copa de Inverno de Futebol	Maio	12. Campeonato Paulista de Canoagem	Junho
13. Campeonato Paulista de Vela Oceânica	Agosto/Setembro	13. Torneio de Street Ball	Maio	13. Festival Noturno de Tênis	Junho	13. Circuito Ilhabela de Corrida de Rua	Agosto
14. Etapa Campeonato Paulista de Pesca	Outubro	14. JISS - Jogos dos Idosos	Junho	14. Corrida e Caminhada de Santo Antonio	Junho	14. Circuito Ilhabela de Natação	Agosto/ Dez.
15. Campeonato Mundial de Surfe WQS	Out.	15. Copa Sebastianense de Futsal	Junho	15. JORI - Jogos Regionais do Idoso	Junho	15. Jogos das Comunidades Tradicionais	Agosto

16. Campeonato Paulista de Aquathlon	Out.	16. Circuito Sebastianense de Surf	Junho	16. Competição Michel Longhi de Natação	Junho	16. Ilhabela Corpore Terra & Mar	Agosto
17. Granfondo Brasil de Ciclismo	Nov.	17. Encontro de Capoeira	Agosto	17. Campeonato Municipal de Surf	Junho / Set.	17. Copa Gran Mestre Rezende de JiuJitsu	Agosto
18. Regata de Monotipos Escola de Vela do UIC	Dez.	18. Circuito de Maratonas Aquáticas	Out.	18. Encontro Regional de Capoeira	Agosto	18. Prova Pedestre Cidade de Ilhabela	Set.
						19. EcoPasseio Ciclístico	Maio
19. Regata de Oceano Dia do Marinheiro	Dez.	**Religioso**		19. Copa Shihan de Judô	Agosto	20. Campeonato Paulista de Optimist	Set.
Religioso		1. Festa São Pedro Pescador/São Francisco	Junho /Julho	20. Campeonato Municipal de Basquetebol	Agosto	21. Campeonato de Futsal Feminino e Veterano	Set.Dez.
1. Romaria da Folia do Divino	Abril	2. Festa da Paroquia do Sagrado Coração de Jesus	Julho	21. Copa dos Campeões de Futebol do Litoral Norte	Agosto	22. Regata CaipirinhasCup 2012	Nov.
2. Festa de Nossa Senhora de Fátima	Maio	3. Festa do Toque Toque Pequeno	Julho	22. Torneio GIBI de Basquetebol	Agosto	**Religioso**	
3. Festa São Pedro Pescador	Junho	4. Glorifica Litoral	Out.	23. Campeonato Estadual de Futebol "Bom de bola, bom na escola"	Agosto	1. Festa da Padroeira Nossa Senhora D´Ajuda	Fev.
4. Festa do Divino	Junho	**Gastronômico**		24. Liga Vale Paraibana de Tênis de Mesa	Agosto	2. Festa de São José	Março
5. Festa Santo Antônio	Junho	1. Circuito Gastronômico	Out./ Nov.	25. Caraguá Open de Tênis	Set.	3. Festa de São Benedito e Congada de Ilhabela	Maio
6. Festa São Paulo Apóstolo	Junho	**Cultural**		26. Campeonato Regional de Bicicross BMX	Out.	4. Festa de Santo Antônio	Junho
7. Festa de Santa Filomena	Agosto	1. Festival da Cultura Caiçara	Março	27. Torneio de Futvôlei	Out.	5. Festa de São João Batista	Junho
8. Festa de São Roque	Agosto	2. Festa Imigrante/Barra do Sahy	Março	28. Open de Karatê	Dez.	6. Festa de São Pedro	Junho
9. Festa da Nossa Senhora das Dores	Set.	3. Festa Migrante/Enseada	Junho	**Religioso**		7. Festa de Santa Verônica - Bonete	Jul.
10. Festa de Nossa Senhora das Graças	Set.	4. Araiá Caiçara - Festa Cidade Junina	Julho	1. Festa do Divino Espírito Santo	Maio	8. Festa do Bom Jesus da Serraria	Agosto
11. Festa da Padroeira	Set.	**Outros**		2. Festa de Santo Antônio	Junho	9. Festa de Nossa Senhora Aparecida	Out.
12. Festa de Nossa Senhora Aparecida	Out.	1. Concurso de Fanfarras e Bandas	Maio	3. Festa de Iemanjá	Dez.	**Gastronômico**	
		2. Litoral Dance Festival	Maio	**Gastronômico**		1. Festival da Sardinha	Maio
		3. Topija - Festa Popular do Bairro Topolândia	Out.	1. Caraguá a Gosto	Agosto	**Cultural**	
		4. Encontro de Canto Coral Villa Lobos	Novembro	2. Festival do Mexilhão	Dez.	1. Festa da Comunidade de Castelhanos	Agosto
13. Feira das Nações	Outubro	5. Agita Hidro e Caminhada da Família	Novembro	**Cultural**		**2.** Mostra de Dança - Fundaci	
14. Ubapesc	Nove	6. 29º Nho Bento - Poesia	Junho	1. Festival Inverno Quente	Jul.	3. Exibição de Filmes/Dia	Out.

	mbro					Internacional da Animação	
15. Festival da Paz	Junho	7. Equipousada	Agosto	**2.** Coreto em Sol		3. Encontro de Corais	Dez.
Gastronômico				3. Litoral em Dança	Jan.	**Outros**	
1. Marejada – Festa de Frutos do Mar	Abr.			4. Litoral Encena	Jan.	Festa de Guanxumas	Junho
1. Festival Gastronômico de Ubatuba	Agosto			5. Cenário Musical	Maio		
2. Festa da Mandioca	Jul.						
3. Feira das Nações	Outubro			**Outros**			
Cultural				Feira Náutica			
1. Exposição de Folclore da Caiçarada	Agosto			CaraguáTuning Show			
2. Encontro de Contadores de Causo	Agosto			Exposição de Orquídeas			
3. Caiçarada	Junho			Virada Esportiva			
4. Salão Nacional de Belas Artes de Ubatuba	Out.						
5. Festa do Quilombo da Fazenda	Nov.						
Outros							
1. Fandango Caiçara	Junho						
2. Festival do Clássico ao Pop	Jul.						
3. Festival de Viola	Agosto						
4. Festival da PAZ	Set.						
5. Festa da Primavera	Set.						
6. Festival de Observação de Aves	Out.						
7. Passeio Ecológico de Barcos a Vela de Ubatuba	Out.						
8. Festival de Inverno	Julho						
9.							

Fonte: Sites das Prefeituras, jornais da região e entrevistas. Elaboração: Geo Brasilis. 2012.

2.3.3.4. Análise da relação de eventos:

A distribuição geral dos eventos se apresenta da seguinte forma:

Com base nos dados e informações disponíveis, foi possível organizar a tabela de eventos listadas acima, que indicamos não conter todos os eventos, mais fornecem uma boa parte daquilo que é proposto pelos municípios.

Esta análise é útil para compararmos a diversidade e quantidade dos eventos, ficando claro que o sucesso de sua realização e atração de turistas, não foi analisado.

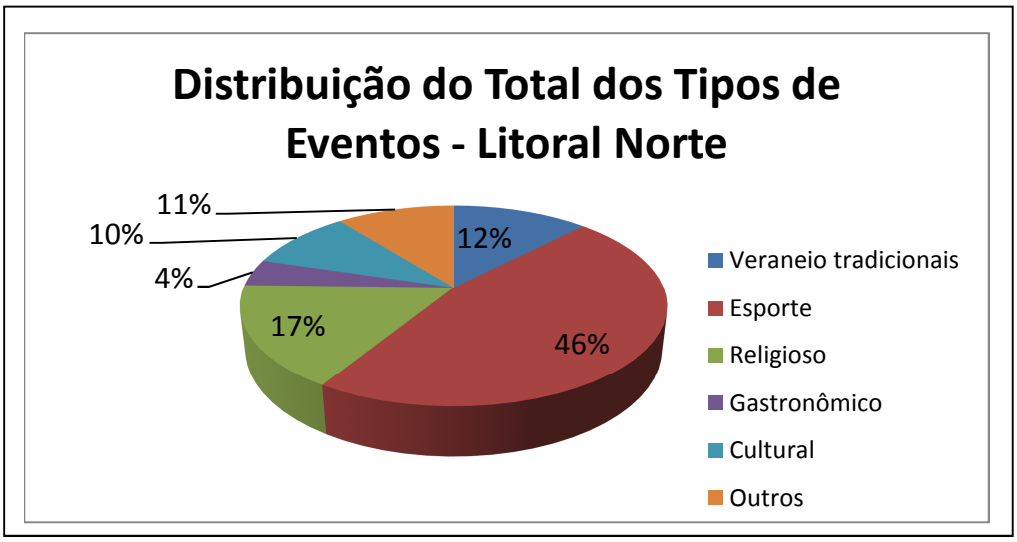
Em resumo, temos a seguinte distribuição:

Quadro 2.3.3.4-1. Resumo dos Eventos realizados no Litoral Norte, por municípios e atrativo.

Tipos de eventos	Ubatuba	São Sebastião	Caraguatatuba	Ilhabela	TOTAL
Veraneio tradicionais	6	5	6	6	23
Esporte	19	18	28	22	87
Religioso	15	4	3	9	31
Gastronômico	4	1	2	1	8
Cultural	5	4	5	4	18
Outros	8	7	4	1	20
TOTAL	57	39	48	43	**187**

Fonte: Elaboração Geo Brasilis. 2012.

Figura 2.3.3.4-1. Distribuição do Total dos Tipos de Eventos do Litoral Norte.



Fonte: Elaboração Geo Brasilis.2012.

- Os eventos de veraneio, carros chefes das atrações, são em menor número, mas atraem e atendem a um público superior;
- Os eventos do tipo esportivo são a maioria, com 46% do total dos eventos, seguidos pelos de tipo religioso;
- Chama a atenção os eventos culturais e gastronômicos, que juntos não atingem 15% do total;

Na análise de cada município, destacamos o seguinte:

- ✓ Caraguatatuba concentra a maior agenda de eventos esportivos (58% do total dos eventos municipais), mas boa parte são torneios esportivos do próprio município, pouco voltados para turistas, o oposto de Ilhabela.
- ✓ Eventos religiosos são destaque em Ubatuba (26% do total, quase igualando-se aos esportivos (33%).
- ✓ Os eventos do tipo cultural apresentam participação muito semelhante entre os quatro municípios, oscilando entre 9% a 11% dos totais municipais;
- ✓ E os eventos gastronômicos representam a menor parcela em todos os municípios.

Para os principais propósitos do trabalho, analisamos duas categorias dentro dos 87 eventos do tipo turismo esporte, com maior sinergia:

Quadro 2.3.3.4-2. Eventos de Turismo Esportivo destacados, no Litoral Norte.

Tipos de eventos	Ubatuba	São Sebastião	Caraguatatuba	Ilhabela	TOTAL
1ª Sol e Mar (regatas, campeonatos de vela, canoagem etc):	15	6	3	6	30
2ª Ecoturismo e natureza terrestre (corridas de aventuras, escaladas, montanhismos etc.):	0	2	1	6	9
TOTAL	15	8	4	12	39

Fonte: Elaboração Geo Brasilis. 2012.

- ✓ Fica evidente o enfoque dado em Ubatuba para os eventos relacionados as atividades de vela e náutica. Apesar da elevada quantidade de Unidades de Conservação e belezas naturais, não foram encontrados eventos que aproximam os turistas de atrações terrestres;
- ✓ Caraguatatuba, apesar do maior número de atividades esportivas, poucas são relacionadas com o mar;
- ✓ Ilhabela é o destaque, com atividades de ecoturismo, corridas, montanhismo a pé ou ciclístico, ou seja, há uma diversidade maior e também um padrão de qualidade mais amplo, por envolver atividades conduzidas pela iniciativa privada.

2.3.3.4.1. Casos de interesse:

É válido destacar experiências de relevo entre o contato praia-mar-patrimônio natural, tais como corridas de aventura e circuitos realizados em Ilhabela:

Figura 2.3.3.4.1-1. Site do evento X-Terra Ilhabela.

Fonte: http://www.xterrabrasil.com.br/provas/xterra-ilhabela-2012.php. 2012.

2.3.3.5. Estatísticas do Número de Turistas e Hospedagem no Litoral Norte

Item importante para a organização e planejamento das atividades turísticas, além de balizador das estratégias municipais, as estatísticas envolvendo o turismo são

precárias na região e ainda não se encontram organizadas nas Secretarias Municipais de Turismo.

Nos trabalhos efetuados pela Geo Brasilis para estruturar informações quantitativas, foi possível elaborar identificar as previsões de turistas para a alta temporada 2012/2013, bem como, o número de meios de hospedagem e número de leitos.

Para o primeiro caso, identificou-se que o Litoral Norte receberá, somente na alta temporada, cerca de quatro (4) milhões de turistas.

Quadro 2.3.3.5-1. Previsão de Turistas no Litoral Norte.

Previsão de Turistas no Litoral Norte (Alta Temporada - 2012/2013)		
Município	**Número de Turistas**	**Relação Turistas/Habitante**
Ilhabela	500.000	17,8
Caraguatatuba	1.000.000	9,9
São Sebastião	1.000.000	13,6
Ubatuba	1.500.000	19,1
Litoral Norte	**4.000.000**	**14,2**

Fonte: Sites das Prefeituras, jornais da região e entrevistas; Elaboração: Geo Brasilis. 2012.

Ubatuba é o município do Litoral Norte que recebe o maior número de turistas, por volta de 1,5 milhão. Caraguatatuba e São Sebastião recebem cada um, cerca de um (1) milhão de turistas e Ilhabela 500 mil turistas por ano.

Mas quando é feita a relação entre turistas e população residente, percebemos que Ubatuba (com 19,1) e Ilhabela (17,8) recebem um número muito superior de visitantes em relação a sua população.

Outro item importante para a avaliação da infraestrutura e capacidade de recepção de turistas, é a oferta de meios de hospedagem. Nos levantamento efetuados pela Geo Brasilis, foram indicadas as seguintes estruturas:

Quadro 2.3.3.5-2. Meios de Hospedagem no Litoral Norte.

Meios de Hospedagem no Litoral Norte (2012)		
Município	**Número de hotéis, pousadas, chalés, campings e albergues.**	**Leitos**

Ilhabela	120	7.000
Caraguatatuba	70	9.000
São Sebastião	220	11.000
Ubatuba	272	15.000
Litoral Norte	**682**	**42.000**

Fonte: Sites das Prefeituras, jornais da região e entrevistas; Elaboração: Geo Brasilis. 2012.

No Litoral Norte temos 682 meios de hospedagem, que oferecem 42 mil leitos. Ubatuba é o município com o maior número de meios de hospedagem e leitos 272 e 15.000, respectivamente. São Sebastião apresenta 220 meios de hospedagem com 11 mil leitos. Em Caraguatatuba temos 70 meios de hospedagem com nove (9) mil leitos. Já em Ilhabela temos um total de 120 meios de hospedagem com sete (7) mil leitos.

Pelo elevado fluxo de turistas na temporada, fica claro que uma grande parcela desses turistas utilizam casas de veraneio, locadas para o uso durante a temporada.

2.3.3.6. Atrativos Turísticos

A avaliação da existência e/ou oferta de atrativos turísticos fornece um panorama interessante da quantidade e diversidade de atrativos, mas não foi possível obter informações qualitativas a respeito das condições desses atrativos, dado importante para averiguar a estrutura de cada município e que deverá permear a elaboração de um futuro Plano Regional de Turismo.

A seguir, apresentaremos um quadro com os principais atrativos turísticos do Litoral Norte. A região demonstra ter um grande número de atrativos que estão sendo pouco utilizados para alavancar o turismo. O ecoturismo é uma das atividades a ser melhor explorada, já que ocorre o ano inteiro sendo uma alternativa para as épocas de baixa temporada.

Quadro 2.3.3.6-1. Atrativos Turísticos no Litoral Norte.

Atrativos Turísticos			
São Sebastião	**Caraguatatuba**	**Ubatuba**	**Ilhabela**
1. Praias (42 ao todo)	1. Praias (20 ao todo)	1. Praias (78 ao todo)	1. Praias (44 ao todo)
2. Trilhas (7 ao todo)	2. Trilhas (6 ao todo)	2. Trilhas (12 ao todo)	2. Trilhas (17 ao todo)
3. Pontos de Mergulho	3. Pontos de	3. Pontos de	3. Pontos de

Atrativos Turísticos			
São Sebastião	**Caraguatatuba**	**Ubatuba**	**Ilhabela**
(9)	Mergulho (3)	Mergulho (14)	Mergulho (10)
4. Observação de Pássaros	4. Observação de Pássaros	4. Observação de Pássaros	4. Observação de Pássaros
5. Museu dos Naufrágios e Biologia Marinha	5. Praça Dr. Cândido Motta	5. Projeto Tamar	5. Parque Estadual de Ilhabela
6. Casa da Esperança	6. Palmeira Imperial	6. Ilhas/Ilhotas	6. Museu Náutico
7. Fazenda Santana	7. Igreja Matriz de Santo Antônio	7. Cachoeiras	7. Wind Surf/Kitesurf
8. Cachoeira Ribeirão de Itu	8. Obelisco - Torneira	8. Surf	8. Cachoeiras
9. Surf/Kitesurf/ windsurfe	9. Monumento 1º Centenário - Relógio de Sol	9. Pesca Esportiva	9. Parque da Esculturas
10. Canoagem/Caiaque	10. Coreto da praça	10. Aquário de Ubatuba	10. Santuário Ecológico da Ilha das Cabras
11. Pontos de Mergulho	11. Chafariz	11. Trilhas	11. Rapel
12. Feira de Artesanato	12. Voo Livre	12. Museu do Automóvel	12. Cannyoning
13. Baladas	13. Tirolesa	13. Museu da Vida Marinha	13. Pico do Baepi
14. Capela de São Gonçalo – Museu de Arte Sacra	14. Kartódromo	14. Horto Florestal	14. Pico de São Sebastião
15. Igreja Matriz de São Sebastião	15. Escuna	15. Prédio da Cadeia Velha	15. Morro do Papagaio
16. Casa Esperança	16. Passeio Ciclístico	16. Casa da Cultura Caiçara	16. Passeio de Jipe
17. Fazenda Santana (Museu)	17. Fazenda do Mexilhão	17. Cais do Porto	
18. Fazenda Coco Brasil	18. Feira de Artesanato	18. Casarão do Porto	
19. Convento Franciscano	19. Morro Santo Antônio	19. Ruínas da Lagoina	
20. Pista de Skate	20. Parque Estadual da Serra do Mar	20. Museu caiçara	
	21. Teatro Mario Covas	21. Gruta das Andorinhas	
	22. Polo Cultural Adaly Coelho	22. Lagoa da Praia Vermelha do	

Atrativos Turísticos			
São Sebastião	**Caraguatatuba**	**Ubatuba**	**Ilhabela**
	Passos	Norte	
	23. Praça de Eventos	23. Mangue da Praia Dura	
	24. Rio Juqueriquerê	24. Toca da Josefa	
	25. Lagoa Azul	25. Belvedere do Felix	
	26. Relógio de Sol	26. Parque Estadual da Ilha Anchieta	
	27. Praça Diógenes Ribeiro da Lima	27. Parque Estadual da Serra do Mar - Núcleo Picinguaba	
	28. Pedra do Jacaré	28. Feira de Artesanato	
	29. Pedra da Freira	29. Igreja Exaltação da Santa Cruz	
	30. Mirante	30. Imagem do Cristo Redentor	
		31. Imagem de São Pedro Pescador	
		32. Imagem do Padre José de Anchieta	
		33. Farol da Barra	
		34. Pico do Corcovado	
		35. Praça Paz de Iperoig	

Fonte: Sites das Prefeituras, jornais da região e entrevistas; Elaboração: Geo Brasilis. 2012.

Na comparação entre os eventos realizados ou previstos nos municípios com os atrativos existentes, percebe-se claramente uma grande lacuna no aproveitamento desses atrativos por parte dos municípios.

2.3.3.7. Estruturas de Governanças e Planejamento Regionais e Locais de Turismo

A Geo Brasilis aprofundou a análise do setor para verificar se, entre as dificuldades em promover o efetivo desenvolvimento da atividade turística estava a questão da ausência de recursos orçamentários nas prefeituras municipais.

Mais do que a análise, verificamos que a estrutura de governança do turismo, primeiramente pública e em seguida privada, ainda é frágil em todos os municípios do Litoral Norte.

Para execução de projetos futuros, que visem ampliar o turismo como atividade econômica relevante, serão necessárias readequações nessas estruturas de governança.

A seguir, apresentaremos as principais análises efetuadas.

2.3.3.7.1.Orçamentos Municipais dedicados ao Turismo

Se fizermos uma relação entre o orçamento previsto (R$ 9,43 milhões) para o Litoral Norte e a previsão de turistas (4,0 milhões) para a região observamos que os valores alocados são de apenas R$ 2,36 por turista.

Como comparativo, o município de Paraty, contou com orçamento de R$ 7,35 milhões, em 2010.

Quadro 2.3.3.7.1-1. Valor Estimado do Orçamento Turístico.

Previsão Orçamentária - 2012			
Município	**Valor aproximado (R$)**	**Turistas (alta temporada)**	**Relação Orçamento/Turista (R$)**
São Sebastião	4.000.000,00	1.000.000	4,00
Caraguatatuba	2.130.000,00	1.000.000	2,13
Ubatuba	1.000.000,00	1.500.000	0,67
Ilhabela	2.300.000,00	500.000	4,60
Litoral Norte	**9.430.000,00**	**4.000.000**	**2,36**

Fonte: informações das prefeituras e entrevistas; Elaboração: Geo Brasilis (2012).

Ilhabela é o município com a maior relação orçamento/turista, dedicando um valor de R$ 4,60 por turista; Ubatuba tem a menor relação, dedica um valor de R$ 0,67 por turista. O quadro acima nos dá uma nítida divisão:

- Ilhabela e São Sebastião apresentam as melhores relações orçamento/turista, R$ 4,6 e R$ 4,0, respectivamente.
- Ubatuba e Caraguatatuba apresentam as piores relações orçamento/turista, R$ 0,67 e R$ 2,13, respectivamente.

2.3.4. Governança e Planejamento Regionais

Há dois principais projetos turísticos com foco regional que estão sendo desenvolvidos no Litoral Norte:

- 1º Circuito Turístico Litoral Norte (SEBRAE).

O Circuito Turístico Litoral Norte tem o objetivo de promover o turismo regional e fomentar o fluxo de visitantes por meio de roteiros integrados, gerando maior desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental.

Várias ações vêm sendo desenvolvidas desde 2009, com foco em três áreas: alimentação fora do lar, meios de hospedagem e agências de turismo. O orçamento previsto é de R$ 4 milhões, mas o projeto não foi concluído.

- 2º Centro de Experimentação em Desenvolvimento Sustentável (CEDS) / COMDIAL.

As entidades ambientalistas que integram o Colegiado Real Norte, a Petrobras e a Universidade Católica de Santos - UNISANTOS são parceiras na promoção do Diálogo para a Sustentabilidade do Litoral Norte paulista. Tem por objetivo desenvolver debates e promover compromissos em torno do desenvolvimento sustentável do Litoral Norte.

Como destaques nas áreas da sustentabilidade e do turismo, temos: curso de MBA "Negócios da Sustentabilidade"; oficinas e seminários sobre turismo sustentável visando informar, apoiar e estruturar estratégias de desenvolvimento.

Durante os trabalhos, não foi identificada uma entidade regional agregadora do tema, que envolvesse o turismo, além dos dois exemplos citados.

2.3.4.1.Governança e Planejamento Locais

Observou-se que os municípios do Litoral Norte se encontram em estágios diferentes de governança e planejamento. Ilhabela e São Sebastião se destacam por apresentarem as melhores estruturas de governança e planejamento. Caraguatatuba e Ubatuba demonstraram fracas estruturas de governança e planejamento.

2.3.4.1.1.São Sebastião

O município de São Sebastião traz os seguintes aspectos de governança e planejamento relacionados ao turismo:

- Conselho Municipal de Turismo.
- Fundo de Turismo.

- Os departamentos de turismo, cultura e patrimônio trabalham integrados na atual gestão.
- Setenta (70) funcionários na Secretaria de Cultura e Turismo.
- Portal de Turismo.

2.3.4.1.2.Caraguatatuba

O município de Caraguatatuba traz os seguintes aspectos de governança e planejamento relacionados ao turismo:

- Associação de Hotéis e Pousadas.
- Nove (9) funcionários na Secretaria de Turismo.
- O diálogo com a Unidade de Conservação (UC) está avançando bem.

2.3.4.1.3.Ubatuba

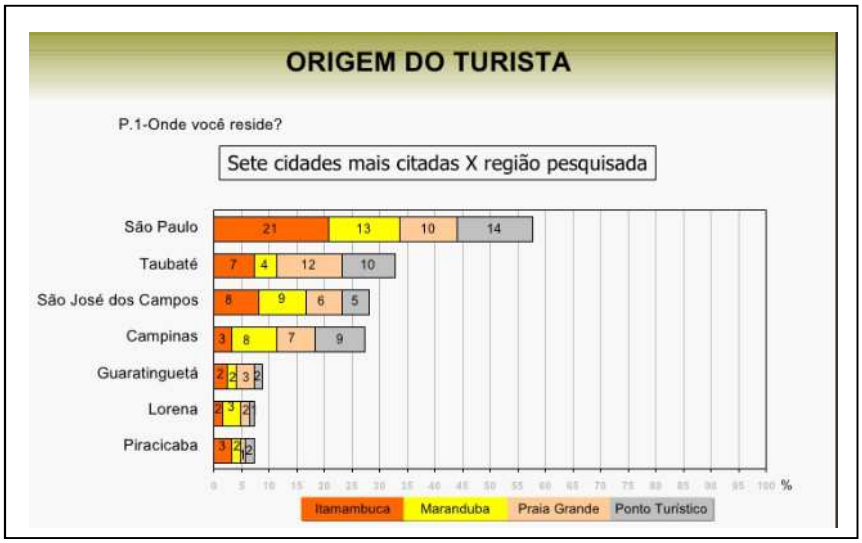
O município de Ubatuba traz os seguintes aspectos de governança e planejamento relacionados ao turismo:

- Pouco diálogo com o Trade Turístico.
- Parceria com a Associação Comercial rompida há dois anos.
- Conselho Municipal de Turismo.
- Pouca interação com os Parques.
- Fraca relação com o SEBRAE.
- Proposta de política para o setor: buscar a melhoria do turismo por meio da criação de novos eventos turísticos em áreas que Ubatuba já tem um reconhecimento e um marketing espontâneo, como o turismo náutico, o surf e a liderança brasileira na preservação da Mata Atlântica.

Em 2004, foi realizada pela Companhia Municipal de Turismo de Ubatuba e pela Setur, pesquisa sobre o turismo no município, a partir de uma amostragem com 500 turistas frequentadores de quatro (04) praias municipais: Itamambuca, Maranduba, Praia Grande e Ponto Turístico.

Os principais resultados obtidos e que merecem destaque neste projeto apresentam-se nas Figuras 4.1.3-1 a 4.1.3-9:

Figura 2.3.4.1.3-1. Origem do Turista.



Fonte: Turismo em Ubatuba. MEDIMIX.2004.

Figura 2.3.4.1.3-2. Perfil do Turista de Ubatuba segundo gênero.

Figura 2.3.4.1.3-3. Perfil do Turista de Ubatuba segundo escolaridade.

Fonte: Turismo em Ubatuba. MEDIMIX.2004.

Figura 2.3.4.1.3-4. Perfil do Turista de Ubatuba segundo ocupação.

Figura 2.3.4.1.3-5. Comportamento de gastos geral.

Fonte: Turismo em Ubatuba. MEDIMIX.2004.

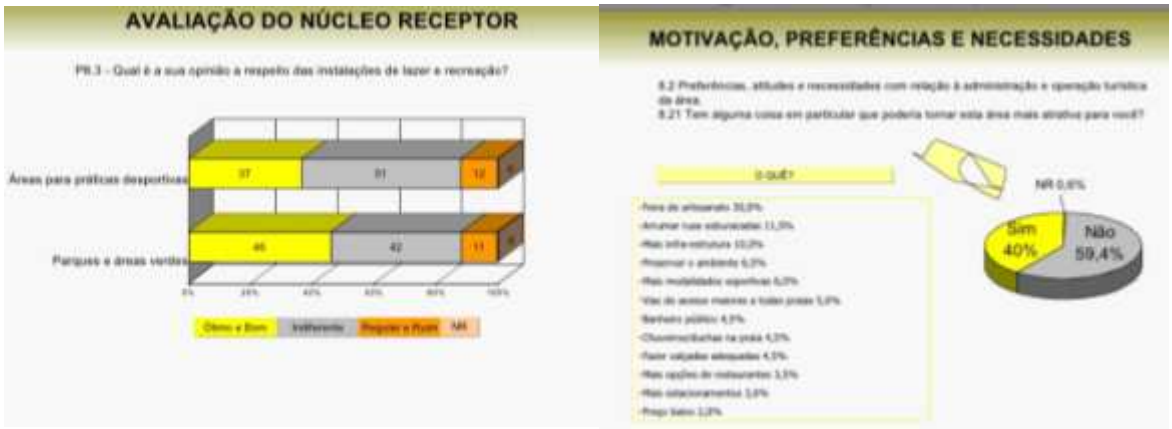
Figura 2.3.4.1.3-6. Renda Familiar.

Figura 2.3.4.1.3-7. Motivação, Preferências e Necessidades.

Fonte: Turismo em Ubatuba. MEDIMIX.2004.

Figura 2.3.4.1.3-8. Avaliação do Núcleo Receptor.

Figura 2.3.4.1.3-9. Motivação, Preferências e Necessidades.



Fonte: Turismo em Ubatuba. MEDIMIX.2004.

2.3.4.1.4.Ilhabela

O município de Ilhabela traz os seguintes aspectos de governança e planejamento relacionados ao turismo:

- Conta com Conselho Municipal de Turismo estruturado e atuante.
- Possui uma Câmara Técnica de Ecoturismo.
- Grupo Gestor do Programa "65 Destinos Turísticos" (Ministério do Turismo).
- Plano Gestor do Turismo elaborado em 2005 (em processo de revisão interna).
- Pratica um bom diálogo com os Parques.
- Possui Associação Comercial e Empresarial.
- Associação dos Hotéis e Pousadas.

2.3.5. Necessidades Regionais e Locais

2.3.5.1.Regionais

As principais necessidades regionais indicadas para alavancar o desenvolvimento do turismo são:

- Investimentos em sinalização trilíngue.
- Formulação de um planejamento regional para o setor turístico.
- Criação de uma governança regional.
- Qualificação profissional voltada ao turismo.
- Cursos de apoio aos empresários do setor turístico e áreas afins.

2.3.5.2.Locais

As principais necessidades locais indicadas para alavancar o desenvolvimento do turismo são:

2.3.5.2.1.São Sebastião

- Inventário dos Atrativos Turísticos.
- Projetos de Circuitos Turísticos
- Plano Municipal de Turismo

2.3.5.2.2.Caraguatatuba

- Plano Municipal de Turismo (em revisão interna).
- Melhorias de acesso aos pontos turísticos.
- Projetos urbanísticos na orla.
- Desenvolvimento do ecoturismo como opção para a baixa temporada.
- Um (1) Terminal Rodoviário para o turista de um (1) dia.
- Tornar o Teatro Municipal Mário Covas uma opção mais atraente para a baixa temporada.
- Apoiar a cultura caiçara com a divulgação de seus produtos artesanais.

2.3.5.2.3.Ubatuba

- Plano Municipal de Turismo (em elaboração interna).
- Cursos de Inglês para os Guias Turísticos de Birdwatching.
- Investimentos em Turismo de Negócios.
- Investimentos em píer para melhoria no receptivo de navios de cruzeiros.

2.3.5.2.4.Ilhabela

- Trazer para o calendário de Ilhabela mais eventos anuais.

- Dar mais destaque ao Turismo Histórico e Cultural.
- Investir na estrutura urbana mais voltada ao turista.
- Apoio no Projeto "Adote uma Trilha".

2.3.6. Especificidades Locais

Observou-se que os municípios do Litoral Norte, apesar de uma série de características comuns, apresentam especificidades turísticas capazes por si de ser motivo de atração turística.

2.3.6.1.São Sebastião

- Oito (8) quarteirões tombados, sete (7) pela CONDEPHAAT e um (1) pelo IPHAN. Para os bens tombados a alíquota do IPTU é diferenciada.
- Balneário dos Trabalhadores (10.726 visitantes por fim de semana).
- Portal de Turismo.
- Perfis turísticos diferenciados: Costa Sul (turismo de alta renda); Costa Norte (turismo de média e baixa renda) e Centro (turismo histórico e de veranistas).
- Evento Gospel: "Glorifica Litoral" em sua 4ª edição ocorre no mês de setembro/outubro.
- Escola Municipal de Vela.

2.3.6.2.Caraguatatuba

- Evento Gastronômico: "Caraguá a Gosto" em sua 7ª edição ocorre no mês de agosto.
- O município recebe muitas colônias de férias de sindicatos (5.000 leitos), localizadas mais ao sul da costa.
- Origem do Turista: 1º Vale do Paraíba, 2º Sul de Minas e 3º Campinas.

2.3.6.3.Ubatuba

- Escalas de cruzeiros marítimos: 27 escalas em 2011, recorde registrado no município.
- Recém-inaugurado Teatro Municipal de Ubatuba.
- Centro de Convenções (obras em andamento).
- Turismo Pedagógico.
- Capital do surfe.
- Evento Esportivo: "Circuito Ubatuba de Águas Abertas" em sua 16ª edição ocorre no mês de setembro.

2.3.6.4.Ilhabela

- Capital da Vela.
- Plano Gestor de Turismo (2005).
- Recebe mais de 120 paradas de navios de cruzeiros (300 mil turistas).

2.3.7.Análise

O diagnóstico sobre o turismo nos municípios do Litoral Norte apresentou as seguintes características de tal atividade na região:

i. Ausência de uma estrutura de governança regional.
ii. Ausência de um planejamento estratégico regional.
iii. Municípios em diferentes estágios de desenvolvimento turístico.
iv. Poucas informações turísticas coletadas e organizadas.

2.4. Eixo Estratégico 3 - Planejamento urbano e Infraestrutura

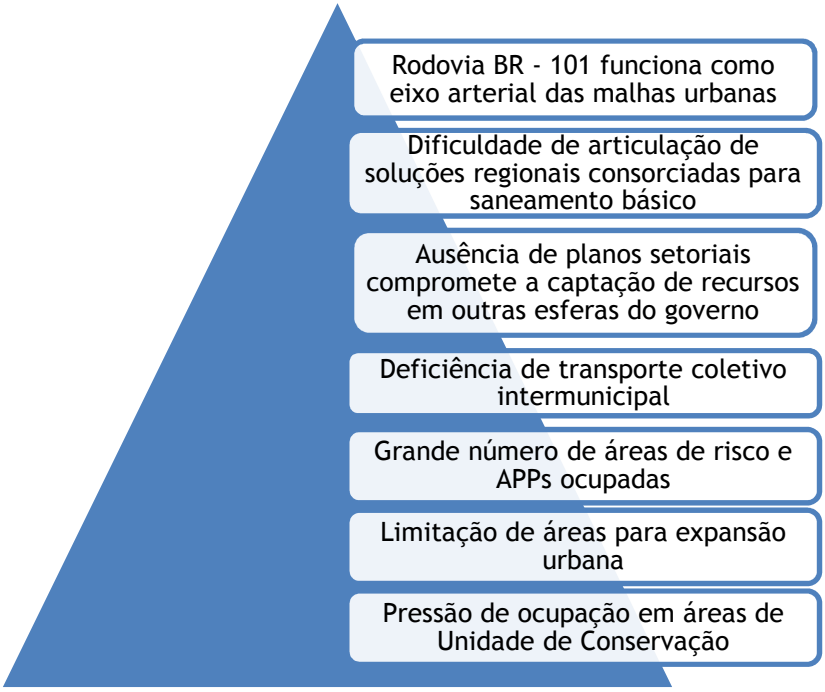
2.4.1 Planejamento Urbano

Este diagnóstico traz um panorama geral das características de planejamento urbano dos municípios do Litoral Norte de São Paulo, analisando histórico e modo de ocupação, infraestrutura e gestão urbana assim como planos, propostas e investimentos para o território.

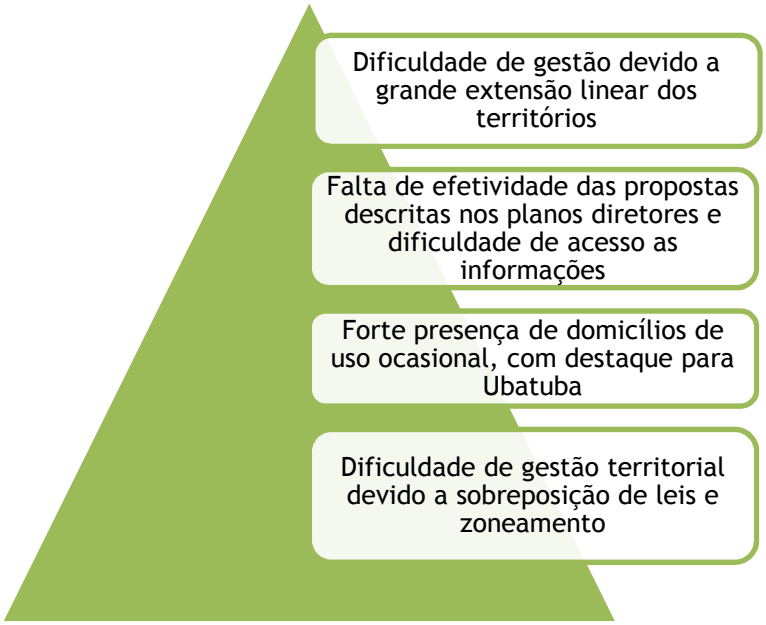
Para realização do trabalho foi realizada coleta de dados secundários, visitas técnicas locais, planos setoriais existentes ou em elaboração e análise das informações expostas em reuniões com representantes das diversas esferas governamentais e formadores de opinião.

- Quadro Síntese

Dimensão Geral



Dimensão Local



2.4.1.1 Modelo de Ocupação

2.4.1.1.1 Histórico da ocupação no Litoral Norte

A ocupação no Litoral Norte de São Paulo foi acelerada após a instalação de um sistema viário que estabeleceu a comunicação dos municípios com centros urbanos e industriais do Vale do Paraíba, como a Rodovia Oswaldo Cruz (SP-125), ligando Taubaté a Ubatuba, concluída nos anos 70, e a Rodovia dos Tamoios (SP-99), ligando São José dos Campos ao município de Caraguatatuba. No mesmo período houve a conclusão da Rodovia Rio-Santos (SP-55), também chamada de Manoel Hyppolito Rego, ligando os municípios do Litoral Norte pela planície litorânea e facilitando o acesso à Baixada Santista.

Essa malha viária, ao interligar o Litoral Norte a alguns dos principais polos de desenvolvimento do Estado, induziu o crescimento da exploração turística nos municípios, com consequências diretas no modelo de ocupação urbana na região.

No mesmo período, a região teve expressiva dinamização econômica com o início da operação do Terminal Marítimo Almirante Barroso (Tebar), da Transpetro, que se somou ao Porto de São Sebastião como empreendimento de logística portuária.

Com o incremento na economia e a facilidade de acesso à região, houve um crescimento acelerado da população, o que ultrapassou a capacidade de planejamento dos municípios, resultado em uma ocupação desordenada do território com o crescimento de loteamentos esparsos.

Deve-se destacar que o início da operação do Tebar e a construção das rodovias que dão acesso ao planalto são contemporâneas à criação dos Parques Estaduais Serra do Mar, Ilhabela e Ilha Anchieta, todos datados do fim da década de 70 e início de 80,que são condicionantes relevantes para a ocupação espacial do Litoral Norte.

Nesse sentido, os municípios do Litoral Norte apresentam, ainda hoje, uma ocupação consequente de sua história, com grande número de construções irregulares e em áreas impróprias, com consequências para o meio ambiente e para a segurança da a população.

2.4.1.1.2 Características do modo de ocupação

Os quatro municípios do Litoral Norte tem semelhanças em seu modo de ocupação, que se refletem nos seguintes padrões:

- Grande extensão territorial longitudinal (no sentido litorâneo) dos municípios gerando pequenos núcleos urbanos segregados, dificuldade de acesso entre os núcleos e dificuldades na equalização de utilização de equipamentos públicos;
- Planície litorânea passível de ocupação limitada ao longo de sua extensão Pelo oceano e pela Serra do Mar bem como pelas Unidades de Conservação, resultando em ocupação que se espraia linearmente no entorno de rodovias, sejam SP 55, SP 131 ou BR 101 e escassez de áreas para expansão urbana;
- Grande extensão do território sob gestão do Estado em forma de Unidades de Conservação de proteção integral, o que proíbe a ocupação urbana e restringe fortemente a natureza das atividades a serem realizadas em seu perímetro;
- Rodovias cruzando os centros urbanos com ocupações concentradas em seu entorno e presença de usos comerciais e de serviços em suas margens, acumulando as funções de ligação regional, eixos arteriais urbanos e corredores comerciais, em cenário que se repete na SP 55, em São Sebastião e Caraguatatuba e na SP 131, em Ilhabela.
- Populações fixas concentradas nos sertões e domicílios de segunda residência próximos à orla, com distinção clara dos domicílios de uso permanente na porção do território mais distante das praias, o que mostra a forte influência do turismo de segunda residência na ocupação urbana, e a crescente especulação imobiliária nas planícies próximas ao mar.
- Forte presença de domicílios de segunda residência em toda a região, com uso sazonal, priorizando as temporadas de verão e gerando diversos problemas relacionados à infraestrutura urbana, como a sobrecarga nos sistemas viário, de abastecimento de água e esgoto, aumento de resíduos sólidos gerados e congestionamento nas vias.;
- Existência de conurbação entre Caraguatatuba e São Sebastião.

A seguir, será apresentada síntese da ocupação urbana em cada município do Litoral Norte.

➢ **Caraguatatuba**

O município de Caraguatatuba ocupa posição central no Litoral Norte, fazendo divisas com Ubatuba a norte e São Sebastião a sul e vem assumindo papel de polo regional de comércios e serviços, atraindo a população de todo o Litoral Norte.

Dentre os quatro municípios da região, Caraguatatuba é o que apresenta maior possibilidade de expansão urbana, dada suas características geográfica, com planície litorânea extensa com áreas de pastagem, na chamada Fazenda Serramar, que já tem apresentado mudanças em seu uso, passando de rural para industrial (UTGCA - Unidade de tratamento de gás de Caraguatatuba) ou de serviços (Shopping Parque Serramar).

A urbanização em Caraguatatuba segue a tendência linear, dada pelas praias alinhadas à rodovia, interrompidas poucas vezes por acidentes naturais.

O centro do município não possui patrimônios históricos de relevância, contribuindo para que as mudanças na paisagem sejam facilitadas, diferindo dos outros municípios da região.

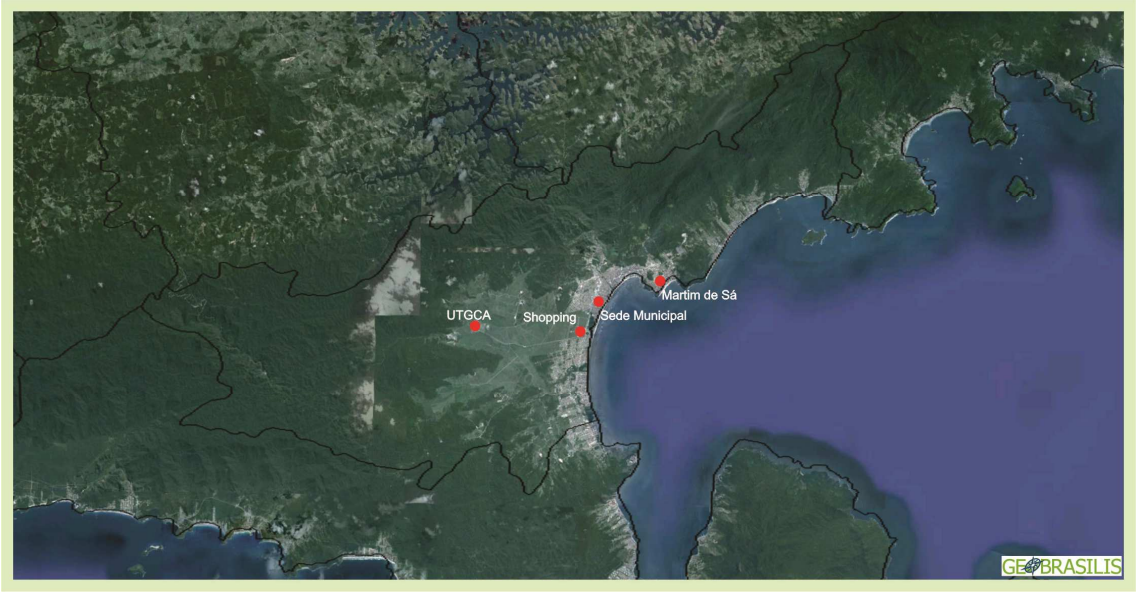
Martim de Sá é o bairro mais verticalizado do município, com edifícios de nove andares, destinados em sua maioria à população flutuante.

O bairro de Tabatinga se distingue pelos loteamentos fechados. Os demais bairros, em sua maioria, apresentam ocupações residenciais térreas com recuos laterais e frontais.

Figura 2.4.1.1.2-1. Bairro Martim de Sá

Fonte: Google Street View, 2012.

Figura 2.4.1.1.2-2. Município de Caraguatatuba



Fonte: Google Earth. Elaborado por Geo Brasilis, 2012.

- **Ilhabela**

Ilhabela é um município – arquipélago e está localizado na Ilha de São Sebastião, em frente ao município de mesmo nome, ao qual é ligado por meio de balsa operada pela DERSA.

O principal setor econômico do município é o turismo, estimulado por sua condição insular, beleza cênica, praias, cachoeiras, trilhas.

A ocupação de Ilhabela se concentra na parte oeste do município, voltada para o continente, formando núcleos no entorno da Rodovia SP 131, com maior adensamento entorno do ponto de chegada da balsa que faz a ligação entre o continente e a ilha.

Ao lado do mar aberto (leste) a ocupação humana é rara, contando com algumas pequenas comunidades tradicionais de pescadores, utilizadas como destino final de trilhas e motocross.

Entre as áreas leste e oeste, situa-se o Parque Estadual de Ilhabela, criado em 1977 e que caracteriza-se pelo foco na preservação ambiental da Mata Atlântica e espécies faunística nele encontradas.

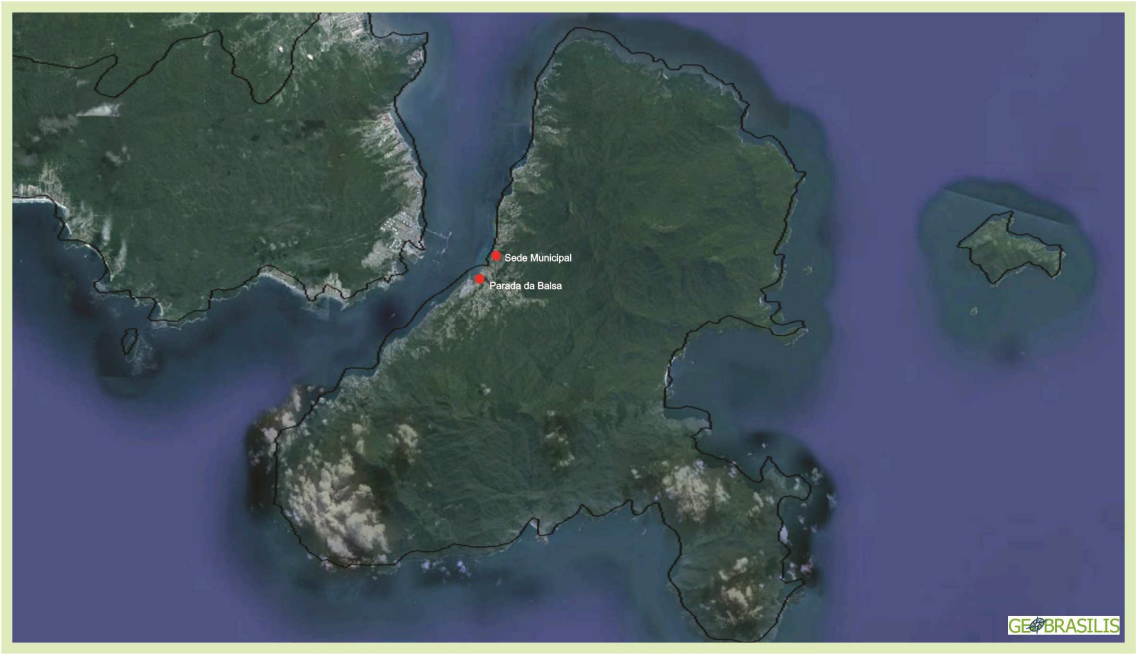
De todos os municípios, Ilhabela traz peculiaridades de ser um espaço insular, e, portanto, com custos para construção de residências mais elevados, dada a maior dificuldade de acesso. A ocupação em sua maioria é representada por casas térreas com recuos em grandes terrenos.

As dificuldades logísticas que agregam valor ao material de construção se manifestam em outros setores, como o do manejo do resíduos sólido domiciliar, que é disposto no continente.

Figura 2.4.1.1.2-3. Avenida Princesa Isabel, onde há predominância da ocupação com um pavimento e recuos, concentradas no uso comercial e de serviços.

Fonte: Google Street View, 2012.

Figura 2.4.1.1.2-4. Município de Ilhabela



Fonte: Google Earth. Elaborado por Geo Brasilis, 2012.

- **São Sebastião**

O município de São Sebastião está localizado na porção continental sul do Litoral Norte e assume papel de polo de petróleo, gás e serviços na região, com forte representatividade da Petrobrás e do Porto de São Sebastião, que movimentam a economia local.

Esse caráter influencia sua ocupação urbana, principalmente na porção central localizada na vizinhança de ambos os empreendimentos.

O município de São Sebastião tem sua planície litorânea com muitos recortes que caracterizam a porção norte do município com pouquíssimas áreas para expansão urbana, pois a serra esta próxima ao mar, e a porção sul onde a serra se afasta do mar, permitindo que a planície litorânea seja mais extensa.

Devido a estas características geográficas de litoral recortado, São Sebastião tem núcleos urbanos segregados, que se inserem em pequenas praias.

O município se organiza em duas grandes regiões, a Costa Norte, conurbada com Caraguatatuba e que vai até o centro histórico e a Costa Sul, que se estende até a divisa com Bertioga

Na costa Norte, há predomínio de habitações de uso permanente, com falta de falta de qualidade espacial e serviços básicos de infraestrutura, nas residências. Nesta região, há concentração de comércio ao longo da SP 55, que é equipada com calçadas e ciclovia, embora seja uma rodovia estadual.

Na costa sul, a maioria das ocupações é de uso ocasional com alta incidência de condomínios. Existem em alguns pontos ocupações de população fixa no entorno dos condomínios, formados por moradores atraídos por oportunidades de trabalho de prestação de serviços nas residências de veraneio. Tais núcleos habitacionais geralmente são de baixa qualidade espacial, não apresentando recuos lateral e frontal ou respeito aos coeficientes estabelecidos de aproveitamento do terreno ou de permeabilidade, com população de baixa renda. Algumas comunidades caiçaras são encontradas próximo à orla no setor sul do município.

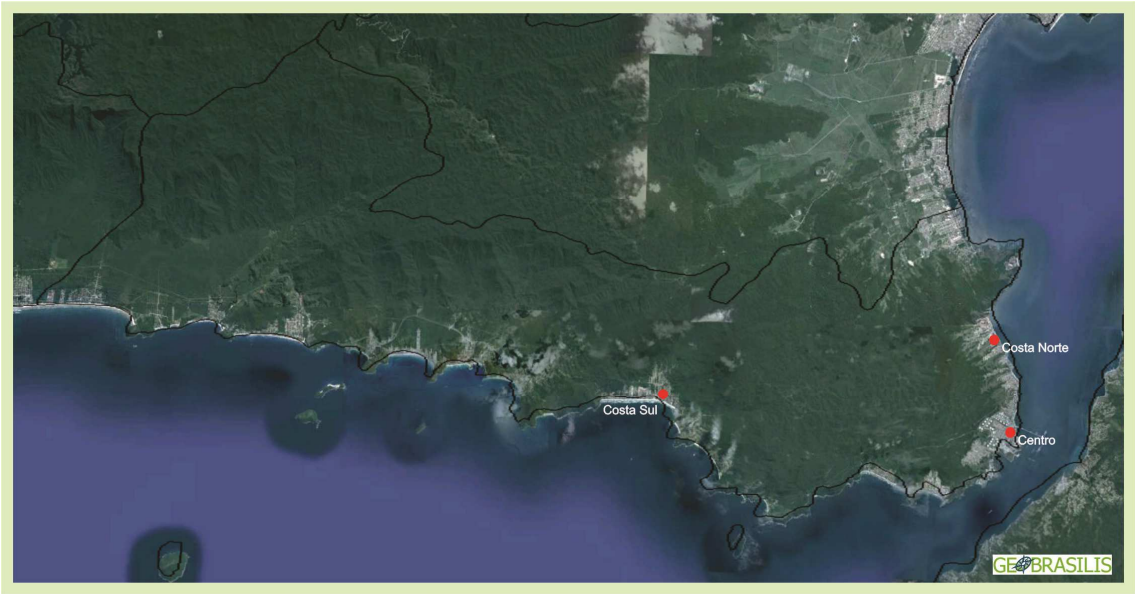
Além da atividade logística relacionada a porto e petróleo, outro fator de grande representatividade econômica é o turismo que tem forte presença na costa sul do município e é conhecido por suas praias e atrações noturnas, principalmente nos bairros de Maresias e Boiçucanga.

Na área central, estão concertados os usos de comércio e serviços com um centro histórico tombado pelo Condephaat.

Figura 2.4.1.1.2-5. Avenida Doutor Altino Arantes conhecida como Rua da Praia com terminal aquáviário de petróleo e gás no segundo plano.

Fonte: Google Street View, 2012.

Figura 2.4.1.1.2-6 Município de São Sebastião



Fonte: Google Earth. Elaborado por Geo Brasilis, 2012.

- **Ubatuba**

O município de Ubatuba se localiza na porção norte do Litoral Norte, fazendo divisa com Paraty – RJ a norte e a sul com Caraguatatuba.

Atualmente, a urbanização de Ubatuba atinge a maioria de suas 70 praias, com pequenos núcleos urbanizados. A urbanização mais densa ocorre nas praias de Iperoig, Perequê e Itaguá, que são os conjuntos urbanos mais antigos do município.

A costa sul de Ubatuba tem grande adensamento urbano, próximo a Caraguatatuba, como por exemplo as praias de Maranduba e Lagoinha e a parte central, com presença de edifícios de quatro a nove pavimentos em Toninhas, Enseada, Grande, Saco da Ribeira e Lázaro, onde se destaca a presença de segunda moradia relacionada ao turismo de veraneio.

Já na costa norte, devido à dificuldade de acesso e de ocupação do território, encontram-se áreas com baixo nível de ocupação e, portanto, mais preservada, como a praia do Félix.

Os usos de comércio e serviço se concentram no centro da cidade, entorno ao entroncamento da SP 55 com a Rodovia Oswaldo Cruz.

Um fato que chama atenção na ocupação do território de Ubatuba é que o papel de eixo principal de prestação de serviços voltados ao turismo, que antes ocorria na Av.Iperoig, passou a funcionar na Rua Levegildo Dias Veiga, no bairro do Itaguá.

Nesse contexto, o centro da cidade sofre processo de degradação contínua, que tenta-se reverter através de investimentos em pavimentação, calçadão e ciclovias.

Ainda assim, o movimento turístico se firma no Itaguá, onde o comércio é mais atraente para os visitantes que passam a frequentar o local para fazer compras e ir a restaurantes.

Figura 2.4.1.1.2-7. Avenida Iperoig, centro de Ubatuba

Fonte: Google Street View, 2012.

Figura 2.4.1.1.2-8. Rua Levegildo Dias Veiga, bairro do Itaguá

Fonte: Google Street View, 2012.

2.4.1.2 Unidades de Conservação e a ocupação do território

Grande parte do território do Litoral Norte se encontra sobre domínio do Estado, na forma de Unidades de Conservação.

Em Caraguatatuba e Ubatuba, a quantidade do território pertencente ao Parque Estadual da Serra do Mar chega a aproximadamente 80%.

Em Ilhabela não é diferente, já que o Parque Estadual da Ilhabela ocupa 78,3% do território. Esse fato colabora para que a paisagem da região seja de beleza rara e peculiar, atraindo turistas. Ao mesmo tempo, limita as áreas expansão urbana do

território e cria novos conflitos de ocupação, principalmente no que se refere à presença de comunidades quilombolas e tradicionais.

Como as áreas passíveis de ocupação no Litoral Norte também são limitadas pelas condições geográficas, as Unidades de Conservação sofrem pressão de ocupação irregular em suas bordas, ou invadindo seus limites, com predomínio de habitações populares nas áreas de pé de serra.

Figura 2.4.1.2-1. Mosaico de Unidades de Conservação no Litoral Norte.

Fonte: Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar. Elaboração: Geo Brasilis. 2012.

2.4.1.3 Impactos da população flutuante sobre a ocupação

A população flutuante que toma os municípios do Litoral Norte principalmente no verão, em feriados ou férias tem consequências diretas no modelo de ocupação do território, com grande número de domicílios de uso ocasional e presença de condomínios de veraneio nas proximidades da orla marinha.

Esse acréscimo significativo na população sobrecarrega os sistemas viário e de saneamento básico, incluindo abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos e geração e gestão de resíduos sólidos domiciliares e compromete a mobilidade urbana em níveis local e regional.

As dificuldades de dimensionamento comprometem a eficiência dos sistemas, em razão da ociosidade de grande parte da capacidade no restante do ano.

Não existem informações sistematizadas nos municípios sobre a população flutuante, mas, o Plano de Bacias de 2009 traz números de diversas fontes que, dão uma dimensão geral da ordem de grandeza do movimento demográfico sazonal na região.

Quadro 2.4.1.3 -1. População Flutuante nos Municípios do Litoral Norte.

Municípios	População Flutuante	Medição
Caraguatatuba	1.120.000	Anual
Ilhabela	100.000	Verão
São Sebastião	336.560	Anual
Ubatuba	nd	nd

Fonte: Plano de Bacias 2009 (Plano Estadual de Recursos Hídricos- PERH: Programa de Investimentos 2000-2003. Prefeitura Municipal de Caraguatatuba – 2008. Pesquisa efetuada em agosto de 2008. nd.informação não disponibilizada. Elaboração Geo Brasilis, 2012..

Este contingente populacional gera demanda habitacional específica, identificada pelo levantamento censitário, em 2000 e 2010, como domicílios de uso ocasional.

Segundo dados do IBGE de 2010, os municípios do Litoral Norte apresentam em média 40% de seus domicílios com uso ocasional, como apresentado no quadro abaixo.

Quadro 2.4.1.3 -2. Domicílios permanentes, de uso ocasional e vagos dos municípios do Litoral Norte em 2000 e 2010.

Município	Anos	Total	Permanentes	Uso Ocasional	Vagos
Caraguatatuba	2000	52.124	22.272	**24.795**	4.857
	2010	64.728	31.858	**27.902**	4.680
Ilhabela	2000	9.806	5.774	**3.146**	761
	2010	14.640	8.983	**4.130**	1.366
São Sebastião	2000	33.056	16.285	**13.713**	2.710
	2010	43.250	23.385	**16.628**	2.777
Ubatuba	2000	46.251	18.352	**23.997**	3.597
	2010	59.996	24.823	**30.036**	4.538

Fonte: Censo IBGE 2000/2010. Elaboração Geo Brasilis,2012.

Todos os municípios do Litoral Norte tiveram aumento em seus domicílios de uso ocasional no período de 2000 a 2010.

Quando se compara a evolução nos domicílios de uso ocasional com os de uso permanente na região, tem-se que o aumento entre os domicílios permanentes foi de 44,44,37%, já os de uso ocasional cresceram 22,56%, como apresentado no quadro abaixo.

Quadro 2.4.1.3 -3. Crescimento dos domicílios dos municípios do Litoral Norte de 2000 a 2010

Município	Total	Permanentes	Uso Ocasional	Vagos
Caraguatatuba	24,18%	43,04%	**12,53%**	-3,64%
Ilhabela	49,30%	55,58%	**31,28%**	79,50%
São Sebastião	30,84%	43,60%	**21,26%**	2,47%
Ubatuba	29,72%	35,26%	**25,17%**	26,16%
Litoral Norte	33,51%	44,37%	**22,56%**	27,03%

Fonte: Censo IBGE 2000/2010. Elaboração Geo Brasilis,2012.

A dinamização econômica do Litoral Norte, em função dos grandes investimentos anunciados, direta ou indiretamente, deve acelerar o processo de transformação dos domicílios de veraneio em domicílios permanentes, que somado ao forte crescimento demográfico irá requerer planejamento e ações específicas para assegurar a capacidade de suporte da infraestrutura instalada, de modo a eliminar déficits existentes e atender aumento de demanda.

2.4.1.4 Gestão Urbana no Litoral Norte

A compreensão sobre o equacionamento das questões de planejamento urbano no Litoral Norte implica na análise da gestão realizada sobre o tema, notadamente em nível municipal, o que será avaliado a seguir.

Esta análise inclui a avaliação dos gastos públicos com urbanismo e as principais obras.

2.4.1.4.1 Caraguatatuba

A gestão urbana no município de Caraguatatuba é realizada por três secretárias, sendo elas:

- Urbanismo;
- Obras;
- Planejamento, Economia e Gestão;
- Habitação e patrimônio.

As secretarias buscam atuar em parceria para execução de programas, projetos e captação de recursos.

A Secretaria de Urbanismo é responsável por executar as atividades de análise, aprovação, fiscalização e embargo de projetos de obras particulares, fazendo

cumprir as normas referentes ao zoneamento e também pela elaboração, revisão e manutenção do Plano Diretor Municipal.

A Secretaria de Obras tem por finalidade promover a elaboração de projetos de obras públicas municipais, bem como acompanhar suas atividades de construção.

A gestão sobre habitação fica por conta da Secretaria de Habitação E Patrimônio, que identifica necessidade de ações de urbanização e regularização de áreas ocupadas ou em via de ocupação pela população de baixa renda e estabelece ações que visem o reassentamento de moradores quando necessário.

Auxiliando as secretarias citadas acima, existe a Secretaria de Planejamento, Economia e Gestão, que atua na captação de recursos, elaboração e acompanhamentos de planos para o desenvolvimento do município.

Um dado importante referente à gestão do planejamento urbano é a articulação das secretárias para formação de um setor de geoprocessamento, com sistema de informações municipais integradas, que facilitará a gestão e a informação referente ao planejamento urbano no município.

Esta iniciativa é recente e inclui a utilização de informações georreferenciadas de núcleos habitacionais e equipamentos públicos, ortofotos e mapas do Plano Diretor Municipal, revisado em 2011.

A administração pública tem aumentado seus investimentos em infraestrutura urbana, conforme dados do Finbra (Relatório Finanças do Brasil, da Secretaria do Tesouro Nacional) apresentados na tabela abaixo.

Quadro 2.4.1.4.1-1. Despesas com infraestrutura e serviços urbanos em Caraguatatuba.

Caraguatatuba	Gastos em R$		
	Infraestrutura Urbana	Serviços Urbanos	Total com Urbanismo
2008	16.131.941,49	26.227.470,10	42.359.411,59
2010	20.896.460,47	29.951.841,34	50.848.301,81
Evolução no período	20%	168%	62%

Fonte: Finbra 2008/2010. Elaborado por Geo Brasilis 2012.

Nota-se que os gastos com urbanismo tiveram uma melhora significativa entre 2008 e 2010, o que demostra o interesse do município em garantir que espaço urbano agrade moradores e, principalmente, atraia o turista.

Das obras urbanas que se destacam, está a revitalização da orla da área central do município, que incluiu infraestrutura de alta qualidade, contemplando ciclovia, áreas

para caminhada, pavimentação em bom estado, áreas para shows de verão e restaurantes.

Atualmente, o município passa por obras de adequação da SP 55, com inclusão de canteiros centrais e rotatórias.

Segundo o registro do Finbra, não houve gasto municipal com habitação e saneamento básico em 2008. Em 2010 também não houve gasto com saneamento básico no orçamento municipal, o que concentrou os investimentos no programa Onda Limpa, da Sabesp. Em habitação, o gasto no mesmo ano foi de R$466.469,34.

No PAC, Programa de Aceleração do Crescimento realizado pelo Governo Federal, no período de 2007 a 2014, Caraguatatuba angariou R$2.079.540,00, recurso que foi destinado a habitação, saúde e educação.

Dos municípios continentais do Litoral Norte, Caraguatatuba foi o que menos captou recurso na esfera federal.

2.4.1.5.2 Ilhabela

A gestão urbana no município de Ilhabela é realizada pela Secretaria de Obras, Urbanismo e Planejamento, que é composta por diversos departamentoss, sendo elas:

- Divisão de Obras, que fica responsável por projetos, execução e fiscalização de obras públicas;
- Divisão de Planejamento e Serviços Públicos, que é responsável pela gestão do Plano Diretor, por aprovação e fiscalização de obras particulares e serviços públicos referentes ao urbanismo;
- Divisão de Habitação, que é recém criada e está em fase de diagnóstico dos déficits habitacionais municipais, através do Plano de Habitação de Interesse Social, em fase de conclusão. Também existem ações dessa divisão em alguns núcleos urbanos, que estão congelados para regularização fundiária.

Um setor específico de convênios da prefeitura atua para captação de recursos para projetos e obras relacionados a urbanismo e infraestrutura, juntos às esferas federal e estadual de governo.

Segundo dados do Finbra de 2008 e 2010, Ilhabela teve aumento nos gastos com serviços urbanos e infraestrutura urbana no período, conforme mostra o quadro abaixo.

Quadro 2.4.1.5.2-1. Despesas com infraestrutura e serviços urbanos em Ilhabela.

Ilhabela	Gastos em R$		
	Infraestrutura Urbana	Serviços Urbanos	Total com Urbanismo
2008	4.560.050,97	1.814.193,73	6.374.244,70

Ilhabela	Gastos em R$		
	Infraestrutura Urbana	Serviços Urbanos	Total com Urbanismo
2010	5.493.997,73	4.854.035,00	10.348.033,67
Evolução no período	20%	168%	62%

Fonte: Finbra 2008 e 2010. Elaborado por Geo Brasilis. 2012.

Ainda segundo o registro do Finbra, não houve gasto municipal com habitação e saneamento básico no município, em 2008 e em 2010.

A obra urbana que mais se destaca no município é a reurbanização da Av. Princesa Isabel, nomenclatura atribuía à SP 131 nas áreas de ocupação urbana, que se encontra em andamento.

Do programa federal PAC, o município arrecadou apenas R$ 83.580,00, destinado à execução do Plano de Habitação de Interesse Social, o que a caracteriza como a localidade menos beneficiada pelo programa na região.

2.4.1.5.3 São Sebastião

A gestão urbana no município de São Sebastião acontece através das seguintes secretarias:

- Secretaria de Obras, que abrange os seguintes departamentos:
    - Obras Públicas (com divisões de fiscalização de obras públicas, de gerenciamento de contratos, de projetos e orçamentos e de topografia);
    - Fiscalização; e
    - Obras particulares (com divisões de análise e licenciamento ambiental, de licenciamento de obras particulares e de saneamento básico).
- Secretaria de Habitação, que possui os departamentos de:
    - Habitação popular;
    - Desenvolvimento urbano e integração regional, que é subdividido em divisão de contratos e convênios, orçamentos, geoprocessamento, projetos urbanísticos e cadastros técnicos.

O município apresenta um setor geoprocessamento que disponibiliza no site da Prefeitura Municipal informações sistematizadas e espacializadas sobre diversos temas de interesse, como educação, saúde e infraestrutura.

Um fato que chama atenção em São Sebastião é a redução dos gastos municipais com infraestrutura entre 2008 e 2010 como apresentado no quadro abaixo.

Quadro 2.4.1.5.3-1. Despesas com infraestrutura e serviços urbanos em São Sebastião.

São Sebastião	Gastos em R$		
	Infraestrutura Urbana	Serviços Urbanos	Total com Urbanismo
2008	46.782.323,56	13.590.083,31	75.521.541,73
2010	5.866.049,73	26.126.408,41	51.156.027,00
Evolução no período	-87%	92%	32%

Fonte: Finbra 2008 e 2010. Elaborado por Geo Brasilis. 2012

Ao mesmo tempo,São Sebastião é o único município do Litoral Norte que apresenta despesas municipais com habitação e saneamento básico registradas em 2008 e 2010.

Quadro 2.4.1.5.3-2. Despesas com habitação em São Sebastião.

São Sebastião	Habitação	
	2008	465.875,39
	2010	769.160,33

Fonte: Finbra 2008 e 2010. Elaborado por Geo Brasilis. 2012

Quadro 2.4.1.5.3-3. Despesas com saneamento básico em São Sebastião

São Sebastião	Saneamento Básico	
	2008	465.874,39
	2010	1.262.966,43

Fonte: Finbra 2008 e 2010. Elaborado por Geo Brasilis. 2012

Além das despesas municipais relacionadas a infraestrutura e serviços urbanos, habitação e saneamento básico, São Sebastião foi o município do Litoral Norte que mais captou recurso na esfera federal, dentro do PAC.

O município deteve aproximadamente 61 milhões, destinados a saneamento básico, habitação, urbanização e pavimentação.

2.4.1.5.4 Ubatuba

A gestão urbana no município de Ubatuba é realizada pela Secretaria Municipal de Arquitetura e Planejamento Urbano, que se divide em:

- Coordenadoria de aprovação e fiscalização de obras e posturas;

- Gerência de análise e licenciamento de obras e posturas;
- Gerência de cadastro técnico;
- Gerência de estudos e projetos urbanos; e
- Gerência de fiscalização de obras e posturas.

A Secretaria de Arquitetura e Planejamento Urbano tem como principais atribuições:

- Promover a gestão do plano diretor municipal;
- Verificar a viabilidade técnica dos projetos a serem executados;
- Acompanhar a execução de obras urbanas;
- Executar a atividade de análise e aprovação de processos e projetos particulares e públicos; e
- Promover a consolidação e manter atualizada a cartografia municipal.

Mesmo não contando com uma divisão específica para habitação, é a Secretaria que desenvolve estudos, programas e projetos habitacionais, coordena e promove ações de regularização fundiária e promove estudos para a elaboração de projetos de construções residenciais de HIS.

É também a Secretaria de Arquitetura e Planejamento Urbano que busca a captação de recursos junto a órgãos governamentais do Estado e da União, para implementação de projetos relacionados às suas áreas de atuação no município.

As despesas municipais com infraestrutura urbana em Ubatuba aumentaram no período de 2008 a 2010, apresentando pequena queda nas despesas relativas a serviços urbanos.

Quadro 2.4.1.5.4-1. Despesas com infraestrutura e serviços em Ubatuba.

Ubatuba	Gastos em R$		
	Infraestrutura Urbana	Serviços Urbanos	Total com Urbanismo
2008	962.175,67	17.207.993,57	18.170.169,24
2010	1.970.266,86	14.711.631,39	16.681.898,25
Evolução no período	105%	-15%	-8%

Fonte: Finbra 2008 e 2010. Elaborado por Geo Brasilis. 2012

A obra urbana que mais se destaca no município é a do calçadão e ciclovia que liga pela orla a praia de Iperoig, no centro, à praia do Itaguá, no bairro de mesmo nome. Esta obra está em andamento e é de grande importância em função da apropriação

do espaço pela população, para caminhadas e transporte individual, além, de atrair turistas.

Para saneamento básico, habitação, educação, saúde e urbanismo o município captou da esfera federal recursos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que somaram aproximadamente 10 milhões de reais.

2.4.1.6 Planejamento Urbano no Litoral Norte

O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento do município conforme definição do Estatuto da Cidade.

No Litoral norte todos os municípios possuem o Plano Diretor, tendo eles as seguintes datas:

Quadro 2.4.1.6 -1 Datas de aprovação dos Planos Diretores Municipais das localidades do Litoral Norte.

PDM	Caraguatatuba	Ilhabela	S. Sebastião	Ubatuba
	2011	2006	1997*	2006

Fonte: Sites das Prefeituras Municipais. Elaborado por Geo Brasilis. 2012.

*No caso de São Sebastião, a equipe optou por avaliar a proposta em discussão de revisão do PDM, datada de 2011.

Assim, a análise do planejamento urbano no Litoral Norte terá como ponto de partida, após a verificação da governança e orçamentos público, os planos diretores de cada localidade, com especial olhar sobre as zonas de habitação de interesse social, zonas de expansão urbana e pela avaliação da sua sinergia com o ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico, temas que foram selecionados em função de representarem pontos fortemente impactados pelo crescimento populacional acentuado e geografia limitante à expansão urbana, bem como pela articulação entre as visões local e estadual das vocações regionais, expressa no ZEE.

2.4.1.6.1 Caraguatatuba

O Plano Diretor de Caraguatatuba é disposto pela lei complementar nº 42/2011 e é resultado de um processo de revisão participativo, moroso e questionado até sua aprovação em 2011.

O Plano Diretor traz princípios e diretrizes da política urbana, separados pelos seguintes temas:

- Desenvolvimento econômico e social, incluindo:
    - Comércio, serviços e indústria;
    - Turismo;
    - Agropecuária , aquicultura e pesqueiro;

- Desenvolvimento humano, envolvendo:
    - Educação;
    - Saúde;
    - Assistência social;
    - Trabalho, emprego e renda;
    - Cultura;
    - Esporte lazer e recreação;
    - Segurança;
- Desenvolvimento urbano, incluindo:
    - Política ambiental;
    - Habitação;
    - Circulação viária e transporte;
    - Áreas públicas equipamentos sociais;
    - Patrimônio histórico;
    - Paisagem Urbana;e
    - Infraestrutura e serviços de utilidade pública.

O Plano regula diversos instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade e destina um título específico para cada tema.

Entre os principais instrumentos propostos estão:

- ZEIS – Zona Especial de Interesse Social;
- Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios;
- Direito de preempção;
- Transferência do direito de construir;
- Instrumentos de regularização fundiária;
- Usucapião coletivo da propriedade urbana;
- Direito de superfície; e
- Estudo prévio de impacto de vizinhança.

Com esses instrumentos, o Plano Diretor permite ao município ferramentas para lidar com dois aspectos importantes de sua dinâmica urbana: necessidade de regularização fundiária e especulação imobiliária.

O Plano Diretor adota a divisão do município de Caraguatatuba em:

- Macrozona de Proteção Ambiental, que é constituída pelo Parque Estadual da Serra do Mar; e
- Macrozona de desenvolvimento urbano.

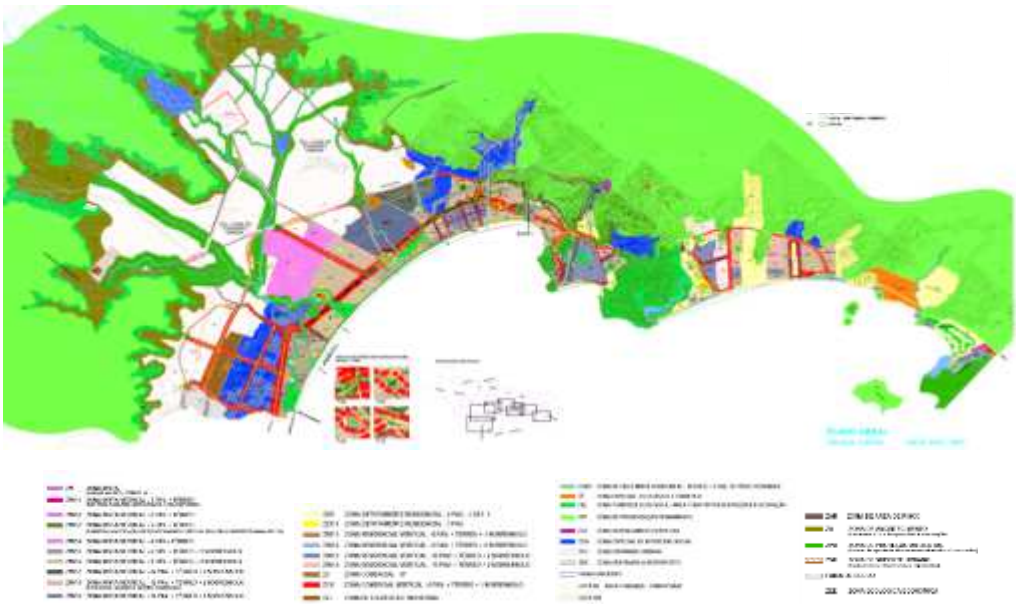
A Macrozona de Desenvolvimento Urbano está organizada em 20 diferentes tipos de zonas e zonas especiais, entre as quais se destacam:

- ZLI – Zona Logística Ambiental e Industrial;
- ZOMH – Zona de Orla Mista Horizontal;
- ZTE – Zona Turística Ecológica;
- ZPP – Zona de Preservação Permanente;

- ZEIS – Zona Especial de Interesse Social;
- ZEU – Zona de Expansão Urbana;
- ZDR – Zona Destinada a Retroporto;
- ZAR Zona de Área de Risco;
- ZA – Zona de Amortecimento;
- ZSU - Zona de Suporte Urbano;
- ZIEPG – Zona Industrial de Uso Estratégico Correlato ao Petróleo e Gás, que é descrita no corpo da lei, mas não está espacializada no mapa de zoneamento do município.

No que diz respeito aos parâmetros urbanísticos adotados para cada zona, o plano prevê verticalização mais acentuada nas ZMV – Zonas mistas verticais e nas ZEIS – Zona Especial de Interesse Social, permitindo edificações com 18 pavimentos além do térreo. Para essa categoria, os lotes exigidos são de no mínimo 5.000,00m² com taxa de ocupação de 30%. Com esses valores o município poderá sofrer um adensamento das áreas já urbanizadas, o que gerou polêmica durante o processo participativo de construção da revião.

Figura 2.4.1.6.1 -1. Zoneamento Municipal de Caraguatatuba



Fonte: Plano Diretor de Caraguatatuba. 2011.

O Plano prevê a elaboração de 22 planos setoriais para atender as demandas específicas de políticas públicas, entre eles:

- Plano de Desenvolvimento Econômico e Social;
- Plano de Desenvolvimento do Turismo;
- Pano de Desenvolvimento Agropecuário e Pesqueiro;
- Plano de Vulnerabilidade às Mudanças Climáticas;
- Plano de Desenvolvimento das Áreas Verdes;
- Plano de Manejo para as Áreas Verdes;
- Plano de Manejo das Bacias Inseridas na Área Territorial do Município;

- Plano Diretor de Saneamento Ambiental;
- Plano de Urbanização em Zonas Especiais de Interesse Social;
- Plano Diretor de Habitação;
- Plano de Proteção e Desenvolvimento do Patrimônio Histórico e Cultural;
- Plano de Mobilidade e Acessibilidade.

Ao mesmo tempo em que requer a elaboração de tais planos, o Plano Diretor de Caraguatatuba não dá suas diretrizes ou define seus requisitos e objetivos, além de não recomendar a adoção de planejamento regional.

Os planos citados acima são considerados de extrema importância para o planejamento e desenvolvimento do município uma vez que sem eles, a efetividade do Plano Diretor Municipal fica reduzida.

Além do Plano Diretor e dos planos setoriais propostos, fazem parte do sistema e do processo de planejamento urbano de Caraguatatuba os seguintes instrumentos já existentes:

- Código de posturas;
- Zoneamento ecológico econômico;
- Plano de circulação viária e de transportes;
- Plano de habitação;
- Plano de recuperação das áreas verdes e fundos de vales;
- Regulamentação da notificação da utilização e parcelamento compulsórios;
- Plano de gestão integrada da orla marítima;
- Plano de bacias hidrográficas do litoral norte;
- Plano municipal de saneamento básico, em aprovação;
- Diretrizes da agenda 21.

Como o Plano Diretor de Caraguatatuba foi aprovado em novembro de 2011, o município está em fase de execução das disposições transitórias, entre as quais se destacam a elaboração e aprovação das seguintes peças legais:

- Lei do Direito de Preempção;
- Lei da Transferência do Direito de Construir;
- Leis de Instituição de Novas Zonas de Interesse;
- Plano de Habitação;
- Código de Edificações e Posturas.

Quanto às Zonas Especiais de Interesse Social e Zonas de Expansão, ambas dão um panorama geral de quais as deficiências e potencialidades do território de Caraguatatuba e são abordadas dentro do PDM.

As ZEIS apontadas no Plano Diretor Municipal envolvem grande parte das áreas de habitações subnormais, o que mostra a disposição do poder público local em reurbanizar, requalificar e regularizar tais espaços, seja em termos fundiários e urbanísticos.

As ZEU apresentam qual a capacidade de expansão urbana de Caraguatatuba, o que permite aferir perspectivas de desenvolvimento para o município.

2.4.1.6.1.1. ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

O Plano Diretor de Caraguatatuba prevê 14 Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), que são áreas com característica de urbanização precária e/ou destinadas, prioritariamente, à implantação de Habitação de Interesse Social, requalificação urbanística e regularização fundiária.

Figura 2.4.1.6.1.1 -1. ZEIS previstas no Plano Diretor

Fonte: PLHIS - Caraguatatuba. 2011.

A Lei 42/2011 estabelece duas tipologias de ZEIS, sendo elas:

- ZEIS ocupadas – Zonas ocupadas por população de baixa renda, abrangendo ocupações irregulares e parcelamentos precários;

- ZEIS vazias – Áreas não utilizadas ou subutilizadas, adequadas à urbanização, onde haja interesse público em se promover construção de Habitação de Interesse Social (HIS).

As ZEIS previstas estão dispostas nos seguintes bairros:

- Região Sul – Barranco Alto, Travessão, Perequê Mirim e Pegorelli;
- Região Central – Tinga, Jaqueira, Jaguarezinho, Rio do Ouro e Ponde Seca;
- Região Norte – Cantagalo, Casa Branca, Olaria, Sertão dos Tourinhos e Getuba.

Nota-se, em análise de fotos aéreas, que todas as ZEIS decretadas possuem áreas ocupadas e áreas não ocupadas. Nesse caso, tem-se que as ZEIS vazias e as ocupadas incidem sem distinção sobre o mesmo zoneamento.

Para as áreas vazias das ZEIS, é especificado no Plano Diretor que um Plano de Urbanização deverá ser elaborado pela Prefeitura Municipal para prever todas as

normas de zoneamento, parcelamento e uso e ocupação do solo no espaço demarcado, contendo a previsão de toda a infraestrutura básica necessária.

O Plano também prevê que proprietários com terrenos em ZEIS só poderão realizar empreendimentos imobiliários se destinados à HIS.

Atualmente, o município possui um PLHIS em estágio de aprovação, com revisão dos déficits identificados e consequentes ações. Sua aprovação final é prevista para o ano de 2012, de modo a atender as disposições transitórias exigidas no Plano Diretor.

A representatividade das ZEIS no território demonstra a preocupação da gestão pública em promover a regularização fundiária e garantir moradia digna aos seus moradores.

Considerando que a população no município deverá aumentar significantemente nos próximos anos, essas medidas são essenciais para diminuir o déficit habitacional, minimizar as ocupações ilegais e assegurar a integridade das Unidades de Conservação.

2.4.1.6.1.2 ZEU - Zona de Expansão Urbana

As Zonas de Expansão Urbana são reservas de áreas para o crescimento urbano, que visam minimizar a especulação imobiliária, mitigando o crescimento desordenado da mancha ocupada e preservando as áreas de interesse ambiental.

De acordo com o Plano Diretor de 2011, as ZEU são caracterizadas por encontrar-se em uso ou destinadas, atualmente, à atividade agropecuária, devendo requerer planos e projetos estratégicos que devem possibilitar novos usos para área, previstos na Lei 42/2011.

Devido à condição geográfica do Litoral Norte, os municípios encontram dificuldade para estabelecer áreas passíveis de expansão urbana.

No entanto, Caraguatatuba é, dentre os municípios da região, o que contempla maior planície litorânea, devido a um grande recuo no recorte da Serra do Mar, o que ocasiona maior espaço para expansão urbana.

Parte significativa da área da planície litorânea destinada a Zona de Expansão Urbana, no município de Caraguatatuba, pertence à Fazenda Serramar, como apresentado nas imagens abaixo.

Figura 2.4.1.6.1.2 -1. Área de Fazenda Serramar

Figura 2.4.1.6.1.2 -2. Zonas de Expansão Urbana

Fonte. http://www.egusconsult.com.br. 2012.

Fonte. Plano Diretor de Caraguatatuba. 2011.

Atualmente, o uso da Fazenda Serra Mar que tem características predominantemente rurais, vem sofrendo alterações. Exemplo disso é a implantação da UTGCA (Unidade de Tratamento de Gás da Petrobrás) e do Shopping Serra Mar em seu território.

No Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), instrumento de zoneamento do governo estadual, as áreas previstas para expansão urbana no Plano Diretor são consideradas Z3T, implicando em um uso estritamente rural.

Neste contexto, deve-se destacar que, segundo a lei 42/2011 (Plano Diretor), as alterações de uso estão condicionadas ao desenvolvimento de planos e projetos estratégicos e à revisão do ZEE (alteração de Z3 para Z4 ou Z5), prevista para 2014, o que na prática limita enormemente o crescimento urbano de Caraguatatuba e o subordina a deliberação de instrumento legal do Governo Estadual.

2.4.1.6.1.3. Relação do Plano Diretor de Caraguatatuba com ZEE Zoneamento Ecológico Econômico

O ZEE é uma política estadual que funciona como um instrumento para planejar a ocupação dos municípios com diretrizes definidas a partir de uma análise regional, que inclui a compatibilização de regras, normas e leis de diferentes esferas do governo em um único instrumento que aponte macro vocações territoriais.

O ZEE do setor Litoral Norte, no qual Caraguatatuba se insere, foi aprovado em 2004, pelo decreto Estadual nº 49.215/04, e passa atualmente por revisão, que está sendo realizada pelo Grupo Setorial de Coordenação do Litoral Norte, integrado por representantes do Estado, das prefeituras e da sociedade local.

Este cenário de discussões participativas, realizada através de representantes de distintos interesses da sociedade civil organizada, governo estadual e municipal não garante que as revisões convirjam em um decreto mais permissivo quanto ao uso da área urbana, o que pode comprometer os planos locais para expansão e novos investimentos.

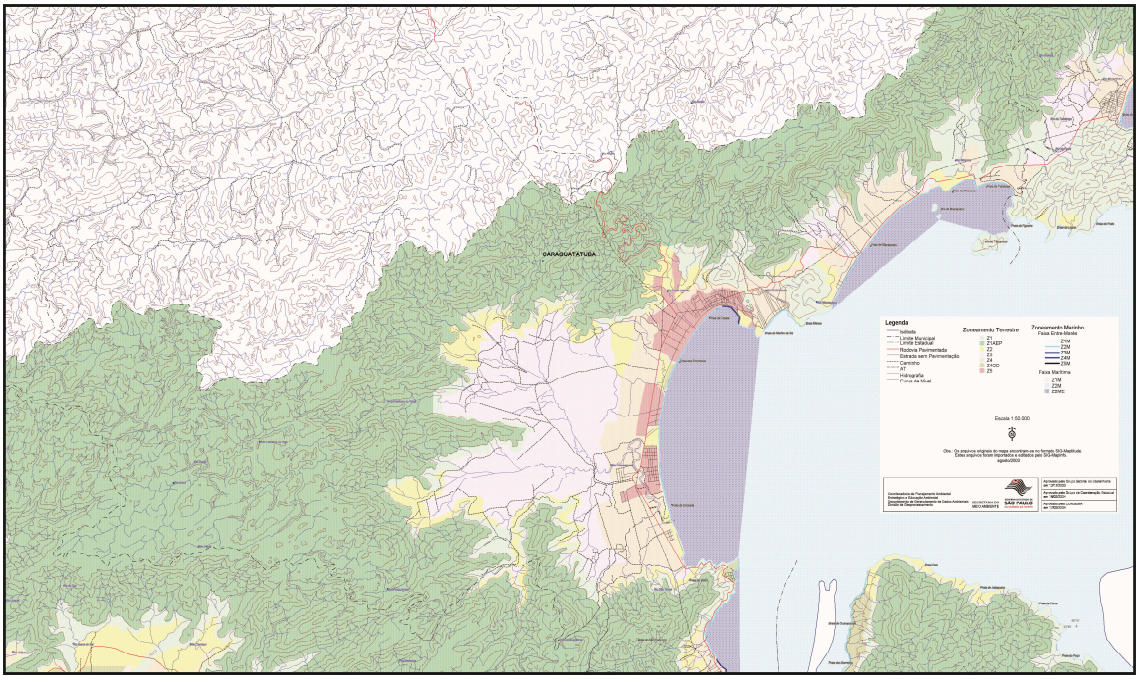
As zonas estabelecidas pelo ZEE são divididas entre terrestres e marinhas, sendo as Zonas Terrestres:

- Z1T – Áreas restritas para preservação de fauna e flora com poucas ocupações;
- Z1AEP – Unidades de conservação regidas pelo plano de manejo;
- Z2 – Além das áreas da Z1 engloba áreas sujeitas a inundação e permite usos do tipo agricultura, beneficiamento de produtos com manejo sustentável;
- Z3 – São áreas que contenham ocupação humana com características rurais;
- Z4 – Assentamentos dispersos com uso urbano e infraestrutura incompleta. Também estão inclusas ZEIS;
- Z4 OD –Sub zona de ocupação dirigida empreendimentos residenciais ou condomínios fechados;
- Z5 – Assentamentos urbanos consolidados, usos industriais, rodoviárias, complexos portuários;

As Zonas Marinhas são:

- Z1M – Estrutura abiótica preservada com ausência de atividades antrópicas;
- Z2M – Estrutura abiótica alterada por atividade antrópica com comunidade biótica em bom estado;
- Z3M- Estrutura abiótica significantemente alterada por atividades antrópicas e comunidade biológica em estado regular;
- Z4M – Estruturas abióticas extremamente alteradas, resultante de atividades antrópicas, comunidade biológica com perturbação do equilíbrio;
  Z5 – Estruturas abióticas significantemente alteradas, comunidade biológica com perturbação do equilíbrio e existência de atividades portuárias;

Figura 2.4.1.6.1.3-1. Zoneamento Ecológico Econômico de Caraguatatuba



Fonte: Zoneamento Ecológico Econômico. 2004.

O zoneamento predominante no território de Caraguatatuba é a Z1AEP, que corresponde às áreas em Unidades de Conservação.

Das zonas ocupadas, a Z3 é a que mais se destaca, sendo ela destinada ao uso rural, embora seja apontada no Plano Diretor como Zona de Expansão Urbana, condicionada a revisão do ZEE.

O ZEE é considerado pelo Plano Diretor um instrumento de gestão ambiental, definidor das ações e medidas de promoção, proteção e recuperação da qualidade ambiental do espaço físico-territorial, segundo suas características ambientais.

Com ressalva à questão da Zona de Expansão Urbana, o zoneamento do Plano Diretor é sinérgico ao ZEE, e também prevê um zoneamento marinho conforme seus moldes.

2.4.1.6.2 Ilhabela

O Plano Diretor de Ilhabela data de 2006 e foi instituído pela Lei nº 421/2006, sob o nome de Plano Diretor de Desenvolvimento Socioambiental do Município de Ilhabela (PDDSA).

O PDDSA é um instrumento normativo e orientador do modelo espacial da cidade que pretende incorporar o enfoque socioambiental de planejamento, na definição das diretrizes e das estratégias.

O Plano Diretor de Ilhabela se estrutura do seguinte modo:

- Estratégias, que incluem propostas para políticas setoriais como: mobilidade urbana, educação e cultura, qualidade de vida, entre outros;
- Programas: definidos a partir das estratégias e suas diretrizes com objetivos específicos;
- Ordenamento Territorial;
- Instrumento de Regulação para a intervenção no solo;
- Normas e formas legais de acompanhamento, implementação e fiscalização.

Os principais instrumentos urbanísticos previstos no PDDSA são:

- Taxas e Tarifas Públicas Específicas;
- Contribuição de Melhoria;

- Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios;
- Desapropriação;
- Tombamento;
- Direito de Preempção
- Servidão Administrativa;
- Concessão do Direito Real de uso;

No entanto, os instrumentos não são acompanhados da delimitação de suas áreas de incidência, limitando sua aplicação e regulamentação através de lei municipal específica posterior, para as quais não há registro de aprovação.

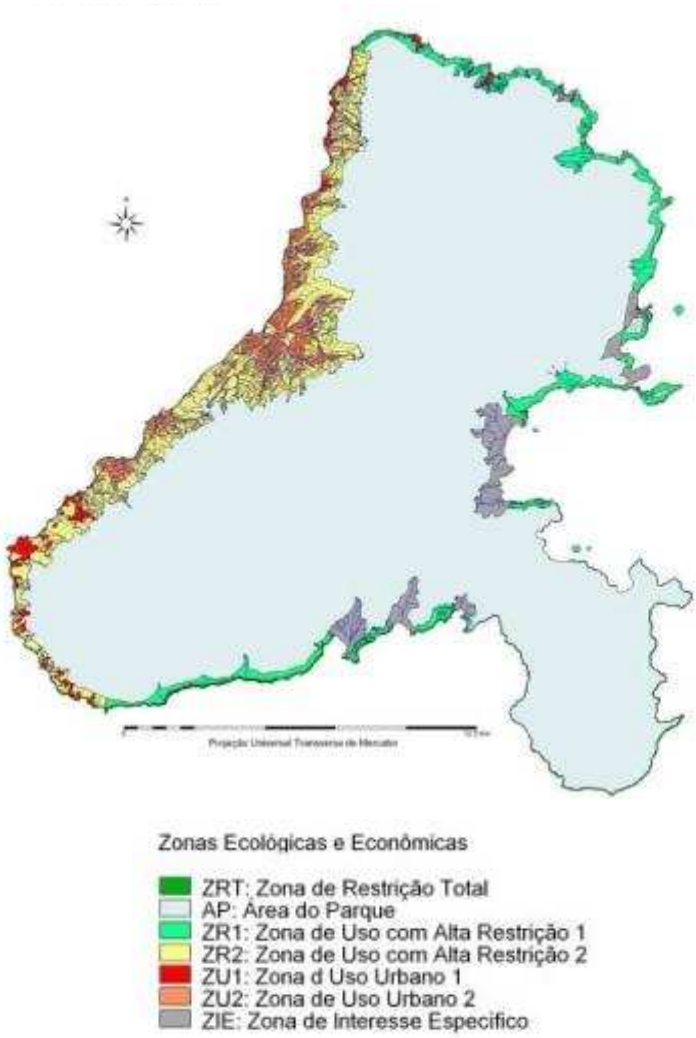
Entre os instrumentos previstos, nota-se a ausência do EIV – Estudo de Impacto de Vizinhança, que é citado no PDDSA apenas quanto à sua definição.

Como modelo de ordenamento territorial, o Plano Diretor visa descentralizar as atividades essenciais através da criação de sub-centros de serviços, diminuir os deslocamento de veículos, estruturação e qualificação ambiental e reconhecimento da pluralidade cultural.

O município é delimitado por zonas chamadas Zonas Ecológicas Econômicas divididas em:

- Zona de Restrição Total à ocupação (ZRT);
- Zona de Alta Restrição 1 (ZR1);
- Zona de Alta Restrição 2 (ZR2);
- Zona Urbana de Restrição Geotécnica e Ecológica (ZU1);
- Zona Urbana de Baixa Restrição (ZU2);
- Zona de Interesse Específico (ZIE).

Figura 2.4.1.6.2-1. Zoneamento do Plano Diretor Municipal de Ilhabela



Fonte: Plano Diretor de Ilhabela. 2006.

Quadro 2.4.1.6.2-1. Descrição das Zonas instituídas pelo PDDSA.

Zona	Caracterização
• **Zona de Restrição Total à ocupação** (ZRT)	Compreende toda área de costões rochosos, praias, a área abrangida pelo Parque Estadual de Ilhabela e outras como: a) Terrenos não urbanizáveis por razões de ordem geotécnica e ecológica; b) Módulos não parceláveis e não desmembráveis nem mesmo por direitos hereditários.
• **Zona de Alta Restrição 2** (ZR2)	Compreende as áreas que possuem como

Zona	Caracterização
	características relevos de inclinação predominante acima de 47%, recobertos por floresta ou não, que ocorram nas vertentes voltadas para o Canal de São Sebastião, portanto relativamente próximas aos centros administrativos, culturais e de comércio e serviços, constituindo-se zonas de alta restrição de uso por razões geotécnicas e ecológicas.
• **Zona Urbana de Restrição Geotécnica e Ecológica** (ZU1)	Compreende áreas que possuem como características relevos de inclinação entre 30% a 47%.
• **Zona Urbana de Baixa Restrição** (ZU2)	Compreende os relevos com inclinação predominante de 0-30%, próximos ao centro administrativo, comercial e de serviços.
• **Zona de Interesse Específico** (ZIE)	Compreende as áreas ocupadas pelas comunidades tradicionais, às áreas de Patrimônio Histórico e Cultural, bem como Sítios Arqueológicos.

Fonte: Plano Diretor de Ilhabela. 2006.

O Plano Diretor de Ilhabela também prevê um zoneamento marinho, que tem como finalidade auxiliar o ordenamento do uso da orla.

As três zonas propostas para o Zoneamento Marinho se dividem em:

- Zona Marinha de Preservação;
- Zona Marinha de Intervenção Controlada; e
- Zona Marinha de uso intensivo.

As Zonas Marinhas do município de Ilhabela tem as definições semelhantes e se encontram em consonância àquelas apresentadas no ZEE Estadual.

O Plano Diretor regulamenta outras unidades territoriais não definidas como zonas, que são denominadas Áreas.

As áreas de uso representam parcelas do território municipal inseridas nas ZEEs, e são divididas entre áreas especiais e áreas, nas seguintes categorias:

I. Áreas especiais de interesse urbanístico;
II. Áreas especiais de interesse social;
III. Área de revitalização;
IV. Áreas especiais de interesse ambiental e cultural;
V. Área de ocupação adensada;
VI. Área de ocupação rarefeita;
VII. Áreas estruturadoras do modelo espacial;
VIII. Áreas de interesse da municipalidade;
IX. Áreas de proteção do ambiente natural.
X. Áreas especiais de interesse institucional.

Segundo o Plano Diretor as áreas especiais deverão ser regidas por lei específica.

A sobreposição de zonas ecológico-econômicas e áreas, no PDDSA, gera insegurança sobre os objetivos das diferentes porções do território e seus adequados mecanismos de gestão.

Além disso, o plano prevê programas que funcionam como planos setoriais, dentre eles se destaca o programa de implantação de ZUP – Zona a Urbanizar Prioritariamente e o Programa de Garantia do Direito de Moradia.

O Plano também define um corredor de desenvolvimento turístico que abrange todas as áreas da orla marítima ao longo da SP-131 com diretrizes próprias, entre as quais se destacam:

- Promover a eficiência do sistema de transporte coletivo urbano reclassificando as vias existentes, sem abertura de novas ruas;
- Valorizar a área de chegada da balsa e trecho viário que liga ao centro histórico por meio de intervenções que valorizem e restaurem a paisagem, tais como corredores arborizados recuos das calçadas e regulamentação dos anúncios e sinalizações; e
- Investir na circulação de baixo impacto criando gabarito para recuos que valorizem as calçadas para pedestres e ciclovias.

Todos os planos propostos apresentam diretrizes básicas descritas, fato que colabora para execução dos mesmos de modo a atender as prerrogativas do PDDSA e colaborar para sua efetividade.

Segundo informações, o Plano Diretor de Ilhabela começa a ser estudado para execução de sua revisão, o que pode acontecer apenas após a revisão do ZEE estadual, que está prevista para 2014. A espera da revisão do ZEE deverá causar um atraso no que diz respeito ao planejamento urbano municipal de Ilhabela.

A estruturação de zoneamento e uso do solo do Plano diretor de Ilhabela é confusa, sobrepondo áreas sobre zonas e deixam margem a diversas interpretações e dificuldade de entendimento para aqueles que desejam seguir o regimento do mesmo.

2.4.1.6.2.1 ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

Não existem zonas específicas para habitações de interesse social em Ilhabela sendo que o Plano também não prevê ZEIS como instrumento urbanístico.

O que se tem são áreas especiais de interesse urbanístico que são classificadas em: Áreas de revitalização e Áreas Especiais de Interesse Social. No entanto essas áreas não são delimitadas espacialmente, ficando previsto como disposição transitória a limitação e classificação delas.

O PDDSA não esclarece, também, a subordinação entre AEIS e zonas.

As AEIS são classificadas em:

- AEIS I: Assentamentos auto-produzidos por população de baixa renda em áreas públicas e privadas;
- AEIS II: Loteamentos irregulares ou clandestinos que atendam às condições de habitabilidade;
- AEIS III: Áreas ocupadas com fins de moradia por população de baixa renda em condições de precariedade.

Além dessas áreas voltadas a Habitação de Interesse Social, também se tem as Áreas de Interesse da Municipalidade que são áreas públicas e privadas destinadas para fins comunitários e administrativos e ficam definidas no plano como:

- Áreas para regularização fundiária e regularização de ocupação que compreendem: as áreas de ocupação irregular que acompanham o córrego Nossa Senhora D'Ajuda e vertente norte do Morro do Cantagalo; áreas de ocupação irregular no condomínio denominado Greenpark; áreas de ocupação irregular no Rodamonte e áreas de ocupação irregular ao longo dos córregos do município;
- Áreas para execução de programas e projetos habitacionais de interesse social que corresponde às áreas que apresentam, pela sua localização espacial interesse por parte do poder público local em realizar projeto habitacional de interesse social: no bairro do Bexiga, no bairro da Barra Velha e no bairro Costa Bela.

Outra medida adotada pelo Plano Diretor no âmbito habitacional é definição de um programa para resolução de deficiências habitacionais, chamado Programa de Garantia do Direito de Moradia, que tem como principais objetivos:

- Identificação e cadastramento de áreas com ocupação efetiva por população de baixa renda;
- Instituição de ZEIS;
- Levantamento fundiário, topográfico e urbanístico.

As medidas previstas no Plano Diretor pouco avançaram no município de Ilhabela, o que é indicado pela existência de disposições transitórias que ainda não foram executadas.

A especulação imobiliária, a ineficiência de políticas de moradia para a população de baixa renda, a não especificação de ZEIS como instrumento urbanístico e ausência de um zoneamento específico agravam a problemática e dificultaM a resolução do déficit habitacional no município.

2.4.1.6.2.2 Zona de Expansão Urbana

Não existe uma zona específica para expansão urbana em Ilhabela.

Ao mesmo tempo, o Plano Diretor considera na Área de interesse a municipalidade áreas para reserva fundiária municipal destinada à expansão urbana, e instalação de equipamentos urbanos, de forma a viabilizar o ordenamento territorial e direcionamento da expansão urbana. A áreas descritas são:

- Alto do Piúva;
- Área pública no bairro do Reino;
- Morro da Cruz.

O Plano Diretor, também prevê programas que visam à urbanização prioritária e o monitoramento a expansão urbana e ocupação irregular.

O Programa de Implantação da ZUP – Zona a Urbanizar Prioritariamente compreendeum conjunto de atividades e regulamentações que estão descritas no Artigo 39, inciso IV do Plano Diretor e tem como principais objetivos:

- Regulamentar a ocupação de glebas remanescentes de loteamentos parcialmente implantados;
- Definir áreas específicas para parcelamento, edificação ou utilização compulsória do solo não edificado, subutilizado ou não utilizado, de acordo com art. 5º e 6º do Estatuto da Cidade, Lei 10.257 de 10 de julho de 2001.

A existência de programas segregados destinados à expansão urbana e uma zona não instituída pode dificultar a elaboração de ações e a efetividade do Plano Diretor.

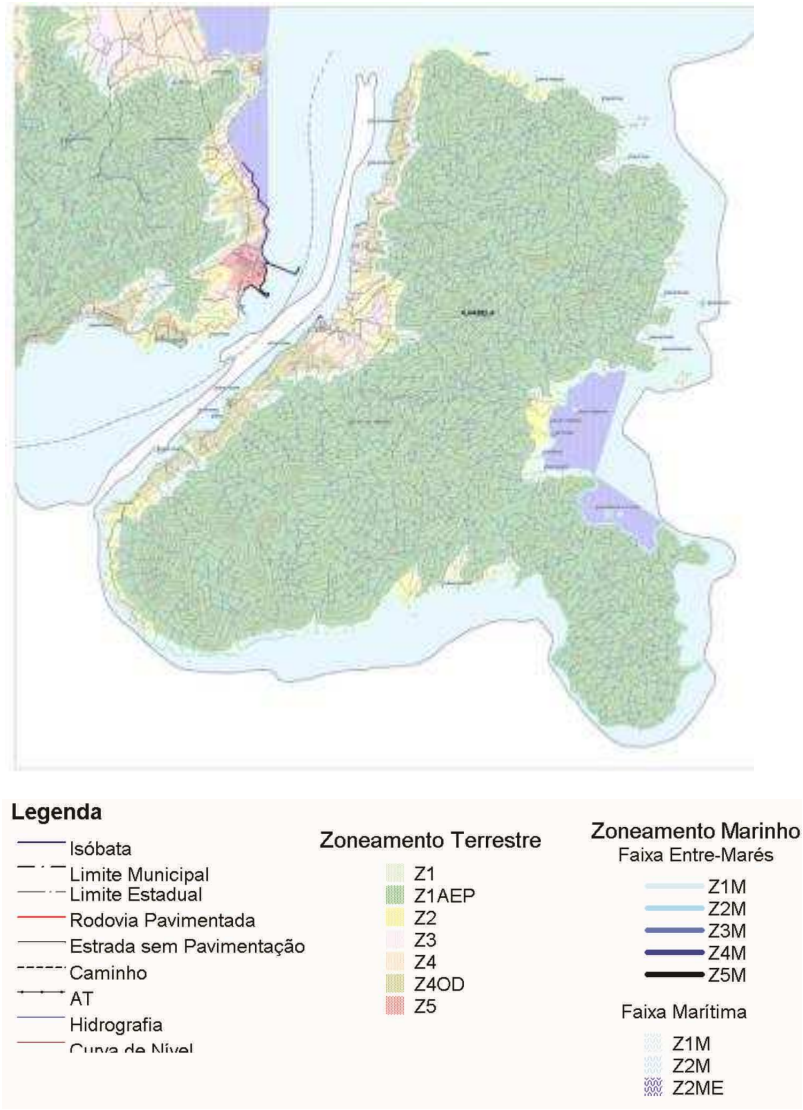
Tanto os munícipes como a administração pública têm muita resistência à expansão imobiliária no município, com preocupações em exceder os limites físicos e naturais da ilha, que já é afetada durante feriados pela sobrecarga dos sistemas viário, de acesso e de saneamento.

2.4.1.6.2.3. Relação do PDDSA com ZEE Zoneamento Ecológico Econômico

O Plano Diretor de Ilhabela divide o território em Zonas Ecológicas Econômicas Municipais, que em sua maioria são compatíveis ao ZEE Estadual, tanto no meio marinho quando no terrestre.

No entanto, o plano não tem um capítulo destinado a ZEE Estadual e também não cita referências e ele.

Figura 2.4.1.6.2.3-1. ZEE Estadual do município de Ilhabela.



Fonte: Zoneamento Ecológico Econômico do Litoral Norte. 2004.

Na área urbanizada de Ilhabela, nota-se grande incidência da zona Z4OD que corresponde a áreas de ocupação dirigida e tem como características a existência de cobertura vegetal nativa e a presença de empreendimentos residenciais parcialmente e/ou ocupados.

Na totalidade do município, predomina a Z1AEP, coincidindo com o território do Parque Estadual Ilhabela.

2.4.1.6.3 São Sebastião

O Plano Diretor de São Sebastião foi elaborado e promulgado em 1997.

Em 2004, a Prefeitura Municipal de São Sebastião iniciou a revisão do mesmo, uma vez que o plano original foi planejado e aprovado para o período 1998-2004. Esta revisão, no entanto, não foi concluída, permanecendo em vigência o Plano Diretor de 1997.

Neste cenário de obsolescência de legislação urbanística, cabe ressaltar que as leis de uso e ocupação do solo do município são da década de 70 (para a Costa Norte) e 80 (Costa Sul).

Apenas em 2011 foi reaberto os processos de revisão e atualização do plano. Com isso, a avaliação sobre o Plano Diretor de São Sebastião será realizada a partir documento de 2011, que está atualmente e discussão e que tem previsão para aprovação no inicio de 2013.

O Plano Diretor proposto para São Sebastião é subdividido em:

1. Políticas de desenvolvimento econômico social:
    - Desenvolvimento socioeconômico;
    - Turismo;
    - Assistência social;
    - Educação, saúde;
    - Segurança pública;
    - Desporto e lazer.

2. Políticas de desenvolvimento urbano:
    - Unidades especiais de planejamento;
    - Zoneamento ecológico econômico;
    - Urbanização e uso do solo;
    - Política pública da cultura;
    - Acessibilidade e mobilidade urbana;
    - Circulação viária e transportes.

As políticas propostas apresentam objetivos, diretrizes e ações estratégicas, facilitando o entendimento e a efetivação do Plano Diretor.

Como instrumentos urbanísticos estão propostos:

- PEUC – Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios, IPTU Progressivo no Tempo e Desapropriação Mediante Pagamento com Títulos da Dívida Pública;
- Concessão de Uso Especial e Usucapião Especial;
- Concessão Urbanística;
- Concessão de Direito da Superfície;
- Consórcio Imobiliário;
- Direito de Preempção;
- Transferência de Potencial Construtivo;
- Operação Urbana Consorciada; e
- ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

Os instrumentos urbanísticos propostos no Plano Diretor demostram que São Sebastião possui uma dinâmica mais intensa de mercado que nos outros municípios, com maior valor da terra e espaço para ações de revitalização, o que é indicado pela incidência de Transferência de Potencial Construtivo e Operação Urbana Consorciada.

O Plano proposto apresenta macrozoneamento terrestre e marinho, e ambos são subdivididos em:

I. Macrozona de Proteção Ambiental, definida como "*Porção do território onde a ordenação e o controle do uso do solo, subordinam-se à necessidade de preservar, conservar ou recuperar o meio natural garantindo a qualidade ambiental*"; *e*

II. Macrozona de Urbanização: definida como "*Porção do território destinada ao desenvolvimento das atividades urbanas onde a ordenação e o controle do uso do solo estão sujeitos às políticas espaciais e de desenvolvimento urbano e demais disposições referentes às legislações de parcelamento, uso e ocupação do solo*".

A Macrozona de Proteção Ambiental é compatível as zonas Z1 AEP, Z1T e Z2T e a Macrozona de Urbanização é compatível com as zonas Z4, Z4OD, Z5 e Z5OD do Zoneamento Ecológico-Econômico estadual.

A macrozona de urbanização é subdividia em:

I. Macroárea de Qualificação Urbana – É compatível a Z4, Z4OD, Z5 e Z5OD do ZEE e tem como objetivo qualificar os territórios ocupados, que apresentam carência de infraestrutura urbana e saneamento ambiental;

II. Macroárea de Estruturação e Uso Logístico -São áreas destinadas à produção industrial e de suporte ao Porto de São Sebastião e ao Tebar e é compatível com a Z5T do ZEE. Seu objetivo é propiciar ao município espaços para atividades econômicas relacionadas à produção industrial, serviços de logística e atividades portuárias;

III. Macroárea de Urbanização Consolidada - São as áreas urbanizadas consolidadas e estruturadas, compatíveis a Z4T, Z4OD e Z5T do ZEE. Seu objetivo potencializar o aproveitamento da infraestrutura existente.

IV. Macroárea de Urbanização Consolidada e Turismo Sustentável – É compatível a Z4T e Z4OD, incluindo áreas da Costa Norte e Centro. O objetivo é ordenar a transição da Macrozona de Proteção Ambiental para Macrozona de Urbanização e orientar as novas urbanizações com a finalidade de manter o padrão atual e estimular pousadas e hotéis de turismo e uso residencial, incluindo casas de veraneio, mantendo-se a característica atual.

A previsão de estimulo para casas de veraneio nas Macroáreas de Urbanização Consolidada e Turismo Sustentável pode colaborar com o aumento de problemas já existentes na região, causado pela grande quantidade de domicílios de veraneio e presença de população flutuante sazonal, gerando sobrecarga nas infraestruturas básicas como água e esgoto e comprometendo a mobilidade no município.

Figura 2.4.1.6.3 -1. Zoneamento Municipal proposto de São Sebastião.

Fonte: Plano Diretor Municipal proposto. 2011.

Para todas as macroáreas propostas são apresentados parâmetros urbanísticos, que não permitem verticalização e indicam taxa de ocupação é de 0,6 para as macrozonas no Centro e Costa Norte e de 0,5 para Costa Sul. O Plano justifica que se deve garantir a ocupação e baixa densidade devido às restrições ambientais existentes no território.

Ao mesmo tempo, não são apresentadas alternativas para a alocação do contingente migrante que se desloca continuamente para a região.

A proposta do Plano Diretor de São Sebastião é compatibilizada com o Zoneamento Ecológico Econômico do Litoral Norte, é de fácil leitura e entendimento e prevê áreas para o desenvolvimento turístico assim como para logística e retroporto.

2.4.1.6.3.1. ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

Na proposta do Plano Diretor de São Sebastião, as ZEIS estão descritas como: *"porções do território destinadas a recuperação urbanística, à regularização fundiária e a produção de habitação de interesse social."*

Ao todo são 24 ZEIS no município que foram regulamentadas com a criação de leis próprias. O processo de demarcação das ZEIS do município data de 2010 com a Lei 110/10 que cria o programa de regularização chamado PREZEIS.

Ao todo, são 15.000 moradores nessas ZEIS estando localizadas em sua maioria na costa sul do município, em núcleos geralmente dispostos nas bordas de condomínios fechados e próximas aos limites do Parque Estadual da Serra do Mar.

A proposta do Plano Diretor cria, além das ZEIS já existentes pelo programa PREZEIS, as AIES Áreas Especiais de Interesse Social, que são espaços destinados para instalação de HIS e estão localizados predominantemente entre em "franjas" de urbanização.

Com as ZEIS já regulamentadas e as AIES propostas pelo Plano Diretor, o município apresenta recursos para efetivar medidas e combater os problemas relacionados aos déficits habitacionais.

2.4.1.6.3.2. Zona de Expansão Urbana

A proposta do Plano Diretor de São Sebastião, datada de 2011, prevê as Áreas Especiais de Expansão Dirigida, que são áreas contiguas às ocupações urbanas atuais.

Para garantir uma ocupação ordenada dessas áreas, aplicam-se os seguintes instrumentos urbanísticos: Direito de Preempção e o Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios, seguido de IPTU progressivo no tempo e Desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública.

Não existem muitas as áreas de expansão possíveis no município, uma vez que são limitadas além do ZEE, por aspectos ambientais, notadamente pela presença do Núcleo São Sebastião do Parque Estadual da Serra do Mar, e geomorfológicos.

Assim, a proposta do Plano coloca como diretriz municipal para o ZEE a transformação das Z3T do ZEE estadual em zonas Z4OD como áreas passíveis de urbanização e justifica essa recomendação por conta da inexistência da atividade rural (agricultura e pecuária) no município.

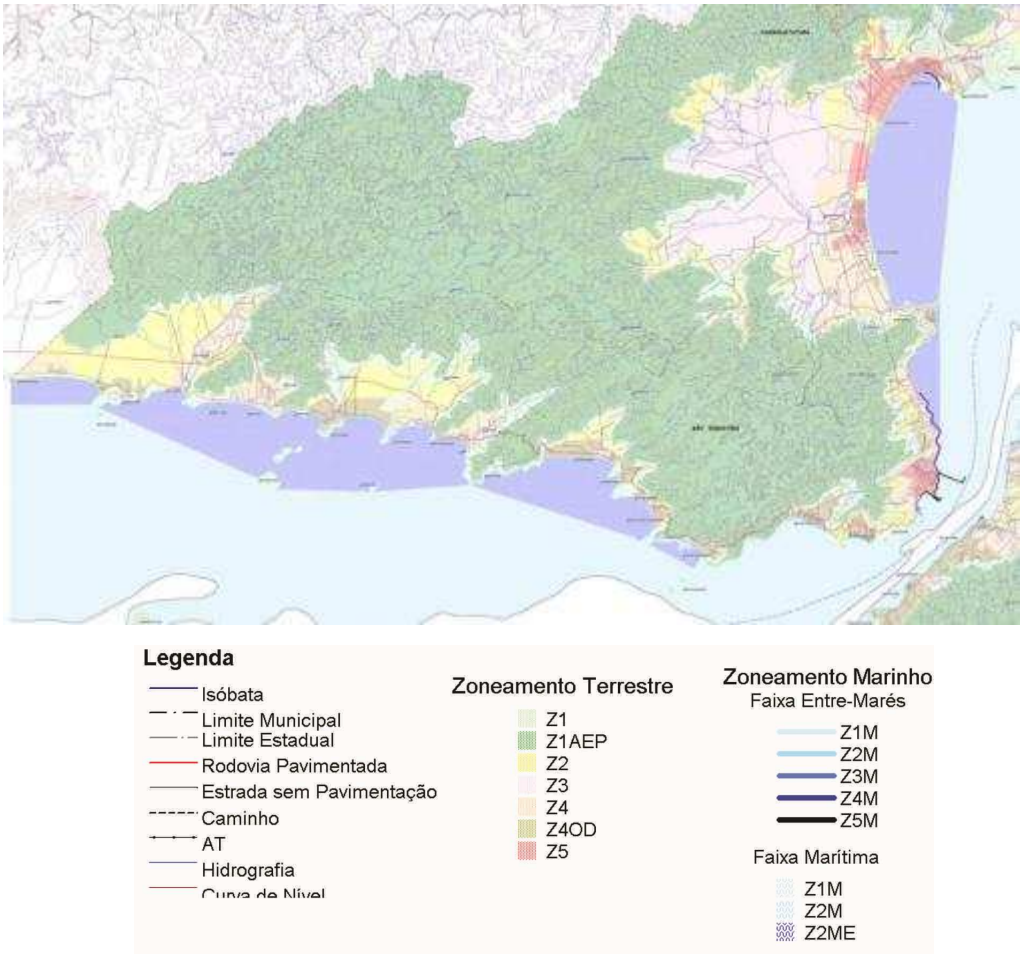
Outra diretriz cabível para a expansão urbana de São Sebastião é que ela deve ser condicionada aos locais com infraestrutura de saneamento implantada e priorizando a utilização dos vazios urbanos existentes.

2.4.1.6.3.3 Relação do Plano Diretor com ZEE Zoneamento Ecológico Econômico

A proposta do Plano Diretor de São Sebastião reserva um capítulo para o Zoneamento Ecológico Econômico, explicando o que se trata e deixando claro que adequa à situação atual das diretrizes e respectivas zonas no plano. Este é o único plano diretor dos municípios do litoral norte que trata clareza as relações com o ZEE.

Considerando que a revisão do ZEE Estadual está em curso, e prevista pra 2014 o plano apresenta proposições para a revisão e adequação das diretrizes do ZEE no que tange seu território, e recorre sobre a justificativa das mudanças, tanto para o zoneamento terrestre quanto para o marinho.

Figura 2.4.1.6.3.3-1. Zoneamento Ecológico Econômico de São Sebastião



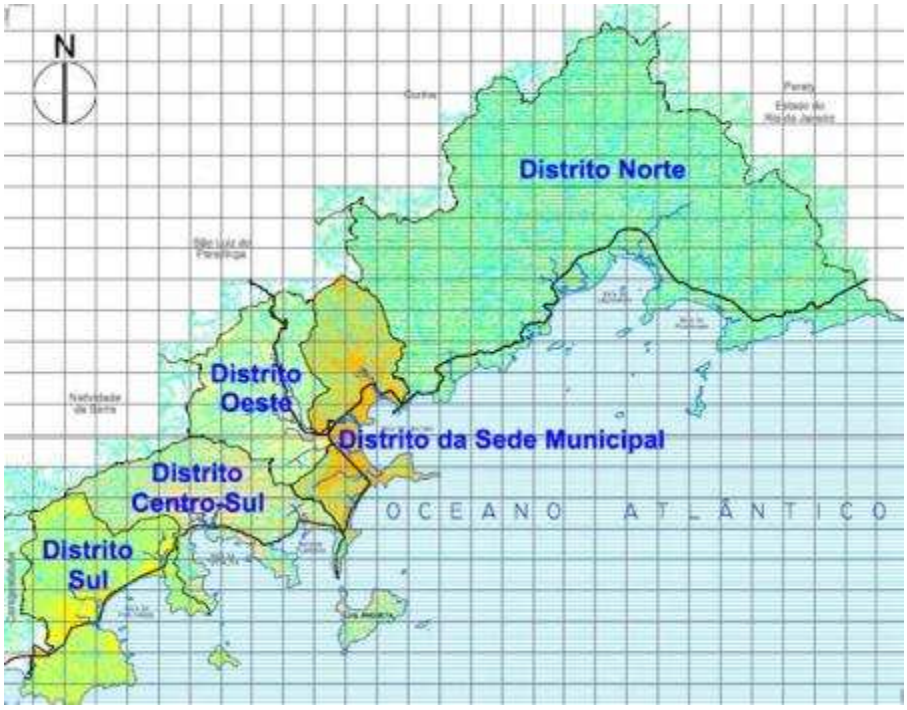
Fonte: Zoneamento Ecológico Econômico do Litoral Norte. 2004.

2.4.1.6.4 Ubatuba

Plano Diretor de Ubatuba data de 2006 e estabelece uma divisão administrativa do município em cinco distritos, sendo eles:

- Distrito sul;
- Distrito centro-sul;
- Distrito da sede municipal;
- Distrito oeste e
- Distrito norte.

Figura 2.4.1.6.4 -1. Divisão administrativa de Ubatuba



Fonte. Plano Diretor Municipal de Ubatuba. 2006.

O Plano dá ênfase ao turismo, trazendo objetivos, diretrizes e ações estratégicas, para infraestrutura de apoio ao turismo, serviços turísticos, hospedagem, entretenimento, gastronomia, esportes náuticos, ecoturismo, turismo esportivo e turismo cultural. Nota-se grande preocupação em estimular a atividade econômica relacionada a este setor.

O Plano prevê a utilização de diversos instrumentos da política urbana, dentre os quais se destacam:

- Instituição de zonas especiais de interesse social - ZEIS;
- Parcelamento, a Edificação ou Utilização Compulsórias;
- Desapropriação por interesse social, necessidade ou utilidade pública;
- Outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso;
- Direito de superfície;
- Direito de preempção;
- Transferência do direito de construir;
- Concessão de direito real de uso;
- Operações urbanas consorciadas;
- Regularização urbanística e fundiária;
- Usucapião especial de imóvel urbano; e
- Estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV).

Esses instrumentos dão um panorama de que o Plano Diretor demonstra atenção aos problemas relacionados à habitação, regularização fundiária e falta de área para expansão urbana.

Todos os instrumentos vêm seguidos de explicações para a aplicabilidade, nos moldes do Estatuto da Cidade. Porém, o único definido espacialmente, nos anexos disponívei é a PEUC.

O município é organizado em macrozonas, sendo elas:

- Macrozona da Gestão Compartilhada do Parque Estadual da Serra do Mar;
- Macrozona de Gestão Compartilhada das Populações Tradicionais das UC's;
- Macrozona de Gestão Compartilhada dos Terrenos da União;

Estas macrozonas são orientadas mediante deliberações conjuntas entre o Município, o Estado e/ou a União e tem como principais premissas:

a. Prioridade para os usos e ocupações de usufruto coletivo;
b. Paisagem como bem coletivo e característico do Município;
c. Preservação ambiental e desenvolvimento turístico;
d. Respeito e acatamento das atividades características do modo de vida e cultura das populações tradicionais do Município.

- Macrozona da Sede Municipal, caracterizada por:
  a. Área tradicional de centralidade urbana e oferta de serviços públicos de âmbito municipal;
  b. Área com maior potencial para aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade, em virtude de maior incidência de infraestrutura urbana;
  c. Multiplicidade de usos compatíveis com o desenvolvimento turístico, econômico e social do Município;
  d. Área prioritária para a implantação de projetos de reurbanização e recuperação de áreas degradadas e implantação de habitações destinadas à população local.

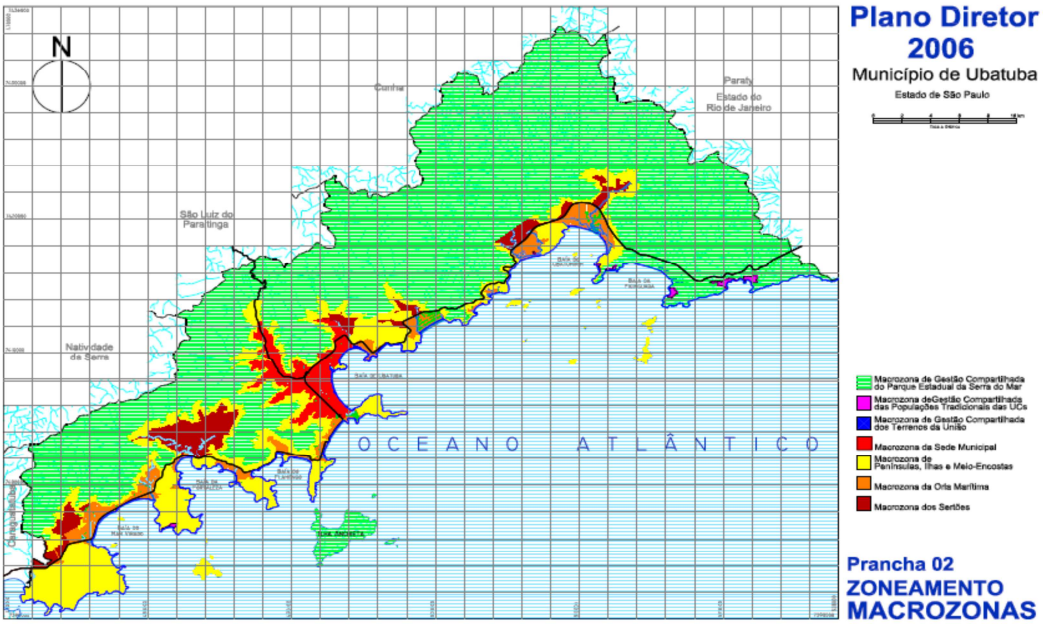
- Macrozona de penínsulas, ilhas e meio-encostas, caracterizadas por:
  a. Paisagem como bem coletivo e característico do Município;
  b. Paisagem como expressão da biodiversidade;
  c. Paisagem como atrativo turístico;
  d. Prioridade de uso e ocupação de baixo impacto ambiental.

- Macrozona de orla marítima, caracterizada por:
  a. Volumetria, ventilação, insolação e transparência como bens coletivos e característicos do Município;
  b. Prioritária para atividades ligadas ao atendimento turístico, tratamento paisagístico especial, lazer público e habitação da população local e flutuante.

- Macrozonas dos Sertões, caracterizadas por:
  a. Áreas de produção agrícola, lazer rural e ecológico;
  b. Áreas de fruição paisagística e vida silvestre;
  c. Paisagem como bem coletivo característico do Município, expressão da biodiversidade e atrativo turístico;

d. Áreas prioritárias para a implantação de instalações e equipamentos públicos e comunitários, comércio e prestação de serviços ao longo das vias conectoras e de habitação da população local ao longo das vias locais.

Figura 2.4.1.6.4 -2. Macrozoneamento de Ubatuba



Fonte: Plano Diretor Municipal de Ubatuba. 2006.

Segundo o Plano Diretor, as macrozonas devem assegurar a proteção da natureza, conferindo condições para promover e estimular investimentos privados em hotelaria, náutica e ecoturismo.

Nota-se que no Plano Diretor de Ubatuba as políticas setoriais são bastante aprofundadas com objetivos, diretrizes e ações estratégicas, porém, a lei pouco avança no ordenamento territorial e nas regras de uso e ocupação do solo. Não são apresentados parâmetros urbanísticos para as macrozonas e não são especificados os usos permitidos para cada área.

Tais deficiências acabam por comprometer a gestão relacionada ao planejamento urbano no município.

2.4.1.6.4.1. ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

Em Ubatuba, o Plano prevê a aplicação de ZEIS 1 e ZEIS 2, sendo a ZEIS 1 áreas já ocupadas por assentamentos consolidados e irregulares de baixa renda e a ZEIS 2 as áreas desocupadas que possam receber empreendimentos imobiliários de interesse social, de caráter público ou privado.

No entanto, o Plano Diretor não delimita os perímetros e sugere que seja aperfeiçoado por decreto do Executivo municipal.

Conforme disposto no Plano Diretor, o município regularizou suas ZEIS através de leis específicas nos anos de 2007, 2009 e 2011.

Além das ZEIS, o Plano Diretor prevê regularização urbanística e fundiária que compreende um processo de intervenção pública ou privada, sob aspectos jurídicos, urbanísticos, territoriais, sanitários, culturais, econômicos e socioambientais, que objetiva legalizar a permanência de populações ocupantes de áreas urbanas consolidadas em desconformidade com a lei, implicando melhorias no ambiente urbano do assentamento, por meio da execução do plano de urbanização, no resgate da cidadania e da qualidade de vida da população.

Logo depois o plano define as diretrizes e as ações estratégicas para essa política pública e em uma subseção com os instrumentos para aplicação da mesma.

As legislações para habitação de interesse social, assim como a de regularização fundiária do município de Ubatuba são qualificadas.

O município já realizou a regularização de alguns bairros, como o Parque das Rosas e Parque Guarani, que tiveram seu processo iniciado em 2009. Apesar da morosidade do processo, o município conta com 22 comunidades congeladas para dar inicio a regularização.

Atualmente, a prefeitura promove a regularização fundiária de núcleos de ZEIS ocupada, como Jardim Ipiranga, bairro Bela Vista, Perequê–Mirim, outros 15 bairros que já tem levantamento topográfico realizado para o processo de regularização.

Apesar das realizações no setor, é importante destacar que um levantamento realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Social registrou, em 2012, a presença de 9.649 imóveis em áreas consideradas irregulares no município.

2.4.1.6.4.2. Zona de Expansão Urbana

Não são especificadas zonas de expansão no município de Ubatuba.

Deve-se ressaltar que Ubatuba é o município do Litoral Norte que mais tem em seu território áreas gerida pelo Estado em formato de Unidade de Conservação e que não são passíveis de ocupação urbana.

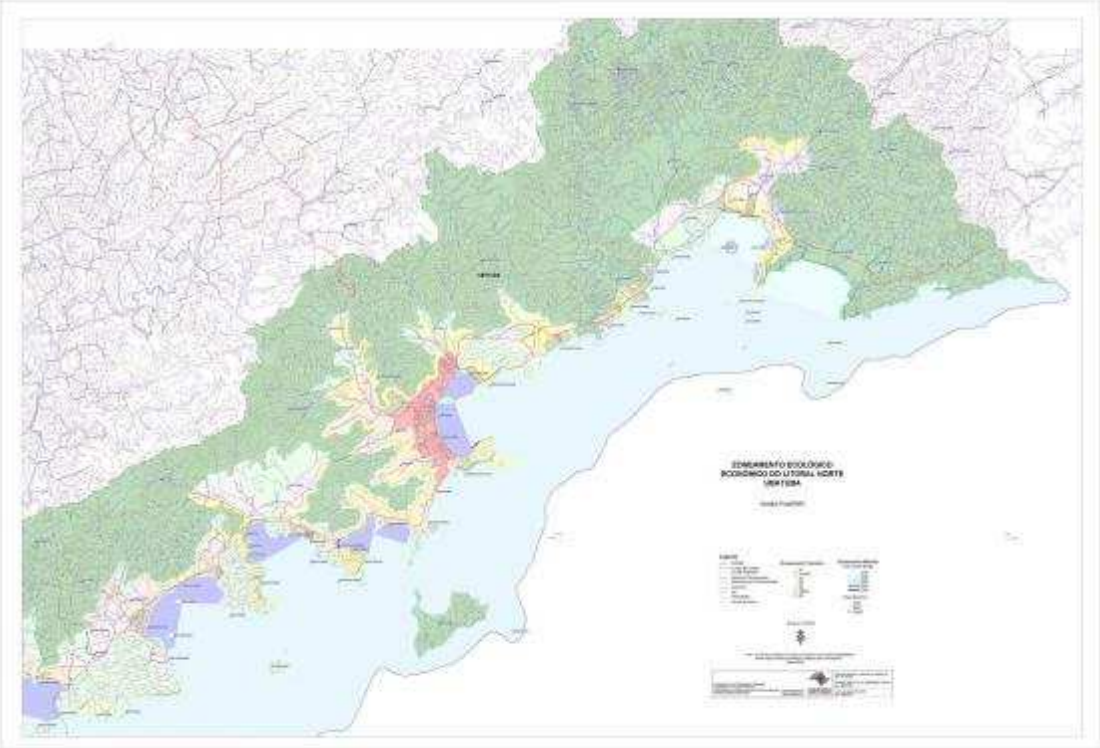
A inexistência de áreas de expansão no município pode gerar problemas relacionados a ocupação irregular e crescimento desordenado, assim como gerar alta especulação imobiliária, além de não orientar o crescimento das redes de infraestrutura e serviços.

2.4.1.6.4.3. Relação do Plano Diretor com ZEE Zoneamento Ecológico Econômico

O Plano Diretor de Ubatuba promoveu a compatibilização da política de gerenciamento costeiro em algumas políticas públicas e faz a previsão de uma Câmara Técnica do Conselho da Cidade para tentar a gestão compartilhada do território entre entes federativos, especialmente para compatibilizar as diretrizes do

Plano Diretor com o Zoneamento Ecológico Econômico e o Plano de Gerenciamento Costeiro.

Figura 2.4.1.6.4.3-1. Zoneamento Ecológico Econômico de Ubatuba



Fonte: Zoneamento Ecológico Econômico do Litoral Norte. 2004.

Nota-se que, no território urbanizado de Ubatuba, há uma grande área pertencente a Z5, que é caracterizada pelo uso urbano consolidado e pouca existência de áreas com interesse ambiental, essas áreas são correspondentes aos bairros do Itaguá e Iperoig.

2.4.2 Infraestrutura

Esse diagnóstico busca expor a situação dos sistemas de infraestrutura do Litoral Norte.

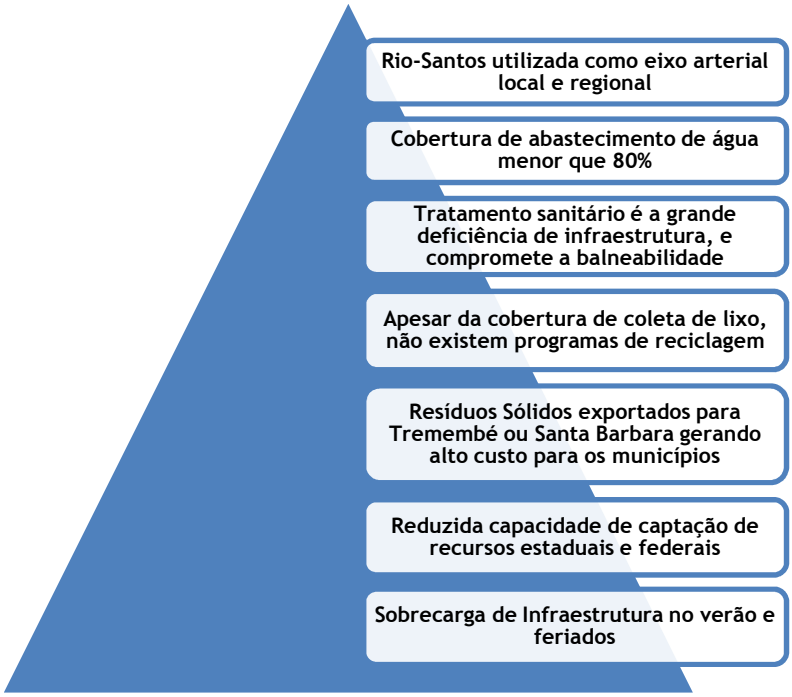
Para tal análise, foram abordados os seguintes temas, de modo a proporcionar um panorama geral da região:

- Estagio de planejamento;
- Grandes investimentos de infraestrutura propostos ou em andamento na região;
- Saneamento básico e balneabilidade;
- Mobilidade e transporte; e
- Habitação.

Ressalta-se, antecipadamente, a influência número de domicílios de segunda residência e alto índice de população flutuante sobre a eficiência de tais infraestruturas.

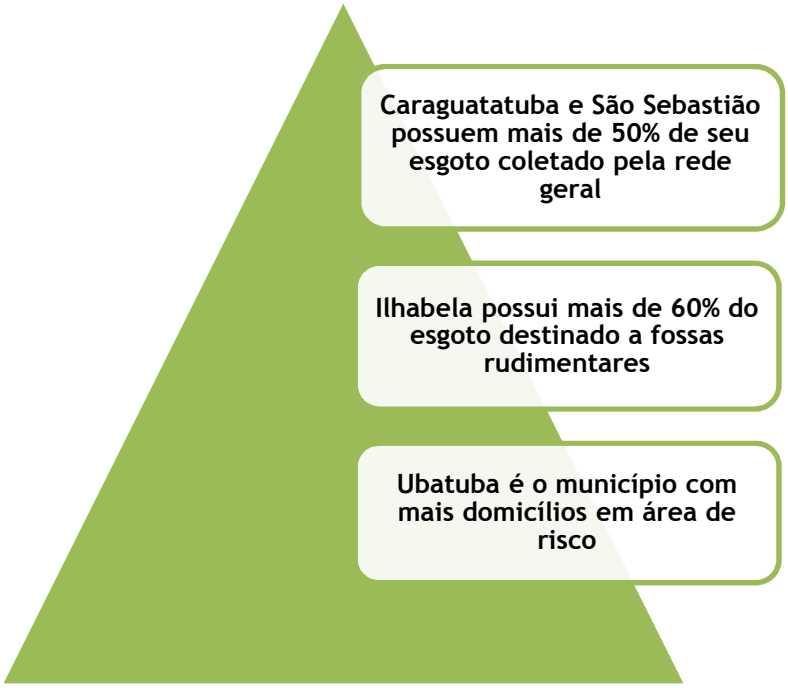
2.4.2.1. Quadro síntese – Infraestrutura

Dimensão Geral



Fonte: Elaboração Geo Brasilis.2012.

Dimensão Local



Fonte: Elaboração Geo Brasilis.2012.

Os serviços de infraestrutura do Litoral Norte sofrem com o alto índice de habitações de segunda residência e população flutuante elevada.

A sazonalidade faz com que os sistemas demandados sofram picos em temporadas de veraneio e tenham alta ociosidade no restante do ano. Tal fato gera problemas principalmente quando se refere à mobilidade e saneamento básico.

Outro fato que agrava a situação da infraestrutura significativamente é distribuição da ocupação pelo território em uma faixa litorânea muito extensa e permeada de interrupções, ocasionando custos ainda maiores.

O esgotamento sanitário, a destinação dos resíduos sólidos, a mobilidade e habitação de interesse social são os itens mais deficitários de infraestrutura e serão separadamente analisados a seguir, juntamente com planejamento e investimentos associados anunciados para a região.

2.4.2.2 Estágio do Planejamento na Região

Planos setoriais como o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), o Plano de Mobilidade (PMob), o Plano Municipl de Redução de Riscos (PMRRiscos), o Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos (PMGRS) e o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) têm importância enquanto orientadores de políticas públicas e de captação e aplicação de recursos para investimentos.

Os planos municipais setoriais existentes apresentam baixa efetividade e muitos planos importantíssimos para o desenvolvimento dos municípios inexistem, conforme mostra o quadro abaixo.

Quadro 2.4.2.2-1. Planos setoriais existentes nos municípios do Litoral Norte.

	Caraguatatuba	Ilhabela	S. Sebastião	Ubatuba
PLHIS	2011	Em elaboração	Em elaboração	2010
PMob	Não há	Não há	Não há	Não há
PMRRiscos	2006	2006	2005	2006
PMGRS	Não há	Não há	Não há	2010
PMSB	Estudo de 2012 Plano não aprovado	Estudo de 2012 Plano não aprovado	Estudo de 2012 Plano não aprovado	Estudo de 2012 Plano não aprovado

Fonte: Prefeituras Municipais do LN. 2012. Elaboração Geo Brasilis.2012.

Dos municípios do Litoral Norte, São Sebastião é o município com maior número de planos setoriais disponíveis.

Para o PLHIS (Plano Local de Habitação de Interesse Social), foram disponibilizados recursos do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) para os quatro municípios, no período de 2007 a 2014. No entanto apenas São Sebastião concluiu o processo, com aprovação do PLHIS em forma de lei.

O Plano Municipal de Saneamento básico está em processo de aprovação em todas as localidades e foi elaborado em 2011 e 2012, a partir de contratação realizada pela Secretaria Estadual de Recursos Hídricos do Governo do Estado de São Paulo. O resultado é alvo de discussões nas diversas localidades, em razão de divergências identificadas quanto ao diagnóstico apresentado.

Apesar dos problemas decorrentes do cruzamento Rodovia Rio-Santos (BR-101 ou SP 55), em meio às manchas urbanas na extensão dos municípios, como fluxo trânsito local e regional, coincidindo com corredor comercial importante em São Sebastião e Caraguatatuba, além dos congestionamentos que marcam a região em feriados e férias, nenhum dos municípios possui Plano de Mobilidade.

Os municípios também não possuem planos setoriais para os resíduos sólidos, que são um grande entrave na região, que não possui aterro sanitário controlado. Atualmente o resíduo domiciliar dos municípios do Litoral Norte é encaminhado para o planalto, gerando um gasto elevado para administração pública, com transporte e transbordos.

Deve-se destacar que mobilidade, saneamento básico (incluindo resíduos sólidos) e habitação de interesse social são considerados alguns dos principais problemas do municípios do Litoral Norte, embora careçam de planejamento específico na maioria dos municípios.

Todavia, no que se refere a planejamento, o grande destaque é a ausência de iniciativas regionais, que são previstas nas Leis Orgânicas e poderia colaborar para a viabilização de soluções importantes, como o esgotamento sanitário de áreas conurbadas e criação de aterro ou usina de compostagem de caráter regional.

Os municípios do Litoral Norte têm muita dificuldade de articulação para soluções regionais, consorciadas ou não, dificultando o desenvolvimento da região, e a realização de investimentos adequados ao atendimento do crescimento populacional contínuo.

A demora dos planos setoriais e a ineficiência das parcerias para projetos regionais dificulta a captação de recursos nas esferas estaduais e federais.

Planejar a infraestrutura regional de forma adequada à crescente demanda da população é imprescindível para que o desenvolvimento socioeconômico seja sustentável e tenha impacto positivo sobre a qualidade de vida da região.

2.4.2.3 Grandes Investimentos

Grandes investimentos de infraestrutura estão previstos ou em consolidação para o Litoral Norte.

Os projetos, em sua maioria, são do setor de logística e petróleo e gás.

Do Governo Federal, o Programa de Aceleração de Crescimento-PAC realiza o planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética no país e na sua primeira fase (2007/2010) teve os seguintes investimentos na região:

Quadro 2.4.2.3-1. Investimentos do PAC fase 1, no Litoral Note.

Investimentos do PAC no Litoral Norte entre 2007 e 2010		
Categoria	**Valor Total (R$)**	**Participação**
Energia	6.155.100.000,00	98,96%
Saneamento Básico	62.274.400,00	1,00%
Habitação	2.344.000,00	0,04%
Saneamento Básico – Áreas Indígenas	151.200,00	0,00%
Infraestrutura Logística	R$ 0,00	0,00%

Fonte: pac.gov.br. Elaboração Geo Brasilis.2012.

Nesta primeira fase do PAC, os principais investimentos na região foram em Energia mais especificamente no ramo de Petróleo e Gás, sendo eles: Mexilhão (produção e

condução de Gás), UTGCA (Unidade de tratamento de gás de Caraguatatuba), Gastau (Gasoduto Caraguatatuba-Taubaté). Todos esses projetos pertencem à Petrobrás.

Os projetos advindos dos investimentos com Saneamento Básico são para Desenvolvimento Institucional da SABESP, na regional Caraguatatuba, que atende todos os municípios do Litoral Norte. Ressalta-se que, apesar das grandes carências de Saneamento na região, a maior parte dos recursos não foi aplicada na expansão da infraestrutura disponível. Esse perfil de investimento se manteve na segunda parte do PAC.

Os valores destinados à habitação e saneamento básico de áreas indígenas somam 1,04% do total, não tendo grande representatividade no geral.

Na segunda fase do PAC, de 2011 a 2014, os maiores investimentos também foram no setor de energia (petróleo e gás), dando continuidade à UTGCA, GASTAU e Dutos da OCVAP, todos ligados à Petrobrás.

Quadro 2.4.2.3-2 Investimentos do PAC fase 2, no Litoral Note.

Investimentos do PAC no Litoral Norte entre 2011 e 2014		
Categoria	**Valor Total (R$)**	**Participação**
Energia	1.267.030.000,00	82,43%
Infraestrutura Logística	155.000.000,00	10,08%
Saneamento Básico	67.475.660,00	4,39%
Pavimentação	43.723.320,00	2,84%
Habitação	3.861.670,00	0,25%
Saneamento Básico - Áreas Indígenas	54.980,00	0,00%

Fonte: pac.gov.br. Elaboração Geo Brasilis.2012.

Nesta fase, têm-se investimentos significativos na área de infraestrutura e logística que se refere à adequação da divisa RJ/SP e da BR-101 no trecho urbano de Ubatuba. Essas obras se encontram paradas.

No quadro abaixo, pode-se ter um panorama geral dos investimentos do PAC de 2007 a 2014 destinados para cada município, os projetos e a situação atual.

Quadro 2.4.2.3-3. Investimentos do PAC de 2007 a 2014.

Área de Investimento	MUNICÍPIO – Projeto	Recurso estimado (R$)	Situação Atual
Saneamento Básico	SÃO SEBASTIÃO - Ampliação SES Barra do Una e Praia do Engenho	15.201.200,00	Em obras

Área de Investimento	MUNICÍPIO – Projeto	Recurso estimado (R$)	Situação Atual
	UBATUBA - Ampliação de SES Praia de Itamambuca	8.047.620,00	Em obras
Habitação	CARAGUATAUBA - Elaboração do PLHIS	72.190,00	Em execução
	CARAGUATAUBA - Projetos e estudos para urbanização dos Bairros Olaria, Casa Branca e Morro Chocolate	313.950,00	Ação preparatória
	ILHABELA - Elaboração de PLHIS	83.580,00	Em execução
	SÃO SEBASTIÃO - Elaboração de PLHIS	78.950,00	Em execução
	SÃO SEBASTIÃO - Urbanização v. Queiroz Galvão	2.218.320,00	Em obras
	UBATUBA - Elaboração de PLHIS	64.600,00	Em execução
	UBATUBA - Provisão Habitacional - Bairro Estufa	272.100,00	Em obras
	UBATUBA - Urbanização V. Sol e Ipiranguinha	822.580,00	Ação preparatória
Pavimentação	SÃO SEBASTIÃO - Costas norte e sul	43.723.320,00	Em contratação
Saúde	CARAGUATATUBA - Construção de UBS	400.000,00	Ação preparatória
	UBATUBA - Construção de UBS	400.000,00	Ação preparatória
Educação	CARAGUATATUBA - Creche	1.293.400,00	Ação preparatória
	UBATUBA - Creche	619.120,00	Ação preparatória

Fonte: pac.gov.br. Elaboração Geo Brasilis.2012.

São Sebastião, o único município a obter recursos destinados à pavimentação, é o que recebeu a maior verba do PAC para o período.

A falta de planejamento dos municípios, a dificuldade de elaboração de projetos e a carência de uma visão regionalizada acabam por dificultar a captação de recursos para grandes obras de infraestrutura.

Além dos projetos de Petróleo e Gás, estão anunciados projetos de significativa importância para região como a ampliação do porto de São Sebastião e a duplicação da Rodovia Tamoios, incluindo a construção de seus Contornos Norte e Sul.

Ambos os projetos deverão impulsionar as atividades de logística, da indústria do petróleo e gás e consequentemente os comércios, serviços e o mercado imobiliário. A ampliação

A expansão da capacidade da Tamoios pode incidir como indutor do aumento do turismo, colaborando para o quadro de sobrecarga sazonal de infraestrutura.

2.4.2.4 Saneamento Básico

O Saneamento básico é o conjunto de medidas, visando preservar as condições do meio ambiente com a finalidade de prevenir doenças e promover a saúde, abrangendo o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a drenagem pluvial e captação e destinação dos resíduos sólidos urbanos.

Com população crescente, alto índice de migração, população flutuante e as áreas de encostas sendo ocupadas no Litoral Norte, o saneamento básico é a principal deficiência de infraestrutura na região, principalmente quanto a resíduos sólidos e esgotamento sanitário, que geram pressão adicional sobre a qualidade das águas continentais, costeiras e marinhas, com potencial de comprometimento da balneabilidade nas praias da região.

Este cenário deve considerar que os municípios têm parte significativa de sua atividade econômica ligada ao Turismo, além de possuírem diversas comunidades que tiram sua subsistência da pesca, o que implica na priorização de políticas públicas locais e regionais para saneamento.

Para que seja realizada uma análise do saneamento básico no Litoral Norte, foram escolhidos dados referentes à Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Gestão de Resíduos Sólidos Domiciliares para os anos de 2000 e 2010.

De acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento Básico (SNIS), todo o esgoto coletado nos quatro municípios recebe tratamento antes de sua destinação final, o que diverge dos dados da concessionária de serviços e do diagnóstico dos PMSB em análise.

Os dados serão agrupados e analisados por município.

2.4.2.4.1 Caraguatatuba

Quadro 2.4.2.4.1-1. Informações sobre a origem do abastecimento de água em Caraguatatuba em 2000 e 2010.

Abastecimento de água	% de domicílios em 2000	% de domicílios em 2010	Variação no período
Rede geral	94	96,36	0,025
Poço ou nascente	3	3,17	0,057
Outra forma	2,53	0,47	-0,814

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração Geo Brasilis.2012.

Quadro 2.4.2.4.1-2. Informações sobre esgotamento sanitário em Caraguatatuba em 2000 e 2010.

Instalação Sanitária	% de domicílios em 2000	% de domicílios em 2010	Variação no período
Rede geral de esgoto	22	55,89	1,540
Fossa Séptica	58	32,40	-0,441
Fossa Rudimentar	15	9,19	-0,387
Vala	3,43	1,09	-0,682
Rio, Lago ou Mar	0,91	0,64	-0,297
Outras	0,24	0,28	0,167

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração Geo Brasilis.2012.

Quadro 2.4.2.4.1-3. Destinação de resíduos sólidos domiciliares em Caraguatatuba em 2000 e 2010.

Coleta de resíduos sólidos	% de domicílios em 2000	% de domicílios em 2010	Variação no período
Coletado	97	99,26	0,023
Enterrado	1,99	0,04	-0,980
Queimado	0,20	0,61	2,050
Jogado	0,39	0,03	-0,923
Outro	0,10	0,05	-0,500

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração Geo Brasilis.2012.

As melhoras no sistema de saneamento básico do município de Caraguatatuba são observadas ao longo do período.

O abastecimento de água é quase totalmente feito pela rede geral de abastecimento, com pequena porcentagem de água proveniente de poço ou nascente.

Caraguatatuba possui 46.443 ligações na rede de abastecimento de água, sendo 88,9% atendidos pela Sabesp e 6% por sistemas independentes.

Quanto ao esgoto, no ano de 2000, mais de 50% do esgoto era destinado a fossas sépticas, com 15% em fossas rudimentares e apenas 22% escoados pela rede de esgoto. No ano de 2010, houve uma mudança, com mais de 55% sendo escoado pela rede geral, 32% destinado a fossas sépticas e diminuição de 6% no destino a fossas rudimentares.

Está previsto para que até 2015 a extensão da rede coletora de esgoto praticamente dobre o seu tamanho, passando de 394,1km para 695,2km. Com esse acréscimo Caraguatatuba terá 93% da população atendida com a coleta de esgoto.

As redes de abastecimento de água e coleta e destinação de esgoto são de responsabilidade da concessionária Sabesp.

O resíduo sólido domiciliar do município é quase totalmente coletado, com diminuição significativa na porcentagem de lixo enterrado entre 2000 e 2010.

O resíduo sólido domiciliar é um grave problema no município, uma vez que, após a coleta, passa por um transbordo no bairro Gaivotas e segue para ser descartado no planalto, na cidade de Santa Isabel percorrendo um caminho de aproximadamente 128 km.

Esse deslocamento é muito oneroso para a administração pública, que não consegue articular junto a outros municípios do Litoral Norte, uma solução regionalizada.

O IQR é um índice produzido pela CETESB que dispõe sobre as condições ambientais e sanitárias dos locais de tratamento e disposição final de resíduos domiciliares. Caraguatatuba teve 9,0 em 2010, apresentando uma evolução significativa desde 1999 quando seu índice era de 4,1. A avaliação de 2010 indica que a qualidade do aterro onde o resíduo do município é disposto tem condição adequada, segundo a CETESB.

A média do volume de resíduo gerado em Caraguatatuba foi de 39,3t/dia em 2011, segundo dados do Inventário Estadual de Resíduos Sólidos.

Em 2010, foi gerado 100t/dia de resíduos no pico da temporada, segundo diagnóstico do Plano Municipal de Saneamento Básico. Esse dado ilustra a sobrecarga sobre os sistemas de saneamento geradas na alta temporada.

A coleta de resíduos sólidos é consorciada pela prefeitura para a empresa Tejofran, enquanto a destinação final fica por conta da empresa Anaconda.

O município não possui coleta seletiva ou programas de incentivo a reciclagem, o que aumenta a quantidade de resíduos exportados e os custos da prefeitura. A implantação da Coleta Seletiva é obrigatória, segundo a Política Nacional de Resíduos

Sólidos, e deverá ser instituída a partir da elaboração do Plano Municipal de Resíduos Sólidos, que deveria ter sido entregue em agosto de 2012.

Iniciativas fracassadas de criação de usinas e centros de tratamento de resíduos sólidos por empresas privadas tiveram como palco Caraguatatuba. Entre elas, destaca-se o projeto da Revita, discutido em 2009 e 2010, na região.

2.4.2.4.2 Ilhabela

Quadro 2.4.2.4.2-1. Informações sobre a origem de abastecimento de água em Ilhabela, em 2000 e 2010.

Abastecimento de água	% de domicílios em 2000	% de domicílios em 2010	Variação no período
Rede geral	73	80,87	0,108
Poço ou nascente	8	14,65	0,831
Outra forma	19,06	1,15	-0,940

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração Geo Brasilis.2012.

Quadro 2.4.2.4.2-2. Informações sobre esgotamento sanitária em Ilhabela, em 2000 e 2010.

Instalação Sanitária	% de domicílios em 2000	% de domicílios em 2010	Variação no período
Rede geral de esgoto	2,21	7,28	2,294
Fossa Séptica	60	28,86	-0,519
Fossa Rudimentar	35	61,25	0,750
Vala	1,25	0,74	-0,408
Rio, Lago ou Mar	0,36	0,42	0,167
Outras	0,07	0,19	1,714

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração Geo Brasilis.2012.

Quadro 2.4.2.4.2-3. Destinação de resíduos sólidos domiciliares em Ilhabela, em 2000 e 2010.

Coleta de Resíduos Sólidos(%)	% de domicílios em 2000	% de domicílios em 2010	Variação no período
Coletado	95	99,27	0,045

Coleta de Resíduos Sólidos(%)	% de domicílios em 2000	% de domicílios em 2010	Variação no período
Enterrado	3,86	-	-
Queimado	0,09	0,21	1,333
Jogado	0,64	0,03	-0,953
Outro	0,83	0,49	-0,410

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração Geo Brasilis.2012.

Grande parte da água do município de Ilhabela chega aos domicílios pela rede geral de abastecimento. Essa porcentagem cresceu mais de 15% de 2000 para 2010, juntamente com a porcentagem de água proveniente de poço ou nascente.

Atualmente, 83,9% do abastecimento de água é realizado pela Sabesp. Em dezembro de 2011, o total de ligações era de 10.966. Ilhabela também possui 14 comunidades sendo atendidas por sistemas isolados de abastecimento de água.

O que chama a atenção no município de Ilhabela é o grande percentual de esgoto destinado a fossas sépticas e rudimentares. No ano de 2000, cerca de 60% do esgoto do município era escoado para fossas sépticas e 35% para fossas rudimentares. Essa relação inverteu-se no ano de 2010, com mais de 60% do esgoto destinado a fossas rudimentares e cerca de 28% a fossas sépticas. A rede geral de esgoto, de responsabilidade da Sabesp, é responsável por menos de 10% da instalação sanitária municipal.

O número de ligações na rede coletora de esgoto aumentou de 624, em 2009, para 1.946 em 2011.Ainda assim, o grande número de fossas rudimentares e a ausência de estação de tratamento para o esgoto coletado na rede, mostra que o maior problema de infraestrutura na Ilhabela advém da falta de esgotamento sanitário, que impacta diretamente na balneabilidade das praias e na saúde dos moradores, segundo o Inventário Estadual de Resíduos Sólidos. Todo o esgoto coletado é encaminhado a uma estação de Pré-Condicionamento, porém não existe Estação de Tratamento de Esgoto no município.

A média de resíduo sólido gerado em Ilhabela, em 2011, foi de 11,4t/dia, porém, no período de pico da temporada foram gerados em 2010 de 20t a 30t dia, segundo o Plano Municipal de Saneamento Básico de Ilhabela.

A coleta de resíduos sólidos cobre quase todo o município, mais de 99%, porém o resíduo passa por um transbordo e segue para o aterro sanitário de Tremembé, percorrendo, em média,133km até seu destino final. Os gastos da administração pública com os resíduos sólidos são altos, e a prefeitura não encontra outra solução, já que não existe aterro sanitário na região e não há sucesso na articulação para uma solução em conjunto com os outros municípios da região.

Segundo o IQR, o Aterro Sanitário de Tremembé tem nota 10 e tem condição adequada para operação.

A coleta de resíduos sólidos é de responsabilidade prefeitura. Ilhabela começa a se movimentar para organização de coleta seletiva organizada. O fato da municipalidade já estar promovendo coleta seletiva e direcionando o seu produto a um centro de triagem, representa um largo passo para a melhora das condições referentes aos resíduos sólidos no município, que não dispõe de Plano Municipal de Resíduos Sólidos.

2.4.2.4.3 São Sebastião

Quadro 2.4.2.4.3-1. Informações sobre a origem do abastecimento de água em São Sebastião, em 2000 e 2010.

Abastecimento de água	% de domicílios em 2000	% de domicílios em 2010	Variação no período
Rede geral	70	69,97	0
Poço ou nascente	21	25,42	0,210
Outra forma	8,36	0,19	-0,977

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração Geo Brasilis.2012.

Quadro 2.4.2.4.3-2. Informações sobre esgotamento sanitário em São Sebastião, em 2000 e 2010.

Instalação Sanitária	% de domicílios em 2000	% de domicílios em 2010	Variação no período
Rede geral de esgoto	36	75,69	1,103
Fossa Séptica	43	30,55	-0,290
Fossa Rudimentar	16	14,18	-0,114
Vala	3,06	1,76	-0,425
Rio, Lago ou Mar	0	0,39	0,390
Outras	0	0,22	0,220

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração Geo Brasilis.2012.

Quadro 2.4.2.4.3-3 Destinação de resíduos sólidos domiciliares em São Sebastião, em 2000 e 2010.

Coleta de Resíduo Sólido	% de domicílios em 2000	% de domicílios em 2010	Variação no período
Coletado	98	99,66	0,017
Enterrado	1,32	0,01	-0,992
Queimado	0,08	0,20	1,500
Jogado	0,29	0,04	-0,862
Outro	0,11	0,08	-0,273

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração Geo Brasilis.2012.

O município de São Sebastião apresenta a menor porcentagem de abastecimento de água pela rede pública entre os municípios do Litoral Norte. Somado a isso, houve pequeno decréscimo nessa porcentagem no ano de 2010 e aumento no percentual de água proveniente de poço ou nascente, de 21% para 25%.

Todo o abastecimento de água ligado à rede geral é realizado pela Sabesp, sendo 21.940 ligações.

As instalações sanitárias do município eram, em 2000, majoritariamente de fossas sépticas seguidas da rede geral de esgoto, invertendo-se em 2010 para mais de 50% do esgoto escoado pela rede geral, cerca de 30% destinados a fossas sépticas e 14% a fossas rudimentares.

De todos os municípios do Litoral Norte, São Sebastião foi o que mais aumentou o número de ligações na rede de esgoto 39,69%, seguido de Caraguatatuba, Ilhabela e Ubatuba.

Segundo dado da Sabesp, em 2009, São Sebastião possuía 77% dos habitantes atendidos pela rede de esgotamento sanitário.

O resíduo sólido domiciliar gerado no município é praticamente todo coletado, mais de 99%. São em média 29,2t/dia, que se deslocam até Tremembé a aproximadamente 151km de distância para seu destino final no aterro sanitário controlado da Resicontrol Soluções Ambientais. Assim como nos outros municípios, o gasto da administração pública com os resíduos sólidos é significativo no orçamento.

A coleta do resíduo sólido em São Sebastião é realizada pela empresa Ecopav Soluções Urbanas que garante em seu material institucional ter a logística adequada para atender a demanda durante a temporada, onde a população passa de 73 mil para 1 milhão de pessoas.

A coleta seletiva contribuiria para a redução dos resíduos sólidos e consequentemente para diminuição dos gastos públicos com os resíduos, porém, não foram encontrados programas relativos a coleta seletiva no município, que também não dispõe de Plano Municipal de Resíduos Sólidos.

2.4.2.4.4 Ubatuba

Quadro 2.4.2.4.4-1. Informações sobre a origem do abastecimento de água em Ubatuba, em 2000 e 2010.

Abastecimento de água	% de domicílios em 2000	% de domicílios em 2010	Variação no período
Rede geral	72,55	73,34	0,011
Poço ou nascente	8	18	1,250
Outra forma	19	8,02	-0,578

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração Geo Brasilis.2012.

Quadro 2.4.2.4.4-2. Informações sobre esgotamento sanitário em Ubatuba, em 2000 e 2010.

Instalação Sanitária	% de domicílios em 2000	% de domicílios em 2010	Variação no período
Rede geral de esgoto	21	26,94	0,283
Fossa Séptica	52	35,66	-0,314
Fossa Rudimentar	24	34,46	0,436
Vala	0,38	0,42	0,105
Rio, Lago ou Mar	1,13	1,65	0,460
Outras	0,16	0,14	-0,125

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração Geo Brasilis.2012.

Quadro 2.4.2.4.4-3. Destinação de resíduos sólidos domiciliares em Ubatuba, em 2000 e 2010.

Coleta de Resíduos Sólidos	% de domicílios em 2000	% de domicílios em 2010	Variação no período
Coletado	97	99,62	0,027
Enterrado	1,78	0,04	-0,978
Queimado	0,27	0,24	-0,111
Jogado	0,12	0,02	-0,833
Outro	0,44	0,08	-0,818

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração Geo Brasilis.2012.

No município de Ubatuba, a rede geral de abastecimento de água não representou aumento no percentual de domicílios atendidos, de 2000 para 2010. O aumento significativo foi na porcentagem de água proveniente de poço ou nascente, cerca de 10%.

Atualmente, são 28.031 ligações na rede de abastecimento e 64 núcleos habitacionais atendidos por sistemas isolados.

A rede pública de esgoto também não possui grande representatividade no aspecto geral das instalações sanitárias, pouco mais de 25%. O esgoto destinado a fossas sépticas e rudimentares representa quase 70% do total. O que chama a atenção é que de 2000 para 2010 houve aumento de cerca de 10% no esgoto escoado para fossas rudimentares, com diminuição do escoamento para fossas sépticas, que são menos impactantes em termos ambientais.

A falta de investimentos na rede de esgoto pode gerar impacto direto na balneabilidade das praias e na situação de saúde da população.

Tanto a rede de abastecimento quanto a de esgotamento sanitário são de responsabilidade da Sabesp.

A coleta e a destinação de resíduos sólidos são consorciadas pela prefeitura para empresa terceirizada. Quase a totalidade do lixo do município é coletada, mais de 99,5%. Esse montante é em média de 31,1t/dia passando a 318t/dia na temporada.

Ubatuba possui triagem e reciclagem de resíduos sólidos.

No município, é realizado um transbordo e o resíduo é destinado para o aterro sanitário Resicontrol em Tremembé, percorrendo 112 km. O aterro Resicontrol tem IQR 10 segundo a CETESB e tem condição adequada para operar.

Segundo o Plano Municipal de Saneamento Básico, Ubatuba é o município que produz a maior quantidade de resíduos sólidos domiciliares durante a alta temporada.

2.4.2.5 Balneabilidade

A precariedade de infraestrutura impacta diretamente na qualidade das águas e na balneabilidade das praias, sendo assim esse diagnóstico considera que o tópico balneabilidade está ligado a infraestrutura de saneamento básico.

O intenso processo de urbanização tem comprometido as condições de balneabilidade das praias, em função da contaminação proveniente de efluentes líquidos, uma vez que não existe sistema de tratamento de esgoto adequado nos municípios.

Balneabilidade é a capacidade que um local tem de possibilitar banho e atividades esportivas nas águas, sem risco à saúde dos usuários.

O parâmetro indicador básico para a classificação das praias quanto a sua balneabilidade, em termos sanitários, é a densidade de coliformes fecais, o que se relaciona diretamente com a poluição por esgotos.

Para monitorar a concentração de coliformes fecais nas praias do Litoral Norte, a CETESB desenvolveu uma sistemática composta por: rede de coleta de amostras de água por praia, em locais definidos, onde são realizadas amostragens semanais. Os resultados, para cada praia, as classificam em própria ou imprópria para banho.

A classificação como impropria não é definitiva.Como muitos fatores contribuem para a poluição das praias, é possível que a situação mude de uma semana para outra.

Sistemas de coleta e despejo de esgoto e córregos e emissores que desaguam no mar são fontes poluidoras da orla marítima. Outro elemento da poluição é o aumento do número de visitantes nas cidades do Litoral Norte durante a temporada, que faz com que a quantidade de esgotos lançados ao mar aumente bruscamente.

As chuvas, que também são frequentes no verão, contribuem ainda mais para colocar as praias na lista de improprias para banho, em função do arraste de resíduos acumulados.

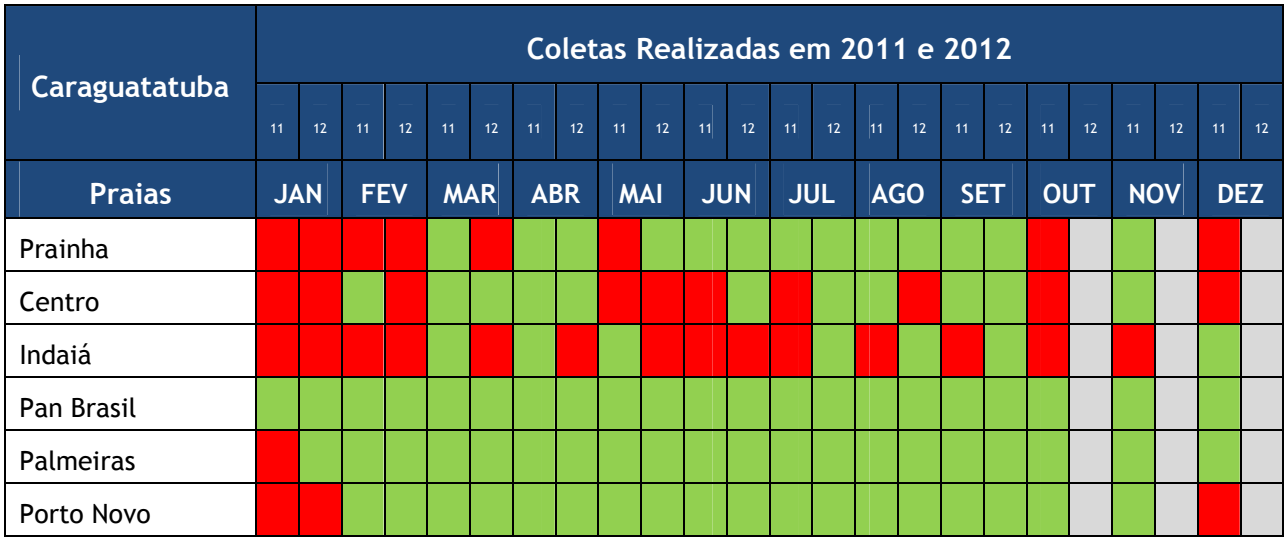
As doenças relacionadas ao banho, em geral, não são graves, como gastroenterite e amebíase. Mas em locais muito contaminados os banhistas podem estar sujeitos a doenças mais graves, como a Hepatite A.

A não recomendação de banhos em praias impróprias, afasta o turista e a movimentação econômica. Além disso, a biodiversidade marinha acaba comprometida.

A CETESB realiza coletas para análises semanais, cujo resumo de resultados de 2011 e 2012 estão a seguir:

Quadro 2.4.2.5-1. Balneabilidade das praias de Caraguatatuba em 2011 e 2012.

Caraguatatuba	Coletas Realizadas em 2011 e 2012																							
	11	12	11	12	11	12	11	12	11	12	11	12	11	12	11	12	11	12	11	12	11	12	11	12
Praias	JAN		FEV		MAR		ABR		MAI		JUN		JUL		AGO		SET		OUT		NOV		DEZ	
Tabatinga																								
Tabatinga CG																								
Mocóca																								
Cocanha																								
MassaguaçuR.MC																								
Massaguaçu																								
Capricórnio																								
Lagoa Azul																								
Martim de Sá																								



Fonte: CETESB. Elaboração Geo Brasilis.2012.

Praias impróprias | Praias próprias | Coletas não realizadas

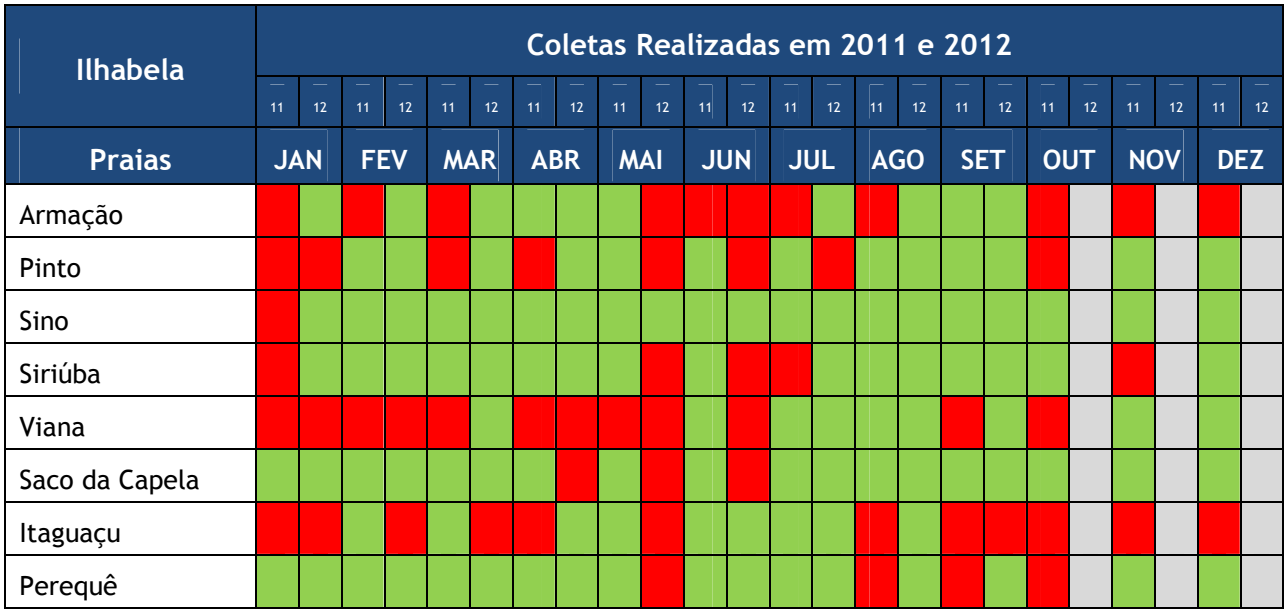
As praias assinaladas como impróprias, no quadro acima, tiveram uma ou mais coletas com essa classificação, no mês.

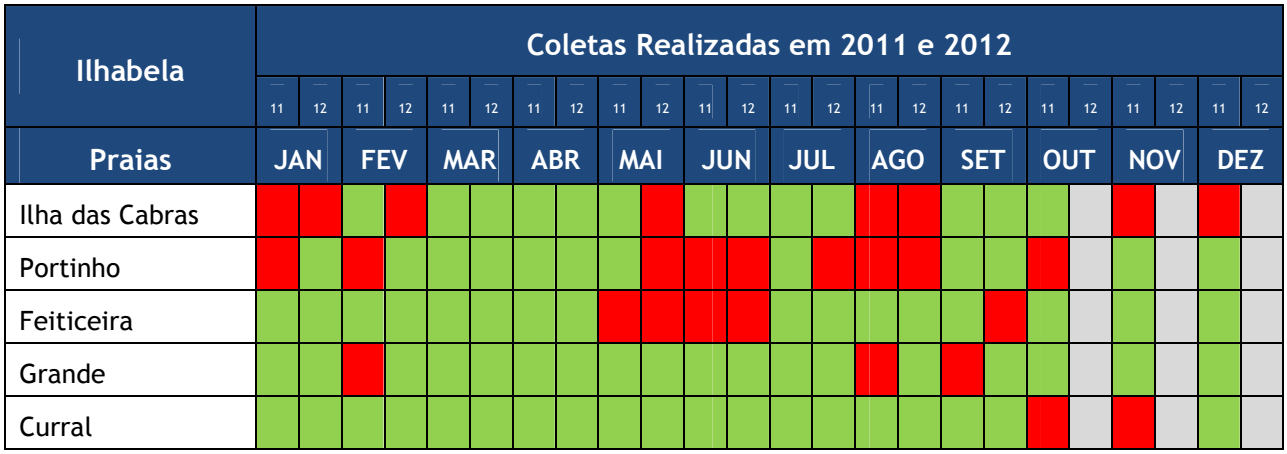
Em Caraguatatuba, as praias mais comprometidas quanto à balneabilidade foram as da Tabatinga, Prainha, Centro e Indaiá, todas localizadas próximas a áreas com ocupação urbana.

Das 15 praias analisadas, 6 estiveram próprias o ano todo.

Os meses de janeiro de fevereiro são os que possuem maior número de praias impróprias, devido a sobrecarga dos sistemas de saneamento básico por conta da população flutuante e ao aumento das chuvas.

Quadro 2.4.2.5-2. Balneabilidade das praias de Ilhabela em 2011 e 2012.





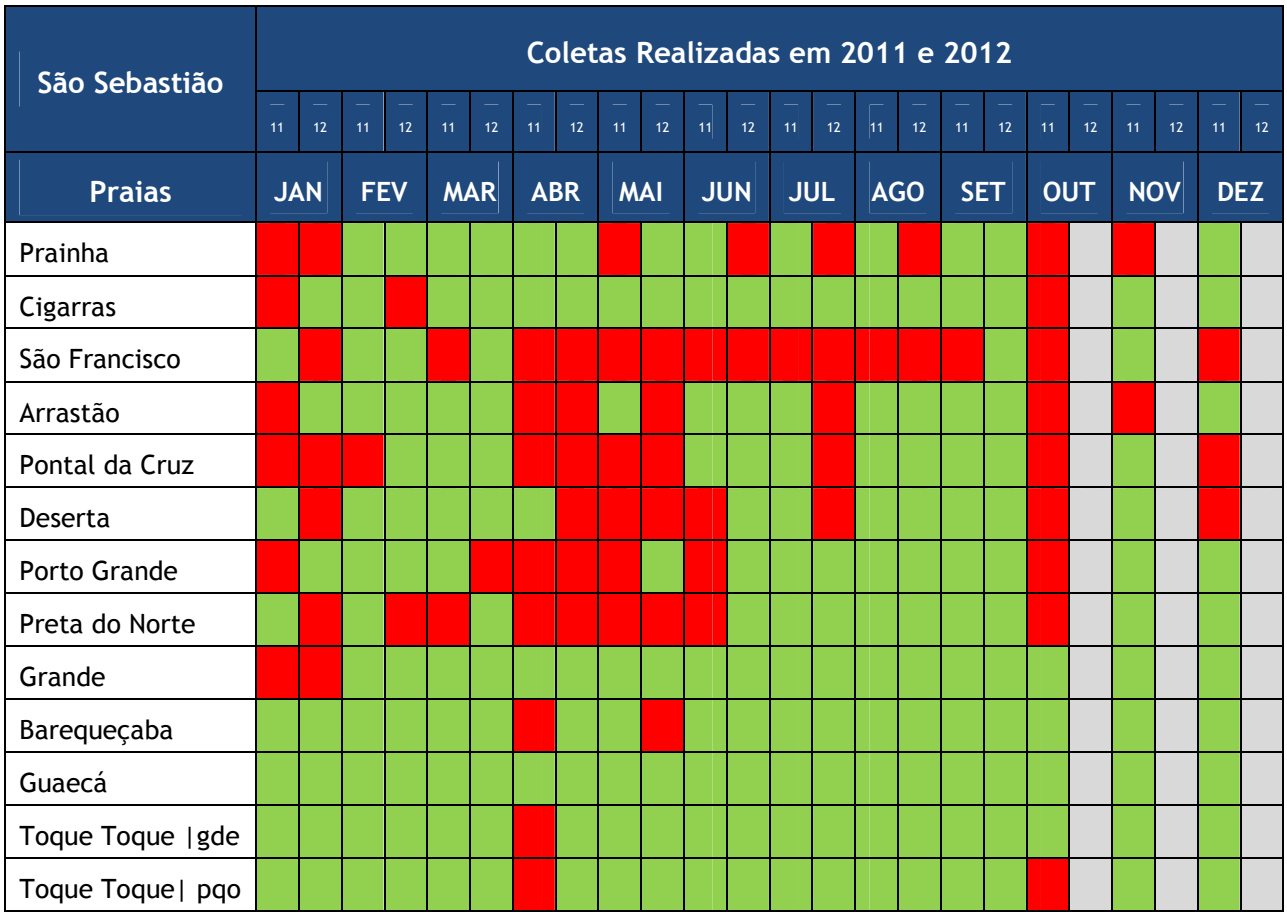
Fonte: CETESB. Elaboração Geo Brasilis.2012.

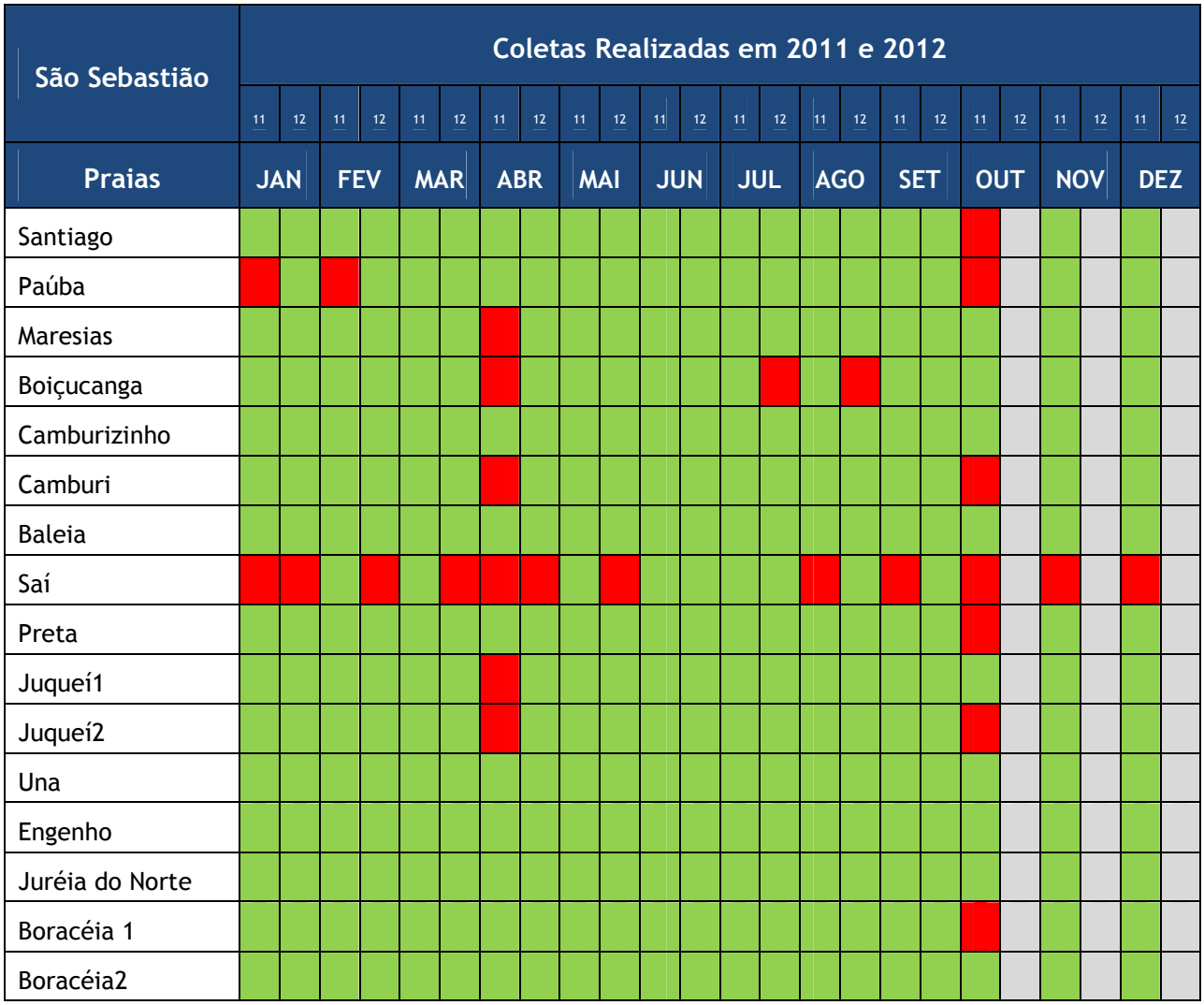
Praias impróprias | Praias próprias | Coletas não realizadas

Em Ilhabela, o mês de janeiro de 2012 reduziu em 50% o número de praias impróprias, em relação a 2011. Já em maio do mesmo ano o número de praias improprias aumentou significativamente quando comparado ao ano anterior.

A praia do Curral é a praia com melhor qualidade da água e a Viana com pior.

Quadro 2.4.2.5-3. Balneabilidade das praias de São Sebastião em 2011 e 2012.





Fonte: CETESB. Elaboração Geo Brasilis.2012.

O município de São Sebastião conta com 47 praias, abrangendo33 km de extensão, além de ilhas e ilhotas. As praias localizadas na costa norte são mais poluídas do que as da costa sul, apresentando problemas de balneabilidade, decorrentes do processo de urbanização e da expansão turística.

O número maior de praias improprias em São Sebastião ocorreu em abril de 2011. Em outubro do mesmo ano, várias praias foram classificadas como impróprias. A coleta que identificou essa condição foi realizada no dia 13, logo após um feriado nacional que movimenta significantemente o número de visitantes na região.

Em 2012 até setembro a houveram mais praias próprias para o banho.

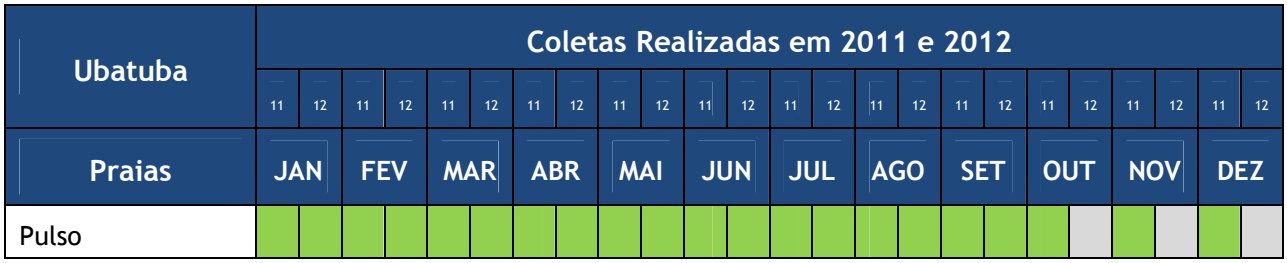
A maior orla marítima do Litoral Norte pertence a Ubatuba, com 78 praias , algumas delas em más condições de balneabilidade, numa extensão de 53 km, incluindo também várias ilhas. A ausência de redes de saneamento na maior parte urbanizada

da região transfere esgotos in natura ao sistema fluvial, que os drena para o oceano, exatamente nos locais de maior balneabilidade.

As praias mais comprometidas são as do São Francisco e do Saí, classificadas como impróprias na maior parte do ano.

Quadro 2.4.2.5-4. Balneabilidade das praias de Ubatuba em 2011 e 2012.

Ubatuba	Coletas Realizadas em 2011 e 2012																							
	11	12	11	12	11	12	11	12	11	12	11	12	11	12	11	12	11	12	11	12	11	12	11	12
Praias	JAN		FEV		MAR		ABR		MAI		JUN		JUL		AGO		SET		OUT		NOV		DEZ	
Picinguaba																								
Prumirim																								
Félix																								
Itamambuca																								
Rio Itamambuca																								
Vermelha do Norte																								
Perequê Açu																								
Iperoig																								
Itaguá1																								
Itaguá2																								
Tenório																								
Vermelha																								
Grande																								
Toninhas																								
Enseada																								
Santa Rita																								
Perequê Mirim																								
Sununga																								
Lazaro																								
Domingas Dias																								
Dura																								
Lagoinha 1																								
Lagoinha 2																								
Sapé																								
Maranduba																								



Fonte: CETESB. Elaboração Geo Brasilis.2012.

Praias impróprias | Praias próprias | Coletas não realizadas

Em Ubatuba, as praias com mais problemas relativos a balneabilidade são o Iperoig, Itaguá e Perequê Mirim, todas as praias estão próximas ao centro urbano. Iperoig e Itaguá são praias que geralmente não possuem banhistas.

No mês de setembro de 2012, Ubatuba teve todas as praias analisadas próprias para banho. De 24 praias analisadas, 9 apresentaram meses com água imprópria.

De modo geral, percebe-se pelos quadros acima que no mês de janeiro de 2011 é quando os municípios têm mais praias impróprias para uso, que está ligado ao aumento da população flutuante e ao maior índice pluviométrico.

Em 2012,o número de praias impróprias caiu em todos os municípios do Litoral Norte. Tomando como referencia o mês de janeiro tem-se que Ilhabela diminuiu o número de amostragens impróprias em 15%.

A melhora significativa na balneabilidade das praias em 2012 é compatível com o verão menos chuvoso que ocorreu nesse ano e com as melhorias em infraestrutura.

No entanto, o lançamento de volumes consideráveis de esgoto doméstico sem tratamento, direta ou indiretamente, no mar, compromete a qualidade das águas nas praias. A rápida ocupação do solo, aliada à ausência de planejamento, tem ocasionado sérios problemas de poluição por esgotos sanitários em praias do Litoral Norte, resultantes de sistemas domiciliares inadequados, como o lançamento de esgoto “in natura”, fossas negras e sépticas.

2.4.3 Mobilidade e transporte

O Litoral Norte de São Paulo tem como principais acessos as rodovias SP 125 – Rodovia Osvaldo Cruz, Rodovia , SP 99 – Rodovia Tamoios e SP 98 – Mogi Bertioga, que fazem sua ligação com o planalto do Estado.

Entre os municípios da região o único acesso é realizado pela SP 55, conhecida como Rio-Santos, que tem papeis sobrepostos quando passa por dentro dos centros urbanos.

Quanto aos modais de transporte individual, o mais usado na região são os automóveis, que tem aumentado nos últimos anos, seguindo uma tendência nacional. Vale destacar que o uso de bicicletas em todos os municípios tem grande

representatividade e que os investimentos para facilitar a locomoção com esse modal devem ser sempre estimulados.

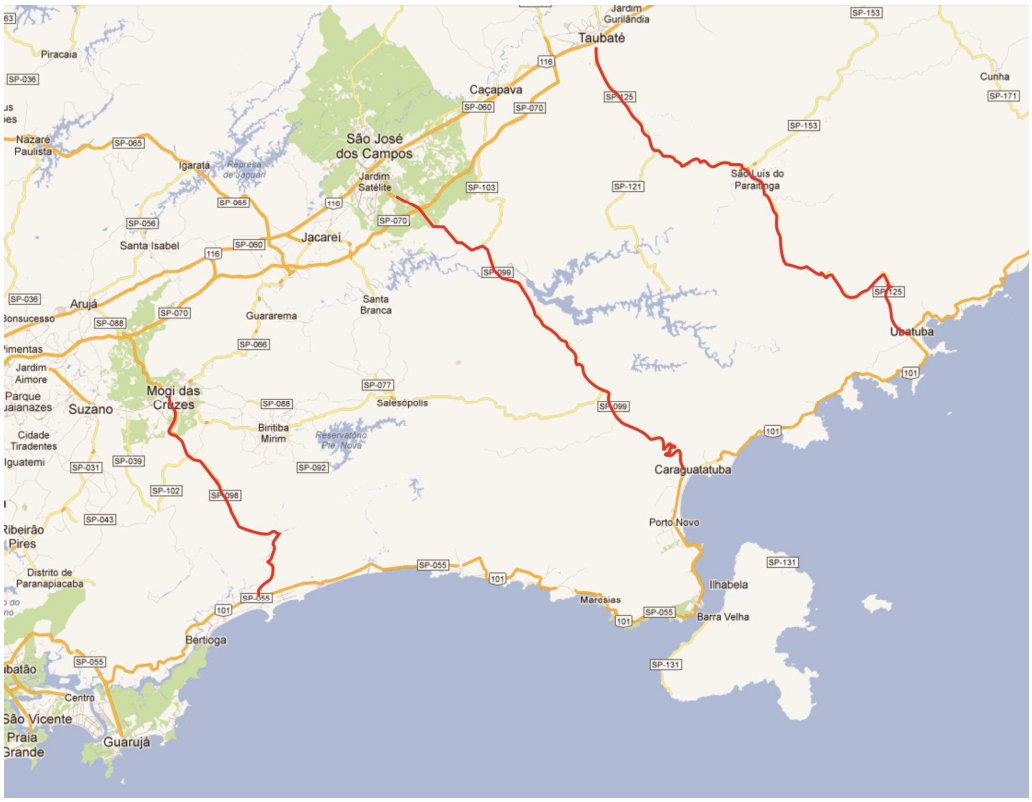
Os municípios carecem de ferrovias como alternativa para o transporte de carga que é intenso na região devido às movimentações do Porto de São Sebastião.

É importante enfatizar que os investimentos anunciados pelo Governo do Estado para o setor alteram a dinâmica de mobilidade e transporte na região e são determinantes para compreensão das transformações no território.

2.4.3.1. Acessos

Os principais acessos do planalto ao Litoral Norte de São Paulo se dão pela Rodovia Oswaldo Cruz (SP 125), ligando Taubaté a Ubatuba, Rodovia dos Tamoios (SP 99), ligando São José dos Campos a Caraguatatuba ou pela Rodovia Dom Paulo Rolim (SP 98) que liga Mogi das Cruzes a Bertioga e oferece acesso fácil à costa sul de São Sebastião.

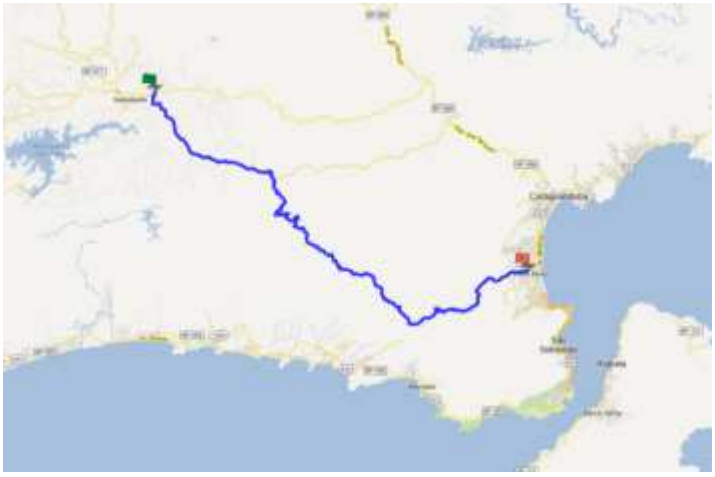
Figura 2.4.3.1-1. Acessos ao Litoral Norte de SP.



Fonte: GoogleMaps. Elaborado por Geo Brasilis. 2012.

Outra opção de acesso do planalto ao Litoral Norte é a estrada que liga Salesópolis a Caraguatatuba, que não é pavimentada e se localiza dentro do Parque Estadual da Serra do Mar. Existem projetos para que essa estrada se transforme em uma Estrada Parque e atraia mais turistas. No entanto, atualmente, seu uso é praticamente restrito à Petrobrás que a utiliza para realizar manutenção em dutos que margeiam a sua extensão e aos funcionários do PESM.

Figura 2.4.3.1-2. Acesso não pavimentado ao Litoral Norte de SP.



Fonte: GoogleMaps. Elaborado por Geo Brasilis. 2012.

Como acesso entre os municípios do Litoral Norte, tem-se unicamente a rodovia SP 55, conhecida como Rio – Santos, cuja denominação oficial é Rodovia Manoel Hyppolito Rego. A rodovia tem pista simples e não possui acostamento em alguns trechos de serra.

Nos municípios de Caraguatatuba e São Sebastião, a SP 55 além de receber todo o fluxo da rodovia e tem a função adicional de via arterial que acolhe o transito local, pois ela cruza os municípios por toda a extensão passando dentro de seus centros urbanos. Além disso, a rodovia assume também a função de corredor de comércios e serviços.

A rodovia SP 131 que cruza a face oeste do município de Ilhabela recebe a mesma sobreposição de papéis que a rodovia SP 55, no entanto em menor escala.

A sobreposição de papéis das rodovias implica em conflitos nos centros urbanos com acumulo de carros circulando sobre o mesmo espaço, gerando dificuldade na travessia de pedestres e estacionamento, falta de local apropriado para ciclistas e pedestres e grande risco de acidentes.

Figura 2.4.3.1-3. Rodovia SP 55.

Fonte: GoogleMaps. Elaborado por Geo Brasilis. 2012.

Figura 2.4.3.1-4. Rodovia SP 131

Fonte: GoogleMaps. Elaborado por Geo Brasilis. 2012.

No município de Ubatuba, a rodovia SP 55, diferente dos outros municípios, se afasta do centro urbano e as avenidas que margeiam o oceano nos bairros de Iperoig e Itaguá assumem o papel de corredor comercial e de serviços. Nesta localidade, a rodovia claramente divide o território, de um lado o oceano, o centro urbano e as

construções de alto padrão e de outro nos chamados sertões estão os bairros com população de baixa renda, ocupações irregulares, precárias e sem infraestrutura.

Nas rodovias do Litoral Norte, existe sobre carga em alguns períodos do ano devido à sazonalidade de turistas que frequentam a região. Fora esses períodos, as rodovias suportam o tráfego, havendo apenas eventuais congestionamentos nas áreas em que cruzam as áreas mais adensadas ou que sediam empreendimentos geradores de tráfego.

O acesso entre os municípios de São Sebastião e Ilhabela é realizado através de balsa, operada pela DERSA (Sociedade de economia mista, comandada pelo Governo de SP), sendo esse o único acesso ao município insular de Ilhabela.

A balsa funciona 24h por dia, contem capacidade para aproximadamente 70 veículos de passeio, além de transportar pedestres, ciclistas e cargas.

Os valores para travessia variam entre os diferentes meios de transporte. No caso dos automóveis o valor é de R$14,10 nos dias de semana e de R$ 21,20 nos fins de semana, para pedestres a travessia não é cobrada.

Para o município de Ilhabela, a balsa acarreta função social e logística, sendo o único acesso tanto dos moradores e turistas quanto das cargas que chegam ao município. O acúmulo de funções sobre um único meio de transporte e sua condição insular fazem com que Ilhabela tenha uma capacidade de suporte reduzida ao aumento de população.

A balsa é um gargalo de acesso ao município e sofre sobrecarga na temporada turística. Nestes períodos, muitos turistas optam por outros destinos na região sabendo da dificuldade e demora do acesso a Ilhabela.

No projeto PIPC (Plano Integrado Porto Cidade), que está em fase de licenciamento, é previsto o reposicionamento da balsa. Segundo o Estudo de Impacto Ambiental a intenção é melhorar as condições de operação, tanto para seus usuários quanto para as embarcações, sem comprometer a expansão da capacidade do Porto de São Sebastião.

2.4.3.2. Modais de transporte

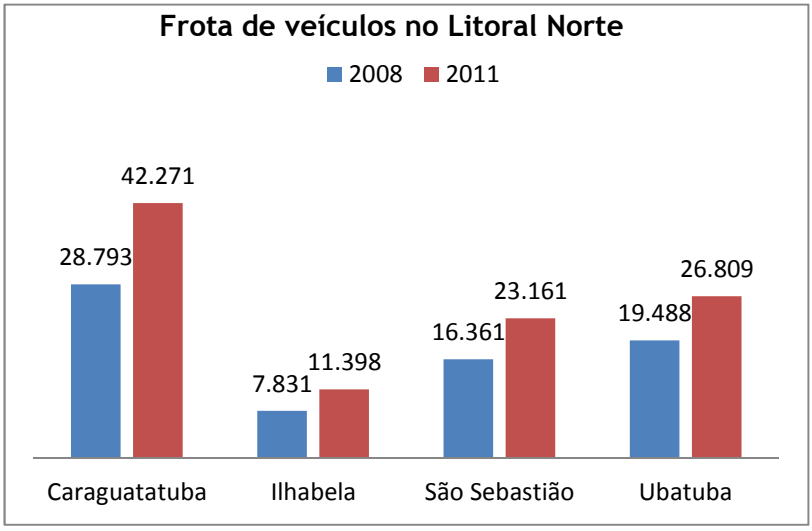
2.4.3.2.1. Modal Rodoviário

O modal de transporte mais utilizado no Litoral Norte é o rodoviário, que segundo dados da Função Seade no período de 2008 a 2011, foi impactado pelo aumento de 43% no número de veículos automotores na região.

O aumento segue uma tendência nacional que ocorre em razão da conjuntura econômica do país, caracterizada por estabilidade financeira, políticas de redução de impostos e maior facilidade de financiamentos, principalmente para a compra de veículos.

Este modal será altamente impactado pelo aumento da capacidade da Rodovia Tamoios e pela expansão do Porto de São Sebastião, cujas cargas devem checar por dutovias ou caminhões.

Figura 2.4.3.2.1. Gráfico com número de veículos em 2008 e 2011 nos municípios do Litoral Norte de São Paulo.



Fonte: Dados Seade. Elaborado por Geo Brasilis, 2012.

2.4.3.2.2. Modal Cicloviário

As bicicletas são um meio de transporte muito usado no Litoral Norte, tanto pela população para atividades rotineiras quanto para lazer e turismo. O modal é favorecido pelo seu baixo custo, bem como pela topografia amigável.

A bicicleta é uma alternativa sustentável para o congestionamento das vias causado pelo aumento de veículos na região.

Os municípios possuem ciclovias em alguns trechos de suas vias. Ubatuba e Caraguatatuba passaram por reformas recentes acrescentando ciclovias em suas avenidas que margeiam o oceano nos centros urbanos.

Diversas áreas dispõem de ciclofaixas. No entanto, é sempre pertinente que os investimentos e ciclovias sejam permanentes, para gerar qualidade e segurança aos ciclistas e estimular o uso da bicicleta.

2.4.3.2.3. Transporte Hidroviário

O transporte hidroviário é usado no Litoral Norte em três frentes, uma relacionada ao lazer e a esportes náuticos e a outra ligada ao ofício dos pescadores e uma terceira como atividade econômica de transporte de cargas e pessoas, no Porto de São Sebastião e no Tebar.

Segundo informações da Associação Náutica do Litoral Norte, em 2010, a região possuía 104 marinas, com capacidade média de 88 vagas. Conforme essa mesma

pesquisa, o setor náutico na região se encontra em ascensão e as marinas têm dificuldades em ampliar suas instalações devido à legislação vigente sobre as áreas costeiras.

O transporte hidroviário também está ligado aos pescadores, esses usam barcos e canoas para realização de seus ofícios rotineiros.

O crescimento das marinas e turismo de pesca e esportes náuticos, a pesca artesanal e o crescimento da atividade portuária são fatores de pressão sobre o uso no espaço marinho, que tem sido cada vez mais sede de conflitos na região e cujo ordenamento é um dos desafios a serem enfrentados no futuro.

2.4.3.2.4. Transporte Ferroviário

Os municípios da região carecem de ferrovias. A linha férrea mais próxima dos municípios do Litoral Norte passa no Vale do Paraíba, ligando o Rio de Janeiro a São Paulo.

A ferrovia é uma solução para transportes de cargas, além de poder agregar passageiros, deixando-a com um viés turístico.

No cenário atual do Litoral Norte, onde a vocação para serviços e logística vem se concretizando, uma ferrovia desaforgaria o tráfego regional nas vias existentes, escoaria as cargas com maior agilidade e poluiria menos o meio ambiente.

No entanto, deve-se considerar a dificuldade para realização de obras nesse sentido devido à topografia acentuada da Serra do Mar e a necessidade de transposição de Unidades de Conservação.

2.4.3.2.5. Transporte coletivo

2.4.3.2.5.1. Regional

O transporte coletivo regional é realizado pela empresa Litorânea, que tem ônibus sando de São Paulo e do Vale do Paraíba com destino à Caraguatatuba, São Sebastião e Ubatuba.

A viação São José também realiza viagens diárias à Ubatuba partindo de Taubaté.

Quadro 2.4.3.2.5.1-1. Transporte coletivo regional.

Viação	Origem x destino	Saídas	Duração aproximada
Litorânea	São Paulo X Caraguatatua	16 saídas por dia	2h30m
Litorânea	São Paulo X São Sebastião	13 saídas por dia	3h30m
Litorânea	São Paulo X Ubatuba	8saídas por dia	4h00m
São José	Taubaté X Ubatuba	3saídas por dia	2h30m

Fonte: www.litoranea.com.bre www.ubatubatur.com.br. 2012. Elaboração: Geo Brasilis. 2012.

Das cidades da região, Caraguatatuba é a mais acessível de transporte público, facilitada pelo fato do município estar localizado geograficamente no centro do Litoral Norte e possuir a rodovia Tamoios chegando ao município. Além disso, de Caraguatatuba é possível tomar ônibus intermunicipais que fazem a ligação entre os municípios do Litoral Norte.

2.4.3.2.5.2. Urbano

Cada município do Litoral Norte possui uma concessão no que se refere ao transporte público, informações que serão organizadas por município.

Segundo dados do IBGE, nenhum município do Litoral Norte possui veículos em operação no serviço de lotação regularizado.

2.4.3.2.5.2.1. Caraguatatuba

O Terminal Rodoviário, em Caraguatatuba, está localizado na Rua São Benedito e abriga ônibus municipais e intermunicipais.

Suas linhas urbanas são realizadas pela empresa Praiamar Transportes, que disponibiliza as seguintes linhas: Tinga, Gaivotas, Golfinho, Pegoreli, Jaraguá, Vapapesca, Divisa Sul, Martin de Sá, Tabatinga, Rio do Ouro, Canta Galo, Getuba, Massaguaçu via olaria e Rio Claro.

2.4.3.2.5.2.2. Ilhabela

Ilhabela não possui uma rodoviária e seus ônibus partem de uma área chamada Barra, próxima ao ponto de chegada da balsa.

O transporte urbano na localidade é realizado pela empresa Auto Viação e Turismo Ilhabela Ltda., que possui as seguintes linhas: Via Água Branca, Via Reino, Via Armação, Via Gleba, Via Tesouro da colina, Via Itaquanduba, Via Direto, Via Sul.

Os horários de funcionamento vão de 5h30 a1h10.

2.4.3.2.5.2.3. São Sebastião

Em São Sebastião o Terminal Rodoviário abriga ônibus municipais e intermunicipais, estando localizado na Av. Dr. Engenheiro Remo.

Atualmente, o terminal passa por reforma, por isso os ônibus foram desviados e o ponto de chegada e partida usado é na Alameda São Sebastião, na saída da balsa para Ilhabela.

O transporte urbano é realizado pela empresa Ecobuse conta com as seguintes rotas: Topolândia X Centro, Topo X Canto do Mar, Guaecá X Morro do Abrigo, Enseada X Barequeçaba, Cidade X Boracéia, Cascalho X Boracéia, Cascalho X Cambury.

2.4.3.2.5.2.4. Ubatuba

Em Ubatuba, o transporte público municipal é realizado pela empresa Expresso Verde Bus.

Seus ônibus têm como ponto de partida o terminal rodoviário municipal, localizado na Rua Conceição e funcionam das 4h30 às 00h00.

Os ônibus municipais abrangem a costa norte e sul de Ubatuba e tem saídas do terminal para os seguintes bairros: Almada, Bela Vista, Camburi, Casanga, Corcovado, Fortaleza, Horto, Ipiranguinha, Maranduba, Monte Valério, Perequê Mirim, Picinguaba, Puruba, Rio Escuro/Horto/Lazaro, Sesmaria, Tabatinga, Taquaral e Ubatumirim.

2.4.3.2.6. Porto de São Sebastião

O Porto de São Sebastião é administrado pela Companhia Docas de São Sebastião, empresa vinculada à Secretaria de Estado de Transportes de São Paulo.

É de delegação federal ao Governo do Estado de São Paulo, sendo, portanto, um porto público. O porto é constituído por um terminal de cargas comerciais e um terminal privativo da Petrobrás (TEBAR).

Os principais produtos de importação são: barrilha, sulfato de sódio, malte, cevada, trigo, produtos siderúrgicos, maquinas e equipamentos, bobinas de fio de aço. Na exportação destacam-se: veículos, peças, máquinas e equipamentos e produtos siderúrgicos.

Já no Terminal privativo da Petrobrás os produtos mais movimentados são: petróleo, nafta e óleo combustível.

Figura 2.4.3.2.6-1 Foto aérea do Porto de São Sebastião.

Fonte: www.portodesaosebastiao.com.br. 2012.

A configuração natural do canal de São Sebastião, onde o Porto se insere, faz com que a região seja uma das áreas portuárias mais promissoras do mundo, em função, principalmente, da sua hidrodinâmica que favorece o escoamento dos sedimentos para fora do canal.

O Porto tem grande representatividade nacionalmente, e traz a região uma vocação logística que toma grande proporção quando somada aos investimentos da Petrobrás.

Essa vocação será potencializada com sua ampliação, através de obras de grande porte e aumento significativo em sua capacidade de operação. Todavia, os impactos ambientais dessa expansão ainda estão em discussão.

2.4.3.2.6.1. Cabotagem

A cabotagem, navegação entre portos marítimos do país, teve aumento significativo no terminal de cargas do Porto de São Sebastião a partir de 2010, devido à movimentação de peças destinadas a construção de dutos em alto mar do Projeto Mexilhão (Petrobrás).
Já no terminal privativo da Petrobrás TEBAR a maior parte da movimentação é realizada por cabotagem.

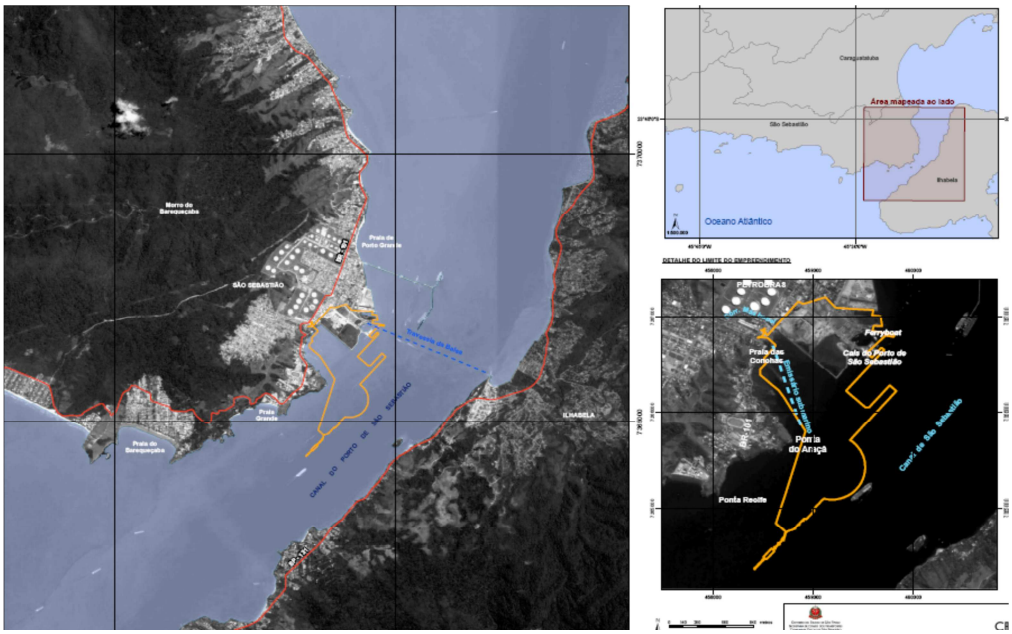
Segundo a Secretaria de Transporte e Logística, com a integração operacional prevista para os Portos de Santos e de São Sebastião, no futuro a movimentação de cargas por cabotagem deve passar por forte impulso em função da redução dos custos portuários e da melhoria de sua eficiência operacional.

2.4.3.2.6.2. PIPC – Plano Integrado Porto Cidade

O Porto de São Sebastião passa por fase de licenciamento do projeto PIPC, com investimento aproximado de R$ 2,5 bilhões. Estão previstos obras de ampliação da capacidade portuária, áreas de apoio e sua integração com a cidade.

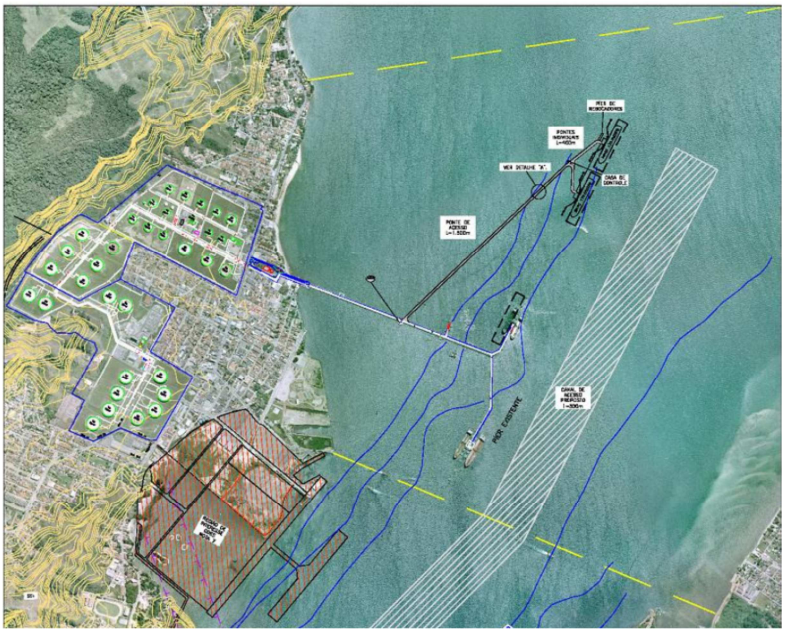
O projeto permitirá a acostagem de navios que só podem operar em locais com grande profundidade, fazendo do Porto de São Sebastião o único no estado de São Paulo a receber navios nesta dimensão.

Figura 2.4.3.2.6.2-1. Localização Projeto PIPC.



Fonte: EIA Estudo de Impacto Ambiental – PIPC. 2012.

Figura 2.4.3.2.6.2-2. Complexo do Porto de São Sebastião, do projeto PIPC.



Fonte: EIA Estudo de Impacto Ambiental – PIPC. 2012.

O Porto contará com infraestrutura de cais *offshore*, píer de granéis líquidos, píer principal para operação com contêineres e veículos, cais multiuso, infraestrutura portuária terrestre com uma área de aproximadamente de 1milhão de m² de retroárea, terminal de contêineres e veículos, terminal de granéis líquidos e sólidos, entre outros.

O projeto PIPC, afirmará a vocação de serviços e logística na região, causando impacto em toda dinâmica regional e demandando outros empreendimentos de apoio, como o Contorno Sul e a mudança do local da balsa de travessia São Sebastião - Ilhabela.

2.4.3.3. Projetos para mobilidade e transporte

No PDDT - Plano Diretor de Desenvolvimento dos Transportes da Secretaria de Logística e Transporte do Estado de São Paulo, é previsto um conjunto de projetos prioritários, dentre eles alguns se localizam no Litoral Norte de São Paulo.

Os projetos estruturadores propostos para região, além do PIPC, são:

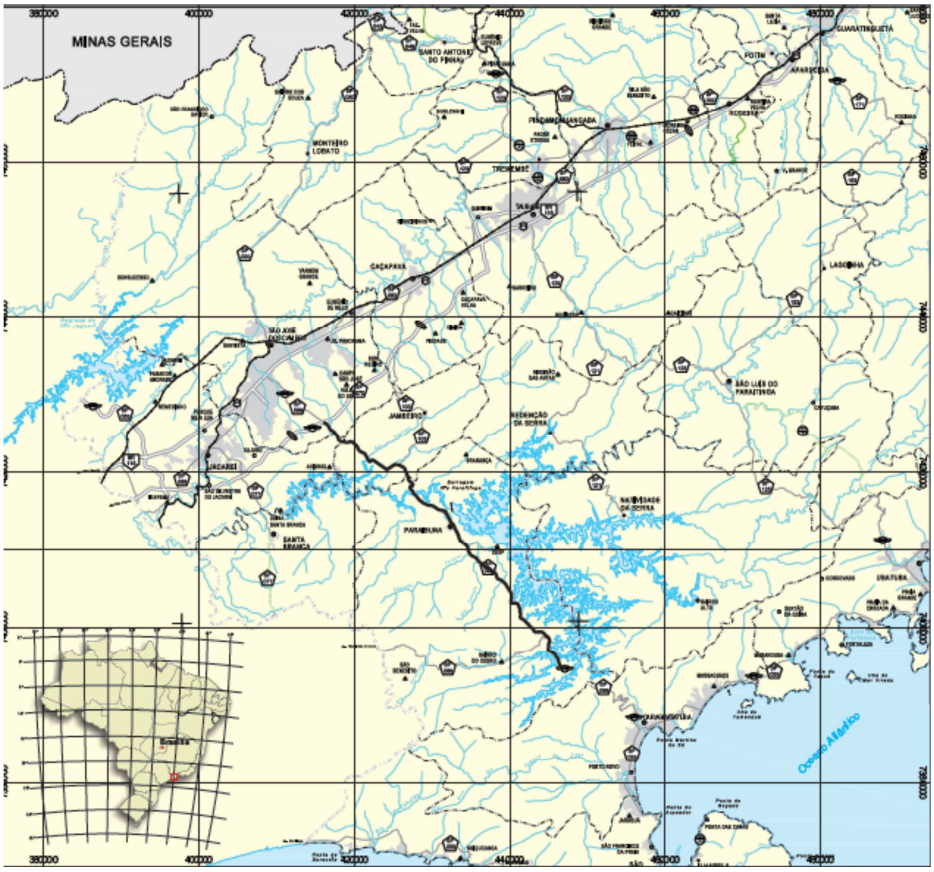
- Duplicação da rodovia Tamoios no trecho de planalto;
- Construção de nova pista da rodovia Tamoios no trecho de serra;
- Contornos norte e sul da mesma rodovia.

2.4.3.3.1. Duplicação da Rodovia Tamoios

A duplicação do trecho do planalto da rodovia Tamoios já está em construção.

São R$ 1.050.000,00 investidos, com objetivo de possibilitar melhores condições rodagem. O projeto consiste na implantação de uma nova pista com duas faixas de rolamento com traçado paralelo à pista existente e deve beneficiar o Litoral Norte, embora não incida majoritariamente em seu território.

Figura 2.4.3.3.1-1. Localização do empreendimento.



Fonte: EIA do empreendimento. 2012.

2.4.3.3.2. Contorno Norte

O Contorno Norte de Caraguatatuba está em fase de licenciamento pelos órgãos competentes.

Trata-se da interligação rodoviária entre a Rodovia Tamoios, em seu trecho denominado de Avenida Presidente Campos Salles, no bairro Ponte Seca, até o entroncamento com a rodovia Dr. Manoel Hypolito Rego, em seu km99, nas proximidades dos Bairros Casa Branca e Olaria, que facilitará a rodagem de quem tiver como destino o município de Ubatuba e separará o tráfego regional do local.

O investimento estimado para a construção do contorno de São Sebastião é de R$ 305.000.000,00.

Figura 2.4.3.3.2-1. Traçado do Contorno Norte de Caraguatatuba.

Fonte: RIMA do empreendimento. 2012.

2.4.3.3.3. Contorno Sul

Trata-se de um projeto rodoviário que faz a interligação entre a Rodovia Tamoios e São Sebastião (Praia de Guaecá) desviando do centro urbano o tráfego regional, destinado ao Porto e à Costa Sul.

O empreendimento possui cerca de 35,5 km, incluindo um acesso ao porto de São Sebastião.

O projeto irá aliviar o trafego dentro dos municípios de Caraguatatuba e São Sebastião, segregando o trânsito local do trânsito expresso e se encontra com licença prévia para implantação emitida.

O valor do orçamento para a execução do Contorno Sul de Caraguatatuba e de São Sebastião é estimado em R$ 1.029.400.000,00.

Figura 2.4.3.3.3-1. Traçado do empreendimento.

Fonte: RIMA Contorno Sul. 2012.

O empreendimento prevê obras de arte especiais para transpor barreiras naturais, como viadutos, pontes e túneis, passando por áreas do Parque Estadual da Serra do Mar.

Tais obras de arte geram discussões, já que os impactos causados por um empreendimento dessa magnitude geram contradições à vocação do Parque, voltada para a preservação da fauna e flora local.

2.4.3.3.4. Duplicação da Tamoios - Trecho Serra

O empreendimento corresponde à duplicação da Rodovia Tamoios (SP 99) no trecho de Serra, correspondendo à interseção entre o trecho do planalto e o Contorno Sul (de São Sebastião) e Norte (de Caraguatatuba).
Esse trecho fará a transposição da Serra do Mar, dentro do Parque Estadual da Serra do Mar, em seu núcleo Caraguatatuba.
Serão aproximadamente 21,5 km de obras, com a implantação de túneis e viadutos de grande porte para solucionar problemas devido ao relevo e vegetação.

Figura 2.4.3.3.4-1. Localização do Trecho Serra da duplicação da Rodovia Tamoios.

Fonte: RIMA do empreendimento. 2012.

O empreendimento passa por fase de licenciamento e prevê um investimento na ordem de 2,5bilhões.

2.4.3.4. Investimentos do PAC

Dos municípios do Litoral Norte, Ubatuba e São Sebastião angariaram recursos do PAC para o setor de mobilidade e transportes,no período de 2007 a 2014.

Em Ubatuba, as obras são referentes à adequação da Rodovia BR 101 na divisa entre Paraty e o município, o valor estimado é de R$ 80 milhões. Tais intervenções estão paralisadas na etapa de licenciamento ambiental.

Em São Sebastião, os recursos são para pavimentação dos bairros Jaraguá e Canto do Mar, na Costa Norte e Juquehy, Barra do Sahy, Baleia e Boiçucanga, na Costa Sul. No total são R$ 43.723.327,23 investidos no município.

É de extrema importância que os municípios busquem recursos nas esferas federal e estadual para realização de projetos no setor de mobilidade e transportes, já que os orçamentos municipais sempre são limitados e contemplam outras prioridades.

2.4.3.5. Potencial de transformação

A facilidade de acesso e o aumento da capacidade de rodagem das rodovias da região vêm de encontro com a necessidade criada pelo projeto PIPC para o escoamento de cargas e a sobrecarga no sistema viário notada durante o pico de uso, em feriados e férias.

Nesse sentido, nota-se empenho do Governo do Estado de São Paulo para que a região tenha infraestrutura necessária para atender as demandas relativas ao desenvolvimento do setor de logística e serviços na região.

As características geográficas e físicas dos municípios e principalmente do canal de São Sebastião que antes estimulavam a vocação do turismo regional, hoje são um ponto chave para que os investimentos em logística se insiram no local.

A junção dos projetos previstos para a rodovia Tamoios, assim como os Contornos, o PIPC,e investimento do Governo Federal com o programa do PAC fazem com que a região conhecida por sua vocação turística e de conservação ambiental ganhe um novo viés, sendo caracterizada como um polo de logística, petróleo e gás.

Um dos grandes desafios da região, frente às transformações vindouras é articular os diferentes aspectos de suas vocações atuais e induzidas pelos novos empreendimentos.

2.4.4 Habitação

Este diagnostico dará um breve panorama da Habitação, nos municípios do Litoral Norte de São Paulo, já que alguns de seus aspectos foram tratados nos itens de anteriores, principalmente no Planejamento Urbano.

Complementarmente, serão abordados dados relacionados aos domicílios da região, habitações de interesse social e as ocupações em áreas de risco.

2.4.4.1 Domicílios

O entendimento das características dos domicílios colabora com informações relevantes para a compreensão do território e das dinâmicas urbanas nos municípios do Litoral Norte de São Paulo.

Os domicílios no Litoral Norte se concentram em sua maioria na zona urbana. No geral, o número de domicílios aumentaram significantemente, acompanhando o crescente aumento populacional e o movimento migratório das últimas três décadas..

Entre 2000 e 2010, o município com maior evolução percentual no número de domicílios foi Ilhabela, cujo aumento foi significativo na área urbanizada e negativo na zona rural, demonstrando um êxodo rural no município, conforme quadros abaixo.

Quadro 2.4.4.1-1. Domicílios particulares e permanentes nos municípios do Litoral Norte

Domicílios particulares e permanentes	Ano	Caraguatatuba	Ilhabela	São Sebastião	Ubatuba
Total de Domicílios	2000	22.164	5.736	16.271	18.150
	2010	31.934	9.015	23.603	25.075
Evolução no período		44%	57%	45%	38%

	Ano	Caraguatatuba	Ilhabela	São Sebastião	Ubatuba
Domicílios Urbanos	2000	21.215	5.667	16.125	17.745
	2010	30.696	8.956	23.351	24.493
Evolução no Período		45%	58%	45%	38%

	Ano	Caraguatatuba	Ilhabela	São Sebastião	Ubatuba
Domicílios Rurais	2000	949	69	146	405
	2010	1.238	59	252	582
Evolução no período		30%	-14%	73%	44%

Fonte: SEADE. Elaborado por Geo Brasilis 2012.

Os dados sobre domicílios que ilustram as características do território quanto ao veraneio são referentes a domicílios vagos e de uso ocasional, já detalhados no capítulo de planejamento urbano.

Os domicílios de uso ocasional representam 43% do total de domicílios no Litoral Norte, gerando problemas relacionados a capacidade de suporte de infraestrutura e mobilidade como já citado anteriormente.

2.4.4.2 Tipologia das edificações

Os domicílios do Litoral Norte são em sua maioria térreos, unifamiliares, com recuos frontais e laterais, possibilitando qualidade espacial e ventilação no espaço urbano.

Em Caraguatatuba e Ubatuba, percebe-se a incidência de edificações verticalizadas em algumas áreas específicas, principalmente próximas a orla nas praias centrais.

A verticalização adensa as áreas urbanas, evitando que novas áreas na cidade sejam abertas, permitindo o máximo aproveitamento dos equipamentos existentes.No entanto, os parâmetros urbanísticos para essas construções devem ser bem definidos a fim de evitar degradação da qualidade urbana e sombreamento em bens naturais como as praias.

A maioria dos municípios do Litoral Norte é bastante restritiva quanto à verticalização. Caraguatatuba se destaca pela permissão de edifícios com dezoito pavimentos, além do térreo. Todavia, esta definição, do Plano Diretor de 2011 foi bastante polêmica.

A escassez de áreas para expansão urbana se contrapõe à predominância da habitação unifamiliar, em grandes lotes, como melhor forma de ocupação do espaço.

Deve-se avaliar que este modelo implica na valorização imobiliária e na consequente subdivisão dos lotes e estímulo à verticalização das edificações.

Este processo de valorização imobiliária deve ser acompanhado cuidadosamente, em função do seu potencial de expulsão da população residente para áreas periféricas e com menor infraestrutura, o que inclui o pé da serra.

2.4.4.3 Habitação de Interesse Social - HIS

Para avaliação de habitações de interesse social nos municípios do Litoral Norte foram estudados os Planos de Habitação de Interesse Social existentes, considerando seus distintos estágios de aprovação, discussão e elaboração.

O Plano de Habitação de Interesse Social é um conjunto de diretrizes e recomendações com ações e objetivos para o planejamento e gestão habitacionais, elaboradas a partir de diagnóstico setorial específico.

Todos os municípios do Litoral Norte captaram recurso no PAC para a elaboração do PLHIS, como demonstrado na tabela de investimentos do PAC no item de Infraestrutura.

O processo de elaboração do PHIS está acontecendo nos municípios de Ilhabela e São Sebastião. Em Caraguatatuba, o plano passa por uma revisão e tem previsão para ser aprovado ainda em 2012 e Ubatuba teve seu PLHIS aprovado em 2010.

- PLHIS Caraguatatuba

Em Caraguatatuba, o documento estudado do PLHIS pontua como principais problemáticas do Município as ocupações em áreas de risco, ocupação em áreas de preservação permanente e o parcelamento irregular do solo.

As características das moradias de baixa renda no município são: autoconstrução, posses equivocadas juridicamente, dificuldade de comprovação de renda e invasão de áreas públicas e privadas.

O Plano de Habitação de Interesse Social estima que 1.599 moradias se encontram em áreas de risco e APP no município.

Já o déficit habitacional geral no município chega a 3.930 moradias.

- PLHIS Ubatuba

O PLHIS de Ubatuba divide o município através dos distritos existentes, sendo eles: Distrito Norte, Distrito Centro-Sul, Distrito Sul, Distrito Oeste e Distrito Sede, assim como o Plano Diretor Municipal.

Distrito Norte - As principais causas do déficit habitacional são: restrições ambientais, irregularidades urbanísticas e fundiárias, alto custo de implantação de casas e loteamentos e falta de infraestrutura, principalmente o fornecimento de água tratada e coleta e tratamento de esgoto. Foram totalizadas 196 unidades deficitárias, em 2010.

Distrito Centro- Sul- No distrito Sul, o déficit habitacional representa 586 unidades, e tem como principal causa deste número a falta de áreas de lazer, drenagem, coleta e tratamento de esgoto, somados a falta de regularização fundiária.

Distrito Sul - Conta com terceira maior concentração de habitantes do município, e tem como principal causa do déficit habitacional a falta de infraestrutura e ocupações irregulares. No total são 583 unidades deficitárias.

Distrito Oeste - Possui a segunda maior concentração de população no município e seu déficit habitacional chega a 1.216 unidades. Seus principais problemas estão ligados à falta de infraestrutura e ocupações irregulares.

Distrito Sede - Se localiza no centro urbano e concentra a maior densidade populacional no município. O déficit habitacional do distrito é de 1.422 unidades e suas principais causas são as mesmas do distrito oeste.

No total o déficit habitacional do município é de 3.420 unidades e seus principais motivos estão ligados à falta de infraestrutura básica, o que abre espaço para ações de requalificação do espaço urbano.

2.4.4.4 Ocupações em área de risco

Com relevo acentuado e a altos índices pluviométricos, o Litoral Norte possui em seu território muitas áreas consideradas de risco para ocupação, contribuindo, nos municípios, para um aumento do déficit habitacional .

Segundo dados da Fundação Seade, no ano 2003, 75 áreas de risco eram ocupadas por moradias no Litoral Norte. Ubatuba é o município com mais áreas de risco ocupadas, seguido por Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela.

Quadro 2.4.4.4-1. Áreas de risco ocupadas nos Municípios do Litoral Norte de São Paulo.

Áreas de Risco Ocupadas no Litoral Norte (2003)	
Município	Qtde.
Caraguatatuba	22
Ilhabela	8
São Sebastião	16
Ubatuba	29
Total	75

Fonte: SEADE. Elaboração Geo Brasilis. 2012.

Essas áreas se caracterizam por diferentes tamanhos e níveis de ocupação, o que fica evidente com a análise do número de domicílios nelas instalados.

Ao analisar os dados do Instituto Geológico de São Paulo de 2006, que serviram de base para os Planos Municipais de Redução de Riscos, pode-se perceber que os números de áreas ocupadas não se relacionam diretamente com quantidade de domicílios em área de risco na região.

No município de Ubatuba, existem mais de 5 mil domicílios em áreas de risco, seguida por São Sebastião com mais de 3 mil, Ilhabela com 400 e Caraguatatuba com 250. No total, são 8.967 moradias em áreas de risco em todo o Litoral Norte, sendo 5.206 delas caracterizadas como risco alto e muito alto, segundo este levantamento.

Algumas administrações municipais defendem a atualização desses números, em função do crescimento da ocupação urbana na região, nos últimos anos, principalmente em Caraguatatuba.

Quadro 2.4.4.4 -2. Domicílios em áreas de risco nos municípios do Litoral Norte de São Paulo

Domicílios em Área de Risco (2006)	
Município	Nº de Domicílios
Caraguatatuba	250
Ilhabela	451

São Sebastião	3.139
Ubatuba	5.127

Fonte: Instituto Geológico de São Paulo. Elaboração Geo Brasilis,2012.

Os quatro municípios do Litoral Norte possuem plano de redução de risco, sendo que os de Caraguatatuba, Ilhabela e Ubatuba datam de 2006 e o se São Sebastião é de 2005.

Com características físicas que favorecem desastres naturais, os municípios do Litoral Norte contemplam planos de redução de risco e realizam parceiras com a Defesa Civil, Instituto Geológico, IPT e universidades para minimizar os riscos a população e ao meio ambiente.

2.4.3 Análise

Quadro 2.4.3-1. Análise conclusiva

Aspecto	Análise resumida
Modo de Ocupação	Ocupação condicionada às características geográficas dos municípios, planície litorânea estreita e presença de UCs Alto índice de domicílios de segunda residência, acarretando em sazonalidade de uso das infraestruturas; Escassez de áreas disponíveis para expansão urbana; Domicílios de uso ocasional próximos a orla em terrenos planos e de uso permanente próximos à serra (sertões).
Unidades de conservação	Parte significante do território pertencente a Unidades de Conservação; Conflitos de apropriação do espaço, com pressão de habitações sobre o território das Unidades de Conservação; Necessidade de gestão em parceria com as prefeituras para fiscalização dos limites territoriais.
Gestão Urbana	Dificuldade de gestão devido a grande extensão territorial; Secretarias estruturadas ou em fase de

Aspecto	Análise resumida
	estruturação para gerenciamento urbano (Obras, planejamento e habitação); Pouco recurso captado das esferas Estadual e Federal para gestão urbana; Falta de planejamento e gestão com enfoque regional.
Planejamento Urbano	Ausência de soluções regionais; Escassez de planos setoriais; Dificuldade de gestão de planos diretores devido à sobreposição de zoneamento estadual e zoneamento municipal; Municípios com obras representativas em suas orlas centrais;
Investimentos em infraestrutura	Grandes investimentos da escala federal e estadual para petróleo e gás, mobilidade e logística.
Saneamento básico	Limitações de atendimento de tratamento de esgoto é o principal problema de infraestrutura; Falta de tratamento de esgoto compromete a balneabilidade das praias podendo acarretar em impacto no turismo; Alto índice de captação de água direta em rios e nascentes; Sobrecarga dos sistemas nas temporadas, férias ou feriados; Alto recurso gasto com exportação dos resíduos sólidos para outros municípios; Poucas iniciativas de coleta seletiva e cooperativas de reciclagem.
Mobilidade e transporte	Grandes investimentos para duplicação da Rodovia Tamoios e construção dos Contornos; Rodovias com sobreposição de papéis (rodovias, avenidas e corredores comerciais) e indutoras de ocupação;

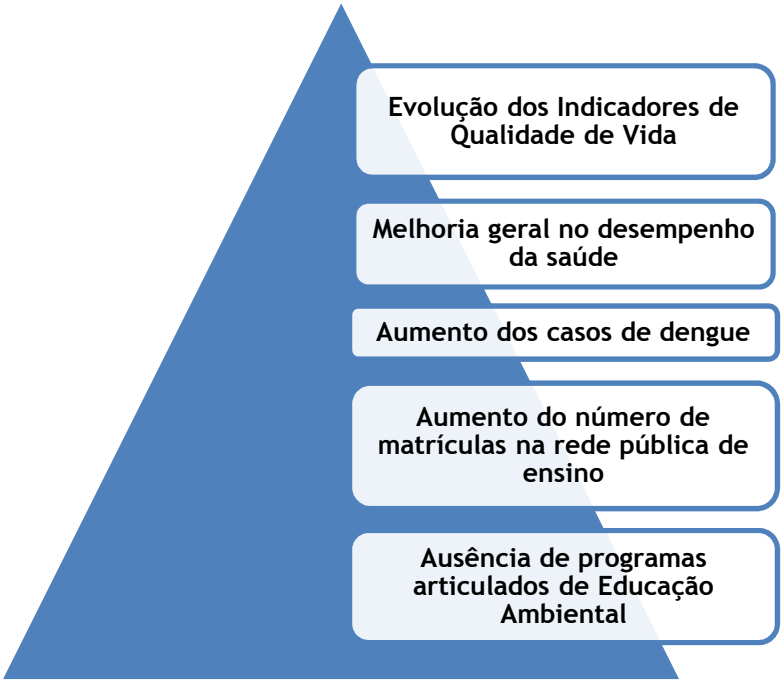
Aspecto	Análise resumida
	Alto número de ciclistas que se utilizam do meio como transporte; Grandes empreendimentos propostos para Transporte e Logística (projeto PIPC).
Habitação	Grande número de domicílios em área de risco; Número de domicílios de segunda residência elevado; Só Ubatuba e Caraguatatuba tem PLHIS finalizado.

Fonte: Geo Brasilis. 2012.

2.5. Qualidade de Vida e Diversidade Cultural

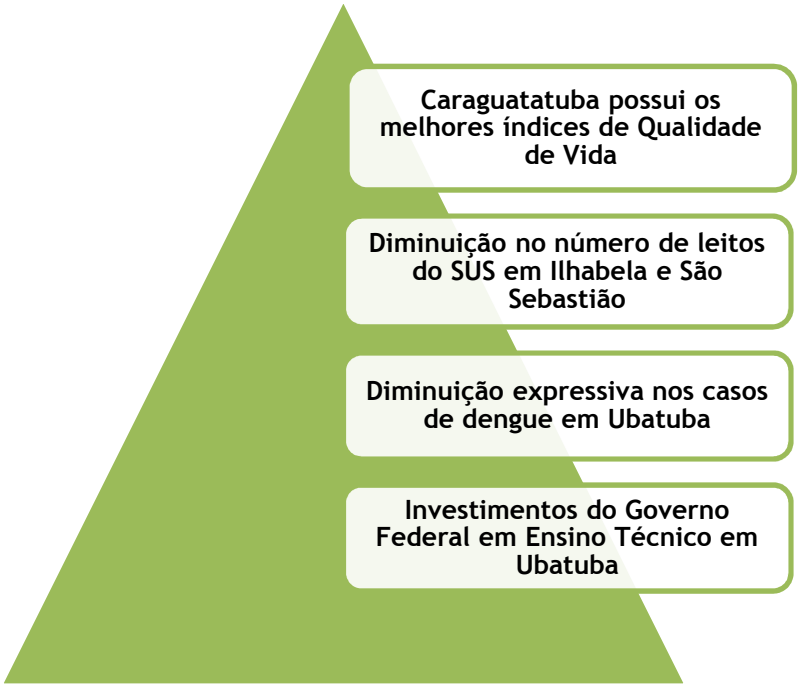
2.5.1. Quadro Síntese

Dimensão Geral



Fonte: Elaboração Geo Brasilis.2012.

Dimensão Local



Fonte: Elaboração Geo Brasilis.2012.

2.5.2. Qualidade de Vida

A qualidade de vida de um país, região ou município é medida através da combinação de diversos indicadores, relacionado por exemplo a saúde, educação, saneamento básico, segurança e habitação.

No Brasil, existem indicadores para qualidade de vida que analisam os municípios a partir de tais aspectos, já integrados em um único índice. Dois deles foram escolhidos para apresentar um panorama da qualidade de vida no Litoral Norte de São Paulo:

- IFDM (Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal); e
- IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal).

A Federação de Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) realiza anualmente um estudo que acompanha o desenvolvimento dos municípios brasileiros em três áreas: Emprego e Renda, Educação e Saúde. Para cada uma das áreas de estudo são consideradas as seguintes variáveis:

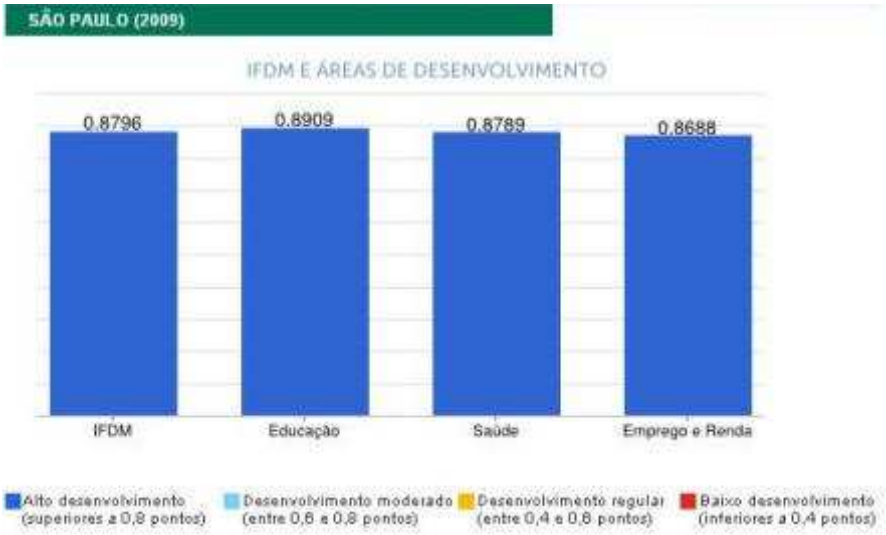
- Emprego e Renda: que aborda o mercado formal de trabalho e rendimento;
- Educação: avalia Ensino fundamental e Educação infantil e qualidade da educação;
- Saúde: inclui a análise da atenção básica, que representa o primeiro nível de contato da sociedade com o sistema de saúde.

A análise do desenvolvimento gera um índice, chamado Índice FIRJAN de Desenvolvimento (IFDM). A leitura do IFDM deve ser feita analisando seus valores de 0 a 1. Quanto maior for o índice, maior será o grau de desenvolvimento social da localidade:

- 0,0 a 0,4 – **Baixo** desenvolvimento;
- 0,4 a 0,6 – Desenvolvimento **regular;**
- 0,6 a 0,8 – Desenvolvimento **moderado;**
- 0,8 a 1 – **Alto** desenvolvimento.

O Estado de São Paulo apresenta índices considerados de alto desenvolvimento, com o IFDM de 0,8796, conforme a **Figura 2.5.2-1**.

Figura 2.5.2-1. Gráfico do IFDM do Estado de São Paulo referente ao ano de 2009.



Fonte: FIRJAN.2012.

Os municípios do Litoral Norte apresentam os IFDM próximos ao Estadual, variando ente moderado e alto desenvolvimento.

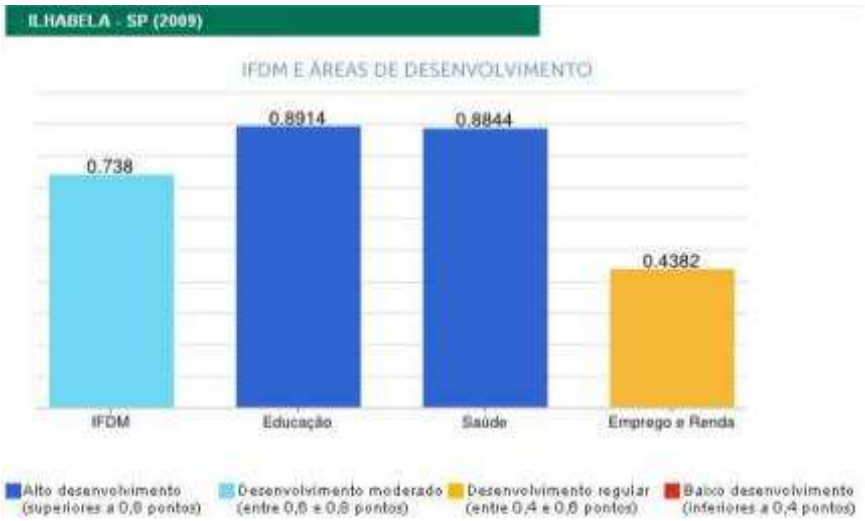
Caraguatatuba é o município com os índices mais altos, ultrapassando o Estado de São Paulo. O destaque é para a análise feita acerca da educação, seguida por emprego e renda. Observando a **Figura 2.5.2-2**, nota-se o IFDM considerado de alto desenvolvimento, com os quesitos de saúde baixando as médias do índice.

Figura 2.5.2-2. Gráfico do IFDM de Caraguatatuba referente ao ano de 2009.

Fonte: FIRJAN.2012.

Ilhabela apresenta o menor IFDM da região, de 0,738, ficando abaixo das médias nacional e estadual. Este valor é reflexo na análise de Emprego e Renda, que possui como principais empregadores, de acordo com CAGED, os setores de comércio e serviços e possui déficit de emprego nos setores industriais. A **Figura 2.5.2-3**mostra que o desenvolvimento do município é considerado moderado, enquanto a área de Emprego e Renda possui desenvolvimento regular. Nota-se o desempenho do setor de Saúde superior a Caraguatatuba.

Figura 2.5.2-3. Gráfico do IFDM de Ilhabela referente ao ano de 2009.

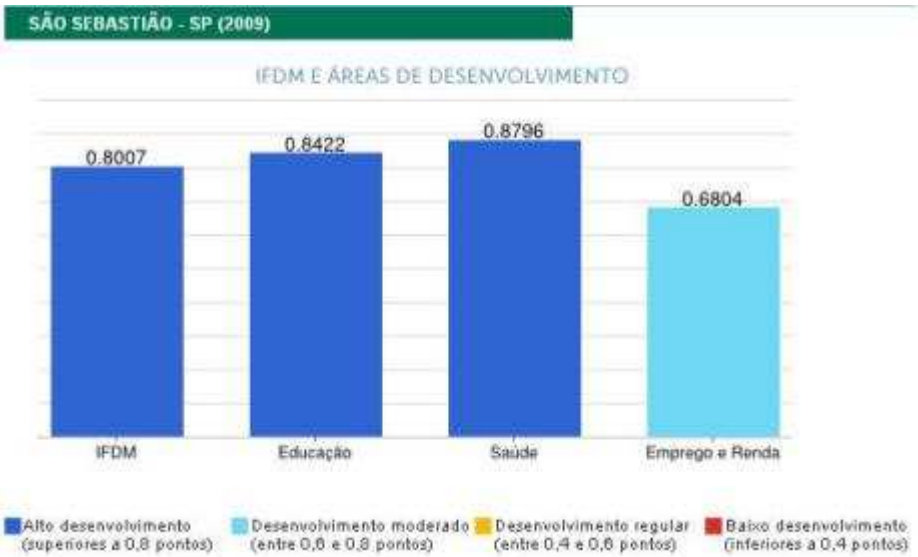


Fonte: FIRJAN.2012.

O IFDM do município de São Sebastião alcança os índices de alto desenvolvimento, mas não passa de 0,8007, principalmente pelo índice de Emprego e Renda. Esta área

possui índice cerca de 0,1 ponto mais baixo que as demais. Segundo dados do CAGED, o setor que possui a menor oferta de empregos é o da construção civil, ainda existe o histórico de informalidade nas contatações.

Figura 2.5.2-4. Gráfico do IFDM de São Sebastião referente ao ano de 2009.



Fonte: FIRJAN.2012.

Ubatuba apresenta o segundo menor IFDM do Litoral Norte, de 0,7519, abaixo das médias estadual e nacional. Este valor, assim como nos demais casos, está associado à baixa pontuação na área de Emprego e Renda que, com desenvolvimento regular, é a segunda menor da região. O déficit nessa área está associado, principalmente, aos setores de indústria e de serviços.

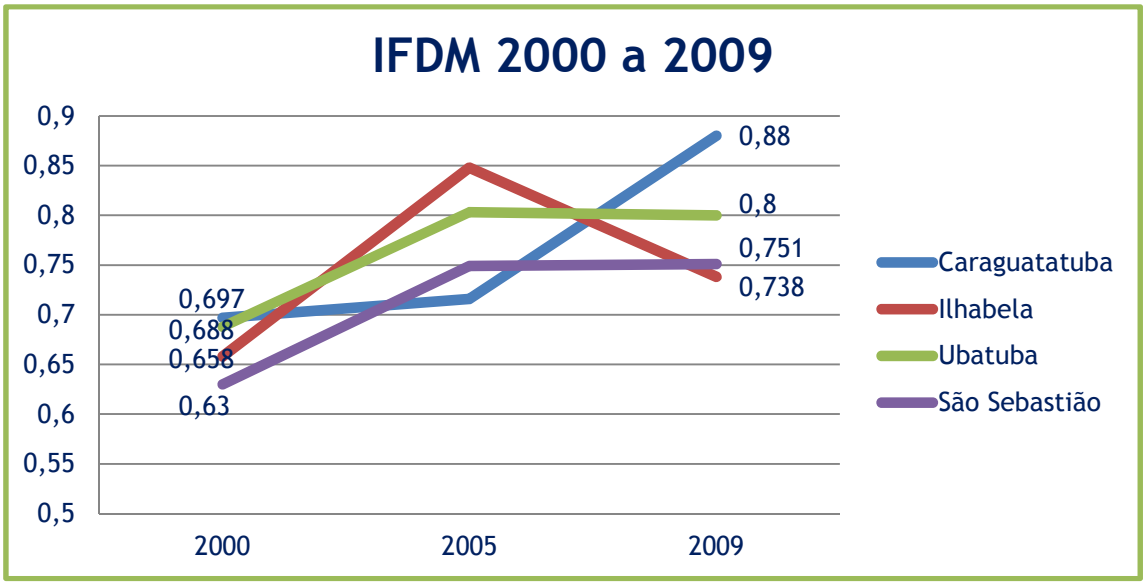
O gráfico (**Figura 2.5.2-5**) mostra claramente a participação do Emprego e Renda no IFDM do município.

Figura 2.5.2-5. Gráfico do IFDM de Ubatuba referente ao ano de 2009.

Fonte: FIRJAN.2012.

A análise da evolução do IFDM para os municípios da região mostra idstintos comportamentos, embora todos apresentem evolução com relação a 2000.

Figura 2.5.2-6. Evolução do IFDM de 2000 a 2009.



Fonte: FIRJAN. Elaboração Geo Brasilis.2012.

O maior destaque é a expressiva evolução do IFDM do município de Caraguatatuba, que passa de 0,697 em 2000 para 0,880 em 2009, sendo o mais alto quando comparado com os demais. Para este município, o aumento nos índices é linear, exceto para a área de Emprego e Renda, que tem ligeira queda no ano de 2005. Esse

aumento no índice coincide com uma série de investimentos na localidade, que ampliaram a oferta de emprego.

O município de Ilhabela também merece destaque, pois apesar do aumento geral dos índices, apresenta um pico no ano de 2005, especialmente nas áreas de Educação e Emprego e Renda, com posterior queda em 2009.

Os municípios de São Sebastião e Ubatuba apresentam aumento praticamente linear dos valores do IFDM no período selecionado. A área principal responsável pelos valores baixos do índice é a de Emprego e Renda, contrapondo-se com a Educação, que apresentou melhor desempenho.

Quadro 2.5.2-1. Evolução do IFDM dos municípios do Litoral Norte em comparação com o Estado de São Paulo e com o Brasil, no período de 2000 a 2009.

	2000				**2005**				**2009**			
Município	**IFDM**	Educação	Saúde	Emprego e Renda	IFDM	Educação	Saúde	Emprego e Renda	IFDM	Educação	Saúde	Emprego e Renda
Caraguatatuba	**0,697**	0,777	0,772	**0,543**	**0,716**	0,902	0,801	**0,444**	**0,880**	0,946	0,819	**0,875**
Ilhabela	**0,658**	0,771	0,681	0,524	**0,848**	0,925	0,896	0,723	**0,738**	0,891	0,884	0,438
São Sebastião	**0,688**	0,797	0,718	0,548	**0,803**	0,827	0,833	0,749	**0,800**	0,842	0,879	0,680
Ubatuba	**0,630**	0,752	0,700	0,437	**0,749**	0,832	0,793	0,622	**0,751**	0,857	0,845	0,552
Estado de SP	**0,725**	0,796	0,784	0,593	**0,849**	0,858	0,854	0,837	**0,879**	0,890	0,878	0,868
Brasil	**0,595**	0,585	0,712	0,488	**0,712**	0,685	0,757	0,696	**0,760**	0,750	0,801	0,728

Fonte: FIRJAN. Elaboração Geo Brasilis.2012.

As colocações no ranking revelam que a evolução da qualidade de vida nos municípios do Litoral Norte não acompanha os demais municípios do estado e do país, pois apesar do crescimento do valor do IFDM, a posição das localidades caiu.

Quadro 2.5.2-2. Colocação dos municípios do Litoral Norte nos Rankings nacional e estadual do IFDM.

Fonte: FIRJAN. Elaboração Geo Brasilis 2012.

	2000		2005		2009	
Município	Nacional	Estadual	Nacional	Estadual	Nacional	Estadual
Caraguatatuba	30°	27°	869°	436°	463°	318°
Ilhabela	844°	368°	76°	68°	860°	469°
São Sebastião	234°	138°	211°	145°	551°	359°
Ubatuba	648°	310°	517°	300°	1200°	552°

No município de Ilhabela observa-se uma particularidade no ano de 2005, pois assume uma colocação muito melhor que a de 2000 e de 2009.

Além de analisar a qualidade de vida nos quatro municípios do Litoral Norte, é interessante compará-las a outros municípios próximos, ou com características semelhantes.

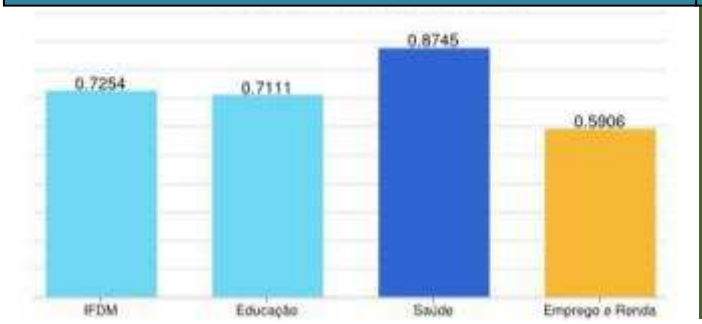
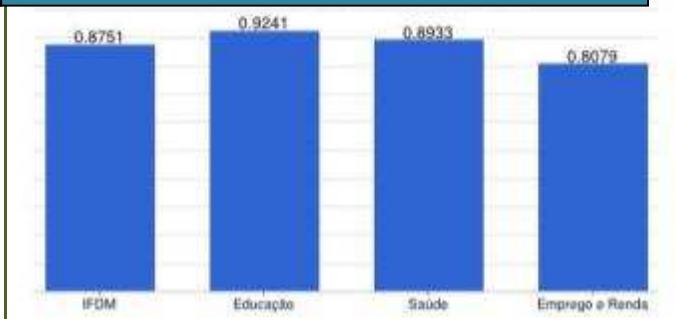
Para tanto foram selecionados quatro municípios geograficamente próximos ao Litoral Norte e quatro municípios litorâneos com características portuárias e/ou de apoio *offshore*.

Os municípios de Bertioga(SP), Guarujá(SP) e Parati(RJ) são, assim como os do objeto de estudo, litorâneos, com forte influência do turismo e recebem todos os anos população flutuante nos períodos de férias e feriados, sendo que Bertioga e Parati tem modelo de ocupação semelhante ao Litoral Norte, fortemente influenciado pela Rio-Santos.

Nota-se que a qualidade de vida em tais municípios apresenta índices abaixo dos de Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba. Isso pode ser explicado pelo destaque que o Litoral Norte apresenta no que se refere ao crescimento econômico e demográfico.

Os índices d Emprego e Renda são, em todos os casos, os mais baixos. Considerando que o IFDM analisa apenas o emprego formal e que tais municípios são influenciados pela sazonalidade, pode-se inferir que existe alto índice de informalidade, uma vez que os setores mais expressivos das economias locais são os de comércio e serviços.

Figura 2.5.2-7. Gráficos do IFDM dos municípios de Bertioga(SP), Guarujá(SP), Parati(RJ) e São José dos Campos(SP) referente ao ano de 2009.

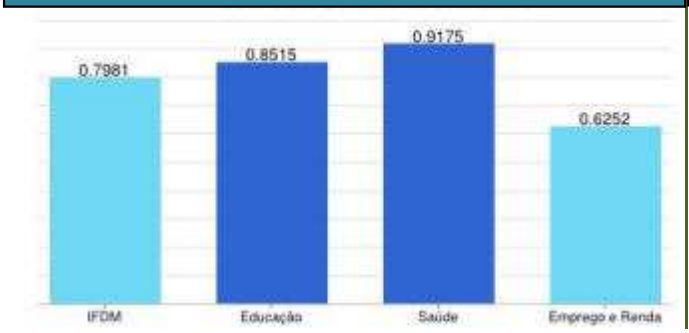
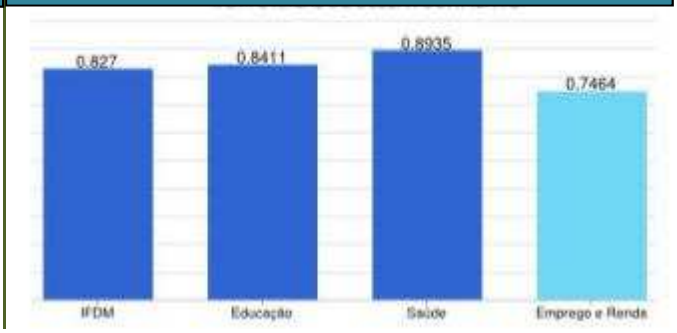
PARATI - SP	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP
	

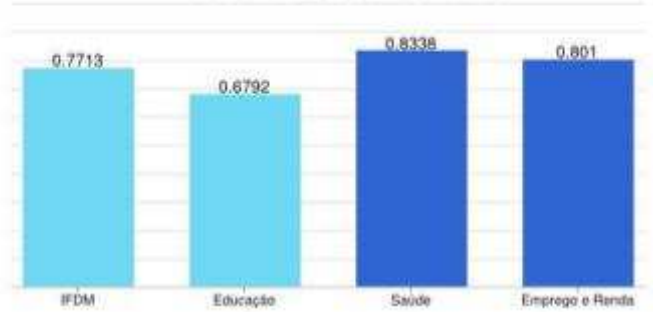
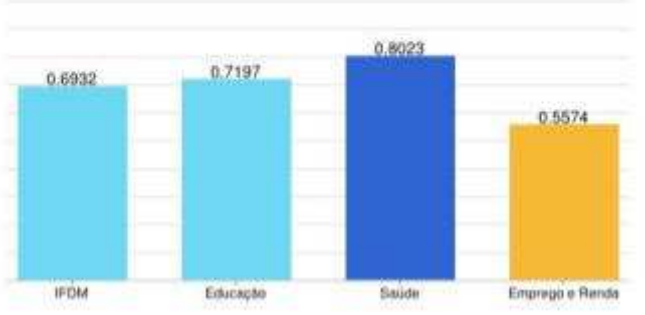
Fonte: FIRJAN.2012.

Entre os quatro municípios mais próximos o destaque é para São José dos Campos, que possui os mais altos índices de qualidade de vida. É importante lembrar, porém, que este é um município de maior porte, portanto com maior infraestrutura. Além disso, conta com setor industrial expressivo e representa, para a região do Vale do Paraíba, um polo de empregos e serviços, inclusive de Saúde.

Os municípios com característica portuária, como Itajaí(SC), Macaé(RJ), Rio Grande(RS) e Paranaguá(PR) apresentam índices de qualidade de vida pouco abaixo dos do Litoral Norte de São Paulo. Contudo possuem a particularidade de ter os índices de Educação, Saúde e Emprego e Renda menos discrepantes entre si, principalmente observando este último. As análises de Emprego e Renda são melhores nos municípios que abrigam portos, seguidos pela área da saúde.

Figura 2.5.2-8. Gráficos do IFDM dos municípios de Itajaí(SC), Macaé(RJ), Rio Grande(RS) e Paranaguá(PR) referente ao ano de 2009.

ITAJAÍ - SC	MACAÉ - RJ
	

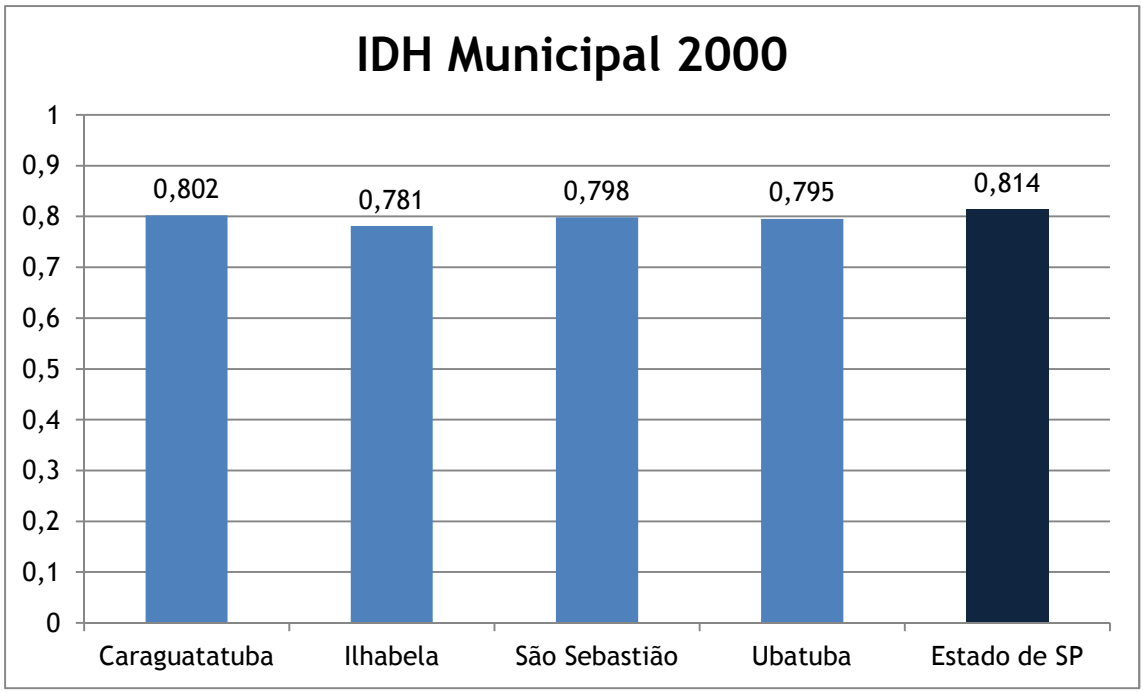
RIO GRANDE - RS	PARANAGUÁ - PR
	

Fonte: FIRJAN.2012.

Outro índice considerado para avaliação da qualidade de vida é o IDH Municipal, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento(PNUD), que consta no *Atlas do Desenvolvimento Humano*.

Nota-se que os municípios do Litoral Norte do Estado de São Paulo apresentam os índices de IDH-M muito próximos, todos abaixo do resultado estadual, para o ano 2000.

Figura 2.5.2-9. Gráfico do IDHM dos municípios do Litoral Norte comparados com o IDH do Estado de São Paulo, para o ano 2000.



Fonte: PNUD. Elaboração Geo Brasilis.2012.

2.5.2.1. Saúde

Como um dos principais componentes da qualidade de vida de uma população, a saúde possui diversos dados que funcionam como indicadores de qualidade e atendimento.

Foram escolhidos, para a análise do Litoral Norte, alguns indicadores consolidados como:

- IDSUS;
- Taxa de mortalidade infantil;
- Dados de atenção básica;
- Equipamentos de saúde; e
- Doenças relacionadas ao saneamento básico.

Estes dados, sistematizados, podem colaborar na situação da saúde na região.

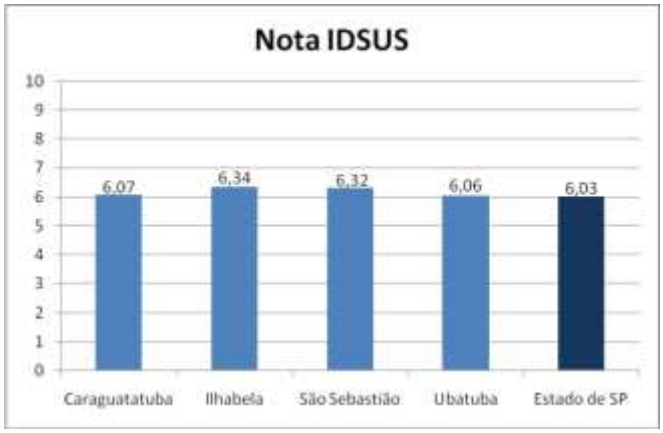
2.5.2.1.1. IDSUS

O Índice de desempenho do SUS (IDSUS) é utilizado para medir o desempenho do Sistema Único de Saúde no que diz respeito ao acesso e efetividade dos aspectos: Atenção Básica, Atenção Ambulatorial e Hospitalar, Urgências e Emergências. A partir de uma análise dos índices pesquisados atribui-se uma nota de 0 a 10 para cada município.

No ano de 2011, a nota média dos municípios brasileiros é de 5,65 e a dos municípios do Estado de São Paulo é de 6,03. Observa-se que as notas dos municípios do Litoral Norte estão acima das médias nacionais e do Estado.

O município de Ilhabela apresenta a maior nota de desempenho do SUS no Litoral Norte, seguido por São Sebastião, Caraguatatuba e Ubatuba.

Figura 2.5.2.1-1. Desempenho do IDSUS para os municípios do Litoral Norte e para o Estado de São Paulo em 2011.



Fonte: Portal da Saúde (Ministério da Saúde). Elaboração Geo Brasilis.2012.

2.5.2.1.2. Indicadores da Atenção Básica

O Departamento de Informática do SUS (DATASUS) disponibiliza, ainda, dados referentes ao atendimento de saúde nos municípios brasileiros. Foram selecionados indicadores de Atenção Básica à saúde para os anos de 2005, 2007 e 2009: a porcentagem de população coberta pelo Programa de Saúde da Família (PSF) e Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

Dos municípios do Litoral Norte do Estado de São Paulo apenas Caraguatatuba e São Sebastião são atendidos pelo PACS, sendo 10% da população no primeiro e no máximo 2% no segundo.

O Programa Saúde da Família apresenta boa cobertura nos municípios selecionados, chegando a atender mais que a população de Ilhabela em 2009, o que se deve ao atendimento de parte da população flutuante. Os indicadores são crescentes em linhas gerais, mostrando evolução no desempenho da Atenção Básica da saúde no Litoral Norte no período observado.

Quadro 2.5.2.1-1. Indicadores de Atenção Básica à Saúde para os municípios do Litoral Norte nos anos de 2007, 2008 e 2009.

Indicadores de Atenção Básica (% população coberta)						
	2005		**2007**		**2009**	
Município	PSF	PACS	PSF	PACS	PSF	PACS
Caraguatatuba	68,4	10,8	70,1	10,8	76,8	10,7
Ilhabela	97,8	..	96,2	..	105,3	..
São Sebastião	90	0,9	85,9	1,9	94,3	2,2
Ubatuba	93,5	..	88,5	..	91,9	..
Estado de SP	**21,1**	**6,7**	**26**	**5,8**	**28,1**	**7,8**

Fonte: DATASUS (Ministério da Saúde). Elaboração Geo Brasilis.2012.

2.5.2.1.3. Infraestrutura e Despesas em Saúde

Além dos indicadores conhecidos pode-se avaliar os serviços de saúde quantitativamente. Para isso foram selecionados dados do Perfil Municipal elaborado pelo SEADE dos anos de 2005 a 2011, tais como: despesas municipais com saúde, número de estabelecimentos de saúde e quantidade de leitos do SUS.

Os mais significativos aumentos nas despesas dos municípios foram em Caraguatatuba e São Sebastião, que se refletem de formas diferentes nos equipamentos de saúde.

Caraguatatuba aumentou suas despesas com o aumento no número de leitos, mantendo a quantidade de estabelecimentos públicos de saúde.

São Sebastião aumenta significativamente o número de estabelecimentos públicos, mas tem diminuição no número de leitos do SUS, o que pode indicar enfoque em Atenção Básica e Ambulatorial.

Os municípios de Ilhabela e Ubatuba têm aumentos proporcionais nos equipamentos de saúde durante o período.

Quadro 2.5.2.1-2. Evolução dos estabelecimentos de Saúde nos municípios do Litoral Norte.

	2005			2009		
Município	Estabelecimentos de Saúde (Públicos)	Estabelecimentos de Saúde (Privados)	Despesas Municipais (em reais)	Estabelecimentos de Saúde (Públicos)	Estabelecimentos de Saúde (Privados)	Despesas Municipais (em reais)
Caraguatatuba	17	10	37.391.101	16	19	50.139.198
Ilhabela	9	2	18.513.191	13	3	21.365.208
São Sebastião	28	7	63.935.949	36	10	86.349.150
Ubatuba	24	8	25.822.223	34	10	35.509.606

Fonte:SEADE. Elaboração Geo Brasilis.2012.

O crescimento contínuo do PSF e do PACS deve ser estimulado, de modo a garantir a cobertura da totalidade da população residente, o que é desafio significativo para a região de maior crescimento demográfico do Estado.

Com exceção de Caraguatatuba, houve aumento no número de estabelecimentos de saúde, tanto públicos quanto privados, como reflexo do aumento da demanda e crescimento da população.

Observa-se, contudo, que apesar do maior número de estabelecimentos não houve aumento no número de leitos do SUS nos municípios.

Nessa análise destaca-se Caraguatatuba, que aumentou cerca de 20% os leitos do SUS.

Quadro 2.5.2.1-3. Coeficiente de leitos do SUS por 100mil habitantes para os municípios do Litoral Norte no período de 2005 a 2011.

Leitos do SUS - Coeficientes por 100mil hab.					
	2005	**2009**	**2010**	**2011**	**Variação entre 2005 e 2011**
Caraguatatuba	0,81	1,07	1,21	1,16	0,43%
Ilhabela	1,6	1,35	1,32	1,28	-0,20%
São Sebastião	1,61	1,37	1,34	1,31	-0,19%
Ubatuba	0,77	0,88	0,86	0,85	0,10%

Fonte: SEADE.2012.

2.5.2.1.4. Mortalidade Infantil

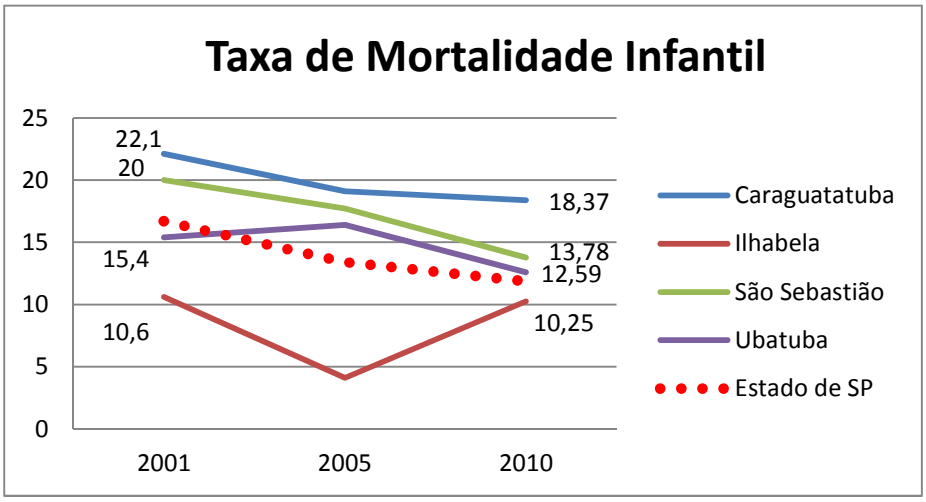
Para analisar o quadro da saúde no Litoral Norte é preciso ainda observar as taxas de mortalidade infantil nos últimos dez anos, o que permite avaliar o desenvolvimento socioeconômico da população, bem como resultados de políticas e ações de saúde voltadas para o acompanhamento pré-natal e proteção à saúde infantil.

As taxas, de acordo com os dados fornecidos pelo SEADE, mantêm-se em decréscimo no caso do Litoral Norte, seguindo a tendência estadual.

Uma particularidade é a do caso do município de Ilhabela, que no ano de 2005 apresenta queda brusca na taxa, retomando seu padrão em 2010, sempre apresentando o menor índice de Mortalidade Infantil da região, abaixo também da média estadual. Cabe destacar também o município de Ubatuba, que mantém a maior das taxas e não segue o padrão dos demais municípios, apresentando diminuição mais lenta.

A comparação com o Estado de São Paulo é observada na **Figura 2.5.2.1-2**, que mostra Caraguatatuba, São Sebastião e Ubatuba com taxas superiores às estaduais.

Figura 2.5.2.1-2. Evolução da Taxa de Mortalidade Infantil para os municípios do Litoral Norte no período de 2001 a 2010.



Fonte: SEADE. Elaboração Geo Brasilis.2012.

2.5.2.1.5. Dengue

Fazem parte do quadro de saúde, ainda, os casos de ocorrência de dengue nos municípios. Estes são importantes, pois representam reflexo de parte das condições de saneamento da população, uma vez que a doença é transmitida através da picada do mosquito *Aedes aegypti*, que se prolifera em água parada.

A transmissão da doença é mais freqüente no verão, justamente quando os municípios recebem grande número de turistas.

No **Quadro 2.5.2.2-4**, observa-se o número de casos para cada 1000 habitantes dos municípios do Litoral Norte e do Estado de São Paulo, para que seja possível a comparação.

Quadro 2.5.2.1-4. Casos de Dengue por 1000 habitantes no período de 2007 a 2011.

Casos de Dengue por 1000 habitantes			
Município	**2007**	**2009**	**2011**
Caraguatatuba	7,38	0,26	9,63
Ilhabela	0,21	2,52	2,77
São Sebastião	3,26	1,60	5,27
Ubatuba	41,69	0,03	10,51

Estado de SP	**2,78**	**0,27**	**2,61**

Fonte: Sinan – DATASUS (Ministério da Saúde). Elaboração Geo Brasilis.2012.

Com exceção do município de Ubatuba, houve expressivo aumento nos casos da doença em todo o Litoral Norte, que apresentou em 2011 as maiores taxas dos últimos cinco anos.

Em contrapartida, o Estado de São Paulo como um todo tem ligeira queda nos casos de dengue. Isso mostra que as campanhas de prevenção da doença e combate ao mosquito tem sido menos eficientes no Litoral Norte do Estado.

Um dos fatores que colaboram com este cenário é o grande número de residências de veraneio, que não são visitados por ocasião das campanhas realizadas.

2.5.2.2. Educação

A análise da educação no Litoral Norte deve ser feita sob aspectos quantitativos e qualitativos. Os primeiros são expressos por dados absolutos, frutos do Censo realizado pelo IBGE e censos setoriais, e os segundos expressos pelas taxas de analfabetismo e notas do IDEB(Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), desenvolvido pelo Ministério da Educação.

2.5.2.2.1. Infraestrutura de Educação e Matrículas

A evolução dos números de escolas e matrículas nas redes pública e privada possibilita a avaliação das demandas municipais por educação.

Observando o **Quadro 2.5.2.2-2**, nota-se que houve aumento linear nos números de matrículas e escolas em todos os municípios, o que é natural pois acompanha o crescimento populacional dos últimos anos.

Atenta-se apenas para ligeira diminuição de escolas públicas e aumento das privadas nos municípios de Ubatuba e Caraguatatuba, refletindo movimento comum em diversas localidades, nas quais as famílias reservam parte do seu orçamento para despedas com educação em busca de melhor qualidade de ensino.

Quadro 2.5.2.2-1. Evolução das matrículas e escolas de 2005 a 2009 nos municípios do Litoral Norte.

Matrículas e Escolas								
	2005				2009			
Município	Total de Matriculas		Total de Escolas		Total de Matriculas		Total de Escolas	
	Públ.	Prv.	Públ.	Prv.	Públ.	Prv.	Públ.	Prv.
Caraguatatuba	17.927	1.361	49	21	18.782	1.752	52	28
Ilhabela	4.922	374	27	5	5.400	534	28	7
São Sebastião	13.472	1.186	36	11	14.101	1.336	38	11
Ubatuba	16.659	1.019	54	11	15.994	1.290	52	14

Fonte: IBGE. Elaboração Geo Brasilis.2012.

Ao observar o número de matrículas por nívelde ensino, pode-se verificar o aumento no ensino fundamental e diminuição no ensino médio, o que traz a possibilidade de evasão escolar.

Quadro 2.5.2.2-2. Evolução do número de matrículas por segmento de ensino entre 2005 e 2009 nos municípios do Litoral Norte.

Matrículas por Nível de Ensino								
Ano	2005				2009			
Segmento	Ensino Fundamental		Ensino Médio		Ensino Fundamental		Ensino Médio	
Município	Públ.	Prv.	Públ.	Prv.	Públ.	Prv.	Públ.	Prv.
Caraguatatuba	13.881	1.004	4.046	357	14.739	1.378	4.043	374
Ilhabela	3.776	272	1.146	102	4.397	428	1.003	106
São Sebastião	10.512	918	2.960	268	11.429	1.096	2.672	240
Ubatuba	12.955	754	3.704	265	12.814	1.022	3.180	268

Fonte: IBGE. Elaboração Geo Brasilis.2012.

As matrículas da educação infantil também são relevantes na análise do quadro geral da educação, pois são de exclusiva responsabilidade das prefeituras municipais, e normalmente se caracterizam pelo déficit.

Os municípios de São Sebastião e Ubatuba apresentaram aumento nas matrículas da creche no período de 2007 a 2010 e grande oscilação nos números de matrículas da pré-escola para o mesmo período.

O caso de Caraguatatuba é bastante particular, pois até 2009 apresentava aumento expressivo nas matrículas da creche, observou queda brusca no ano de 2010. Já Ilhabela manteve crescentes as matrículas.

Em Ilhabela não foram registradas matrículas nos anos de 2007 e 2008 na rede municipal de creches, pois nesse período, até 2009, a administração das creches era de responsabilidade da Associação Creche de Ilhabela. A Prefeitura iniciou o processo de municipalização, que teve fim no segundo semestre de 2011 e incluiu mudanças como a abertura das escolas aos sábados.

Na pré-escola os números de matrículas oscilam em todos os municípios e apresentam queda significativa no ano de 2010. Isso ocorre devido às mudanças do Programa Ampliação do Ensino Fundamental para Nove Anos, do Ministério da Educação, que acabou por matricular crianças da pré-escola no primeiro anos do Ensino Fundamental.

Em São Sebastião, apesar do expressivo aumento de vagas em creches, ainda há histórico de falta de vagas e lista de espera.

Quadro 2.5.2.2-4. Evolução do número de matrículas da educação infantil na creche e na pré-escola.

Creche				
	2007	**2008**	**2009**	**2010**
Caraguatatuba	1.591	1.647	2.116	234
Ilhabela	0	0	40	201
São Sebastião	455	912	893	954
Ubatuba	602	1.065	1.290	1.295

Pré-Escola				
	2007	**2008**	**2009**	**2010**
Caraguatatuba	3.705	4.790	5.210	2.666
Ilhabela	871	1.726	1.236	460

Pré-Escola				
	2007	2008	2009	2010
São Sebastião	3.068	6.294	4.346	2.285
Ubatuba	3.155	5.731	4.188	2.014

Fonte: Indicadores Demográficos e Educacionais. MEC. Elaboração Geo Brasilis.2012.

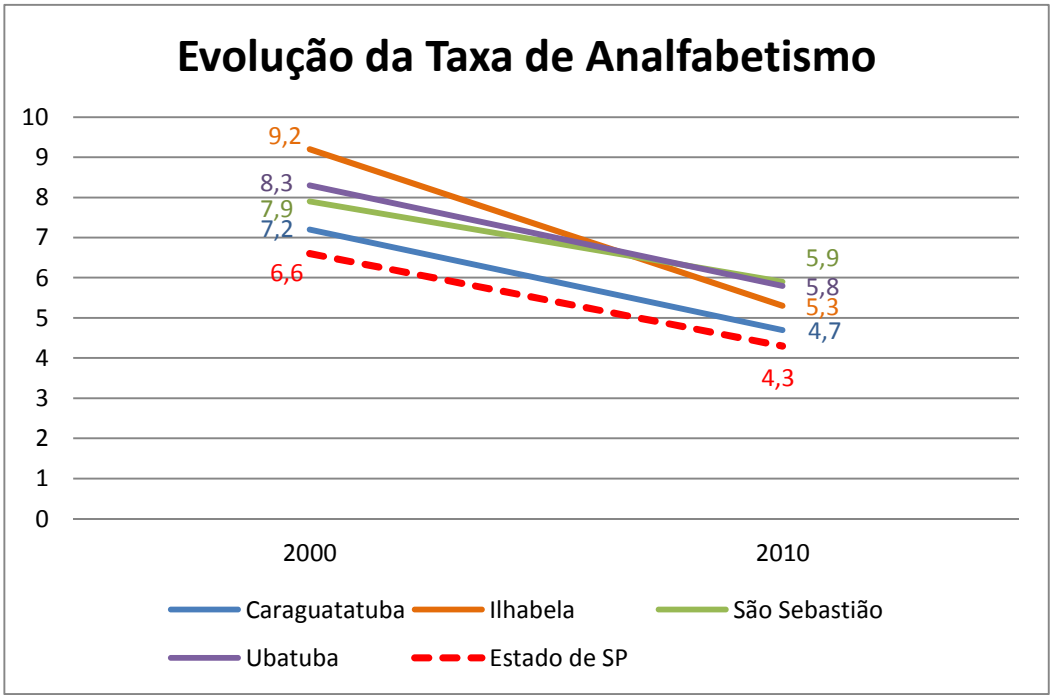
2.5.2.2.2. Taxa de Analfabetismo

O aumento de matriculados nas séries iniciais do ensino básico contribui para a queda na taxa de analfabetismo dos municípios, como é possível observar na **Figura 2.5.2.2-1**.

Nota-se que há uma diminuição geral da taxa em todos os municípios do Litoral Norte, sendo significativa em Ilhabela, que passa da maior taxa em 2000 para a segunda menor em 2010.

Caraguatatuba mantém queda linear permanecendo com a menor das taxa, enquanto São Sebastião e Ubatuba registraram as maiores taxas em 2010.

Figura 2.5.2.2-1. Gráfico de Evolução das taxas de analfabetismo dos municípios do Litoral Norte e do Estado de São Paulo, entre 2000 e 2010.



Fonte: IBGE. Elaboração Geo Brasilis.2012.

2.5.2.2.3. IDEB

Ainda que o analfabetismo esteja diminuindo no Litoral Norte, ainda está acima da média estadual. Isso significa o acesso ao ensino básico deve ser considerado nos investimentos para a educação, bem como a efetividade do uso dos recursos e desempenho do sistema.

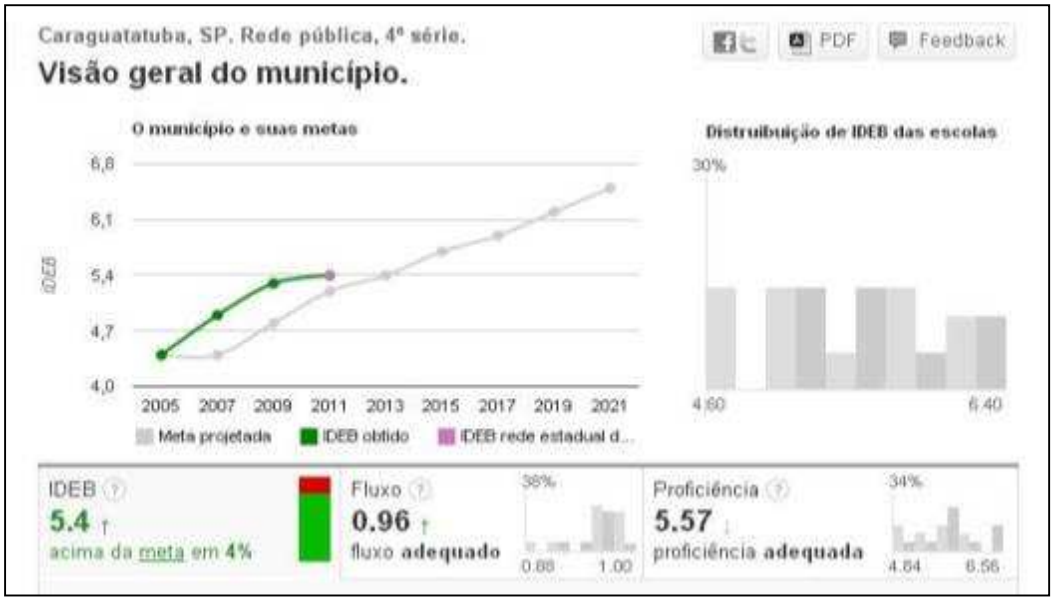
Para isso, o Inep (MEC) realiza desde 2007 o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), que representa em um só indicador, dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações.

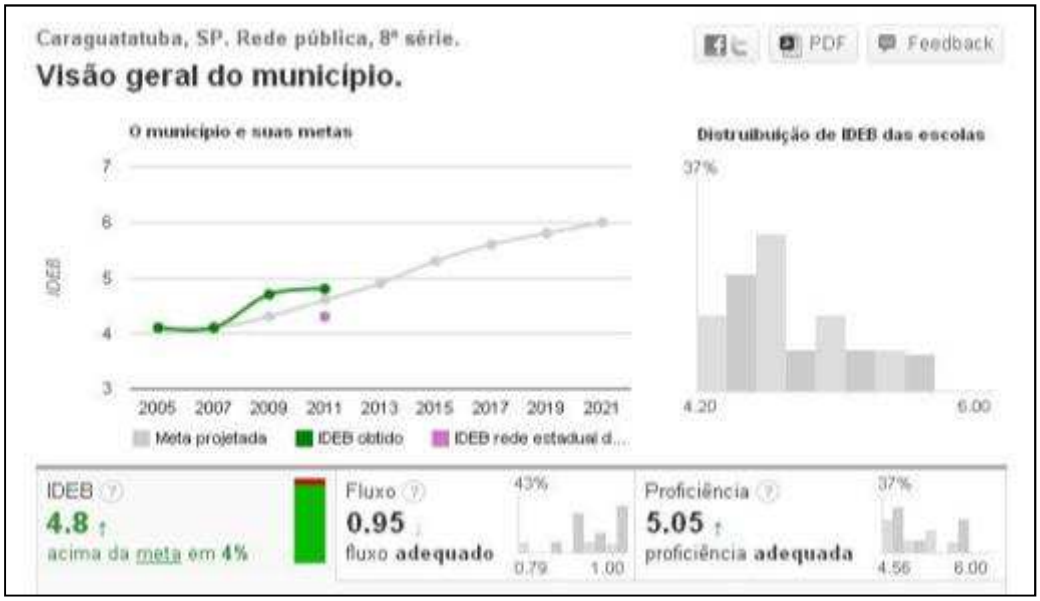
As metas projetadas para cada município são formuladas a partir do objetivo do país, que é alcançar a média 6 em 2021. Para que isso seja possível realiza-se um cálculo a cada 2 anos baseado em: nota inicial do Ideb, último Ideb observado, meta de convergência das redes (9,9) e prazo para atingir a meta de convergência (2096).

Os resultados apresentados para os municípios do Litoral Norte permitem avaliar os problemas de desempenho educacional a serem resolvidos com maior propriedade. Os gráficos que projetam as metas a serem alcançadas permitem que exista um parâmetro para melhorias no ensino fundamental.

Caraguatatuba possui índices crescentes, mantendo-se acima da meta projetada para a 4ª série para 2011. O índice encontra-se próximo da meta nacional para 2021, de 6 pontos.

Figura 2.5.2.2.3-2. Evolução do IDEB em Caraguatatuba para as séries finais do ensino fundamental I e II.





Fonte: Portal IDEB – Inep(MEC).2012.

É importante ainda comparar os resultados alcançados com os investimentos recebidos em cada ano de análise. Estes, são extraídos do banco de dados do FINBRA(Secretaria do Tesouro Nacional).

Em 2007, a despesa municipal com educação em Caraguatatuba foi de R$ 46.708.090,88, representando 29,31% do total.

No ano de 2009, gastou-se quase 1% a mais das despesas totais, chegando ao montante de R$ 62.269.955,00.

Em 2010 o aumento nos gastos com educação foi de mais de 3% nas despesas totais, chegando a representar 33,7% dos gastos municipais, no valor de R$ 82.864.045,29.

Isso mostra que o aumento de investimentos contribuiu para o alcance das metas e evolução na avaliação da qualidade de ensino.

Quadro 2.5.2.2.3-1. Despesas Municipais com Educação em Caraguatatuba, de 2007 a 2010.

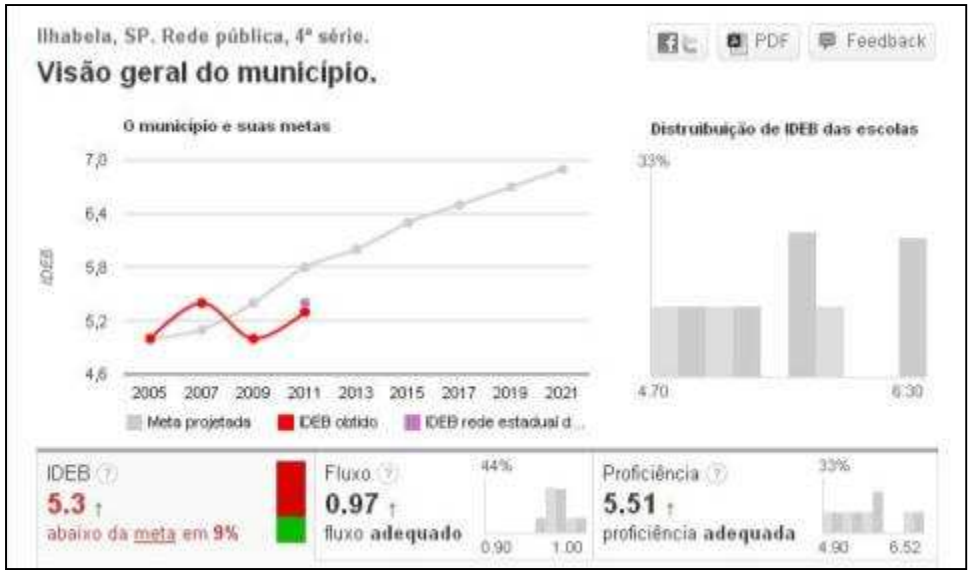
Despesas Municipais com Educação			
	2007	**2009**	**2010**
Total em reais	46.708.090,88	62.269.955,00	82.864.045,29
% nas despesas totais	29,31	30,13	33,70

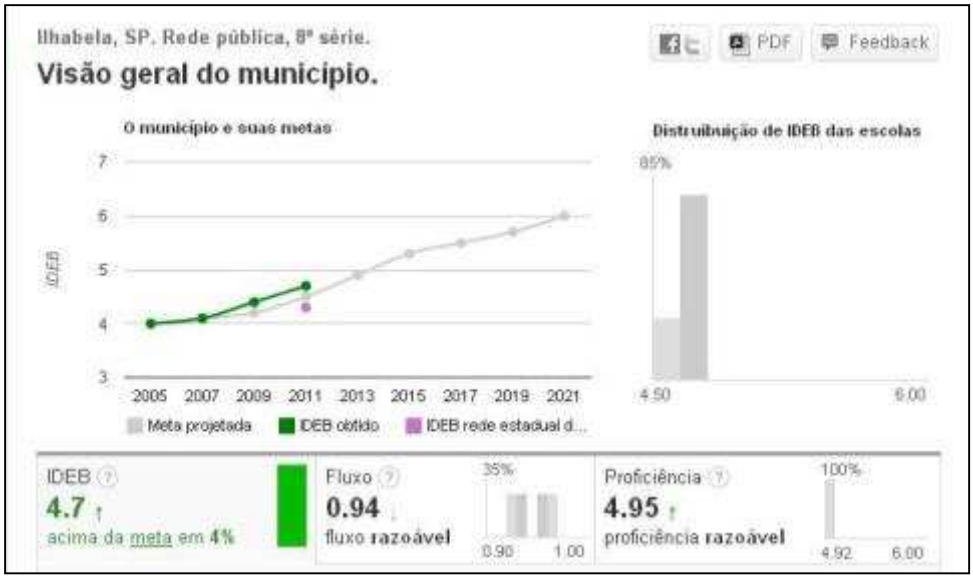
Fonte: Finbra 2007.2009.2010. Elaboração Geo Brasilis 2012.

O município de Ilhabela possui IDEB muito abaixo do ideal para os últimos anos. O índice chega a ser 9% abaixo da meta projetada para as 4ªs séries, mas apresenta ligeira evolução desde 2009.

As 8ªs séries apresentam índices em crescimento linear, pouco acima das médias definidas pelo MEC.

Figura 2.5.2.2.3-3. Evolução do IDEB em Ilhabela para as séries finais do ensino fundamental I e II.





Fonte: Portal IDEB – Inep(MEC).2012.

Em 2007 as despesas municipais com educação em Ilhabela representavam 23,10% das despesas municipais, o que significou investimento de R$ 14.322.284,35.

Nos anos seguintes o aumento das despesas no setor foi significativo, passando a representar 26,12% dos gastos municipais, cerca de R$ 19.874.129,58. Porém, isso não significou melhoria na qualidade do ensino básico.

Apenas em 2010 houve ligeira recuperação do IDEB, apesar de certa diminuição da participação dos gastos públicos com educação. As despesas passaram a ser de 25,86%, no valor de R$ 25.128.903,64.

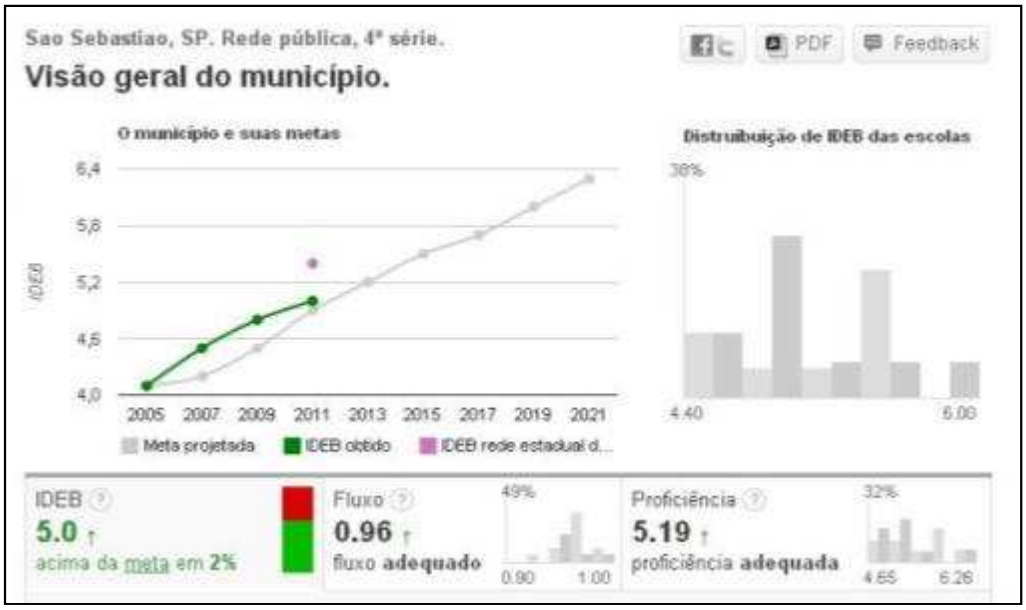
Quadro 2.5.2.2.3-2. Despesas Municipais com Educação em Ilhabela, de 2007 a 2010.

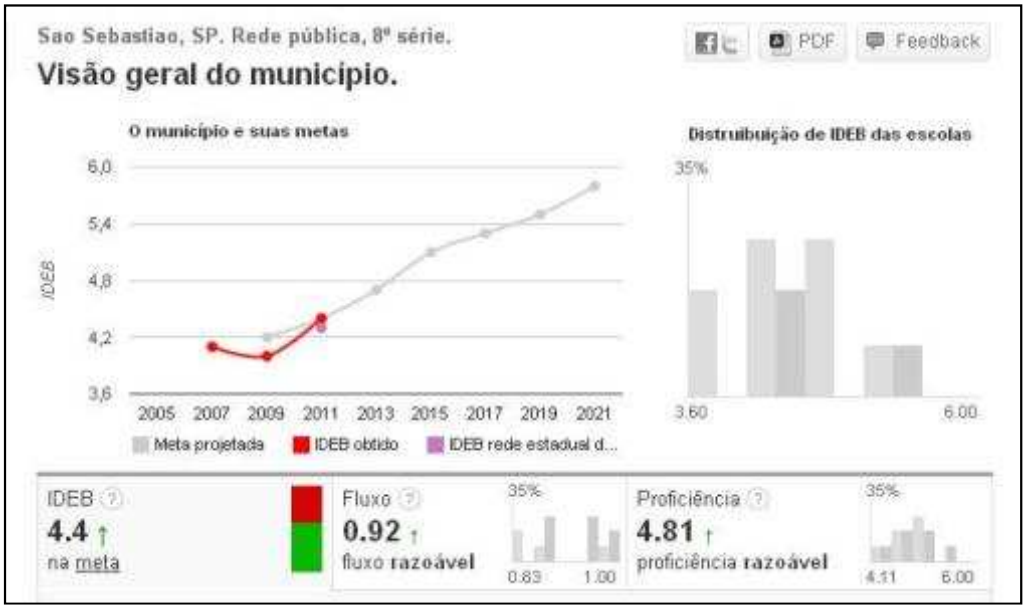
Despesas Municipais com Educação (em reais)			
Município	**2007**	**2009**	**2010**
Total em reais	14.322.284,35	19.874.129,58	25.128.903,64
% nas despesas totais	23,10	26,12	25,86

Fonte: Finbra 2007.2009.2010. Elaboração Geo Brasilis 2012.

O município de São Sebastião apresenta o IDEB das 4ªs séries seguindo as metas projetadas, mas ainda abaixo da pontuação estadual. Por outro lado, as 8ªs séries atingiram a meta projetada apenas no ano de 2010, quando houve significativa melhora no resultado obtido.

Figura 2.5.2.2.3-4. Evolução do IDEB em São Sebastião para as séries finais do ensino fundamental I e II.





Fonte: Portal IDEB – Inep(MEC).2012.

O município conseguiu manter a evolução dos índices mesmo com a diminuição do percentual de orçamento público gasto com a educação. Em 2007, eram 27,48% do total dos gastos municipais, desprendidos para a educação, o que corresponde a R$ 67.434.870,64.

Em 2009, esse percentual diminuiu cerca de 1,5% dos gastos totais, chegando a representar 25,39% do montante, R$ 76.023.561,26. Isso refletiu diretamente no desenvolvimento do ensino nas 8ªs séries, como é possível observar na **Figura 2.5.2.2-4**.

O ano de 2010 representou ligeiro aumento desse percentual, passando a ser 25,63% dos gastos municipais destinados à educação, R$ 88.026.134,35.

Quadro 2.5.2.2.3-3. Despesas Municipais com Educação em São Sebastião, de 2007 a 2010.

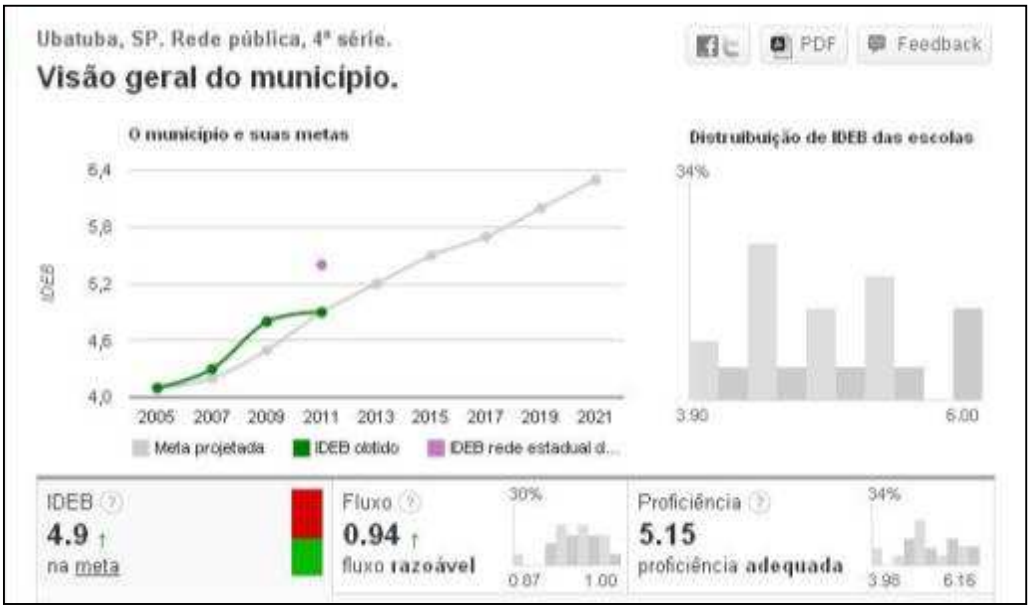
Despesas Municipais com Educação (em reais)			
	2007	**2009**	**2010**
Total em reais	67.434.870,64	76.023.561,26	88.026.134,35
% nas despesas totais	27,48	25,39	25,63

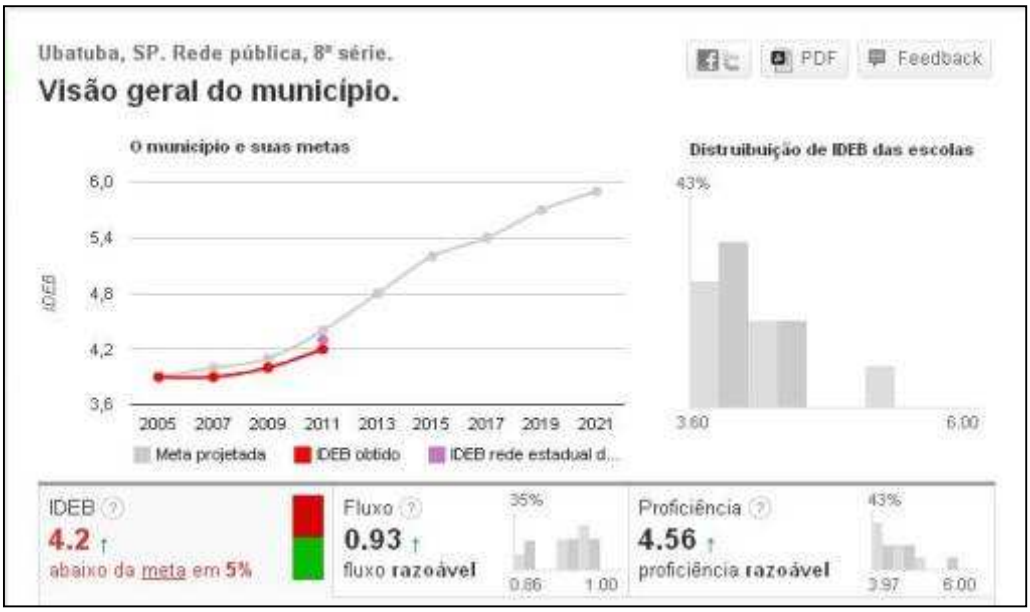
Fonte: Finbra 2007.2009.2010. Elaboração Geo Brasilis 2012.

Ubatuba possui o IDEB satisfatório para as 4ªs séries e abaixo do esperado para as 8ªs.

Nota-se, porém evolução linear dos índices ao longo dos últimos anos.

Figura 2.5.2.2-5. Evolução do IDEB em Ubatuba para as séries finais do ensino fundamental I e II.





Fonte: Portal IDEB – Inep(MEC).2012.

Apesar da evolução dos índices, as despesas com educação no município diminuíram. Em 2007, 33,60% das despesas municipais foram com educação, no valor de R$ 43.019.299,61.

No ano de 2009, esse percentual diminui para 32,78%, seguido pelos 32,68% de 2010, correspondendo respectivamente a R$ 51.025.469,28 e R$ 53.862.653,04.

Quadro 2.5.2.2.3-4. Despesas Municipais com Educação em Ubatuba, de 2007 a 2010.

Despesas Municipais com Educação (em reais)			
Município	**2007**	**2009**	**2010**
Total em reais	43.019.299,61	51.025.469,28	53.862.653,04
% nas despesas totais	33,60	32,78	32,68

Fonte: Finbra 2007.2009.2010. Elaboração Geo Brasilis 2012.

O percentual de gastos com o setor em Ubatuba é o mais alto entre os quatro municípios do Litoral Norte, no entanto, os índices de desenvolvimento em educação são os mais baixos da região. Isso mostra que são necessárias melhorias no investimento do dinheiro público no setor.

2.5.2.2.4. Ensino Superior e Qualificação Profissional

São importantes para a região, além do ensino básico, as oportunidades de qualificação, especialização e formação superior.

Os cursos de nível técnico são oferecidos em diversas áreas, em instituições públicas e privadas, nos municípios de Caraguatatuba, São Sebastião e Ubatuba.

São elas em Caraguatatuba:

- Tableau Colégio:

  Cursos: Técnico em Enfermagem;
  Técnico em Meio Ambiente;
  Técnico em Radiologia;
  Técnico em Segurança do Trabalho.

- Dinâmico Ensino:

  Cursos: Técnico em Administração;
  Técnico em Automação Industrial;
  Técnico em Comércio;
  Técnico em Contabilidade;
  Técnico em Eletrotécnica.

- Instituto Federal de São Paulo (Pública):

  Cursos: Técnico em Administração;
  Técnico em Aquicultura;
  Técnico em Comércio;
  Técnico em Edificações;
  Técnico em Informática;
  Técnico em Informática para Internet.

- Colégio Universitário de Caraguatatuba:

  Cursos: Técnico em Administração;
  Técnico em Contabilidade;
  Técnico em Informática;
  Técnico em Mecatrônica.

Em São Sebastião:

- Escola Técnica de Saúde:

  Cursos: Técnico em Enfermagem;
  Técnico em Logística;
  Técnico em Mecânica;
  Técnico em Meio Ambiente.

- Escola Técnica de São Sebastião – ETE (Pública):

  Cursos: Técnico em Administração;
  Técnico em Comércio;
  Técnico em Hospedagem;
  Técnico em Informática;
  Técnico em Informática para Internet;
  Técnico em Logística;

Técnico em Meio Ambiente.

Em Ubatuba:

- EM Presidente Tancredo de Almeida Neves (Pública):

Cursos: Técnico em Administração;
Técnico em Contabilidade;
Técnico em Guia de Turismo;
Técnico em Meio Ambiente.

O acesso ao nível superior é mais restrito, e existe apenas em Caraguatatuba e São Sebastião. Essa ausência de oportunidade na rede pública acaba forçando o deslocamento do jovem a procura de curso superior e intensifica o movimento pendular da população na região e com o Vale do Paraíba.

De acordo com o E-Mec, portal de consulta do Ministério da Educação, os cursos oferecidos na região são:

Em Caraguatatuba, estão disponíveis as seguintes instituições de Ensino Superior:

- Centro Universitário Módulo (Centro Universitário Privado):

Cursos: Administração;
Análise e Desenvolvimento de Sistemas;
Arquitetura e Urbanismo;
Ciências Biológicas;
Ciências Contábeis;
Comunicação Social;
Design de Interiores;
Direito;
Educação Física;
Enfermagem;
Engenharia de Produção;
Gestão Ambiental;
Gestão Comercial;

Gestão de Recursos Humanos;
Gestão de Turismo;
Gestão Pública;
História;
Jornalismo;
Letras;
Matemática;
Negócios Imobiliários;
Pedagogia;
Petróleo e Gás;
Produção Multimídia;
Publicidade e Propaganda;
Sistemas de Informação.

- Faculdade Caraguá (Faculdade Privada):

Cursos: Administração;
Comércio Exterior;
Gestão Ambiental;
Logística;
Pedagogia;
Petróleo e Gás.

Em São Sebastião, existem duas faculdades:

- Faculdade de Tecnologia de São Sebastião-Fatec SS (Faculdade Pública Estadual):

Cursos: Processos Gerenciais.

- Faculdade de São Sebastião (Faculdade Privada):

Cursos: Administração;

Comércio Exterior;

Direito;

Gestão Ambiental;

Gestão de Recursos Humanos;

Gestão Portuária;

Hotelaria;

Letras;

Logística;

Pedagogia;

Petróleo e Gás;

Turismo.

Os cursos com maior sinergia com atividades da região são aqueles relacionados à gestão ambiental, turismo e tecnologia, pois são as áreas com crescimento mais forte e significativo.

2.5.2.2.5. Educação Ambiental

Além do ensino formal, existe a preocupação em promover ações relacionadas à educação ambiental em todos os municípios.

Deve-se destacar a ausência de dados precisos que mostrem um panorama da Educação ambiental no Litoral Norte. Todavia é possível perceber iniciativas das prefeituras com organizações não governamentais:

- Prefeitura Municipal de Caraguatatuba mantém parceria com a ONG. Instituto Supereco, promovendo ações como:

  - conservação e recuperação dos recursos naturais (Água de Beber);

  - conservação do Corredor de Biodiversidade do Litoral Norte, desenvolvido em parceria com as prefeituras de São Sebastião, Ubatuba e Ilhabela (Projeto Planejando a Nossa Paisagem).

- Prefeitura Municipal de Ilhabela:

  - promove desde 2009 a Feira de Educação Ambiental;

  - atua também em parceria com a ONG. Instituto Supereco no Projeto Planejando a Nossa Paisagem;

- promove ações independentes de conscientização da preservação das praias e do Parque Nacional Ilhabela;

- possui programas como: "Ilhabela tem Cara Limpa" que envolve coleta de resíduos, "Visitas ao Viveiro de Plantas e Mudas" que visa à sensibilização e conscientização dos alunos em relação à importância ambiental como garantia da qualidade de vida, "Lixo Legal" que promove sensibilização e capacitação dos professores da Rede Municipal, oferecendo-lhes subsídios para desenvolver tema transversal do meio ambiente como os resíduos sólidos, entre outros.

- Prefeitura Municipal de São Sebastião: a grande maioria dos professores que atuam na educação básica (90%) costuma desenvolver atividades com o meio ambiente como tema, principalmente através de palestras e projetos. Os professores afirmam que as atividades fazem parte da dinâmica diária das aulas, mas carecem de formação e material necessários.

- Prefeitura Municipal de Ubatuba mantém parceria com a ONG. Assu Ubatuba, que promove ações como:

  - Cuidado e gestão das águas (CUIDAGUA na Escola);

  - despoluição das águas (Projeto Marinas dos Rios ao Mar);

  - Projeto Gestão e Gerenciamento Integrados dos Resíduos Sólidos Domiciliares no Córrego Urbano, do Parque Guarani (Projeto Guarani);

  Existem ainda, ações do Projeto Tamar, sediado no município; entre outros.

A ausência de informações consolidadas sobre iniciativas de Educação Ambiental dificulta a avaliação do alcance dos programas e a tomada de decisão quanto ao seu enfoque, abrangência geográfica e uso de recursos.

2.5.2.3. Segurança Pública

A questão da segurança pública é fundamental para a análise da qualidade de vida de uma região.

As taxas de roubo e de homicídios são utilizadas para a obtenção de um aspecto geral da segurança nos municípios.

No Litoral Norte nota-se que houve ligeiro aumento da insegurança no que diz respeito aos homicídios e furtos. A exceção para esse aumento é o município de São Sebastião que apresentou ligeira queda nestas taxas.

No geral, nota-se grande oscilação nas taxas de delitos, sendo que de roubo foram a que tiveram melhor evolução nos últimos três anos.

Quadro 2.5.2.3-1. Taxa de delito por 100mil habitantes no período de 2009 a 2011.

		Caraguatatuba	Ilhabela	São Sebastião	Ubatuba	Estado de SP
2009	Homicídio	11,38	*	12,31	13,3	**10,96**
	Furto	704,83	*	1.123,06	839,5	**1.271,04**
	Roubo	168,92	*	255,38	225,51	**617,34**
	Furto e Roubo Veículo	40,9	*	56,92	43,9	**425,61**
2010	Homicídio	11,01	*	14,14	12,23	**10,47**
	Furto	601,39	*	1.145,71	883,33	**1.228,19**
	Roubo	131,83	*	223,19	159,68	**564,59**
	Furto e Roubo Veículo	87,38	*	41,66	61,83	**410,60**
2011	Homicídio	13,48	*	10,84	13,93	**10,02**
	Furto	665,22	*	1.201,42	921,81	**1.291,84**
	Roubo	124,19	*	185,67	158,5	**562,72**
	Furto e Roubo Veículo	54,55	*	30,34	63,66	**440,34**

*Dado não disponibilizado devido à grande variabilidade nas taxas de homicídios dolosos.

Fonte: SSP (Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo). Elaboração: Geo Brasilis. 2012.

A comparação com os dados referentes ao Estado de São Paulo mostra que as médias de homicídios, dos quatro municípios, são altas e crescentes, sempre superiores às médias estaduais.

São Sebastião é o município que apresenta as maiores taxas de furtos, muito próximas às médias estaduais, mas em contrapartida possui as menores taxas de ocorrências de furtos/roubos de veículos e taxas de homicídios.

Outro fator relevante é a sazonalidade da violência nos municípios do Litoral Norte, com aumento nas ocorrências de delitos nos meses de maior movimento de veranistas.

Os casos de acidentes de trânsito, furto e furto de veículos tem aumento principalmente nos meses de novembro a março. É nesse período que aumenta o número de visitantes nas quatro municípios.

Para isso, a Polícia Militar conta com a Operação Verão, que manda cerca de 2mil homens para o litoral do Estado.

Quadro 2.5.2.3-2. Número de ocorrências policiais por tipo, nos meses de 2011.

Caraguatatuba												
Tipo de Ocorrência	**Jan**	**Fev**	**Mar**	**Abr**	**Mai**	**Jun**	**Jul**	**Ago**	**Set**	**Out**	**Nov**	**Dez**
Lesão Corporal Culposa por acidente de trânsito	76	67	32	43	38	33	31	12	38	45	32	37
Tráfico de Entorpecentes	19	14	16	10	15	16	13	18	14	16	12	11
Furto	251	210	162	173	174	151	158	134	151	160	187	162
Furto de Veículos	30	20	16	6	12	8	3	8	5	8	17	10
Ilhabela												
Tipo de Ocorrência	**Jan**	**Fev**	**Mar**	**Abr**	**Mai**	**Jun**	**Jul**	**Ago**	**Set**	**Out**	**Nov**	**Dez**
Lesão Corporal Culposa por acidente de trânsito	14	4	8	12	8	5	5	8	6	4	9	13
Tipo de Ocorrência	**Jan**	**Fev**	**Mar**	**Abr**	**Mai**	**Jun**	**Jul**	**Ago**	**Set**	**Out**	**Nov**	**Dez**
Tráfico de Entorpecentes	13	1	5	1	1	1	1	0	4	1	1	2
Furto	60	58	63	76	59	48	56	57	65	60	56	80
Furto de Veículos	0	3	3	6	0	3	3	1	4	2	2	4
São Sebastião												
Tipo de Ocorrência	**Jan**	**Fev**	**Mar**	**Abr**	**Mai**	**Jun**	**Jul**	**Ago**	**Set**	**Out**	**Nov**	**Dez**
Lesão Corporal Culposa por acidente de trânsito	43	31	32	27	26	25	20	30	20	26	27	40
Tráfico de Entorpecentes	7	6	8	3	12	7	4	6	3	6	3	10
Furto	164	166	175	145	149	137	138	117	122	115	119	116
Furto de Veículos	6	4	1	2	3	5	4	3	3	1	2	3
Ubatuba												

Caraguatatuba												
Tipo de Ocorrência	**Jan**	**Fev**	**Mar**	**Abr**	**Mai**	**Jun**	**Jul**	**Ago**	**Set**	**Out**	**Nov**	**Dez**
Tipo de Ocorrência	**Jan**	**Fev**	**Mar**	**Abr**	**Mai**	**Jun**	**Jul**	**Ago**	**Set**	**Out**	**Nov**	**Dez**
Lesão Corporal Culposa por acidente de trânsito	44	23	21	38	35	17	13	21	13	13	15	29
Tráfico de Entorpecentes	26	3	14	7	10	8	7	11	12	12	11	11
Furto	199	182	117	108	100	108	76	81	104	105	95	115
Furto de Veículos	13	7	12	10	5	5	1	4	7	5	7	7

Fonte: SSP (Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo). Elaboração: Geo Brasilis. 2012.

2.5.3. Diversidade Cultural

A atividade cultural no Litoral Norte é fortemente pautada por eventos em equipamentos públicos e festas tradicionais.

O município de Caraguatatuba tem como polo cultural, responsável por seu desenvolvimento cultural, a Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba (Fundacc), instalada no ano de 1993. São espaços culturais do município:

- Arquivo Público do Município de Caraguatatuba
- MACC - Museu de Arte e Cultura de Caraguatatuba;
- Polo Cultural Prof. Adaly Coelho Passos;
- Caiçarinha (Espaço de memórias, causos, contos, depoimentos e fatos antigos de Caraguatatuba);
- Biblioteca de Artes “LEOPOLDO FERREIRA LOUZADA”.

Existem ainda eventos tradicionais do município como:

- Leitura na praça de todos os bairros;
- Feira de artesanato, localizada na Praça Diógenes Ribeiro de Lima em frente à praia central da cidade;
- São ministrados cursos gratuitos de teatro, música, futebol, dança, capoeira, técnica vocal, coral adulto e infantil, violão, aeróbica, jazz entre outros;
- Festa de Corpus Christi;
- Festa do padroeiro Santo Antonio;
- Festa do Divino;
- Festa do Peão Boiadeiro;
- Prova Natatória Ilhabela/Caraguatatuba;
- Entre outros.

O município de Ilhabela conta com a Fundação de Arte e Cultura de Ilhabela (Fundaci) como polo cultural. Em parceria com a prefeitura a fundação é responsável pelos principais eventos realizados no município:

- Mostra de Dança Fundaci;
- Salão de Artes Plásticas Waldemar Belisário;
- Circuito Cultural Paulista;
- Oficinas Culturais da Fundaci;
- Semana da Cultura Caiçara.

Além dos eventos, existem ainda as festas religiosas tradicionais e festivais comemorativos, tais como:

- Procissão de São Pedro;
- Folia de Reis;
- Festa de Nossa Senhora D'Ajuda – Padroeira;
- Carnaval e Tradicional Banho da Dorotéia;
- Festa de São Benedito e Congada;
- Festa de São Pedro, Festa de Santo Antônio, Festa de São João Batista, Festa de Santa Verônica;
- Festival da Sardinha, Festival da Tainha, Festival do Camarão, estes com forte apelo turístico e gastronômico.

O município de São Sebastião tem como principal manifestação cultural a Congada, festa em comemoração ao dia de São Benedito. Essa festa tem origem no período da escravidão, quando os negros comemoravam a coroação de um rei do congo.

As principais atrações culturais e de lazer do município são:

- Capela de São Gonçalo;
- Casa Dória;
- Cara de Câmara e Cadeia;
- Convento Franciscano Nossa Senhora do Amparo;
- Sítio Arqueológico de São Francisco;
- Praça do Artesão;
- Cachoeiras de Boiçucanga.

O município de Ubatuba possui o polo cultural Fundação de Artes (Fundart), criado em 1987, instituição pública de direito privado. São espaços culturais do município:

- Biblioteca Municipal "Ateneu Ubatubense";
- Memorial "Ciccillo Matarazzo", onde estão disponíveis materiais sobre a história política de Ubatuba e exposição de telas que mostram os prefeitos eleitos de Ubatuba;
- Museu Histórico "Washington de Oliveira";
- Sobradão do Porto, principal patrimônio/histórico arquitetônico de Ubatuba.

Os investimentos municipais na área da cultura representam menos de 3% das despesas totais, em todos os municípios da região (**Quadro2. 5.3-1**).

Quadro 2.5.3-1. Despesas municipais destinadas à cultura em 2010 para os municípios do Litoral Norte.

Despesas Municipais no Setor de Cultura em 2010		
Município	Despesas em R$	% em relação às despesas totais
Caraguatatuba	3.875.174,86	1,58
Ilhabela	2.168.496,98	2,23
São Sebastião	10.211.118,42	2,97
Ubatuba	1.819.075,95	1,10

Fonte: Finbra 2010. Elaboração Geo Brasilis. 2012.

Existe uma iniciativa da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo chamada Pontos de Cultura, que são projetos provenientes de entidades da sociedade, para difusão cultural e desenvolvimento de atividades.

A secretaria firmou contrato, desde 2009, com instituições que recebem três parcelas de R$ 60mil anualmente.

No Litoral Norte, os quatro municípios contam com seguintes projetos:

Quadro 2.5.3-2. Pontos de Cultura dos municípios do Litoral Norte, em 2009.

Caraguatatuba

Instituição	Associação de Cultura Banto do Litoral Norte
Projeto	Oficinas de formação étnico-racial a partir de vivências afro-brasileiras; produção de material de áudio e livro.
Público	Adolescentes, adultos, afrodescendentes, alunos de escolas públicas, comunidade, jovens, mulheres e quilombolas.
Pessoas atendidas	60 diretamente e 300 indiretamente.

Ilhabela

Instituição	Espaço Cultural Pés no Chão
Projeto	Desenvolve atividades de artes cênicas visando a produção de apresentações artísticas; aulas de *break* e oficinas de vídeo e fotografia. Possui cursos, espetáculos, exposições e festivais.
Público	Adolescentes, adultos, alunos de escolas públicas, artistas locais, caiçaras, comunidade, crianças, grupos artísticos e jovens.
Pessoas atendidas	60 diretamente e 300 indiretamente.

São Sebastião

Instituição	Centro Cultural São Sebastião tem Alma
Projeto	Trabalhar a cultura caiçara para um espetáculo, tipo revista. Dança, música, artesanato, cerâmica e teatro.
Público	Adolescente, adultos, caiçaras, crianças, indígenas, jovens, mulheres e pessoas com deficiência.
Pessoas atendidas	150 diretamente e 300 indiretamente

Ubatuba

Instituição	Associação Remanescente do Quilombo do Cambury
Projeto	Reestruturação do espaço comunitário localizado na comunidade quilombola. Cineclube, cursos/oficinas, espetáculos, exposições, feiras, festivais e palestras.
Público	Adolescentes, adolescentes cumprindo medidas socioeducativas, adultos, afrodescendentes, alunos de escolas públicas, caiçaras, comunidade, crianças, famílias, indígenas, mulheres e quilombolas.
Pessoas atendidas	100 diretamente e 300 indiretamente
Instituição	Associação da Comunidade dos Remanescentes de Quilombo da Fazenda

Projeto	Preservar a cultura imaterial e material do quilombo da Fazenda, através da formação de agentes culturais. Artesanato, capoeira, cultura e matriz africana, cultura e meio ambiente, dança, economia solidária e criativa e preservação da história local.
Público	Adolescente, adultos, afrodescendentes, alunos de escolas públicas, caiçaras, comunidades locais rurais, crianças e quilombolas.
Pessoas atendidas	

Fonte: Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo. 2012.

Existe espaço na região para:

Investimentos planejados juntamente com o setor de turismo, para que a difusão cultural seja objeto de atração de visitantes e promoção da cultura local.

A valorização da cultura permite que seja enraizada e difundida uma identidade local. Quando a comunidade identifica-se com o local, os costumes e tradições sente-se parte da cultura e tende a valorizar as possibilidades, inclusive econômicas, oferecidas pelo histórico cultural da região.

2.5.3.1. Comunidades Tradicionais

As comunidades tradicionais tem forte influência sobre a cultura no Litoral Norte.

As diferentes comunidades presentes, entre indígenas, caiçaras e quilombolas, apontam à região manifestações culturais características, além de oportunidades para reflexão sobre o convívio com minorias, vivência sustentável e pressões do desenvolvimento tecnológico e econômico sobre tais sociedades.

As comunidades oriundas de quilombos existem em oito estados brasileiros. Em São Paulo, estão distribuídas pelo Vale do Ribeira, Itapeva, Sorocaba e no Litoral Norte.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, estão registradas as seguintes comunidades quilombolas no litoral norte de São Paulo, todas localizadas no município de Ubatuba:

- Caçandoca;
- Caçandoquinha;
- Frade;
- Raposa;
- Camburi;
- Cazanga;
- Fazenda Caixa;

- Sertão do Itamambuca.

Existe ainda, uma reserva indígena, que preserva a cultura e as características tradicionais.

O município de São Sebastião abriga uma reserva indígena de 948 hectares, ainda não demarcada oficialmente. Denominada Reserva Indígena Guarani do Rio Silveira, está inserida no domínio da mata atlântica na região sul do município, com o acompanhamento da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) há mais de dez anos.

Importantes também são as comunidade tradicionais caiçaras que, no Litoral Norte, ao todo somam 19, com cerca de 1.900 pessoas.

As comunidades caiçaras foram caracterizadas por NOGARA (2005) inseridas no Plano de Manejo do Parque Estadual de Ilhabela:

- As comunidades são integradas por agrupamentos familiares;
- Ocupam as áreas próximas à praia, nas planícies e nas encostas adjacentes;
- No entorno das casas, cultivam hortaliças, ervas medicinais e árvores frutíferas;
- Têm como principal atividade econômica a pesca artesanal, utilizando rede de espera ou rede de emalha; linha de mão e o cerco flutuante;
- Possuem ranchos próximos ao mar, onde guardam canoas e materiais de pesca; Exercem atividades agrícolas complementares, como o plantio de mandioca, feijão guandu, banana entre outros, para fins exclusivos de consumo próprio;
- Possuem aviamentos para a produção de farinha de mandioca que são de uso familiar; produzem para consumo e comercialização;
- Realizam a coleta de recursos florestais lenhosos e fibras, que utilizam para a confecção de produtos utilitários, construção de casas, ranchos e canoas;
- Nas vilas caiçaras há caminhos de servidão que interligam as moradias e estas, às áreas de lavoura, à praia e à floresta, bem como interligam as comunidades vizinhas,

O município de Ilhabela possui a maioria dessas comunidades localizadas na face leste da ilha e em ilhotas vizinhas:

- Bonete;
- Enchovas;
- Indaiauba;
- Castelhanos;
- Praia Vermelha;
- Praia Mansa;
- Figueira;

- Guanxumas;
- Saco de Eustáquio;
- Saco do Sombrio;
- Ilha de Búzios;
- Guanchumas de Búzios;
- Porto do Meio;
- Pitangueiras;
- Mãe Joana;
- Ilha de Vitória.

São mais de 800 moradores, sendo 83 famílias no interior do Parque Estadual de Ilhabela e 150 no restante do município.

No município de São Sebastião existe a comunidade da ilha Montão de Trigo, que recentemente recebeu o direito de posse da terra. Nela vivem cerca de 100 pessoas.

O município de Ubatuba possui as comunidades caiçaras Saco das Bananas e Camburi, que abriga cerca de 200 moradores, ambas localizadas no interior do Parque Estadual da Serra do Mar..

Observa-se, porém, uma contínua descaracterização da identidade caiçara. A comunidade preserva as características principais, mas também está inserida em outros setores da economia, principalmente no do turismo. As tradições ficam preservadas nos habitantes mais velhos, mas perdem-se nos jovens que procuram novas oportunidades, situação que se agrava com a escassez de pescado.

2.5.4. Análise

A região do Litoral Norte é, no Estado de São Paulo, a que apresenta maiores índices de crescimento demográfico nas últimas três décadas. Esse fator é importante para avaliação da qualidade de vida local, pois exerce pressão sobre os equipamentos públicos existentes.

Os municípios do Litoral Norte, em geral, apresentam boa evolução nos índices de qualidade de vida. Porém, não é possível afirmar que as condições de vida são satisfatórias, uma vez que grande parte dos indicadores apontam resultados abaixo do estadual, ao mesmo tempo em que existe grande dependência de equipamentos do Vale do Paraíba.

O dado de Emprego e Renda, segundo o índice FIRJAN, mostra que o mercado formal não cresce na mesma proporção que a população local, empurrando significativa parcela da população para a informalidade.

Quanto à Saúde, os indicadores do Litoral Norte acompanham as médias estaduais com pequenas variações.

Os problemas referentes à saúde estão, na maioria das vezes, relacionados à insuficiência dos equipamentos disponíveis, como número de leitos, quantidade de profissionais, tratamentos especializados e unidades de saúde. Reflexo disso é o deslocamento constante da população que necessita de serviços de saúde, buscando nos municípios de Taubaté e São José dos Campos atendimento e internação.

Os casos mais críticos são dos municípios de Caraguatatuba e Ubatuba, que possuem as taxas mais altas (acima da média do estado) de mortalidade infantil, bem como os menores coeficientes de leitos do SUS por 1000 habitantes. Esse quadro acaba por forçar a população dos dois municípios a procurar atendimento em outras localidades.

A demanda por serviços e saúde é cada vez maior, em decorrência do forte crescimento populacional, o que causa uma pressão sobre os recursos existentes e investimentos necessários para melhoria dos equipamentos de saúde e ampliação do atendimento.

Além disso, deve-se considerar o caráter turístico do Litoral Norte, que traz sazonalmente uma quantidade de pessoas equivalente às populações locais. É evidente que uma concentração populacional sazonal, especialmente no período de verão, demanda por serviços de saúde tanto públicos como privados.

Assim, os turistas competem com a população local no que diz respeito ao atendimento, e muitas vezes acabam ficando desassistidos de atenção básica. A diminuição dos estabelecimentos privados de saúde também prejudica o turismo, pois torna-se uma preocupação para o viajante não contar com assistência passível de escolha.

A educação no Litoral Norte é uma área que merece atenção e planejamento. As oportunidades de crescimento da região estão diretamente ligadas à questão do ensino e qualificação profissional. Garantir a qualidade na educação básica e oportunidade no ensino especializado são condições necessárias ao desenvolvimento para região.

O aumento de matrículas nas escolas particulares reflete a queda da qualidade na rede pública, o que deve ser objeto de trabalho para reverter o quadro da educação nos municípios. Os municípios de São Sebastião, Ubatuba e Ilhabela devem priorizar esforços nesse setor, em vista dos resultados encontrados.

Oferecer oportunidades de qualificação e especialização de nível técnico e superior pode ser decisivo para os municípios. Isso acaba sendo fator de deslocamento entre os quatro municípios do Litoral Norte, para fora da região (dispersando jovens a procura de cursos profissionalizantes) e atraindo população de municípios próximos que não possuem instituições de ensino profissionalizante.

A região cresce nos setores de turismo, logística e tecnologias, devido aos grandes empreendimentos que vem sendo instalados, praias e atrativos naturais. Isso demanda profissionais qualificados, que frequentemente vem de outros municípios e instalam-se no Litoral Norte. Essa demanda pode ser suprida pela população da

região, se o ensino for tratado como fator de construção da base do crescimento econômico e social local.

Aliar a qualidade da educação com a preocupação com a sustentabilidade é desafio que aponta para os próximos anos. Essa preocupação já existe por parte das Prefeituras Municipais, com programas de incentivo à educação ambiental em parceria com Organizações Não Governamentais, embora de forma não muito estruturada.

Esse processo pode adquirir maiores proporções e eficiência se ocorrer de maneira integrada entre os quatro municípios e com o turismo, envolvendo a real compreensão das necessidades de qualificação de cada empreendimento e das oportunidades de emprego que serão geradas por ele.

A segurança pública também é um fator que compõe a qualidade de vida. As taxas de delitos registradas no Litoral Norte revelam um cenário que demanda investimento na área de segurança pública e envolvimento do Estado para equacionar a sazonalidade das taxas de criminalidade.

Apesar de as ocorrências representarem taxas menores que as médias estaduais, algumas delas estão em crescimento e a tendência, segundo o crescimento demográfico, é que mantenham essa evolução.

A cultura é um fator de total importância para o crescimento e desenvolvimento da região, com grande potencial de gerar oportunidade e atrações. É através dela que se torna possível uma afirmação da identidade local, trazendo novas possibilidades de alternativas sustentáveis na economia e principalmente no turismo.

A preservação das comunidades tradicionais articulada com a difusão cultural integrada na região é uma possibilidade de embasar um campo de diálogo importante para as demais questões referentes à qualidade de vida da população.